



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CLAYTON HACKENHAAR

**O ESTADO NOVO EM SANTA CATARINA (1937-1945): POLÍTICA,
TRABALHO E TERRA**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título
de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz
Duarte

FLORIANÓPOLIS

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Hackenhaar, Clayton

O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945):
política, trabalho e terra / Clayton Hackenhaar ;
orientador, Adriano Luiz Duarte - Florianópolis, SC,
2014. 236 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Estado Novo. 3. Santa Catarina. 4.
Campanha de Nacionalização. 5. disputas políticas. I.
Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

**O ESTADO NOVO EM SANTA CATARINA (1937-1945):
POLÍTICA, TRABALHO E TERRA**

CLAYTON HACKENHAAR

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
“MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Florianópolis, 30 de maio de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jorge Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Tiago Losso
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em História/UFSC

Aos meus pais, Nicolau e Neusa. À
Sabrina, pelas sugestões, apoio e
companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Adriano Luiz Duarte. Também gostaria de agradecer aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina: Alexandre Valim, João Klug, Henrique Espada, Maria de Fátima Piazza e Eunice Nodari. Também não poderia deixar de agradecer as valorosas críticas e indagações dos colegas e amigos que enriqueceram este trabalho.

Agradeço também aos professores Jorge Ferreira, Reinaldo Lohn e Tiago Losso pela participação na banca de defesa desta dissertação. Ao professor Tiago Losso também queria agradecer pela sua participação na minha banca de qualificação e pelas suas considerações. Também deixo registrado o meu agradecimento aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Já quanto ao seu subsídio, esta pesquisa foi, inicialmente, financiada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, em seguida, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, agradeço ao trabalhador brasileiro, a todo contribuinte brasileiro, que com os seus impostos e o seu trabalho me possibilitou estudar em uma universidade pública e gratuita.

Agradeço em especial a Sabrina. Sua companhia, sua compreensão, seus conselhos, foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

“Conformismo, passividade e alienação, muitas
vezes estão nos olhos de quem vê.”
(Jorge Ferreira, 1997)

RESUMO

Neste trabalho, propus uma análise do Estado Novo em Santa Catarina a partir dos conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais que marcavam o estado de 1937 a 1945, sem superestimar as ações do executivo nacional, mas também sem subestimar as ações do executivo estadual catarinense. Busquei investigar como todo o discurso ideológico estado-novista de formação da nacionalidade, e de construção de um povo com “uma só raça, uma só língua e uma só cultura”, foi instrumentalizado por Nereu Ramos e membros do Partido Liberal Catarinense para enfraquecer adversários políticos da Ação Integralista Brasileira e do Partido Republicano Catarinense, ligados às regiões de imigração do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense. Assim, a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina foi entendida a partir dos conflitos internos catarinenses e dos interesses em jogo nas esferas política e econômica estaduais, e não simplesmente como resultado da política nacionalista do governo federal. Também tive como objetivo perceber como a população catarinense se apropriou dos discursos, leis e decretos estado-novistas, e manipulou-os para a obtenção de melhores condições de vida, trabalho e manutenção de seus bens e propriedades.

Palavras-chave: Estado Novo – Santa Catarina – conflitos políticos – trabalho – posse da terra.

ABSTRACT

In this thesis I analyze the *Estado Novo* government in Santa Catarina from the perspective of political, economic, social and cultural conflicts that marked this state's history between 1937 and 1945. The goal is to avoid overestimating the actions of the national power, not underestimating Santa Catarina state's actions as well. I investigate the "New State" ideological discourse of citizenship training, which tried building a people with "one race, one language and one culture". This was supported by Nereu Ramos and members of the *Partido Liberal Catarinense*, in order to weaken political opponents of the *Ação Integralista Brasileira* and the *Partido Republicano Catarinense* in the immigration-related regions of the Itajaí valley and northeastern Santa Catarina. Thus, the Campaign for Nationalization in Santa Catarina is to be understood in the context of Santa Catarina's internal conflicts and interests which were at stake in its political and economic spheres, and not simply as a result of the nationalist policies of the Federal Government. It is also my intention to see how the population of Santa Catarina incorporated the *estadonovista* discourses, laws and decrees, and manipulated them to achieve better living and working conditions, and protect their assets and properties.

Keywords: Estado Novo - Santa Catarina - political conflicts - work - land tenure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – O ESTADO É NOVO, MAS A POLÍTICA É VELHA.....	25
1.1 – O Estado Novo e o Brasil.....	25
1.2 – A Primeira República em Santa Catarina.....	45
1.3 – O Estado Novo em Santa Catarina	52
1.4 – As cartas para o interventor.....	57
1.4.1 – Breves notas sobre o trabalho com as cartas.....	61
1.5 – O secretário do interventor catarinense.....	68
CAPÍTULO 2 – A “INTEGRAÇÃO NACIONAL” E OS EXCESSOS DO ESTADO NOVO EM SANTA CATARINA.....	75
2.1 – O assassinato de Ricardo Gruenwaldt e as disputas políticas entre integralistas e liberais em Santa Catarina.....	76
2.1.1 – O Integralismo no Brasil: entre disputas e consensos.....	78
2.1.2 – O Integralismo em Santa Catarina.....	81
2.2 – Ações de liberais contra alguns desafetos políticos diversos.....	96
2.2.1 – Nereu Ramos X Irineu Bornhausen.....	101
2.3 – A Campanha de Nacionalização.....	105
2.3.1 - Os alvos da Campanha de Nacionalização: escolas, associações culturais e indústrias.....	110
2.3.2 - Apontamentos sobre a Campanha de Nacionalização e as perseguições a alemães e seus descendentes em Santa Catarina.....	123
CAPÍTULO 3 – A POPULAÇÃO CATARINENSE E A IDEOLOGIA ESTADO-NOVISTA.....	129
3.1 – Ações e excessos cometidos por autoridades públicas e por diversos catarinenses durante o Estado Novo.....	131
3.2 – Os trabalhadores catarinenses durante o Estado Novo.....	138
3.2.1 - A manipulação e a apropriação das leis.....	148
3.3 – Ocupando os “sertões catarinenses”.....	158
3.3.1- As companhias colonizadoras e os habitantes das “terras devolutas”.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
ANEXOS.....	187

FONTES.....213

REFERÊNCIAS.....223

INTRODUÇÃO

As motivações que me levaram à realização desta pesquisa começaram a surgir quando tive contato com o livro *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (1997), do historiador Jorge Ferreira. Nesse livro, o autor procurou reconstituir algumas ideias, crenças, práticas políticas e estratégias de vida de grupos sociais no período de 1930-1945, tentando perceber a cultura política desses trabalhadores, através da análise de cartas enviadas a Getúlio Vargas.

Fiquei interessado nessas correspondências enviadas ao presidente da República e pensei em realizar algo semelhante com relação à Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945). Após uma consulta ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, encontrei um grande acervo de cartas endereçadas a Nereu Ramos durante o período.¹ No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontrei igualmente um relevante número de cartas enviadas de Santa Catarina para Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 a 1945.² Localizar essa grande quantidade de documentos me convenceu que uma pesquisa sobre o tema seria viável e fascinante.

Ao estudar o Estado Novo em Santa Catarina, percebi que a maior parte da historiografia, tanto nacional como catarinense, superestima a ação do executivo federal. Assim, ações e intervenções estatais em determinadas regiões e áreas do estado catarinense durante a vigência do Estado Novo são interpretadas como ações do governo federal, como a execução dos preceitos ideológicos do novo regime, no qual os governos estaduais apenas reproduziriam ordens do poder central. Em muitos estudos, o campo de ação dos governos estaduais é reduzido a níveis mínimos, enquanto a ideia de um governo forte e centralizador, onipresente e onisciente é cada vez mais reforçada por uma historiografia que, ao contrário, deveria questionar essas

¹ Todos os livros encontram-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, intitulados “Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo”, abrangendo um período desde a Primeira República até os anos 1950. Neste trabalho, somente as cartas recebidas durante o Estado Novo (1937-1945), mais precisamente endereçadas a Nereu Ramos, foram objeto de análise.

² Coleção Gabinete Civil da Presidência da República – Fundo Secretaria da Presidência da República. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

“verdades historiográficas”. Como exemplo dessa excessiva atenção dispensada a ações do governo federal, destaco as intervenções nas “regiões coloniais” de Santa Catarina, vistas por muitos autores unicamente como uma ação do governo federal, uma assimilação dos “quistos étnicos” aos referenciais da brasilidade e a integração dessas populações a outras regiões “brasileiras” do estado.³

Entretanto, há autores que destacam o fato de as relações do governo federal com as regiões coloniais dos três estados da região sul terem variado conforme o arranjo político e econômico de cada estado. Nesse sentido, a intensidade da campanha de nacionalização, ou das intervenções estatais em determinadas regiões, dependeria de uma série de fatores e contendas locais, fossem disputas econômicas, políticas ou sociais. Assim, no Rio Grande do Sul e no Paraná, as regiões coloniais teriam sido menos incomodadas do que em Santa Catarina. Para René Gertz (1987), a intensidade dessas intervenções relacionava-se ao peso econômico e político que as regiões coloniais catarinenses possuíam, superior a importância ao dos outros dois estados.

Diferentemente da análise do Estado Novo que supervaloriza a ação de Getúlio Vargas e de seu governo, tirando em grande medida o poder de ação da população brasileira e dos interventores estaduais, este trabalho busca compreender as ações e discursos do governo federal num contexto estadual, no qual o arcabouço ideológico estado-novista recebeu novos usos e significados. Nesse sentido, busquei entender a política e a ideologia estado-novistas, as ações do governo federal e os conflitos envolvendo representantes estaduais e cidadãos comuns através dos conflitos políticos, econômicos e sociais que marcaram o Estado Novo em Santa Catarina. Na perspectiva deste trabalho, as lutas pelo poder político e econômico, assim como pelas instâncias estatais que muitas vezes exercem ou possibilitam a manutenção e o aumento desse poder, são centrais para a compreensão dos atritos e aproximações em Santa Catarina durante o Estado Novo. Por mais que o governo federal tenha então tentado assumir e controlar setores estratégicos da organização social brasileira, como a economia, política, cultura, administração pública, e em certa medida, a vida

³Cf. Cinthia Machado Campos, Giralda Seyferth, Jaecir Monteiro e Maria Luiza Tucci Carneiro.

privada dos brasileiros, na maioria das vezes, as relações de poder locais davam os tons desses arranjos sociais.

Deste modo, as cartas pesquisadas neste trabalho deixarão mais evidentes o campo de ação e o poder que lideranças municipais e regionais possuíam em Santa Catarina durante o Estado Novo, demonstrando que a ideia de um governo federal forte e centralizado, impondo suas vontades e leis sem negociar com as lideranças políticas e econômicas regionais e estaduais, deve ser relativizada. Em Santa Catarina, os preceitos ideológicos do Estado Novo, emanados em sua grande maioria do Rio de Janeiro, eram interpretados conforme os arranjos sociais locais e foram colocados muitas vezes a serviço de interesses políticos e econômicos individuais dos grupos no comando do governo estadual entre os anos de 1930 a 1945.

Muitas práticas condenadas a partir de 1930 como símbolos do atraso da Primeira República foram mantidas durante o Estado Novo em Santa Catarina. Da mesma forma, muitos preceitos ideológicos estado-novistas foram reinterpretados e colocados a serviço dos interesses de Nereu Ramos (o interventor catarinense) e seus aliados políticos na sua disputa contra republicanos, integralistas e todos os catarinenses considerados empecilhos ao seu projeto de poder. Tanto os expedientes políticos da Primeira República quanto os do Estado Novo auxiliaram o governo estadual na manutenção da estabilidade social e no enfraquecimento de adversários políticos, bem como na acomodação e no fortalecimento de aliados. Nesse sentido, este trabalho também buscou demonstrar o uso de todo esse discurso estado-novista por Nereu Ramos e pelos liberais catarinenses para a obtenção do controle político e econômico de Santa Catarina. Acabar com a ameaça integralista, combater o nazismo, os inimigos da pátria e nacionalizar os “estrangeiros” foram argumentos corriqueiros utilizados pelo interventor para justificar sua ação em locais nos quais os liberais não possuíam o controle político e econômico.

Mas não foi somente o governo estadual que atribuiu novos significados ao discurso estado-novista. A população catarinense também percebeu a série de leis implantadas a partir de 1930 como uma oportunidade de melhorar suas condições de vida. Assim, foram constantes as cartas dirigidas a Nereu Ramos e Getúlio Vargas, com pedidos e denúncias que se amparavam nos desígnios jurídicos estado-novistas. Contudo, os mesmos catarinenses que se sentiram beneficiados por tais conjuntos de leis também foram alvo de excessos

e violências por parte de funcionários públicos e administradores estaduais, que aproveitaram as oportunidades surgidas no contexto estado-novista para obter favorecimentos pessoais.

Tanto nas cartas enviadas para Nereu Ramos quanto para Getúlio Vargas, além de repetidas descrições de descaso de autoridades estatais para com as reclamações de grande parcela da população de Santa Catarina, são constantes as denúncias de que muitos dos agentes e autoridades públicas eram coniventes com as ações arbitrárias de fazendeiros, empresários e comerciantes locais. Essa negligência das autoridades estatais podia acontecer com relação às reclamações de trabalhadores que exigiam equipamentos básicos para realizar determinado trabalho ou aos despejos que milhares de posseiros e pequenos proprietários foram vítimas nos anos de 1930 e 1940 em terras devolutas de Santa Catarina. Muitas vezes, tais administradores públicos forneciam amparo legal e coercitivo para conter atos de contestação e reivindicação da população, como no caso das desapropriações, em que empresários da colonização realizaram o despejo de centenas de famílias com o auxílio da força policial do Estado. Nesse sentido, busquei perceber as relações entre agentes do poder público estadual e os mais diversos habitantes de Santa Catarina, além das formas pelas quais ambos manipulavam as leis para a satisfação de interesses próprios.

O corpus documental principal deste trabalho é composto por cartas enviadas ao Palácio do Governo de Santa Catarina e à Secretaria da Presidência da República durante o Estado Novo. As remetidas ao Palácio do Governo de Santa Catarina entre os anos de 1937 a 1945 estão no Arquivo Público catarinense, formando o Fundo de Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo, distribuído em quatorze cadernos. Nesses, encontrei 4756 cartas, dentre as quais selecionei 1071, que auxiliaram a elucidar as disputas oligárquicas e políticas estaduais e a ação política de apropriação e manipulação da ideologia estado-novista pela população. Já as cartas endereçadas à Secretaria da Presidência da República, na sua grande maioria para Getúlio Vargas, encontram-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, numa série intitulada Correspondências, do Fundo da Secretaria da Presidência da República, que por sua vez integra a Coleção do Gabinete Civil da Presidência da República. A série é composta de doze latas que comportam cartas de chefes de Estado, ministros, representantes estrangeiros, representantes de classe, presos políticos e

interventores estaduais, mas também correspondências dos mais diferentes brasileiros, enviadas dos quatro cantos do país durante o Estado Novo. No contexto de supressão da representação política liberal, a escrita de cartas para os interventores foi uma forma de ação política e um artifício utilizado por milhares de brasileiros para que seus pedidos e reclamações chegassem aos governantes. Não me foi possível contabilizar o total de cartas que esta série Correspondências possui, contudo, foram selecionadas 206, enviadas de Santa Catarina para a Secretaria da Presidência da República, entre os anos de 1930 a 1945. Assim sendo, o número total de cartas selecionadas e pesquisadas, somando-se as encontradas no Arquivo Público de Santa Catarina e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, é de 1277. Após uma análise criteriosa, influenciada diretamente pelos objetivos principais desta pesquisa mencionados acima, selecionei 81 desse montante.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, busquei a contextualização histórica do Estado Novo no Brasil e em Santa Catarina, pois acredito ser imprescindível entender como se constituiu a política catarinense na Primeira República. Tentei demonstrar que as disputas entre dois grupos com interesses divergentes dominaram a política catarinense desde os primeiros anos da República, e o movimento de 1930 marcou o momento em que o grupo político desalojado do poder desde 1918 voltou a comandar o estado. Assim sendo, defendo a hipótese de que muitos dos conflitos que aconteceram após 1930, principalmente após 1937, estão diretamente ligados às disputas políticas e econômicas que existiam desde a Primeira República em Santa Catarina. Neste primeiro capítulo também analisei as fontes utilizadas neste trabalho, assim como o referencial teórico-metodológico necessário para um trabalho historiográfico com cartas. Procurei compreender toda a organização burocrática dos governos catarinense e federal para receber, avaliar e dar algum encaminhamento para os pedidos, denúncias e reclamações que essas cartas continham. Ao que tudo indica, Getúlio Vargas e Nereu Ramos, além de incentivarem o envio de cartas, criaram uma estrutura burocrática para respondê-las. Essa comunicação marcaria a aproximação entre o Estado e a Nação, vindo a ser uma das justificativas estado-novistas para a supressão da representação política liberal.

No segundo capítulo, por meio da análise de alguns conflitos entre autoridades estatais catarinenses e diferentes cidadãos, tentei demonstrar como muitos dos excessos de autoridades catarinenses estavam relacionados a disputas políticas e econômicas. As contendas políticas entre liberais, republicanos e integralistas, que já aconteciam havia muito tempo, afloraram no Estado Novo, tornando-se muitas vezes violentas e mortais, como no caso do assassinato do presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, em 1937. A disputa entre Nereu Ramos e Irineu Bornhausen pelo controle da exploração do carvão no sul de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial é um exemplo de como o interventor estadual poderia se aproveitar da conjuntura para aumentar seus lucros e sua esfera de influência. Busquei compreender a Campanha de Nacionalização do ensino igualmente a partir das disputas políticas que marcavam o estado, tentando perceber como todo o conjunto ideológico do Estado Novo referente à formação de uma cultura nacional foi manipulado por Nereu Ramos, pelos liberais e pela população em geral, no combate e enfraquecimento dos seus adversários políticos e de suas bases de sustentação. O interventor catarinense percebeu que nas escolas e associações culturais se veiculavam valores, normas e padrões de comportamento, e por esse motivo, organizou uma grande investida contra as escolas privadas do Vale do Itajaí e do nordeste catarinense. Mesmo antes de o governo federal determinar leis referentes à nacionalização do ensino em 1938, Nereu Ramos já vinha desenvolvendo uma campanha sistemática contra as “escolas alemãs” e a estrutura de poder ao qual se ligavam. Nesse sentido, por meio dessas disputas, tentei demonstrar que a ideia de um governo federal forte e centralizado deve ser relativizada, pois em Santa Catarina, os representantes estatais durante o Estado Novo agiam com certa liberdade de ação em relação ao executivo federal, fosse manipulando e modificando os sentidos do discurso estado-novista, fosse perseguindo adversários políticos.

O terceiro e último capítulo buscou averiguar como a população catarinense recebeu e manipulou todo o discurso estado-novista na busca da satisfação de seus interesses imediatos. Tentei perceber a cultura política desses trabalhadores catarinenses através de suas cartas enviadas a Getúlio Vargas e Nereu Ramos, e como eles utilizaram todo esse conjunto de leis sociais e trabalhistas implantadas a partir de 1930. Dessa forma, busquei compreender como a legislação trabalhista foi apropriada pela população catarinense na busca de seus

direitos, melhores salários e condições de trabalho. As disputas pela posse das terras devolutas catarinenses e pelo direito de exploração dessas entre o Estado catarinense, caboclos e companhias colonizadoras também foram investigadas. Quis compreender como posseiros e pequenos proprietários se articularam e lutaram por suas terras e que interesses tinham o Estado e as companhias colonizadoras em tais terras. Minha hipótese é a de que variava conforme o contexto quem seria expulso e quais seriam os beneficiados com essas expulsões. Disputas entre o governo estadual e as companhias colonizadoras, assim como tentativas de remoção de posseiros e pequenos proprietários, são apenas alguns exemplos do controle e da distribuição da posse da terra durante o Estado Novo.

CAPÍTULO 1 – O ESTADO É NOVO, MAS A POLÍTICA É VELHA

1.1– O Estado Novo e o Brasil

O Estado Novo, instaurado no dia 10 de novembro de 1937, possuía uma roupagem ideológica não muito elaborada. A instauração desse regime foi a concretização de um projeto de Estado Nacional que começou com o golpe civil-militar de 1930, mas que sofrera alguns reveses com a instalação da Assembleia Constituinte em 1934. Seu fim aconteceu com a deposição do presidente Getúlio Vargas (e, consequentemente, de seus interventores federais), em 29 de outubro de 1945. O Estado Novo, que possuía nítidas inspirações fascistas, caracterizou-se como um governo centralizado, autoritário, corporativista, intervencionista, antiliberal, anticomunista, elitista, tecnocrático, voluntarista e, segundo o seu próprio discurso, investido da função de constituir a nacionalidade brasileira.

O golpe do Estado Novo vinha se moldando no ideário de alguns representantes governamentais desde muito antes de novembro de 1937. Para muitos historiadores, o estado de sítio decretado em 25 de novembro de 1935, após o fracasso da tentativa de tomada do poder pelos comunistas, marca o começo do golpe estado-novista, pois inúmeras garantias de um Estado de direito foram então suspensas. Em 30 de setembro de 1937, os comunistas foram acusados de planejar uma revolução no Brasil, o Plano Cohen. Posteriormente, descobriu-se que este plano fora na verdade escrito por Olímpio Mourão Filho, integralista e anticomunista, com o auxílio dos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (CARONE, 1976).

Como justificativa para o golpe, em seu pronunciamento radiofônico no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas discorreu sobre o caudilhismo regional que afetava a integridade nacional, a situação política do país, a grande pobreza e a desorganização nacional. Ainda segundo o presidente, a inadequação da Constituição de 1934 perante o novo contexto nacional e internacional e a falta de mecanismos adequados para a defesa do Brasil contra “teorias extremistas” e “agitações políticas subversivas” representavam sérios perigos ao Estado nacional (ABREU, 2005, p. 69). Para os ideólogos do Estado Novo, variadas circunstâncias haviam apressado o golpe de

1937, pois esse movimento, que se constituiria da “manifestação das forças vivas da nação”, havia sido estimulado e acolhido pela sociedade brasileira, que se encontrava farta do jogo de interesses políticos, típico do liberalismo, no qual não via seus interesses contemplados. Por outro lado, o Exército e a Marinha defendiam o novo regime como o imperativo da ordem e da segurança nacional frente à anarquia que ameaçaria tomar conta do país (CARONE, 1976). A valorização da ordem, de um “Estado-Ordem” era, em certo aspecto, princípio, meio e fim da ideologia estado-novista (PARANHOS, 1999).

Ao analisarmos a quantidade de teóricos e interpretações sobre o Estado Novo é facilmente perceptível que o regime não produziu uma doutrina oficial única. René Gertz (1991, p. 112) menciona que uma das grandes dificuldades de se compreender o Estado Novo está em suas ambiguidades. Vale destacar que isso não é apenas uma característica do Estado Novo, pois a maioria dos regimes com inspiração fascista que se instalou no mundo, entre 1922 e 1945, estava constantemente se transformando e reorganizando, com premissas nem sempre muito bem definidas. Poucos deles chegaram ao fim defendendo as mesmas ideias de quando surgiram. Como argumentou Eric Hobsbawm (1995, p. 120), a teoria nunca foi o ponto forte de movimentos que se dedicaram à deturpação da razão e à imposição da superioridade do instinto e da vontade.

Segundo Terry Eagleton (1997), simplesmente definir adequadamente o conceito de ideologia já é uma árdua tarefa, e que ainda hoje não se conseguiu fazer. Para Karl Marx (2008, p. 48), a ideologia seria a maneira como uma classe legitimaria, no campo das ideias, o seu poder material perante as outras classes, a manifestação ideal das relações de dominação material de determinada classe. Entretanto, para que essa ideologia de classe torne-se hegemônica, ela deve tentar demonstrar que os interesses particulares de determinada classe são os interesses de toda uma coletividade. A filósofa Marilena Chauí define a ideologia como um corpo de representações e de normas, pelo qual

os sujeitos sociais e políticos explicam a origem da sociedade e do poder político; explicam as formas de suas relações sociais, econômicas e políticas; explicam as formas “corretas” ou

“verdadeiras” de conhecimento e de ação; justificam, através de ideias gerais, as formas reais da desigualdade, dos conflitos, da exploração e da dominação como sendo ao mesmo tempo, “naturais”, “justas”, ou “injustas” (1981, p 30).

Terry Eagleton considera que a ideologia não deve ser pensada somente como um conjunto de ideias sem um corpo nem como certos padrões de comportamento. Ele prefere pensar a ideologia como um fenômeno discursivo e semiótico, ou seja, é necessário pensá-la “ênfatizando sua materialidade (já que signos são entidades materiais) e preservar o sentido de que ela diz respeito essencialmente a significados.” (1997, p. 171).

Seguindo tais perspectivas, este trabalho entende a ideologia como um conjunto coerente de imagens, signos e representações que dão sentido, interpretam e explicam a realidade concreta de determinada sociedade, classe ou grupo social, gerando um campo de possibilidades de ação para melhorar suas vidas ou para a manutenção de determinada situação social de exploração. Faz-se necessário destacar que uma ideologia não é estática, mas altera-se constantemente, com o passar do tempo e com a influência das relações materiais, em diferentes contextos históricos, a partir das experiências concretas de pessoas reais. Apesar das críticas que afirmam ser a ideologia uma “maneira conveniente de classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes” (EAGLETON, 1997, p. 171), e que ela harmoniza sociedades fundadas na divisão e na contradição, escondendo assim o conflito social, dissimulando e ocultando a dominação do particular sobre o universal (CHAUÍ, 1981), considero que a ideologia será sempre uma consciência necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social, imprescindível para se pensar a realidade presente, analisar o passado e traçar prognósticos para o futuro.

Nesse sentido, o regime estado-novista foi se estruturando com o tempo e as circunstâncias, não seguindo um plano preciso, mas se adaptando às oscilações, aos desequilíbrios e aos conflitos que marcaram a sociedade brasileira e o arranjo político, social e econômico internacional. Podemos dizer que os preceitos ideológicos do Estado Novo moveram-se num campo comum do pensamento

autoritário, nacionalista, antiliberal, anticomunista, elitista, conservador, tutelar e paternalista do Brasil do começo do século XX, influenciados em certa medida pelas disputas e conflitos internacionais. O regime instaurado em 1937 elaborou um projeto político-ideológico “extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado” (OLIVEIRA, et al., 1982, p. 71). Esse período estado-novista autoritário também foi marcado por uma concordância de certo setor da intelectualidade brasileira⁴ pela condenação do sufrágio como forma de orientar a política, assim como por sua contrariedade quanto a organização da sociedade civil e sua mobilização política (LOSSO, 2006). Para essa intelectualidade, a solução para os problemas causados pelo suposto excesso de liberalismo, observado no mundo e no Brasil do começo do século XX, era vislumbrada numa perspectiva pela qual as elites intelectuais e econômicas teriam o papel predominante no processo de mudança social, na condução das “massas irracionais” e na harmonização da luta de classes.

Apesar de os intelectuais do Estado Novo negarem uma grande influência fascista, a ideologia estado-novista estava “conectada a um movimento de maior amplitude que trazia à tona a crise internacional do liberalismo no contexto da sociedade de massas e do agravamento da luta de classes.” (PARANHOS, 1999, p. 44). A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 tiveram influência marcante na descrença no liberalismo como solução dos problemas sociais do começo do século XX. Entretanto, não considero que essa influência fascista tenha chegado ao ponto de a Constituição de 1937 ser “uma imitação dos modelos corporativistas e fascistas europeus, especialmente de Portugal e da Itália.” (SKIDMORE, 1982, p. 50). Prefiro pensar que o fascismo (primeiramente o italiano e depois o alemão) “inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro.” (HOBSBAWM, 1995, p. 116).

⁴ Cf. Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Alceu Amoroso Lima, Almir de Andrade, Cassiano Ricardo, Alberto Torres, Sylvio Romero, entre outros.

A repressão aos movimentos políticos oposicionistas continuou após o Estado Novo. Não somente os partidos e movimentos políticos sofreram repressão, mas quaisquer manifestações contrárias ao Estado ou consideradas antinacionais, pois seria necessário ‘salvar o Brasil dos extremismos’ de direita e esquerda. Em 04 de abril de 1935, já havia sido aprovada a Lei nº 38⁵, que definia os crimes contra a ordem política e social, além de conceder poderes especiais ao governo federal para combater manifestações políticas “subversivas”. Desde 1934, Vargas, seu governo e setores conservadores da sociedade brasileira estavam preocupados com algumas agitações grevistas, mobilizações populares e o movimento de frente popular, liderado em grande medida pelos comunistas e por Luís Carlos Prestes (SKIDMORE, 1982).

No Estado de harmonia e unidade que se imaginava implantar com o novo regime, quem fosse contrário à ideologia estado-novista seria contrário ao bem público e, por isso, sujeito a repressão. Buscava-se a homogeneidade de discursos e práticas, uma utopia de vários governos mundiais do período (HOBSBAWM, 1995). Logo após o golpe de 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais foram fechados; os partidos políticos foram dissolvidos em 02 de dezembro de 1937, por meio do Decreto-lei n. 37.⁶ Os tradicionais canais de comunicação da política liberal foram eliminados temporariamente. Para o presidente e sua equipe de governo, o regime de 1937 estabeleceu-se com o consentimento público e havia sido legitimado pela sociedade em geral. Por esse motivo, todos deveriam defendê-lo, não permitindo que nenhum indivíduo perturbasse o equilíbrio do regime, discordasse de sua ideologia, quebrasse a sua harmonia social.

Na perspectiva do Estado Novo, a verdadeira democracia “encontrava-se no caráter realista e humano do novo Estado, que fecunda a natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo” (OLIVEIRA, et al., 1982, p. 122). A ideia de que a democracia fundava-se no dissenso era negada e,

⁵ Lei nº 38, de 04 de abril de 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

⁶ Decreto-lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=37&tipo_norma=DEL&data=19371202&link=s>. Acesso em: 13 fev. 2014.

dessa forma, os partidos políticos eram negados, pois representavam os antagonismos sociais, a luta de classes, as contradições da realidade, que seriam prejudiciais ao pensamento de harmonia de poderes e classes sociais do Estado Novo. Para a intelectualidade do regime estado-novista, era necessário abolir os partidos políticos, entendidos como intermediários entre o povo e o governo que defendiam apenas interesses próprios, responsáveis diretos pelo clima de excitação e agitação pública, pois, além de não possuírem uma visão nacional, muitos deles defenderiam ideologias e doutrinas contrárias ao Estado nacional. O significado e ideal de democracia para o Estado Novo não era a liberdade de ação, expressão, pensamento ou a soberania do povo, mas uma suposta justiça social, com o enfrentamento da questão social. O cidadão dessa “nova democracia” não se definiria pela posse de direitos políticos e civis, mas pela posse de direitos sociais. Esse ideal de democracia estado-novista seria alcançado quando se conquistasse o bem comum, o bem-estar do povo brasileiro e, consequentemente, a justiça social.⁷

Tanto o levante comunista de novembro de 1935, como as duas tentativas de golpe dos integralistas, em março e maio de 1938, contribuíram para a instauração do Estado Novo e para a legitimação e justificação do regime. Desde antes de novembro de 1935, os fantasmas do comunismo e da agitação social rondavam o governo federal e algumas autoridades estatais. O levante de 1935 permitiu o aumento da repressão e da violência estatal contra a sociedade brasileira. Foi o pretexto para a legalização da pena de morte no Brasil em tempos de paz e para a aprovação de leis determinando que os civis que atentassem contra as instituições nacionais e a ordem pública fossem julgados em tribunais militares. Definiam-se, nesse momento, os crimes contra a segurança do Estado, contra a ordem social e quais deles deveriam ser julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. As duas tentativas de golpe dos integralistas em 1938 foram encaradas pelas autoridades estado-novistas como exemplos que justificavam a repressão do Estado contra os seus adversários políticos, principalmente após a tentativa de assassinato de Getúlio Vargas pelos camisas-verdes, em maio de 1938. Assim, acusados de comunistas, integralistas ou nazistas, foram nomeados centenas de inimigos do Estado Novo, legitimando a repressão e a violência, instalando o medo na sociedade, facilitando a repressão a qualquer cidadão “suspeito”,

⁷ Cf. FERREIRA, 1997; GOMES, 2005.

pois o inimigo era interno, poderia ser qualquer um – todo brasileiro seria suspeito até que provasse o contrário.

Os meios de comunicação receberam grande atenção por parte do governo brasileiro e de sua equipe. Rádio e imprensa ganharam especial destaque, pois possuíam grande alcance público. O rádio servia para espalhar a imagem onipresente de Getúlio Vargas por todo o país, insistindo na imagem de uma sociedade harmoniosa. Segundo Francisco Campos, “o rádio seria o veículo mais indicado para oferecer a massa proletária, a exata interpretação dum direito que, por não ser conquistado, mas outorgado, exigia explicações para ser bem compreendido” (*apud* LENHARO, 1986, p. 137). Para Adalberto Paranhos, o rádio funcionava como o mais “importante cabeça-de-ponte da máquina propagandística montada pelo Estado Novo” (1999, p. 134). A imprensa, por sua vez, deveria “contribuir para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional.”⁸ No livro *Estado Novo: ideologia e poder*, suas autoras afirmam que a imprensa foi o setor mais eficiente, e o lugar por excelência para a produção e difusão do discurso estado-novista (OLIVEIRA et al., 1982, p. 72-3). Silvana Goulart também diz que “a imprensa exerceu o papel principal no projeto de divulgação e propaganda” (1990, p. 19) realizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) após 1939.

O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto-lei n. 1915, e materializou o “grande esforço empreendido, durante o Estado Novo, para controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político ideológico que se firmasse como socialmente dominante” (OLIVEIRA et al., 1982, p. 110). Tinha como uma de suas funções divulgar o “discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo” (CAPELATO, 1999, p. 173). Com a sua criação, o regime estado-novista desejava monopolizar a informação, eliminando a imprensa oposicionista, imaginando assim atingir uma unanimidade e a formação de uma opinião pública favorável (GOULART, 1990). A função dos meios de comunicação nesse contexto era a de agir enquanto dispositivos de controle e

⁸ Unidade cultural - Conferência pronunciada em Florianópolis, no Clube 12 de Agosto, no dia 15 de novembro de 1942, por Carlos da Costa Pereira, diretor da Biblioteca Pública. In: *Segundo Congresso de Brasilidade*. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942. P. 80.

mudança da opinião pública, na educação política e social do povo brasileiro, adquirindo, principalmente no caso dos jornais, uma função de caráter público. Através do rádio, da imprensa e do DIP, o Estado Novo buscava construir uma estratégia político-ideológica capaz de legitimá-lo.

Além da campanha dos meios de comunicação enaltecendo a clareza, o espírito justiceiro e outras qualidades do presidente, a “doação” da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) contribuiu bastante para a construção de uma imagem positiva do Estado Novo e de Getúlio Vargas. Para os ideólogos do regime, Vargas era o grande intérprete das aspirações nacionais, e por essa virtude, teria se antecipado aos anseios da classe trabalhadora e concedido um monumento ao trabalhador brasileiro. A maioria das leis atualizadas e sistematizadas na CLT já havia sido implantada entre 1930 e 1934, e um menor número delas entre os anos de 1935 e 1937. A CLT foi entregue aos trabalhadores brasileiros em 01 de maio de 1943, entrando em vigor no aniversário do Estado Novo. Ao contrário do que o regime anunciava, menos que uma concessão, uma doação do “pai dos pobres” aos trabalhadores, as leis trabalhistas e sociais implantadas durante o Estado Novo foram o resultado, mesmo que distorcido, das ideologias, lutas e práticas operárias do pré-1930. Essas leis deformaram e transformaram a fala do movimento operário da Primeira República em um novo projeto de nação. Para Adalberto Paranhos,

a concessão dos direitos sociais, propagandeada como obra da generosidade e da capacidade de antevisão de Vargas, cumpriu a função de amortecedor do impacto das lutas de classes. Reforçou a estratégia de tentar apagar da memória política dos trabalhadores as lutas que, desde o século passado (XIX), vinham desenvolvendo pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que assinalaram a ação do proletariado urbano durante toda a primeira república (1999, p. 25).

Existem muitos trabalhos dando conta do aspecto repressivo e intervencionista das leis trabalhistas, que estabeleceram os limites para a militância e para a organização autônoma dos trabalhadores,

buscando assim controlar a luta de classes. Porém, o que interessa neste trabalho é como esse conjunto de leis de proteção ao trabalho, os expedientes do governo, as novas instituições e o discurso estadonovista contribuíram para a formação da cultura política e de classe dos trabalhadores brasileiros; como esses trabalhadores interpretaram e manipularam esse arcabouço ideológico a partir de situações concretas de exploração e proletarianização, e quais as alternativas propostas para a resolução de seus problemas cotidianos. Por cultura política pode-se entender “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo” (GOMES, 2005, p. 31). Nesse sentido, o conceito de cultura política permite explicações sobre o comportamento e as ações políticas de indivíduos e grupos sociais em determinados contextos, privilegiando a compreensão das percepções, vivências, emoções, sensibilidades e experiências, levando em consideração os próprios códigos culturais desses atores sociais.

Quando se fala de cultura política, não se pensa em algo homogêneo, ou que haja uma única cultura política em determinada sociedade. Há diferentes culturas políticas em uma sociedade, competindo, complementando-se, entrando em rota de colisão. Entretanto, essa constatação não invalida a ideia de que, apesar da existência de diversas culturas políticas, uma delas pode emergir e se tornar hegemônica em determinada conjuntura. Existem “movimentos de transformação no interior dessa cultura política, que não são rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis” (GOMES, 2005, p. 31). Serge Bernstein (1998, p. 357) afirma que uma cultura política está em constante movimento de transformação, precisando acompanhar as mudanças de conjuntura, incorporando contribuições de outras culturas políticas quando estas fornecem boas respostas para os problemas do momento, pois nenhuma sobrevive por muito tempo em dissonância com a realidade.

No plano político, o Estado Novo procurou combater os regionalismos e diminuir os poderes das oligarquias estaduais com a nomeação dos interventores federais e a criação de leis que subordinavam estados e municípios ao poder central. Os prefeitos eram nomeados pelos interventores federais, que controlavam os orçamentos e gastos desses administradores municipais. Os interventores deveriam

combater os localismos políticos, implantando as reformas propostas pelo regime. Contudo, não se deve compreender as ações dos interventores somente como mera decorrência das ordens federais, mas interpretá-las a partir do contexto local, levando-se em consideração as especificidades e disputas de cada local.

Essas medidas de centralização do Estado Novo visavam superar os entraves à unidade nacional, como um “antídoto contrário às oligarquias regionais e o federalismo da Primeira República” (LOSSO, 2006: 102). Entretanto, acredito que não devemos superestimar o poder de centralização de Getúlio Vargas nem subestimar o poder de barganha e participação política das oligarquias regionais após 1930; não percebo que tenham sido eliminadas quaisquer possibilidades de manifestação das oligarquias estaduais durante o Estado Novo (DINIZ, 1999, p. 27). O poder oligárquico ainda era muito forte nos estados após 1930, porém, de uma maneira mais limitada e complexa, afinal, seria impossível para Vargas garantir a “unidade nacional” e implantar reformas administrativas sem o apoio das elites políticas estaduais.

Sobre o conceito de oligarquia, é um termo utilizado desde a Antiguidade Clássica para designar uma forma corrompida de governo, no qual o poder concentra-se nas mãos de um pequeno grupo, sem, necessariamente, aprovação geral.⁹ Por conta dessa carga negativa que acompanhou o conceito desde a Antiguidade grega, ele teve um caráter mais polêmico do que ilustrativo. Segundo Norberto Bobbio, é por esse motivo que o conceito

não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar (1998, p. 835).

⁹ ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998; PLATÃO. *A república*. São Paulo: Hemus, 1970.

Nesse sentido, é possível entender o conceito de oligarquia como um grupo que, uma vez no poder, apresenta um apetite insaciável sobre o Estado, fazendo dele um uso patrimonial, utilizando a máquina pública em benefício particular, tendo como objetivo a própria conservação no poder e o desenvolvimento econômico de seus aliados e negócios privados. Considero que as ações dos Konder e dos Ramos, quando se encontravam a frente do poder estadual catarinense, podem ser entendidas pelo viés da oligarquia.

Logo após a instalação do governo provisório em 1930, aconteceram grandes discussões sobre os males do presidencialismo e do federalismo da Primeira República. Segundo os ideólogos e apoiadores do movimento, as qualidades do regime imperial haviam se perdido entre os anos de 1889 a 1930. Um liberalismo exacerbado na Primeira República teria deixado os trabalhadores entregues às garras do livre mercado e à exploração do capital, resultado de influências externas que o Brasil havia sofrido na constituição de seu Estado e de suas políticas; isso teria afastado o Brasil real do Brasil legal. As consequências desse distanciamento entre instituições e povo, causado pelo liberalismo e pelo federalismo, seriam o aumento do descontentamento popular e o agravamento da “questão social”. Propagandeava-se o retorno do reconhecimento das especificidades do povo brasileiro e de suas necessidades – e as maiores provas desse reconhecimento, segundo o Estado Novo, eram o enfrentamento da questão social empreendida pelo governo e a valorização do homem brasileiro.

A administração pública foi objeto de inúmeras intervenções, nas quais se buscava a racionalização e a modernização dos serviços públicos. Após 1937, o Estado brasileiro passou por uma intensa tentativa de centralização da sua administração. Muitas das funções anteriormente realizadas pelos governos estaduais e municipais passaram a ser prerrogativas do governo federal. Por exemplo, antes de 1930, eram prerrogativas dos governos estaduais buscar financiamentos internacionais e administrar o sistema educacional local. Críticos da Primeira República diziam que a resolução dos problemas do Brasil passaria pela existência de um governo central forte. Nesse sentido, entre 1930 e 1937 foram criados vários

ministérios¹⁰ e institutos federais¹¹, que ficaram responsáveis pela supervisão da produção e da exportação de alguns importantes produtos brasileiros, buscando um efetivo controle federal. A criação dessas novas instituições gerou um crescimento da burocracia estatal, entretanto, eram consideradas imprescindíveis para a modernização e a superação dos entraves à unidade nacional, pois atenderiam aos interesses nacionais pela observação e experiência diretas. Seu grande objetivo era ampliar o processo de unificação administrativa.

Pelo artigo 9º da Constituição de 1937, caberia ao presidente da República a nomeação dos interventores estaduais. Num Estado centralizado, autoritário e intervencionista como o Estado Novo, era interesse dos agentes governamentais que os interventores estaduais estivessem estritamente subordinados ao executivo federal. Os Departamentos Administrativos do Serviço Público (DASP), criados nos estados brasileiros pelo Decreto-lei nº 1202, de 08 de abril de 1939,¹² e ligados diretamente ao presidente da República, são exemplos de órgãos estabelecidos para fiscalizar os interventores estaduais, suas administrações e o funcionalismo público. Estaduais, esses Departamentos Administrativos foram estabelecidos para superintender todos os processos decisórios, como “elaborar o orçamento dos estados, emitir pareceres técnicos sobre as questões administrativas e os decretos do interventor e promover a modernização e racionalização do serviço público” (ABREU, 2005, p. 70). Em Santa Catarina, o DASP se reuniu inúmeras vezes, fosse para aprovar as contas da interventoria ou para escolher nomes de ruas (LOSSO, 2006, p. 153). Segundo Adriano Codato (2008, p. 40), apesar de os DASPs estaduais funcionarem como instituições que fiscalizavam os interventores federais e prefeitos municipais, eram agências “para a representação e a expressão dos interesses políticos da elite brasileira”, servindo como canais para a participação, de certa maneira controlada, das elites políticas estaduais no jogo político regional e nacional. A nova e a velha ordem andaram juntas durante o

¹⁰ Como exemplos, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Ambos foram criados em 1930.

¹¹ Como institutos federais instalados após 1937, destaco o Instituto do Sal, os do Mate, Pinho, Cacaú, Açúcar e do Alcool.

¹² Decreto-lei nº 1.202, de 08 de abril de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

Estado Novo, num complexo jogo de forças e interesses, pois “a implantação e consolidação da nova ordem dependeu de sua capacidade de adaptação e cooptação da velha.” (ABREU, 2005, p. 74).

Essa trama entre tradição e modernidade já foi bastante debatida pelos pesquisadores do Estado Novo. Ao mesmo tempo em que se buscava recuperar alguns valores ditos perdidos durante a Primeira República e combater outros, que teriam sido corrompidos pelo “excessivo” liberalismo daqueles tempos, tentava-se construir um Estado moderno capaz de criar uma nova sociedade, produzindo um sentimento de nacionalidade para o Brasil (OLIVEIRA, 2005, p. 97). A partir de 1937, o Estado brasileiro afirmava-se como um formulador, organizador e executor dos interesses da sociedade, a única instituição capaz de garantir a união nacional, com a realização do bem público. Essa elite governamental, que se dizia moderna, industrial e urbana, não se contrapunha ao Brasil agrário, tradicional e rural, pois a modernização propagada por Getúlio Vargas pressupunha negociações e concessões ao setor latifundiário, que manteve a estrutura fundiária intocada. O movimento de 1930 foi mais um capítulo da luta das elites brasileiras por sua manutenção no poder. Não houve a substituição de uma classe ou fração de classe no poder por outra, mas uma reacomodação de elites, num arranjo político que permitiu a incorporação de novos atores sociais, como a burguesia industrial emergente, o tenentismo e alguns setores sociais oriundos da classe média, sem desalojar do poder as tradicionais elites agrárias (FAUSTO, 1991).

Nesse sentido, acredito que o controle do poder e as disputas políticas não seguiram linhas tão rígidas entre uma hegemonia agrícola antes de 1930 e uma hegemonia industrial após o movimento de outubro de 1930. Não se pode negar que o controle político pelas elites agrárias era hegemônico na Primeira República, da mesma forma que não se pode negar que essa hegemonia agrária continuou após 1930, apesar de ter havido concessões, com a chegada ao poder de outras classes sociais. Em grande medida, a burguesia industrial continuou subordinada às elites agrárias, porém, com uma participação e um poder de ação maiores.

Entretanto, chamo a atenção para possíveis exceções, como o caso do Partido Republicano Catarinense, que manteve o controle político no estado durante toda a Primeira República. Desde 1918, esse

partido estava ligado diretamente aos interesses das elites industriais catarinenses. A ala republicana ligada à pecuária e ao latifúndio abandonara o partido em 1921. Em 1930, o grupo que assumiu o poder local estava ligado aos interesses agroexportadores e à grande lavoura. Houve uma inversão da “regra” em Santa Catarina, pois saíram os republicanos industriais e entraram os liberais agroexportadores. Ao que parece, a modernização iniciada em 1930 em Santa Catarina teve tons conservadores.

A maneira como foi realizado o processo de industrialização no Brasil e a implantação dos direitos trabalhistas são motivos que levam muitos historiadores a chamarem essa modernização, iniciada em 1930, de conservadora, pois as estruturas arcaicas da nossa organização social não foram suplantadas, permanecendo, em sua grande maioria, intocadas (RIBEIRO, 2006). As leis sociais e trabalhistas chegaram muito timidamente ao mundo rural, meros reflexos das leis implantadas no meio urbano. Apesar da inclusão dos trabalhadores rurais no benefício do salário mínimo, eles “foram expressamente excluídos do usufruto dos direitos assegurados pela CLT, o que, dentro do esquema de poder vigente, significava conservar intocadas as relações sociais de produção do campo” (PARANHOS, 1999, p. 171). As políticas de Getúlio Vargas relacionadas à agricultura seguiram muitas vezes as políticas realizadas pelos governantes da Primeira República. Continuava-se comprando e queimando os excedentes de café, as moratórias continuavam a ser prorrogadas e os preços continuavam sendo tabelados. O protecionismo por parte do governo federal para a agricultura permanecia sem muitas alterações. Era complicado para o presidente interferir no setor que mais conferia divisas para o país, apesar de ser consenso entre as autoridades estatais que existiam problemas a ser equacionados. Os impostos sobre as importações de vários gêneros de primeira necessidade ajudaram e impulsionaram a industrialização, deixando novamente a percepção da complexa trama entre tradição e modernidade. Foi, assim, necessária uma aliança de Getúlio Vargas com o setor agroexportador e, conseqüentemente, com as oligarquias regionais. Apesar de todas as mudanças, os grupos governamentais continuavam defendendo os interesses agrícolas e a exportação do café e outros produtos primários. Até 1930, a economia do Brasil dependia quase totalmente da venda do café no mercado internacional, sendo esse produto responsável por 69% das exportações brasileiras ao final da Primeira República. Após a crise de 1929, os preços dos produtos

agrícolas tiveram uma queda vertiginosa no mercado internacional. Por conta disso, entre 1930 e 1944, foram queimados, jogados no mar ou viraram adubo cerca de 78 milhões de sacas de café, para “proteger o produto” (CARONE, 1977, p. 19). Em 1931, foram criados o Conselho Nacional do Café e várias outras instituições federais para controlar, supervisionar e definir políticas relativas a produção e distribuição de produtos considerados estratégicos para a economia e a modernização do Brasil.

A constituição da nacionalidade foi um dos principais alvos do projeto político estado-novista. Para os pensadores do Estado Novo, nacionalizar era a única forma de unificar o que estava decomposto, desagregado por 40 anos de uma política regionalista, que servia aos interesses de pequenos grupos privados. Nacionalizar seria uma alternativa para se construir a sociedade nacional, conferindo à política um caráter público, acima de interesses locais. Porém, a formação desse Estado nacional deveria passar por uma homogeneização cultural, dos costumes, da língua e do pensamento (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166), e quem não se adaptasse seria considerado nocivo ao projeto de nacionalização e, conseqüentemente, estaria excluído do convívio social. A pluralidade não tinha espaço no projeto de nação “una, indivisa e coesa” do Estado Novo.

Nesse projeto de formação da nacionalidade, alemães, italianos e japoneses foram vistos como elementos suspeitos de desagregação e potenciais traidores da pátria brasileira. Segundo Simon Schwartzman, os alemães eram vistos como os elementos mais perigosos, pois representariam, para a elite dirigente brasileira, “uma séria ameaça política pelo nível articulado de organização social, cultural e mesmo ideológica” (1984, p. 145). O trabalho de Adriano Duarte (1997) destaca a grande perseguição e o preconceito que sofreram os japoneses durante o Estado Novo. Foram considerados pelas autoridades como o enxofre, insolúvel, e descartados de qualquer projeto de assimilação étnica, pois seriam portadores de um baixo nível cultural, egoístas, refratários e de má-fé. Evitava-se essa miscigenação em defesa dos caracteres morfológicos do povo brasileiro, pois com todas essas características consideradas inatas, os japoneses não deveriam ser assimilados, diferentemente dos europeus, que eram desejados para uma assimilação. Penso ser uma tarefa difícil mensurar qual grupo étnico sofreu mais perseguições ou foi mais “incomodado”

no período; além disso, acredito que tais perseguições não devam ser explicadas simplesmente pelo viés étnico.

Por mais que tenha existido uma presença de germanistas e nazistas nas regiões coloniais do sul do Brasil, seria ingênuo supor que toda a repressão nacionalizadora esteve ligada somente ao combate do nazismo, à erradicação dos quistos étnicos e à assimilação desses imigrantes e seus descendentes aos referenciais da brasilidade. René Gertz (1987) atenta para o fato de as perseguições a imigrantes e seus descendentes estarem ligadas a preconceitos étnicos, mas também a questões políticas e econômicas locais. Para o autor, os alvos e objetivos da política de nacionalização, assim como as perseguições a imigrantes e seus descendentes em Santa Catarina, devem ser explicadas no contexto das contendas entre as oligarquias estaduais, nas disputas pelo poder econômico e político entre os Konder e os Ramos, e não somente na perspectiva ideológica de integração nacional.

Durante o Estado Novo, a noção de cidadania estava vinculada à noção de trabalhador. Todos os benefícios “doados” por Getúlio Vargas aos trabalhadores tinham a sua aquisição condicionada ao exercício de uma profissão reconhecida por lei, estar registrado e sindicalizado. Somente os trabalhadores sindicalizados garantiam o direito aos benefícios da nova legislação social. Trabalhadores rurais, temporários, moradores de rua, desempregados, autônomos, pedintes, inválidos e quem não conseguisse se enquadrar na nova ordem eram excluídos dos benefícios da legislação social e deixavam de ser “cidadãos”. Como destacou Adriano Duarte (1999), a exclusão social foi um dos signos desse conceito de cidadão-trabalhador do regime estado-novista.

As reformas urbanas, pelas quais algumas capitais brasileiras¹³ passaram nas décadas de 1930 e 1940, tiveram uma consequência funesta na proletarianização e nas condições de moradia das camadas populares que habitavam determinadas regiões dessas cidades. Junte-se a essas reformas a Lei do Inquilinato de 1942, que congelou os preços dos aluguéis e suspendeu as construções destinadas à locação pelas classes populares, levando a uma escassez de moradias disponíveis para aluguel. Na cidade de São Paulo, uma saída para essas populações desalojadas pelo “progresso” foi a busca pelos bairros mais afastados,

¹³ São Paulo, Fortaleza, Salvador, Belém, Curitiba.

periféricos, deixando o centro da cidade livre para o comércio e a rápida circulação de mercadorias. Outra saída era morar em cortiços nos bairros centrais, nos quais quatro a dez pessoas eram abrigadas por cômodo; em alguns casos, um banheiro era usado “harmonicamente” por 236,5 pessoas (DUARTE, 1999, p. 39).

Além dessas condições indignas e do aumento das tensões sociais pelas disputas por moradia, esses indivíduos eram vistos com suspeição pela sociedade em geral e pelas autoridades. O problema da habitação era considerado por muitas autoridades e órgãos do governo como a gênese do delito, a origem da perversão, a causa da delinquência. Ironicamente, morar em cortiços era considerado pelos órgãos estatais como um hábito cultural dessas pessoas, informado por suas experiências populares. Na interpretação estatal, esses “maus hábitos” arraigados na cultura dos trabalhadores deveriam passar por um processo de disciplinarização, normatização e eugeniação, criando “novos hábitos”, “novos valores” para uma “nova sociedade”, para um “novo Estado” – que buscava incessantemente despolitizar o espaço público e as relações trabalho/capital. Assim, a “luta pelo teto” foi apenas mais uma das faces de luta no Estado Novo por cidadania, mas foi igualmente o resultado de mais uma exclusão que as camadas populares sofreram no período.¹⁴

Os chamados malandros e aqueles que cultuavam a malandragem foram duramente perseguidos. A repressão à vadiagem intensificou-se, visando igualmente manifestações e sambas que não exaltassem o trabalho. O artigo 136 da Constituição de 1937 considerava o trabalho como um dever social, tornado a “prática da vadiagem” passível de detenção. A censura às músicas exercida pelo DIP, realizada anteriormente por outros órgãos (GOULART, 1990), buscava controlar a exaltação do não-trabalho e do malandro pelos compositores populares em sambas e marchas (PARANHOS, 2005, p. 117). Certamente que esse controle não foi absoluto, pois os compositores muitas vezes burlavam os censores ou destilavam a sua crítica com grande perspicácia.

¹⁴ DUARTE, Adriano. *Cidadania e exclusão: 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. P. 38. E em especial, o primeiro capítulo, que se refere ao reordenamento urbano de São Paulo nos anos 1940, à proletarianização e às dificuldades de moradia encontradas pelas camadas populares.

Devemos ser cuidadosos ao analisar o Estado Novo, para não enxergarmos os indivíduos através dos “olhos do Estado”, para os quais todos teriam recebido passivamente os valores dominantes estado-novistas. A ideia de uma sociedade em harmonia e consenso, com trabalhadores aceitando acriticamente e sem contestações as normas e leis do Estado Novo deve ser questionada. Nenhum indivíduo, em qualquer sociedade ou classe, aceita e absorve passivamente qualquer tipo de ideias, mas as recebe, interpreta, analisa e, após relacioná-las a sua experiência concreta e suas reais possibilidades de ação, seleciona o que melhor se adapta a suas necessidades e o que mais lhe auxilia na satisfação de seus interesses. Assim sendo, o projeto normativo e pedagógico do Estado Novo não obteve o sucesso nem a projeção esperados, pois o que os olhos do regime viam como “devassidão moral, lascívia, falta de recato, de decoro, os populares vivenciavam como miséria, baixos salários, carestia, falta de moradia, de saneamento básico” (DUARTE, 1999, p. 72). Nessa análise, que valoriza a compreensão e a ação dos indivíduos, estes são pensados como atores sociais que, passando por uma série de experiências sociais, políticas, econômicas e culturais, e a partir de alternativas possíveis, escolhem as suas estratégias, construindo e reforçando sua cultura política, buscando sempre melhorar suas condições de vida.

No plano econômico, a tecnocracia estatal compreendia que os empresários do setor privado não possuíam uma visão de longo prazo, seriam insensíveis aos interesses nacionais. Segundo a análise do regime, o empresariado brasileiro desejava negócios com rápido retorno, fato que impossibilitava o investimento em determinados setores que necessitavam de um período maior para produzir rendimentos (D'ARAUJO, 2005, p. 149). Muitas dessas indústrias e empresas, formadas por amigos e parentes que juntavam suas poupanças e economias, desejariam apenas auferir lucros o mais rápido possível.

Durante o Estado Novo, o Estado brasileiro era visto como a única instituição capaz de garantir a coesão nacional, realizando o bem público, acima dos interesses egoístas de indivíduos e grupos regionais. As funções do Estado não deveriam mais se restringir à proteção policial da propriedade privada, mas sim à liderança na coordenação da produção e da distribuição da riqueza nacional (OLIVEIRA et al., 1982, p. 133). Essa ampliação da ação do governo

federal no campo econômico passou pela manipulação de incentivos, como impostos, controle de câmbio, crédito e salários, cotas de importação, assim como pela intervenção direta, criando institutos e investimentos públicos em novas áreas como indústria, ferrovias, companhias de navegação, portos e empresas de economia mista (privado-pública). O Estado Novo deu especial atenção ao melhoramento das condições de acumulação de capitais e de reprodução da ordem econômica vigente, viabilizando a ampliação dos lucros, especialmente dos industriais (DUARTE, 1999).

Para Edgar Carone (1977), a partir de 1929, aconteceram momentos de queda e paralisação na produção industrial brasileira, que voltou a crescer entre 1933 e 1934, acompanhando um processo mundial de crescimento industrial. Segundo Maria Celina D'Araújo (2005, p. 151), em 1934, o governo de Getúlio Vargas passou a dispensar atenção especial à indústria, consequência de um impulso ocasional da crise de 1929. Essa atenção não significou um avanço tecnológico, mudanças no sistema de fabricação e nem uma aplicação de novas técnicas e novos meios de produção. As máquinas eram extremamente ultrapassadas, o rendimento continuava pequeno e a diversificação restrita. Na análise de Edgar Carone, foi somente com a Segunda Guerra Mundial, o fechamento do mercado consumidor europeu aos produtos primários nacionais e a escassez das importações que o governo brasileiro passou a incentivar efetivamente as atividades industriais.

Eli Diniz também argumenta que, entre 1933 e 1939, a indústria alcançou um ritmo de crescimento de 11,28% ao ano, superando assim o crescimento da agricultura. A partir desse momento, a indústria passou a ser o centro dinâmico da economia nacional, com o empresariado industrial se expandindo com grande rapidez, deixando a agricultura em segundo plano. Getúlio Vargas teria sido o administrador dessa transição na década de 1930, “de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade de natureza urbana e industrial” (DINIZ, 2005, p. 122). Para o autor, as reformas executadas no período entre 1930-1945 pelo poder estatal lançaram os fundamentos políticos institucionais para a gestação da industrialização no Brasil. Thomas Skidmore, por sua vez, indica que esse surto “espontâneo” de industrialização “foi auxiliado em fins da década de 30, por uma política consciente de intervenção estatal” (1982, p. 66). Para o historiador estadunidense, Getúlio Vargas elaborou uma política

de industrialização a partir do esforço de guerra iniciado em 1942, apesar de não deixar de destacar que, desde 1940, o governo já se empenhava sistematicamente no desenvolvimento industrial. A influência inicial para a industrialização teria partido dos militares, desejosos de uma indústria siderúrgica e de alguns conselheiros/empresários como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Alexandre Marcondes Filho.

A exportação de produtos manufaturados e minerais brasileiros durante a guerra foi um grande incentivo para a recuperação da economia (CARONE, 1977). Com a eminência do conflito, Alemanha e Itália estocaram matérias-primas e minerais. Após o bloqueio naval iniciado em 1940 pela Inglaterra, a importação de máquinas e outros bens de consumo para o Brasil foi dificultada. Já a exportação de minerais e tecidos teve um grande aumento, gerando, conseqüentemente, um crescimento econômico no Brasil. Nessa substituição de importações desencadeada pela guerra, além da criação de fábricas de papel, cimento, mármore, material ferroviário, alumínio, máquinas de costura, vidro etc., o governo começou a planejar a produção de aço e ferro no Brasil, objetivo atingido com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941.

Segundo os autores anteriormente mencionados, percebe-se que o regime estado-novista não teve uma política industrial clara, mas foi coordenando suas ações e ideias conforme as mudanças e oportunidades que os cenários nacional e internacional demonstravam. O período entre guerras foi um momento de grande instabilidade mundial e rápidas mudanças políticas, sociais e econômicas. Por esse motivo, acredito que o Estado Novo não tinha uma política clara de industrialização e de defesa da indústria, mas aproveitou a conjuntura de guerra favorável. Ao perceber as oportunidades que a indústria e a economia nacional teriam com o estado de beligerância, Getúlio Vargas e sua equipe de governo, a partir de cálculos imediatos e pragmáticos, desenvolveram suas ações no campo do comércio e da indústria.

Não é desconsiderado aqui o crescimento das indústrias nos anos 1930 e nem a transição de uma base produtiva agrícola-rural para uma base produtiva urbano-industrial. Contudo, entendo que esse crescimento industrial não foi simplesmente o resultado de um projeto definido do Estado Novo, mas esteve relacionado a uma série de fatores, entre os quais, a necessidade da criação de um mercado interno

nacional, com a substituição de importações; o fim do imposto de exportação interestadual; a crise no sistema de exportação de produtos primários; a desvalorização da moeda, visando a manutenção das importações frente à queda do preço do café nos mercados internacionais; e a Segunda Guerra Mundial.

1.2 – A Primeira República em Santa Catarina

No começo do século XX, o Partido Republicano Catarinense (PRC) era composto por representantes da classe média urbana, como funcionários públicos, comerciantes, pequenos proprietários industriais e profissionais liberais, mas também por grandes proprietários, representantes das camadas rurais do estado. O partido e a Primeira República em Santa Catarina foram influenciados por duas correntes, representadas por Lauro Müller e Hercílio Luz.

Müller, nascido em Itajaí, 2º tenente de engenharia formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, positivista, foi nomeado como o primeiro governador do estado por Deodoro da Fonseca em 24 de novembro de 1889 e estava ligado aos interesses do grupo agroexportador e latifundiário. Era o líder da chamada “linha dura” do Partido Republicano Catarinense, composta por Gustavo Richard, Felipe Schmidt e Vidal Ramos (CORRÊA, 1984, p. 21). Hercílio Luz, nascido em Florianópolis, formado em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi nomeado Diretor de Obras Públicas e Chefe da Comissão de Terras de Blumenau, em 07 de fevereiro de 1891. Obteve notoriedade estadual em 1893, durante a revolta federalista, quando estabeleceu um governo estadual paralelo em Blumenau. Por conta de seu trabalho na Comissão de Terras, aproximou-se da população local, incentivando o desenvolvimento demográfico e a construção de estradas coloniais, integrando-se à vida política, econômica, social e cultural da região de Blumenau. Estava ligado aos imigrantes do Vale do Itajaí, às companhias colonizadoras, à pequena lavoura e às pequenas indústrias dessa região (PAULI, 1976, p. 51). Tanto Hercílio Luz quanto Lauro Müller ocuparam o cargo de governador do estado por várias vezes na Primeira República – e quando não o fizeram, indicaram quem deveria ser o chefe do executivo catarinense. Ao assumir o executivo estadual pela primeira vez em 1894, Hercílio Luz propôs uma reformulação na tributação

estadual, referente à fortuna territorial e predial, até aquele momento, isenta. Para Luz, a principal fonte de renda do estado catarinense não poderia ser a taxaço sobre os produtos agrícolas da pequena lavoura. Apesar de suas reivindicaçoes, não obteve êxito na mudanço da sistema tributário – sua proposta contrariava os interesses do setor agroexportador e latifundiário do PRC (MEIRINHO, 1997).

Com o término do mandato de Hercílio Luz, em 1898, a ala do Partido Republicano Catarinense capitaneada por Lauro Müller assumiu o controle do estado até 1918. Como destaca Walter Piazza (1985, p. 123), sem uma oposiço organizada, os republicanos catarinenses sofreram os efeitos de seu crescimento com inevitáveis cisões internas. Algumas vezes, essas disputas acompanhavam contendas nacionais, como no caso da campanha presidencial de 1910, em que Hercílio Luz apoiou a Campanha Civilista de Rui Barbosa, e o PRC apoiou Hermes da Fonseca. Outras vezes, esses embates acompanhavam disputas estaduais relacionadas à tributação, à satisfaço de interesses particulares pelo uso da máquina pública e às indicaçoes para cargos eletivos. Contudo, mesmo que muitas dessas disputas seguissem tendências nacionais ou estaduais, sempre colocavam em lados opostos os representantes da indústria, do comércio e da pequena lavoura e os representantes da pecuária e da grande lavoura.

No ano de 1918, Lauro Müller viu o seu poder político nos planos estadual e federal diminuir. Na eleiço para o cargo de governador, ele e Vidal Ramos indicaram o nome de Abdon Baptista, representante de Joinville, ligado a produço e comercializaço da erva-mate e da madeira do planalto norte-catarinense. Hercílio Luz recusou o nome, impondo restriçoes a essa candidatura. A soluço foi a candidatura do próprio Müller para o cargo de governador, tendo Luz como candidato a vice. Existem indícios de um acordo prévio entre os vencedores do pleito eleitoral, pois Lauro Müller não assumiu o cargo, repassando a administraço do estado a Hercílio Luz. O fato representou uma vitória para Hercílio Luz, pois Abdon Baptista era representante dos interesses agropecuários, menos inclinado aos interesses da pequena lavoura e da indústria.¹⁵

¹⁵ A oposiço de Hercílio Luz ao nome de Abdon Baptista também pode estar relacionada ao fato de que este participou da revolta federalista de 1893, da qual Hercílio Luz foi um grande opositor em Santa Catarina.

Para Jali Meirinho (1997, p. 184), o desprestígio de Lauro Müller era fruto de uma campanha difamatória de seus adversários: cotado para ser candidato à presidência do país em 1918, teve que adiar seus planos por conta da Primeira Guerra Mundial e das acusações de conivência e simpatia para com a Alemanha. Com isso, Hercílio Luz assumiu o comando do estado e o controle do Partido Republicano Catarinense, e pela Lei n. 1231, de 29 de outubro de 1918, elaborada por Pedro Christiano Feddersen e Marcos Konder, instituiu o imposto sobre a fortuna territorial e predial, diminuindo o imposto sobre a exportação dos produtos da pequena lavoura e incentivando o capital industrial e comercial. Em novembro de 1920, Vidal Ramos, seu filho Nereu e seu sobrinho Aristiliano romperam com o PRC, formando a Reação Republicana em Santa Catarina. Carlos Humberto Corrêa (1984, p. 29) diz que esse rompimento teria sido causado pela recusa de Hercílio Luz ao nome de Nereu Ramos para uma vaga no Congresso Federal. Entretanto, convém destacar que a família Ramos era proprietária de muitas terras na região de Lages, ligada a grande propriedade e à pecuária; com a nova lei tributária de Luz, teve alguns interesses e negócios prejudicados. A partir de 1920, os Ramos iniciaram oposição a Hercílio Luz, aos Konder e aos grupos que em torno deles se aglutinavam – eram, em grande medida, contrários à grande propriedade e favoráveis aos interesses da pequena propriedade, da indústria e do comércio.

Com a morte de Hercílio Luz em 1924, seus aliados desde 1909, os irmãos Victor, Marcos e Adolfo Konder, passaram a controlar a política local e o Partido Republicano Catarinense. A polarização, que já marcava a política catarinense desde a proclamação da República, passava a ter, de um lado, os Konder, representantes do Vale do Itajaí e do nordeste do estado,¹⁶ ligados a indústria, pequena lavoura e interesses das oligarquias dessa região; e de outro, os Ramos, ligados à região do Planalto Catarinense,¹⁷ a grande propriedade e pecuária. Assim, para se ter uma ideia do poder político dos Konder antes de 1930, é preciso saber que em 1929, Adolfo Konder era o governador do estado; Marcos Konder era o líder da bancada republicana na

¹⁶ Nessas regiões, em 1944, localizavam-se os municípios de Blumenau, Brusque, Itajaí, Joinville, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul, Gaspar, Indaial, Hamônia, Timbó, Rodeio, Rio do Sul, São Bento do Sul, Mafra e Itaiópolis.

¹⁷ Em 1944, essa região era composta pelos municípios de Lages, São Joaquim, Curitiba, Campos Novos.

Assembleia Estadual e prefeito de Itajaí¹⁸; e Victor Konder era o Ministro da Viação no governo do presidente Washington Luiz.

Para Walter Piazza (1985, p. 422-3), contudo, essa polarização política não estava relacionada à tributação e ao favorecimento de determinados grupos e interesses econômicos por meio da máquina pública. Para esse autor, a polarização política em Santa Catarina teve início com a Revolta Federalista de 1893, quando Hercílio Luz demonstrou uma postura “pacifista” em relação aos federalistas vencidos, enquanto a “linha dura” do PRC mostrou-se contrária a essa aproximação, querendo um partido fechado. Nesse momento, teriam se formado polos de atrito, que se manifestaram nas eleições legislativas de 1900 e em outros momentos da Primeira República. Outros autores¹⁹, entretanto, indicam que a formação de um grupo oposicionista em Santa Catarina esteve de fato relacionada às mudanças na estrutura tributária defendida por Hercílio Luz.

Marcos Konder, em depoimento posterior, afirmou que a sua grande luta política foi pelo aumento dos impostos sobre a terra e pela diminuição desses sobre o capital (GERTZ, 1987). Victor Konder também foi grande defensor do imposto territorial único, alegando que o imposto sobre o capital e a exportação interestadual era contrário ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina (BARRETO, 2003, p. 170). Assim, considere neste trabalho que disputas políticas relacionadas à aproximação de republicanos com antigos adversários federalistas tenham sido responsáveis por grandes cisões internas no PRC, mas entendo que disputas relacionadas à tributação e ao beneficiamento de determinados setores econômicos em detrimento de outros também tiveram um peso significativo para a polarização que

¹⁸ Até 1930, era possível acumular cargos legislativos.

¹⁹ Cf. GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: nazismo, germanismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; NECKEL, Roselane. *A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003; BARRETO, Cristiane Manique. *Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX*. In: RAMPINELLI, Waldir (org.). *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003; AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "Fanáticos" do Contestado a "Opção pelos Pequenos"*. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991; MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense - 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

marcou a política catarinense de 1889 até a desarticulação política da oligarquia Ramos, na década de 1970. Ao mesmo tempo em que os Konder-Bornhausen se beneficiavam da ditadura civil-militar instaurada em 1964, ampliando seu poder e seus negócios, os Ramos, que se beneficiaram da ditadura estado-novista em 1937, davam seus últimos suspiros na política (MENDES, 1992).

É necessário destacar igualmente que alguns cidadãos com ascendência alemã, ou provenientes de regiões de colonização, tiveram grande influência na política catarinense durante a Primeira República. Isso se relaciona diretamente com o grande crescimento econômico que as regiões do Vale do Itajaí e do nordeste catarinense tiveram desde o final do século XIX. Entre os anos de 1880 e 1914, Santa Catarina passou por uma

transformação que podemos considerar estrutural, ou seja, a implantação da indústria tradicional (têxtil e alimentar), na zona de colonização do Vale do Itajaí e do Nordeste, superando parcialmente a economia voltada para produtos primários para a subsistência local e de complementação da subsistência do “centro” do país, para lá exportando o excedente agropecuário (CEAG/SC, 1980, p. 57).

Com a Primeira Guerra Mundial, as pequenas indústrias catarinenses passaram por um rápido processo de crescimento, resultado da necessidade da substituição de produtos importados fabricados pelos países em beligerância. Os lucros obtidos durante a guerra foram revertidos à própria indústria, gerando o desenvolvimento do setor no começo da década de 1920²⁰, favorecido pela formação de

²⁰ Até a virada do século XX, já estavam estabelecidas nas regiões do Vale do Itajaí e do nordeste de Santa Catarina, a Cia Hering, as tecelagens Karsten e Garcia, as fábricas de tecidos Carlos Renaux S/A e Döhler, e a fábrica de bordados Buettner S.A. Indústria e Comércio. Entre 1907 e 1929, foram fundadas a Cia Fabril Lepper, a Cia Industrial Schlösser, a Acolchoados Altenburg, a Bordados e Cadarços Haco, a Tecelagem Kuenrich – Tekka e a Têxtil Schmalz, entre outras. Cf. CEAG/SC – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980;

um incipiente mercado interno, assim como pela política econômica e cambial que visava manter o comércio e as exportações de café – e que favoreceu indiretamente a importação de bens de consumo e de equipamentos industriais (BOSSLE, 1988, p. 44). Entretanto, destaco como um motivo peculiar do estado catarinense a reforma tributária de 1918, que beneficiou e corroborou esse surto industrial verificado na década de 1920. Assim, ao mesmo tempo em que o poderio econômico das regiões coloniais crescia durante a Primeira República, sua influência política aumentava. Contrariamente, as tradicionais oligarquias do planalto, ligadas à grande lavoura e à criação de gado de corte, perdiam o seu poderio econômico e o prestígio político. As oligarquias que se aglutinavam em torno de Hercílio Luz, dos Konder e do Partido Republicano Catarinense, apesar de não se apresentarem como representantes das regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinenses, ou dos teuto-brasileiros,²¹ possuíam nesses locais seus interesses e suas bases políticas (GERTZ, 1987).

Nesse sentido, discordo da afirmação de Maria Luiza Tucci Carneiro, de que os imigrantes da região sul do Brasil teriam se tornado “cidadãos apáticos à política brasileira, com tendências ao auto-enclausuramento” (2005, p. 15). Em Santa Catarina, já existiam na Câmara Provincial deputados com sobrenomes alemães, desde 1880. Um relatório consular do sul do Brasil, de 1902, lamentava que a nova geração de teuto-brasileiros envolvia-se profundamente com os assuntos da política brasileira (GERTZ, 1987). Sendo assim, penso que qualquer ideia de uma baixa assimilação dos imigrantes alemães e dos teuto-brasileiros às sociedades regionais e a aversão destes à política, estadual e brasileira, deve ser encarada como interpretação historiográfica equivocada, que, de certa forma, supervaloriza a variável étnica.²² Com certeza existiam algumas pequenas

CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1982; BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988; FILHO, Alcides Goulart. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

²¹ Teuto-brasileiro é um dos termos utilizados para se referir aos filhos de imigrantes alemães nascidos no Brasil.

²² Essa perspectiva pode ser observada nos seguintes trabalhos: MONTEIRO, Jaecir. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940*. Dissertação (Mestrado). UFSC. Florianópolis, 1979; COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. Dissertação (Mestrado). São Carlos/SP: UFSCar,

comunidades rurais que não se encontravam ainda assimiladas à sociedade brasileira. Entretanto, cidades como Blumenau, Joinville e Itajaí estavam perfeitamente integradas à ordem econômica e política estadual. As comunicações dessas regiões catarinenses com o resto do Brasil eram melhores que as das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, com estradas de ferro e linhas de ônibus bem desenvolvidas no nordeste catarinense. De acordo com René Gertz:

Em Santa Catarina há portanto uma polarização entre a zona colonial, no nordeste do estado e o planalto, cujo centro é formado pela cidade de Lages. Apesar de que esta realidade nem sempre se manifestasse de maneira expressa durante a Primeira República, a linha que dividia as principais facções políticas do estado corria entre estas duas regiões. Desde o início da República o nordeste, mais moderno, ia se impondo ao planalto, tradicional. Com a Revolução de 30 o planalto reconquistou circunstancialmente o poder político. [...] O governo provisório após 1930 e seu sucessor legalmente eleito pertencem interessantemente ambos a esta família. Logo após a reconquista do poder iniciam o combate aos “quistos étnicos” (1987, p. 59).

Nesse sentido, acredito que os acontecimentos que ocorreram após 1930 em Santa Catarina devem ser interpretados na chave das disputas políticas e econômicas regionais e estaduais. O movimento de 30 marcou uma guinada na política catarinense. Adolfo Konder,

1993; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS: Alemanha*, módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997; SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro: PPGAS/URFJ, vol. 3, n. 1, p. 95-131, 1997; _____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 199-229; BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, op. cit., p. 137-166; CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006; _____. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

governador do estado entre 1926-1930, apoiou o candidato à presidência indicado pelo governo federal, o paulista Júlio Prestes. Já a oligarquia dos Ramos apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. Com a tomada do poder pelos revoltosos em outubro de 1930, a oposição assumiu o poder em Santa Catarina. Em seguida, deu início a uma série de ações contra as “regiões coloniais”, reduto das oligarquias desalojadas do poder, adversárias de Getúlio Vargas, e, principalmente, da oligarquia dos Ramos. Essa oposição entre o planalto – brasileiro, tradicional, ligado ao latifúndio – e o norte/nordeste do estado – industrial, ligado à pequena lavoura, moderno e germânico, presente durante a Primeira República – ganhou novos contornos quando os Ramos chegaram ao poder em 1930.

1.3 – O Estado Novo em Santa Catarina

Um dos primeiros atos do interventor nomeado em 1930, o general Ptolomeu de Assis Brasil, foi aumentar o imposto sobre o capital e diminuir o imposto sobre a terra, contrariando as mudanças de Hercílio Luz, instauradas em 1918.²³ Essa medida acertou em cheio as indústrias do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense. Ptolomeu de Assis Brasil também afastou dos cargos públicos todas as autoridades estaduais ligadas ao PRC e, em 1931, destinou 30% do território de Blumenau para a formação do município de Rio do Sul. Apesar de parte da população de Rio do Sul admitir interesse no desmembramento, a medida foi vista pela população em geral como uma punição ao governo estadual. O prefeito de Blumenau nomeado em 1931, Antônio Candido de Figueiredo, era um grande opositor do Partido Republicano Catarinense na região (FROTSCHER, 2007, p. 158).

Nas eleições de 1933 para a Assembleia Constituinte Federal, os agrupamentos políticos do estado organizaram-se em partidos: Partido Liberal Catarinense, liderado pelos Ramos; Partido Republicano Catarinense, pelos Konder; Legião Republicana, do coronel Henrique Rupp Jr.; e Partido Social Evolucionista, de influências tenentistas. Os republicanos saíram vitoriosos em Blumenau e Joinville, o que levou o então interventor Aristiliano

²³ Lei estadual n. 1231, de 29 de outubro de 1918.

Ramos a desanexar uma parte de Joinville para a criação do município de Jaraguá do Sul e a subdividir Blumenau em quatro novos municípios, em fevereiro de 1934: Gaspar, Indaial, Timbó e Dalbérgia (Hamônia). Esse segundo desmembramento em menos de quatro anos teve certa oposição em Blumenau, quando o comércio e algumas indústrias fecharam suas portas em protesto à ação do governo estadual. Aristiliano Ramos agiu rapidamente, determinando que um destacamento da polícia militar, armado com metralhadoras, ocupasse a cidade. A notícia chegou ao Rio de Janeiro como uma “convulsão hitlerista” em Blumenau, reprimida pelo governo (GERTZ, 1987, p. 66). Um acontecimento diretamente ligado às perseguições e disputas políticas regionais era noticiado na capital federal como ação do governo estadual para conter manifestações estrangeiras subversivas, contrárias ao interesse nacional. Deslocava-se o motivo da ação e legitimava-se sua repressão.

Deve-se ter claro que comunidades ou regiões coloniais não agiam e pensavam de maneira homogênea, motivadas simplesmente por um sentimento de pertencimento étnico. As clivagens nessas regiões coloniais passavam pelo grau de escolaridade, linhagens familiares, períodos de imigração, fator econômico, adaptação à colônia e fronteiras entre o catolicismo e o protestantismo. Como alerta René Gertz, devemos retirar a variável étnica do primeiro plano e lembrarmos que “a sociedade nestas regiões também possuía uma estratificação social e que ela se inseria num contexto político regional e nacional” (1987, p. 132). Assim, podemos inferir que a ideia de uma disputa étnico-cultural entre “brasileiros e alemães” não é satisfatória para explicar todos os conflitos nas regiões coloniais de Santa Catarina durante as décadas de 1930 e 1940. Ali, o governo estadual se aliou em vários momentos a teuto-brasileiros, visando diminuir a influência e o poder de seus adversários políticos, como no caso dos municípios de Dalbérgia, Gaspar e Indaial, onde, segundo uma reportagem do jornal *Blumenauer Zeitung*, prefeitos teuto-brasileiros conduziam a campanha de nacionalização (GERTZ, 1987, p. 178). Nesse sentido, acredito que perseguições não foram realizadas contra qualquer alemão ou teuto-brasileiro nessas regiões, mas àqueles que, de alguma forma, estavam ligados à estrutura de poder dos Konder, ao Partido Republicano Catarinense, aos integralistas após 1936 ou outros grupos com interesses contrários aos do governo estadual. Este buscava dar um fim à rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentava o poderio das oligarquias do nordeste e norte do estado.

Para atingir esse objetivo, Nereu Ramos se aliava a brasileiros, alemães, teuto-brasileiros ou italianos, desde que esses o auxiliassem na derrubada de seus adversários políticos. É dessa forma que a sociedade nestas regiões deve ser interpretada, pela heterogeneidade, mas não uma heterogeneidade étnica. Deve ser entendida como a “diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração” (PAOLI, 1987, p. 56). Situações essas determinadas muitas vezes pelas extensas jornadas de trabalho, reduções salariais por falhas, multas e atrasos, pela violência no ambiente das fábricas, pelo aumento do ritmo da produtividade, sujeira, ruído e falta de segurança, pela manipulação dos estigmas de gênero, raça, origem e idade.

Figura de destaque na política catarinense após a década de 1930, o advogado Nereu Ramos iniciou sua carreira política em 1911, quando foi eleito deputado estadual. Em 1919, foi reeleito, começando sua oposição ao Partido Republicano Catarinense, principalmente a Hercílio Luz e seus aliados. No ano de 1921, Nereu Ramos fundou a Reação Republicana em Santa Catarina, continuando sua oposição ao outro grupo de republicanos catarinenses sem muita força, até 1930, com o fim da hegemonia dos republicanos. Em 1927, fundou o Partido Liberal Catarinense, que apoiou a Aliança Liberal em 1929. Elegeu-se deputado federal em 1930, perdendo seu mandato quando Getúlio Vargas tomou o poder; apoiou os paulistas revoltosos em 1932, motivo pelo qual teve a sua prisão domiciliar decretada. Anistiado, foi eleito para a Constituinte Federal em 1934. Em seguida, elegeu-se governador do estado, substituindo seu primo Aristiliano Ramos, que ocupava o cargo de interventor desde 19 de abril de 1933, numa acirrada disputa política dentro do Partido Liberal Catarinense e também da família Ramos (CORRÊA, 1988). Com o Estado Novo, Nereu Ramos continuou governando Santa Catarina, pois desde sua eleição em 1935, garantira total apoio e solidariedade a Getúlio Vargas (CORRÊA, 1984, p. 216). Em janeiro de 1937, num encontro de interventores em Poços de Caldas (MG), Ramos apoiou as pretensões alimentadas por Vargas de endurecimento do regime (MENDES, 1992, p. 94). O apoio facilitou a permanência do catarinense no poder após 1937. Com o fim do Estado Novo, foi eleito senador e deputado federal, simultaneamente, em 1946, ocupando o cargo de vice-presidente do Brasil. Foi o único catarinense a ocupar o mais alto cargo

do executivo nacional, assumindo temporariamente a presidência em 11 de novembro de 1955.

Durante a sua administração estadual, Nereu Ramos desenvolveu uma série de estratégias educativas e assistenciais. A partir de 1935, foram criados vários asilos de menores, hospitais psiquiátricos, casas de detenção e escolas, tomados como ótimas instituições para a formação de um novo tipo de trabalhador-cidadão. Buscava-se uma modernidade regeneradora de hábitos e condutas, formando cidadãos saudáveis, produtivos e disciplinados, prontos para a nova nação brasileira que se pretendia construir. Essas ações de Nereu Ramos visavam regulamentar e ordenar os espaços rurais e urbanos, redefinir condutas visando cidadãos úteis às relações sociais em expansão nas cidades que passavam por um rápido processo de urbanização e industrialização. Para Cynthia Machado Campos (2008), essas políticas assistencialistas e educativas de Nereu Ramos objetivavam manter sob tutela massas urbanas que cresciam rapidamente. Podemos dizer que tanto governantes quanto elites e população em geral adotaram vários desses novos referenciais de conduta. Como acontecia no restante do país, em Santa Catarina, as políticas de assistência destinadas às camadas populares foram convertidas em instrumentos para a consolidação de um determinado tipo de sociedade e indústria.

A administração de Nereu Ramos também ficou marcada como momento de grande combate aos “quistos étnicos”. Desde a chegada ao poder da família Ramos, as regiões coloniais de Santa Catarina passaram a ser objeto de intervenções do governo estadual. O ano de 1930 marcou o começo de um processo de represálias às regiões que sustentavam politicamente e economicamente seus adversários políticos, o norte e o nordeste do estado, ligados à industrialização e à imigração.. Em 1936, os integralistas venceram as eleições na maioria dos municípios coloniais. Contrariado, Nereu Ramos reforçou ações de caráter intervencionista na região, muito antes das reações decorrentes da tentativa de golpe dos integralistas em março e maio de 1938 e da Campanha de Nacionalização. Tanto integralistas quanto republicanos possuíam sua base eleitoral em regiões coloniais no norte e nordeste do estado, constituindo a oposição ao governo estadual. Assim, com o pretexto de combate aos “quistos étnicos”, os Ramos buscaram enfraquecer seus adversários políticos e dismantelar suas bases de sustentação.

Como já assinalado, a historiografia, de maneira geral, costuma interpretar as intervenções nas regiões coloniais de Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940 pelo viés étnico. Fala-se que a diversidade cultural de Santa Catarina teria sido um grande empecilho à unidade nacional, pois o governo federal não sabia lidar com a diferença cultural (CAMPOS, 2008, p. 22). Há que se destacar que no Paraná e no Rio Grande do Sul, o movimento de 30 não acarretou grandes mudanças nas oligarquias. Aconteceram pequenas acomodações, sem grandes consequências nas regiões coloniais, pois estas não possuíam o peso político e econômico que das regiões coloniais de Santa Catarina. A particularidade do estado era o grande número de imigrantes que ali se estabeleceram. Estima-se que, entre 1834 e 1934, tenham entrado no estado 363.000 imigrantes: alemães, italianos, eslavos, japoneses, russos, entre outros. Segundo o censo de 1920, Santa Catarina possuía uma população de 668.743 habitantes.²⁴ Dessa forma, podemos inferir que a participação política, econômica e cultural dos imigrantes teve grande importância na configuração social do estado catarinense. Contudo, como destaca Adriano Duarte (2011), esses números muitas vezes são usados para esconder a expressiva presença negra no estado.

Tendo isso em vista, pretendo analisar como os preceitos ideológicos do Estado Novo foram colocados em prática em Santa Catarina, de que maneira foram recebidos, apropriados e ressignificados pela população catarinense na busca de seus interesses e na concretização de seus projetos políticos. A nacionalização do ensino e as perseguições aos imigrantes nas regiões coloniais serão analisadas no viés das disputas políticas e econômicas. Nesse sentido, descartei qualquer ideia de uma necessidade de integração das regiões coloniais à vida política, econômica, cultural e social catarinense, entendendo que esse discurso de “integração” foi utilizado como pretexto para uma intervenção nas regiões coloniais, mascarando os reais objetivos dessa investida do governo catarinense sobre determinadas cidades.

Por trás de um discurso de “construção do novo brasileiro”, “assimilação do imigrante europeu”, “nacionalização do estrangeiro”, “constituição da nacionalidade”, Nereu Ramos promoveu uma perseguição sistemática de seus adversários políticos nas regiões

²⁴

Disponível

em:

<

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>

>.

Acesso em: 02 de junho de 2013.

coloniais e no restante do estado catarinense. Enquanto em 1936, Getúlio Vargas enviava um representante pessoal para as comemorações do 25 de Julho²⁵ no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Nereu Ramos fechava o cerco às regiões coloniais. Antes de 1938, quando o governo federal determinou uma série de sanções em relação a participação política dos imigrantes, uso de idiomas estrangeiros, nacionalização do ensino e associações culturais, o governo catarinense já realizava uma grande intervenção nas regiões coloniais. Essa intervenção aumentou com a declaração de guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em 1942.

Certamente não descarto o impacto das políticas nacionais no estado catarinense, mas entendo que a Campanha de Nacionalização do Estado Novo trouxe um amparo legal para as ações de Nereu Ramos contra seus adversários políticos.

1.4 – As cartas para o interventor

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina encontram-se catorze livros com correspondências de catarinenses de diferentes classes sociais, variadas atividades profissionais e de praticamente todas as regiões do estado endereçadas a Nereu Ramos durante os anos de 1937 a 1945.²⁶ Esses catorze livros foram cuidadosamente pesquisados, fotografados e organizados; desse material, foram selecionadas 1071 cartas, nas quais se encontram pedidos, saudações, homenagens e denúncias das mais diferentes pessoas e instituições. Privilegiei correspondências de pessoas comuns, como barbeiros, professores, serralheiros, operários, mecânicos, padeiros, carpinteiros, funcionários públicos, pequenos proprietários de terra, colonos, imigrantes, enfim, todos aqueles personagens muitas vezes esquecidos pela história, toda a “gente comum” que participou ativamente daquele contexto histórico, vivenciando seus medos, angústias, incertezas e esperanças.

²⁵ No dia 25 de julho de 1824, os primeiros imigrantes alemães teriam chegado ao Rio Grande do Sul. Em 1934, essa data tornou-se feriado estadual no estado e, em 1935, em Santa Catarina.

²⁶ Fundo “Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Os pedidos encontrados nas cartas são variados, como o de uma moça da Palhoça, chamada Aurora Bastos, solicitando a Nereu Ramos que obrigasse a casar-se com ela um sujeito chamado Ipiranga, que a teria “desmoralizado”²⁷ passando por pedidos de aumento salarial, emprego, nomeações, remoções, transferências, bolsas de estudo, proteção, aposentadoria e libertação de presos políticos. Observam-se igualmente nessas cartas denúncias contra imigrantes e seus descendentes, autoridades que cometiam abusos, disputas pela posse de terras e de problemas com a Campanha de Nacionalização. Até mesmo Franklin Cascaes, grande ícone do patrimônio cultural da Ilha de Santa Catarina, enviou uma carta solicitando auxílio do interventor para que pudesse se dedicar mais à sua atividade, uma “ajuda” para aperfeiçoar-se na arte da escultura.²⁸

Esse fundo de correspondências do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina constitui-se de um material diversificado e amplo, que, além de pedidos e denúncias, demonstra os problemas de um estado onde seus habitantes passavam por grandes dificuldades. Para muitos catarinenses, uma carta para o interventor estadual ou para o presidente da República poderia ser uma oportunidade para melhorar de vida ou minimizar privações, fosse pelo pedido de um emprego, um benefício, fosse exigindo os próprios direitos junto ao poder estatal. Nesse material, é visível a grande diferença entre a imagem da nação harmônica, pregada pelo discurso estado-novista, e o Brasil real, com todas as suas contradições, explorações, lutas, impasses, complexidades e heterogeneidades.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se a Coleção do Gabinete Civil da Presidência da República, do Fundo da Secretaria da Presidência da República²⁹, onde existe uma série intitulada *Correspondências*. Nas 12 latas que compõem a série, estão arquivadas cartas de chefes de Estado, ministros, diplomatas, representantes de

²⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 1º semestre, p. 086V e 087. Palhoça, 06 de fevereiro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 50, 50v e 51. Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo I**: p. 187.

²⁹ Coleção Gabinete Civil da Presidência da República/Fundo da Secretaria da Presidência da República – BR AN RIO 35. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

entidades de classe, presos políticos e interventores estaduais, assim como correspondências de pessoas comuns enviadas de todos os estados brasileiros para Getúlio Vargas. Foi possível encontrar 206 cartas enviadas de Santa Catarina para o presidente da República, endereçadas por uma diversidade de catarinenses e pelo interventor estadual Nereu Ramos. Nelas, há pedidos de emprego, de suspensão da cobrança de impostos, de auxílio-financeiro, de pensões e aposentadorias, da mesma forma que denúncias de arbitrariedades cometidas por autoridades e interventores estaduais, de expulsões e apropriações indevidas de propriedades, e de roubos e expropriações diversas. Há mesmo o pedido de cinco tambores de gasolina para o transporte da produção de trigo, feito por agricultores da cidade de Cruzeiro (atual Joaçaba),³⁰ e um pedido de suspensão da cobrança dos impostos da fazenda do Coronel Fidêncio Melo Filho, na cidade de Chapecó.³¹ Em grande medida, os pedidos enviados para Getúlio Vargas seguiam o mesmo padrão daqueles enviados a Nereu Ramos. Entretanto, percebe-se igualmente grande quantidade de denúncias contra o interventor, autoridades públicas e seus aliados políticos. Aparentemente, escrever para Getúlio Vargas foi uma ação utilizada por um grande número de pessoas que tinha atritos com Ramos, ou que imaginava correr o risco de perder seus bens, ou ser preso por ordem do interventor catarinense. Nas cartas enviadas para Nereu Ramos também há críticas a ele e autoridades estaduais, porém, são mais brandas.

Segundo Jorge Ferreira, a “Secretaria da Presidência da República, órgão diretamente vinculado ao presidente da república, foi instituída entre 1930 e 1945 como um amplo e eficiente canal de comunicação entre o governo central e os diversos segmentos da sociedade” (1997, p. 70). Essa secretaria tinha a função de legitimar o regime estado-novista perante a sociedade brasileira e, por ser um órgão ligado diretamente ao presidente, atuava trocando informações com grandes ministérios e pequenas prefeituras de todo o país, recebendo correspondências de chefes de Estado e de pessoas provenientes dos estratos mais pobres da sociedade brasileira. Com relação à criação da Secretaria da Presidência da República, o

³⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 - Processo 35.814, de 18 de dezembro de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

³¹ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 35.941, de 18 de dezembro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

depoimento de Luiz Vergara indica que esta já existia entre os anos de 1889 e 1910, recebendo a denominação de Gabinete Civil entre os anos de 1911 e 1930. Sua situação foi regulamentada somente em 1930, com o seu secretário possuindo prerrogativas de ministro de Estado, um ministro sem pasta.³² A organização política e estatal do Brasil entre 1930 e 1945 foi responsável, de certo modo, pelo papel destacado que essa secretaria adquiriu, principalmente nos anos do Estado Novo. Com a volta do sistema político representativo em 1946, a comunicação por meio de cartas e as funções da Secretaria da Presidência da República perderam sua utilidade e relevância.

O envio de cartas durante o Estado Novo foi uma prática bastante utilizada pelos interventores estaduais e pelo presidente Getúlio Vargas, buscando levar legitimidade a um governo proveniente de um golpe de Estado. Foi uma tentativa de aproximar o chefe de Estado do homem comum, apagando as distâncias, estabelecendo proximidade entre governantes e governados. A postagem de cartas também foi incentivada pelo fechamento das Assembleias Constituintes e pela supressão da representação política liberal, pois essa comunicação compensaria a eliminação dos “intermediários entre o governo e o povo”. A população brasileira não precisaria mais de políticos para representá-la, poderia se dirigir diretamente ao presidente da República.

Certamente que a participação e a influência política de grupos de regionais não foram eliminadas das decisões sobre os destinos do país, mas tiveram que se adaptar ao novo governo e saber aproveitar as novas oportunidades que o Estado Novo possibilitava, consideravelmente reduzidas. A participação política das elites regionais passava então por departamentos, conselhos, comissões, autarquias e institutos, e pelos setores financeiro, agrícola, comercial e industrial, enquanto os trabalhadores participavam de sindicatos corporativos, reivindicações populares e de pedidos enviados por cartas para os seus governantes. Cada um a sua maneira se adaptava à nova situação e continuava a sua luta, dentro e fora da estrutura legal, através da ação direta ou indireta (FRENCH, 2001).

³² Luiz Vergara ocupou a direção da Secretaria da Presidência da República entre os anos de 1930 e 1935; entre os anos de 1935 a 1945, assumiu o cargo de secretário. Cf. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997. p. 72.

Contudo, não tenciono no presente trabalho analisar a propaganda do governo e sua tentativa de aproximação da população como algo aceito sem contestação, sem uma reflexão. Homens e mulheres aproveitaram as brechas do discurso do Estado para lutar por seus direitos e melhores condições de vida, readaptando e dando um novo significado aos preceitos ideológicos do regime, conforme seus próprios interesses (FERREIRA, 1997). Entendo que uma suposta aceitação e passividade da população brasileira frente ao discurso do regime podem indicar uma apropriação e manipulação da ideologia estado-novista, de maneira silenciosa, afinal de contas, tratava-se de uma ditadura, com grande repressão às vozes destoantes. Como E. P. Thompson destaca no seu livro *Costumes em Comum*, “o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães” (1998, p. 64).

1.4.1 – Breves notas sobre o trabalho com cartas

O ato de escrever cartas é praticado desde a Antiguidade Clássica, pois já nesse momento as cartas constituíam um gênero de escrita cultivado como forma literária. Apesar de a codificação do gênero epistolar ser antiga, as de Cícero (106 a. C. – 43 a. C.) foram os grandes modelos. Durante a Idade Média, a “história da correspondência epistolar esteve fortemente marcada pelas representações e práticas das instituições cristãs” (SOTO, 2007, p. 109). Entre alguns estudiosos, muitos deles conhecidos como *dictatores medievais*, que pesquisaram e escreveram sobre cartas, podemos destacar Caius Julius Victor e sua *Ars Rhetorica*, no século IV, assim como Alberico de Montecassino, com *Dictaminum Radii*, no século XI, e Adalberto Samaritano de Bolonha, autor de *Praecepta Dictaminum*, entre 1111-1118. Em oposição a essa escrita epistolar marcada pelas influências cristãs, os manuais italianos do século XV passaram a conceber a carta a partir da tradição clássica, como uma conversação entre amigos ausentes. No século XVIII, as missivas assumiram um caráter educativo, começando a ser utilizadas na formação de jovens, sendo chamadas de “a arte formadora da existência”. Por sua vez, no século XIX, as epístolas passaram a funcionar como uma maneira de interiorizar normas de convivência,

satisfazendo de certa forma uma vontade, uma busca de intimidade e privacidade que acompanhou a instalação da ordem burguesa no Ocidente.³³

Apesar de sua utilização desde a Antiguidade Clássica, as cartas foram consideradas, a partir do século XVIII, como parte integrante de uma modalidade de escrita chamada “escrita de si”, ou “escrita autorreferencial”. Esse gênero de escrita é composto também por diários, biografias e autobiografias, quando os indivíduos comuns passaram a produzir intencionalmente uma memória de si. Com a “escrita de si” e a sua popularização, o indivíduo moderno passou a constituir uma identidade para si através de seus documentos, guardando registros que materializavam a sua história e a dos grupos aos quais pertencia. Em grande medida, pode-se dizer que a “escrita de si” começou a se popularizar com a divulgação dos preceitos do Iluminismo e da Revolução Francesa. Como aponta Angela de Castro Gomes,

os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas (2004, p. 12).

Acompanhando esse processo histórico de constituição do indivíduo moderno, com um número cada vez maior de pessoas alfabetizadas, as inovações dos meios de transporte e tecnologias de comunicação, a carta acabou por se tornar, do século XIX até meados do século XX, um dos melhores e mais utilizados meios de comunicação, perdendo espaço somente com a popularização do telefone. Vale destacar que já era prática comum na França do século XVII o aluguel dos serviços de *secrétaires* por pessoas que não sabiam escrever, já que “saber escrever é condição – quase – indispensável,

³³ Cf. MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. P. 195-221; PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2001; SOTO, Ucy. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói/RJ: EDUFF, 2007.

mas não suficiente” para explicar a popularização dos usos e circulação de cartas em diferentes contextos (SOTO, 2007, p. 94).

No trabalho com cartas, o historiador decide o que procura nesses documentos, como interroga essas evidências históricas. Os textos nada revelarão por si, e o historiador, através de um interrogatório sério, deve encontrar ali as “vozes do passado”, pois “os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados” (THOMPSON, 1981, p. 54). Devemos dialogar com as hipóteses e os fatos, confrontá-los com outros documentos, pois nenhuma fonte histórica poderá fornecer separadamente informações suficientes para elucidar dúvidas referentes a determinado contexto. O diálogo com outros documentos fornece novas visões, permite a construção de hipóteses, diferentes maneiras de interpretar e narrar um acontecimento histórico.

Quando se trabalha com correspondências, deve-se evitar a excessiva proximidade com essas fontes, pois muitas vezes é possível deixar-se levar pelo discurso, pelo sentimento latente em uma escrita biográfica. É preciso atenção ao que Angela de Castro Gomes (1998) chama de a “ilusão da verdade” que os arquivos privados causam nos historiadores, uma vez que a grande maioria desses documentos refere-se a escritos pessoais, não destinados ao espaço público, e que revelariam o seu produtor de forma verdadeira, espontânea e autêntica:

Não sendo ficção, todas as cartas acabam por nos dar versões ficcionadas daquilo que nos queremos dizer, existindo um hiato profundo entre o que o autor da carta nos quis comunicar, o que ele escreveu na carta e aquilo que o destinatário mais tarde lerá (GALVÃO et al., 2000, p. 15).

Devemos problematizar este “efeito de verdade”, pois “é como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, reorganizar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa” (GOMES, 2004: 16).

Ao realizarmos um estudo com correspondências, ou com qualquer fonte histórica, devemos descartar qualquer intenção de saber o que “realmente aconteceu”, mas sim como o narrador dessa fonte

interpretou e relatou determinado momento, ou seja, o documento não dirá o que houve, e sim o que o missivista diz que aconteceu, viu, sentiu e experimentou em determinado acontecimento. Assim, faz-se necessário um interrogatório das fontes: quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais os seus objetivos? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos e temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário/linguagem? (GOMES, 2004, p. 21) É dever do historiador decifrar o sentido aparente da missiva, pois a subjetividade do remetente não está isenta das fantasias do seu tempo, de sua época (RESENDE, 2004).

Outro ponto que merece atenção quando se trabalha com cartas diz respeito ao que Antonio Castillo Gómez (2002) define como o “pacto epistolar”, no qual o autor não pode prescindir da aceitação do leitor, que deve aceitar a proposta de verdade inscrita na carta. Muitas vezes, esse leitor condiciona a maneira como a carta é escrita, seja no sentido de franqueza ou na linguagem utilizada, como também nos papéis “que o enunciador pode ‘escolher’ para si e ‘impor’ ao destinatário, numa espécie de jogo de espelhos, e de representação” (SOTO, 2007, p. 118). É possível interpretar as cartas como projeções simbólicas de quem a escreve, com indícios também para a compreensão de quem a recebe. Em vários trabalhos com cartas ficam facilmente perceptíveis diferentes formas de tratamento, relacionadas aos destinatários dessas. Percebem-se certas exigências de cortesia mais rígidas em cartas destinadas a “superiores”, a pessoas de um estrato social superior, e mais descontraídas quando encaminhadas a um familiar, amigo ou pessoa mais próxima.

As cartas utilizadas neste trabalho seguem geralmente um mesmo estilo e padrão, condicionado pelo destinatário, semelhantes ao descrito por Augusta Molinari em seu trabalho com cartas enviadas pelos trabalhadores de uma fábrica italiana ao seu proprietário, no início do século XX:

Mesmo quando prevalece o tom de protesto e de denúncia, a comunicação epistolar com a autoridade apresenta-se sob a forma de pedido de intervenção e ajuda. Trata-se de escritura de poder que reproduz modelos tradicionais de

relação com a autoridade, mas, ao mesmo tempo, renova e “personaliza”. Nas cartas, ocorre uma contaminação entre gêneros diversos de escritura: a de súplica, a de certificado burocrático, a da correspondência privada (MOLINARI, 2002: 152).

No caso das cartas enviadas ao governador catarinense e ao presidente da República também destaco a reivindicação de direitos reconhecidos legalmente e que eram descumpridos na prática.

Ao se analisar uma carta, devemos atentar para o contexto em que foi escrita e o seu suporte material, que pode ser composto por folhas arrancadas de um caderno ou por algum pedaço de papel de embrulho, o que nos auxilia a compreender as circunstâncias de sua escrita (MALATIAN, 2009). Muitas vezes,

uma carta expressa mais do que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise de sua trajetória e a identificação de seu destinatário, se individual, institucional ou familiar; permite a compreensão dos mecanismos de sua circulação e a sua presença num arquivo, isto é, o conhecimento dos gestos em prol de sua conservação deixa entrever os critérios que definiram sua importância (VENANCIO, 2002, p. 223).

As cartas também possibilitam esclarecimentos sobre difusões de ideias, a fixação de certas visões de mundo e como estas interferem na interpretação dos acontecimentos. Deve-se tentar compreender a que grupo ou classe social pertencia o missivista e o destinatário, evidenciando os territórios sociais destes dois atores, pois,

o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem codificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam,

constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva (MALATIAN, 2009, p. 200).

As correspondências ajudam a pensar sobre a maneira pela qual os indivíduos se constituem enquanto sujeitos, já que participam de diferentes locais sociais e vivenciam diferentes experiências que interferem na sua maneira de ver, interpretar e agir no mundo (CALDEIRA, 1984).

Neste trabalho, as cartas são analisadas como fontes históricas que possuem determinadas informações com “versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais ele se inteirou de diversas formas como conversas leituras, relatos” (MALATIAN, 2009, p. 204). Com isso, é possível dar voz a muitos anônimos da história, reconhecendo outras maneiras de se viver e de se narrar o vivido, compreendendo como uma realidade é construída, pensada e dada a ler.

As correspondências enviadas para Nereu Ramos e Getúlio Vargas nos aproximam da concretude e da heterogeneidade de experiências vividas por homens e mulheres, que se reinventavam constantemente, diferindo daqueles construídos pelo discurso hegemônico de harmonia do Estado Novo. Porém, é sempre bom lembrar que estas representações, ou esta tradução da realidade para o escrito, obedecem a determinados interesses e protocolos, o que faz com que a realidade apareça como interpretação.

Em minhas pesquisas, encontrei algumas obras que trabalham com cartas endereçadas a Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Joel Wolf fez uso delas ao analisar a relação de Getúlio Vargas com o operariado brasileiro, considerando-as como “talvez uma das mais úteis ferramentas para decifrar como os trabalhadores se posicionavam em relação a Vargas e seus programas” (WOLF, 1994, p. 45). Jorge Ferreira (1997) procurou reconstituir algumas ideias, crenças, práticas políticas e estratégias de vida de grupos sociais que viveram o período de 1930-1945, a partir da análise de cartas endereçadas a Vargas. Por sua vez, o trabalho de José Roberto Franco Reis (2002) discutiu o projeto de poder de Getúlio Vargas pela ótica de seus efeitos, com a análise da correspondência ao presidente observando como seus autores se apropriaram das mensagens e rituais de afirmação do regime, estabelecendo com este um processo de comunicação política.

O trabalho de Vanderlei Vazelesk (2006) analisou de maneira comparativa as propostas de inclusão dos trabalhadores rurais nos projetos de “modernização conservadora”, desenvolvidos pelos regimes varguista e peronista, partindo dos esforços das burocracias estatais para regular as relações trabalhistas no meio agrário. Por fim, um artigo de Ana Paula Vosne Martins (2008) abordou as cartas escritas para Getúlio Vargas solicitando o abono familiar, determinado pelo Decreto-lei n. 3.200 de 1941.

Em minha pesquisa, encontrei apenas um trabalho que analisou cartas enviadas a interventores estaduais. Foi o de Marlene de Fáveri (2002), que as utilizou ao realizar seu estudo sobre como a população civil vivenciou a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina, nas “franjas do cotidiano”, com múltiplos enfrentamentos e resistências. Após um cruzamento de referências, percebi que o acervo usado por Marlene de Fáveri não foi o mesmo aqui utilizado.³⁴

É possível explicar a falta de trabalhos sobre este tipo de correspondência por algumas razões. Primeiramente, não se sabe se todos os interventores utilizavam este meio de comunicação para se aproximar de seus conterrâneos. Contudo, no caso de Nereu Ramos, percebe-se que ele incentivava a população a escrever cartas. Além disso, essa falta de trabalhos também pode estar ligada a um desconhecimento de muitos historiadores a respeito da existência e localização destas fontes. Acredito que alguns arquivos estaduais podem ter sofrido avarias e perdas de material.

Seja como for, no contato com as correspondências endereçadas aos interventores estaduais percebe-se a diversidade, a qualidade e a riqueza que tais arquivos encerram, fornecendo uma excelente perspectiva regional em relação à ideologia do Estado Novo, revelando as especificidades locais que fornecem novos sentidos ao discurso do regime. Fontes como essas cartas dão voz aos atores

³⁴ Marlene de Fáveri fez uso do conjunto de *Ofícios Recebidos de Diversos ao Palácio do Governo*. Minha pesquisa foi realizada no acervo *Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Ambos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Reforçando minha conclusão, tentei localizar os ofícios usados por Marlene de Fáveri, mas não obtive êxito. Assim, ao que tudo indica, são dois fundos diferenciados. Fica a impressão que o fundo pesquisado pela autora possui um caráter mais oficial, estatal, enquanto o acervo usado neste trabalho parece ser mais informal.

excluídos da história e podem auxiliar no questionamento e na crítica a versões e interpretações historiográficas consagradas sobre o tema.

1.5 – O secretário do interventor catarinense

As cartas escritas para o interventor Nereu Ramos chegavam das mais diferentes regiões do estado e com os mais variados pedidos. Pela quantidade de cartas encontradas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, supõe-se que essa forma de comunicação foi usada pela população catarinense em grande medida. Segundo o censo de 1940, dos 1.178.340 habitantes do estado, 476.884 sabiam ler e escrever, indicando 40,47% da população catarinense alfabetizada.³⁵ É claro que, como já foi mencionado, o simples fato de uma percentagem populacional ser alfabetizada não explica satisfatoriamente um menor ou maior número de cartas enviadas aos interventores; contudo, não se pode desconsiderar esse expressivo número de pessoas alfabetizadas em Santa Catarina na década de 1940.

Entre alguns fatores que podem auxiliar a entender o grande volume de correspondências, é possível destacar a grande propaganda do regime estado-novista para que a população brasileira escrevesse aos interventores. Os jornais e as rádios veiculavam esses pedidos. Como o Estado brasileiro (personificado na pessoa de Getúlio Vargas) estaria identificado com a Nação (personificada no povo brasileiro), os mecanismos de comunicação entre a Nação e o governo estatal – os partidos políticos – foram considerados obsoletos, sua existência julgada desnecessária. Getúlio Vargas anunciava manter as portas de seu governo sempre abertas aos reclames do povo brasileiro, desejando ouvir e examinar, da melhor maneira possível, os interesses da coletividade.³⁶ A comunicação por cartas, aproximaria, então, a população brasileira das autoridades governamentais – legitimando a extinção dos partidos políticos e das Assembleias Constituintes.

³⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil – 1º de setembro de 1940*. Série Regional - Parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. P. 01.

³⁶ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, p. 167, *apud* CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 163.

Nas cartas enviadas ao interventor catarinense é fácil encontrar referências de que ele próprio e membros de seu governo recomendavam às pessoas que buscavam atendimento no Palácio do Governo que o fizessem por carta. Silvio Indalencio, noivo pobre que pedia um auxílio para contrair matrimônio com sua noiva, indicava em sua carta que procurara Nereu Ramos, que o atendeu cordialmente, “recomendando-me que lhe fizesse o pedido por carta.”³⁷ Epiphania Márcia Cavalheiro, de Florianópolis, esposa de um oficial reformado da Força Pública do Estado, que pedia a reintegração de seu marido ao posto que ocupava anteriormente, também destacou essa orientação: “tendo ontem me dirigido a V. Excia., e obtido por resposta que me dirigi-se por carta.”³⁸ Convém destacar que muitas pessoas viam essa comunicação como positiva e julgavam-na como uma maneira de aproximação do governador estadual, como se lê em carta vinda de Araranguá, escrita por Ângelo Canani, que expressava a sua convicção de que “toda reclamação escrita, dirigida ao chefe do governo do estado seria sempre objeto dos melhores estudos”.³⁹

Como um segundo fator para esse grande envio de cartas para o interventor catarinense durante o Estado Novo, destaco a formação de uma consciência sobre os próprios direitos pelos catarinenses, que viram no envio de correspondências uma possibilidade de reivindicá-los ou de denunciar abusos e ilegalidades. Percebendo essa oportunidade de comunicação direta com o aparelho estatal, trabalhadores a manipularam e utilizaram segundo suas possibilidades e necessidades.

Chamo a atenção para um terceiro fator motivador, qual seja, a resposta à quase totalidade das cartas enviadas para os interventores – não diretamente, mas em seus nomes. Da mesma forma, muitos missivistas tiveram seus pedidos atendidos. Nesse sentido, não se pode descartar que uma carta respondida pelo presidente da República ou

³⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 - 1º semestre, p. 190. Joinville, 14 de março de 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 078, 078V. Florianópolis, 18 de outubro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 216 e 217. Araranguá, 10 de novembro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

pelo interventor estadual, mesmo que fosse para negar um pedido, causava a impressão entre a população brasileira de que os administradores públicos realmente estavam interessados na melhoria das condições de vida da população brasileira. Essa impressão causada no imaginário popular era usada habilmente pelo regime para legitimar sua existência, sua “democracia autoritária” e o fim dos “intermediários entre o governo e o povo” (Cf. FERREIRA, 1997).

Dessa forma, acredito que todos esses fatores mencionados, num contexto de supressão da representação política liberal, foram responsáveis diretos pelo impulso que a comunicação por cartas teve durante o Estado Novo em Santa Catarina, e pela grande aceitação por parte dos catarinenses dessa comunicação política. A população, mais que ser manipulada ou cooptada por uma troca simbólica de seus direitos políticos por benefícios recebidos, soube usar todos os mecanismos de aproximação abertos pelo novo regime, todas as novas oportunidades de luta por seus direitos e melhores condições de vida.

O destino das correspondências enviadas ao interventor catarinense era o Palácio do Governo. Lá, eram recebidas pelos secretários da interventoria, que provavelmente foram dois ou três secretários diferentes durante o Estado Novo. Nos anos de 1938 e 1939, o secretário do interventor chamava-se Jaú Guedes da Fonseca.⁴⁰ Após 1940, ele foi substituído por outro secretário, que atendia pelo sobrenome de Alves. Encontrei algumas rubricas nas cartas que, por conta da má grafia, não possibilitaram a identificação do seu nome e sobrenome.⁴¹ O secretário Alves respondeu as cartas até o final de

⁴⁰ Jaú Guedes da Fonseca foi um jornalista, diretor de *A República*, no começo da década de 1930, vindo depois a ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado. Em 1938 e 1939, atuou como secretário do interventor, sendo nomeado em 17 de julho de 1939 por Francisco Campos conselheiro do Departamento Administrativo do Serviço Público de Santa Catarina (DASP). Cf. CORRÊA, Nereu. *Perfis e retratos em vários tons* – in memoriam. Florianópolis: Ed. UFSC, 1986. p. 128-32.

⁴¹ Não consegui encontrar fontes suficientes para montar um panorama da organização administrativa do palácio do governo ou da secretaria da interventoria catarinense. O conhecimento dessa organização estatal poderia me fornecer pistas a respeito da recepção, apuração e despacho de ofícios, cartas e correspondências diversas encaminhadas ao governador do estado. Por conta dessas limitações, minhas conclusões foram realizadas através de uma convergência de pequenas pistas, assinaturas e nomes encontrados nas correspondências encaminhadas ao palácio do governo, como também em

1945, dividindo a função, entre 1940 a 1945, com o 1º Tenente da Força Policial do Estado, Osmar Romão da Silva.⁴²

Para entender um pouco mais sobre a organização do Palácio do Governo com relação à recepção dessas cartas, vamos acompanhar uma missiva encaminhada por Guilhermina Batista em 1939, assim como a resposta que recebeu de Nereu Ramos, ou melhor, de seus secretários. Antes do pedido, Guilhermina Batista fala um pouco sobre sua trajetória de vida, destacando que sustentava as irmãs pequenas com o seu trabalho de costura; mas após proibição médica de fazê-lo, pois o trabalho estaria prejudicando a sua saúde, ela não conseguia sustentar as irmãs. Sabedora da existência de uma vaga como datilógrafa no Centro de Saúde de sua cidade, ela pediu ao interventor a sua indicação para o cargo. Explicava que, apesar da existência de muitas pretendentes à vaga, ela era a que possuía a mais precária situação de vida.⁴³

Ao que tudo indica, a carta foi recebida e lida no Palácio do Governo, pois no canto superior esquerdo encontra-se uma anotação a lápis, apontando que a carta fora respondida por Jaú, provavelmente Jaú Guedes da Fonseca, em 17 de agosto de 1939. A resposta à carta de Guilhermina Batista está localizada numa pasta que contém toda a correspondência expedida pelo Palácio relativa a assuntos e pedidos dos cidadãos catarinenses.⁴⁴ Assinada pelo secretário do interventor, Jaú Guedes da Fonseca, a resposta dizia que o próprio Nereu Ramos recebera a carta e determinara a resposta:

correspondências do governo respondendo aos reclames diversos e nos relatórios anuais do interventor catarinense encaminhados para o presidente da República.

⁴² Em 11 de novembro de 1942, o 1º tenente da Força Policial do Estado de Santa Catarina, Osmar Romão da Silva, pronunciou uma conferência no Clube 12 de Agosto sobre a “Unidade Geográfica”. *Segundo Congresso de Brasilidade* – Conferências comemorativas da passagem do primeiro quinquênio do Estado Nacional. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942. p. 21-35.

⁴³ Correspondências de Diversos para Palácio do Governo. Livro 1939, p. 298-299. Florianópolis, 15 de agosto de 1939.

⁴⁴ Este acervo encontra-se disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina: Cartas Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo.

Agradeço e acuso em nome do exmo. Interventor Nereu Ramos, o recebimento de sua carta, deste mês. Apraz-me informar que o Sr. Interventor Federal terá o maior prazer em aproveitá-la. Mas, só o poderá fazer, condicionando a sua nomeação de datilógrafa, a exigência legal de aprovação e classificação em concurso. Tendo o que me cumpre informar de ordem de s. exa. Subscrevome atenciosamente, Jaú Guedes, Secretário do Interventor.⁴⁵

O secretário do interventor catarinense adotou o mesmo procedimento da Secretaria da Presidência da República para responder as correspondências endereçadas a Getúlio Vargas. Jorge Ferreira (1997) demonstra que tais cartas, uma vez recebidas pela secretaria, eram transformadas em processos administrativos e encaminhadas para os órgãos competentes para um parecer sobre o pedido. A resposta sempre chegava ao interessado em nome de Getúlio Vargas, mesmo que ele não possuísse conhecimento sobre a carta e muito menos sobre o assunto.

Apesar da falta de registros sobre a organização da secretaria da interventoria em Santa Catarina, e levando-se em conta a resposta a Guilhermina Batista, acredito que os estados brasileiros adotaram os mesmos procedimentos dos secretários do presidente em suas comunicações com a população brasileira.

Várias das cartas enviadas ao interventor catarinense apresentam anotações sobre seu encaminhamento a diferentes órgãos. A carta de Maria Rodrigues Melo, por exemplo, pede a transferência de sua filha de Canoinhas, onde trabalhava como visitadora atendente concursada, para o Centro de Saúde de Florianópolis. Maria Rodrigues Melo argumenta saber da existência de outras pretendentes para a vaga, mas enumera alguns motivos – como a melhor colocação de sua filha no concurso e seu maior tempo de serviço – como razões suficientes para a nomeação.⁴⁶ Segundo uma anotação na própria carta,

⁴⁵ Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo. Livro 1938/1939. Florianópolis, 17 de agosto de 1939.

⁴⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 1º Semestre, p. 145. Florianópolis, 07 de abril de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

após ser analisada, foi encaminhada para o Secretário do Interior e Justiça, que, por sua vez, solicitou esclarecimentos ao Departamento de Saúde Pública estadual. A resposta do órgão menciona que todas as visitadoras atendentes do interior do estado desejavam exercer funções na capital, negando o pedido de transferência.⁴⁷

Partindo da análise das cartas de Guilhermina Batista e Maria Rodrigues Melo enviadas a Nereu Ramos e de sua comparação com o estudo de Jorge Ferreira, é possível inferir que estados e governo federal adotavam procedimentos parecidos quanto a recebimento, encaminhamento, resposta e resolução dos problemas apontados nas cartas. Entretanto, a especificidade de Santa Catarina pode ser a participação de Nereu Ramos neste processo. Provavelmente, o interventor catarinense era um dos responsáveis pela leitura e pelo encaminhamento de várias cartas para os órgãos que analisavam e julgavam os pedidos como aceitáveis ou não. Essa hipótese fica evidente nas assinaturas e rubricas encontradas em algumas delas, inclusive na correspondência de Maria Rodrigues Melo.⁴⁸ Ao compararmos uma carta contendo a assinatura do interventor, datada de 30 de setembro de 1937,⁴⁹ a várias assinaturas suas e rubricas de despacho,⁵⁰ é possível constatar a grande semelhança.

⁴⁷ Ibidem, p. 146-7.

⁴⁸ As fotografias que comprovam a semelhança das assinaturas e rubricas encontram-se anexadas ao final deste trabalho. O leitor poderá tirar suas próprias conclusões sobre a possibilidade de Nereu Ramos ler e responder várias cartas. **Anexo II:** p. 190 – Foto contendo uma rubrica de Nereu Ramos, na parte superior esquerda: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 1º Semestre, p. 145. Florianópolis, 07 de abril de 1942. **Anexo III:** p. 191 - Rubrica de Nereu Ramos ampliada: idem.

⁴⁹ **Anexo IV:** p. 192 – Foto contendo a assinatura de Nereu Ramos: Cartas Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo. Livro 1938/1939. Florianópolis, 30 de setembro de 1937. **Anexo V:** p. 193 – Detalhe da assinatura de Nereu Ramos: idem. Foto abaixo: Detalhe da rubrica de Nereu Ramos. Levando-se em consideração a semelhança das assinaturas, podemos inferir que o governador catarinense lia e despachava muitas das cartas enviadas para o Palácio do Governo: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º Semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940.

⁵⁰ **Anexo VI:** p. 194 – Foto contendo uma rubrica de Nereu Ramos no canto superior direito: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 182. Florianópolis, 26 de maio de 1939. **Anexo VII:** p. 195 - Foto contendo a rubrica de Nereu Ramos no canto superior esquerdo:

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º Semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940. **Anexo VIII**: p. 196 – Detalhe da rubrica de Nereu Ramos no canto superior esquerdo: *idem*.

CAPÍTULO 2 – A INTEGRAÇÃO NACIONAL E OS EXCESSOS DO ESTADO NOVO EM SANTA CATARINA

O movimento de 1930, e principalmente o Estado Novo, são vistos por certa parcela da historiografia como o momento em que as oligarquias regionais e estaduais perderam todo poder e influência na gestão dos negócios públicos estaduais, frente a um poder executivo federal forte, centralizado e que pretendia a integração nacional e o rompimento com esses grupos estaduais. Contudo, quando analisamos as relações entre as elites políticas estaduais e o executivo federal nesse período, fica claro que Getúlio Vargas precisou negociar e conceder benefícios a oligarquias estaduais. Essa relação entre o presidente e os interventores estaduais não foi impositiva, mas marcada por arranjos e conchavos que pretendiam a manutenção das oligarquias regionais, mas também a legitimação do Estado Novo.

Em Santa Catarina, apesar de a oligarquia estadual dos Konder ter sido afastada em 1930, outra oligarquia catarinense assumiu o governo do estado, a dos Ramos. Ao se investigar o contexto estado-novista em terras catarinense, constata-se que os Ramos possuíam grande poder político e econômico, sendo que ordens e discursos de Getúlio Vargas eram interpretados, modificados e colocados em prática conforme os interesses dessa oligarquia. Muito mais do que uma imposição das vontades de Vargas, o Estado Novo foi um momento de negociações entre uma elite política nacional e as elites políticas estaduais, que aproveitaram esse contexto para ampliar seu poder, suas bases de sustentação e perseguir seus adversários políticos. Assim, considero ser necessário pensar essas relações não como dominação ou cooptação, mas pelo viés da negociação, da conveniência e, em muitos casos, da convergência de interesses.

Segundo Carlos Humberto Corrêa:

Em Santa Catarina, os 40 anos iniciais da república mostraram-se fortes a ponto de resistirem às mudanças pretendidas. Na realidade, as estruturas antigas jamais desapareceram por completo, restando submersas e latentes como presença constante no cenário político local. Os mecanismos implantados pelo movimento de 30

não foram suficientes para apagarem definitiva e abruptamente as estruturas e seus chefes consolidados desde a proclamação da república (1984, p. 232).

Apesar da pretensa centralização política, Getúlio Vargas nunca conseguiu dominar o processo político local e regional, precisando sempre levar em conta as particularidades e os interesses dos grupos regionais para traçar suas próprias ações.

2.1 – O assassinato de Ricardo Gruenwaldt e as disputas políticas entre integralistas e liberais em Santa Catarina

Uma disputa política que pode ser considerada exemplo dos excessos do governo de Santa Catarina contra seus adversários políticos aconteceu entre representantes do Partido Liberal Catarinense, capitaneados por Nereu Ramos, e o grupo da Ação Integralista Brasileira de Jaraguá do Sul. Nessa ocasião, o interventor catarinense utilizou-se dos estigmas disseminados pelo governo federal na década de 1930 para legitimar suas ações violentas contra os integralistas de Jaraguá do Sul. Assim sendo, acusar os integralistas de serem nazistas e associá-los a um suposto “hitlerismo” foi a maneira encontrada para conseguir o consentimento da população catarinense a invasões, prisões e assassinatos. Ao combater o integralismo e sua “influência nazista”, Nereu Ramos estaria colaborando com o projeto de construção do Estado Nacional e de defesa na nacionalidade.

Defendo aqui a hipótese de que a maioria das ações praticadas por Nereu Ramos contra os integralistas foi motivada por disputas políticas e econômicas. As vitórias dos integralistas nas eleições municipais de 1936 afetaram seriamente o ânimo do interventor, e a partir desse momento, houve o aumento de ações violentas e incidentes envolvendo integralistas em Santa Catarina, e o combate ao nazismo certamente não era o principal objetivo dessas ações. Rotular seus opositores de nazistas era conveniente, criava condições legais para reprimi-los e, desse modo, eliminava dois opositores em um só movimento.

Uma carta enviada de Jaraguá do Sul ao presidente Getúlio Vargas, em 14 de agosto de 1937, denuncia um assassinato praticado pelo delegado de polícia desse município (convém destacar que a nomeação dos delegados de polícia no estado era uma das atribuições do governador)⁵¹:

Como consequência da impunidade dos crimes anteriores, estamos atravessando neste estado um ambiente de apreensões e insegurança, que culminou hoje no bárbaro assassinato do presidente da câmara municipal de Jaraguá do Sul, praticado pelo delegado de polícia, na própria residência da vítima. Diante da consumação de mais esse atentado que esboça a situação que atravessaremos em dias futuros, e com o devido respeito exprimimos a vossência nosso mais veemente protesto.⁵²

A carta está assinada por oito prefeitos das regiões do Vale do Itajaí e norte catarinense: Leopoldo Gerente, prefeito de Jaraguá do Sul; Aristides Largura, prefeito de Joinville; Alberto Stein, prefeito de Blumenau; Carlos Brandes, prefeito de Timbó; Antonio Venera dos Santos, prefeito de São Bento do Sul; Frederico Schmidt, prefeito de Hamônia; Matheus Conceição, prefeito de Rio do Sul; e Adolfo Walendosck, prefeito de Brusque. Com exceção do prefeito de Brusque, todos eram integralistas, eleitos em 1º março de 1936, derrotando os candidatos do Partido Liberal Catarinense e do Partido Republicano Catarinense. Dessa forma, acredito que uma maneira satisfatória de entender esses conflitos entre prefeitos e vereadores do Vale do Itajaí e do nordeste catarinense e o interventor do estado e seus

⁵¹ Segundo o Artigo n. 46 da Constituição Estadual de 25 de agosto de 1935, “competete ao governador... nomear e demitir, livremente, os secretários de Estado, os chefes de polícia, o prefeito da capital”, assim como o Artigo n. 154, que determina que a Força Pública é uma “corporação militar essencialmente obediente ao governo do Estado”. Constituição Estadual de Santa Catarina de 1935.

⁵² Gabinete Civil da Presidência da República - Lata 26, Processo 9.965 de 14 de agosto de 1937. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo IX**: p. 197.

representantes municipais, no caso em questão um delegado de polícia, é relacioná-los com as disputas políticas entre liberais e integralistas.

Para entender o integralismo em Santa Catarina, torna-se imprescindível uma análise do cenário mundial após a Primeira Guerra e o aparecimento dos fascismos, assim como é necessário compreender suas aproximações e conflitos com o Partido Republicano Catarinense e os Konder, mas principalmente com o Partido Liberal Catarinense de Nereu Ramos.

2.1.1 – O integralismo no Brasil: entre disputas e consensos

O período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda ficou marcado como um momento de ascensão de regimes políticos ultranacionalistas, ligados à direita radical, conhecidos como fascismos. O primeiro movimento fascista de relevância aconteceu na Itália, onde Benito Mussolini assumiu o poder em 1922. O movimento nacional-socialista que surgiu na Alemanha na década de 1920, e assumiu o poder em 1933, também foi um exemplo e uma fonte de inspiração para outros regimes fascistas que se espalharam pelo mundo. Segundo Hobsbawm (1995, p. 115), entre os 65 países legalmente constituídos e reconhecidos no mundo em 1944, apenas 12 possuíam regimes constitucionais. Entre 1917 e 1942, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram do mapa mundial. Os principais intelectuais do integralismo brasileiro tiveram sua formação em sintonia com esses pensamentos de direita, marcados por uma forte contestação do sistema liberal, que entendiam como incapaz de resolver os problemas sociais que assolavam o mundo desde o final do século XIX.

A Primeira Guerra representou para muitos o fracasso do sistema liberal, pois motivos imperialistas teriam sido responsáveis pela eclosão do conflito. Naquele contexto, o socialismo e o capitalismo foram considerados como resultado da decadência dos ideais liberais da Revolução Francesa. Considerava-se que, apesar da suposta liberdade que o sistema liberal-democrático proporcionava, o capitalismo facilitaria a exploração do homem pelo homem, através do enfraquecimento da participação do Estado na economia e da omissão deste na regulação das relações entre capital e trabalho. A consequência desse Estado liberal seria a exploração da maioria da

população, que se tornava presa fácil de uma pequena camada que possuía o capital e os meios de produção. O socialismo, por sua vez, representaria uma séria ameaça, pois intensificaria os conflitos de classe, vistos como perigosos. Após a Revolução Russa de 1917, o medo do comunismo e de uma revolução social deixava parcelas consideráveis da população mundial horrorizadas com qualquer manifestação por melhores condições de vida ou reivindicações de direitos por parte dos trabalhadores. O agravamento dos conflitos sociais, um Estado velho, com instituições que não atendiam mais a realidade, um ressentimento contra os tratados de paz após a Primeira Guerra, fortes movimentos socialistas parecendo ameaçar a ordem mundial com uma revolução social e o surgimento da sociedade de massas exigiam alguma ação das velhas elites governamentais, que “desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultrarradicais” (HOBSBAWM, 1995, p. 130). Nesse cenário, impregnado de novos atores sociais, ideias, conflitos e ameaças, surgiram na Europa os regimes fascistas. Cada um dos regimes inspirados nos fascismos europeus possuíam suas especificidades nacionais, contudo, todos defendiam um estado antiliberal, autoritário, centralizador e interventor, que comandasse a economia e limitasse a participação política da sociedade, regulando a vida pública e privada. A ascensão dessa direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi uma “resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular” (HOBSBAWM, 1995, p. 127).

A década de 1920 no Brasil representou um período de inúmeras transformações intelectuais, políticas e econômicas. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi considerada como o início de uma mudança na maneira de se ver o povo brasileiro, pois defendia o abandono dos modelos internacionais, uma volta às nossas origens, valorizando a produção literária e artística brasileira, resgatando nossa mestiçagem, que até então era questionada como causa de nosso atraso econômico, político, cultural e social. Outro fato importante, que também demonstrou a ação de novas forças nas áreas política e econômica, foi a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), que tinha como um de seus objetivos organizar as classes produtoras na reivindicação de seus direitos. Um sentimento de renovação espiritual também começou a tomar forma nos mais diferentes setores sociais, tendo como ponto culminante a fundação do Centro D. Vital, ligado à Igreja Católica – Plínio Salgado utilizou essa ideia de “renovação

espiritual” como uma das bases do integralismo. Por fim, o tenentismo, cujo ápice, na revolta do Forte de Copacabana também em 1922, mostrou a insatisfação de uma parte dos militares quanto ao sistema político e econômico brasileiro e à impossibilidade de alguma mudança da base social agrário-exportadora por meio do voto.

Alberto Torres foi um dos precursores do pensamento autoritário no Brasil, que ganhava força no início do século XX; tornou-se mesmo um autor muito admirado pelos integralistas. Outro pensador que merece destaque é Miguel Reale, que, junto com Plínio Salgado, foi um dos mentores da ideologia integralista. Forneceu as bases para o pensamento corporativista pela defesa da integração entre nação e Estado e pelo combate aos partidos políticos, chegando a sugerir que o fascismo seria a reação do Estado contra as forças que queriam subjugar-lo. Já Gustavo Barroso, outro intelectual do integralismo, tinha um pensamento marcado pelo antissemitismo. Foi seu maior propagador e defensor, demonstrando simpatia ao nazismo e escrevendo sobre os problemas do capitalismo financeiro internacional, associando-o aos judeus. É necessário frisar que esse pensamento antissemita não era unanimidade no movimento integralista. O único ideólogo integralista que o defendia abertamente era Barroso (MAIO, et al., 2003, p. 56). Em Santa Catarina, apesar do antissemitismo de alguns discursos, houve casos de judeus imigrados nas fileiras integralistas, como o advogado Max Mayr, em Blumenau (GERTZ, 1987, p. 190).

Plínio Salgado destacou-se como principal figura do movimento integralista, defendendo que a grande miscigenação brasileira daria origem a uma raça superior e que os intelectuais deveriam abandonar suas “torres de marfim” e se incorporar à realidade brasileira, por meio de uma análise crítica sem modelos estrangeiros, criando um novo pensamento político que desse conta da situação nacional. Sua concepção política estava na confluência do despertar nacionalista, da instalação dos fascismos na Europa, da revolução literária e da renovação espiritual do começo do século XX.⁵³

⁵³ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

Em 24 de fevereiro de 1932 foi fundada em São Paulo a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), para investigar a sociedade brasileira e descobrir a melhor solução para os problemas nacionais. Essa sociedade tornou-se o centro de reflexão ideológica dos futuros integralistas, que ali elaboraram o Manifesto de Outubro de 1932, ou Manifesto Integralista, que marcou a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta surgiu com um forte sentimento nacionalista, em oposição a um internacionalismo comunista, pregando a unidade nacional e o anticosmopolitismo. Os integralistas se opunham aos princípios fundamentais do liberalismo, como a liberdade política, intelectual, o sufrágio universal e o pluripartidarismo, pois consideravam que, nesse sistema, “fortes” dominavam os “fracos”, por conta do enfraquecimento do poder do Estado na regulação da economia, das desigualdades e dos conflitos sociais (TRINDADE, 1979). Para o integralismo, o Estado liberal-democrático seria opressor, e sua ideia de liberdade ameaçaria a disciplina e o equilíbrio social. Assim sendo, a ideologia integralista buscava no passado brasileiro uma reação contra essa “influência estrangeira”.

A AIB é considerada o primeiro partido político de implementação nacional. Apesar de algumas divergências quanto aos números – Hégio Trindade (1979, p. 01) cita que o integralismo possuía meio milhão de aderentes, enquanto Rosa Maria Feiteiro Cavallari (1999, p. 34) indica que, em 1937, contava com 1.352.000 inscritos –, não é possível negar o grande sucesso e a aceitação que a AIB encontrou na sociedade brasileira. Como explica Walter Piazza (1985, p. 19), a “existência de fascismos (pelo mundo) não é suficiente para explicar a expansão integralista no Brasil”, pois se deve considerar o grande descontentamento relativo à situação política e um ambiente favorável à germinação de um movimento com essas características.

2.1.2 – O integralismo em Santa Catarina

O integralismo teve seus primeiros núcleos catarinenses fundados no começo do ano de 1934, nas cidades de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis. Nas eleições daquele ano para a Assembleia Constituinte Estadual e para a Câmara Federal, os integralistas lançaram candidatos próprios, disputando o pleito contra

os candidatos do Partido Republicano Catarinense (Coligação Republicana) e os do Partido Liberal Catarinense. Apesar dos poucos votos, os integralistas foram considerados por analistas da época como decisivos para o resultado final, pois teriam “roubado votos à Coligação, contribuindo desta forma para a vitória dos republicanos-liberais de Nereu Ramos” (PIAZZA, 1985, p. 18). Sua força política aumentou em 1935, com a fundação de mais núcleos em Santa Catarina e a criação de vários jornais que divulgavam sua ideologia.⁵⁴

Esse crescimento causava preocupação nas tradicionais elites do Vale do Itajaí, como se percebe no discurso feito por Marcos Konder, tradicional representante das elites da região do Vale do Itajaí e do Partido Republicano Catarinense, quando assumiu o cargo de deputado estadual, em 1935. Em vez de atacar Nereu Ramos e os liberais que tinham tomado o poder em Santa Catarina em 1930, desalojando sua família do governo do estado, Konder hostilizou o integralismo, num longo discurso intitulado *Democracia, integralismo e comunismo*, no qual considerou o integralismo como um mal tão nocivo quanto o comunismo (GERTZ, 1987). Essa investida contra os adeptos do sigma pode estar relacionada ao fato de tanto integralistas quanto republicanos possuírem suas bases políticas no Vale do Itajaí e nordeste do estado, o que gerava acirrada disputa. Assim, é correto afirmar que, a partir de 1935, o integralismo passou a ser considerado a principal ameaça ao poder das tradicionais lideranças republicanas das regiões do Vale do Itajaí e nordeste catarinense – uma ameaça considerada mais perigosa que o governo dos Ramos, pois liberais e republicanos se uniram nas eleições municipais de 1936 para conter o avanço integralista (GERTZ, 1987, p. 183).

O crescimento da AIB em Santa Catarina não chamou somente a atenção dos republicanos, visto que os liberais também começaram a olhar com apreensão o movimento liderado por Plínio Salgado. Essa rápida expansão em terras catarinenses também chamou a atenção da

⁵⁴ Entre os jornais fundados em Santa Catarina, podemos destacar o *Anauê* e o *Die Zukunft*, em 1934, e o *Pliniano*, em 1935, em Joinville; o *Flama*, em 1935, e o *Flama Verde*, em 1936, em Florianópolis; o *Alvorada*, em 1935, em Blumenau; o *Jaraguá*, em 1934, em Jaraguá do Sul; o *Mocidade*, em 1935, em Lages; e o *Voz do Sul*, em Laguna, em 1935. Cf. ZANELATTO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder no sul catarinense na década de 30*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2007. P. 43.

diretoria nacional integralista, que realizou o I Congresso Integralista das Províncias do Sul em Blumenau, que contou com a presença de representantes de sete estados, em outubro de 1935.

Nas cidades de Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul, aconteceram alianças políticas inusitadas para contê-los nas eleições de 1936, colocando do mesmo lado republicanos e liberais. Em Joinville, foi criada a Frente Única Pró-Joinville; em Blumenau, a União Democrática Blumenauense; e em Jaraguá do Sul, a Frente Única. A grande demonstração de força política aconteceu nas eleições municipais, quando a AIB elegeu oito prefeitos, 72 vereadores e dezenas de juizes de paz, tendo um razoável desempenho na região sul do estado (ZANELATTO, 2007, p. 19), assim como um expressivo número de prefeitos e vereadores eleitos nas regiões do Vale do Itajaí e nordeste.⁵⁵ Victor Konder, tradicional líder político do Partido Republicano Catarinense no Vale do Itajaí, não conseguiu sequer se eleger vereador em Blumenau no pleito de 1936. O período posterior a essas eleições foi um momento de investida de Nereu Ramos contra os prefeitos e partidários integralistas, com inúmeros confrontos, inclusive com vítimas fatais.⁵⁶ Todos esses prefeitos integralistas eleitos em 1936 foram depostos logo após o golpe de 10 de novembro de 1937.

Mesmo que os Konder e os Ramos tivessem se unido para conter o avanço do integralismo, não tiveram sucesso. Ao ser indagado sobre a vitória dos inimigos políticos, Nereu Ramos respondeu:

Quero explicar-lhes a vitória do integralismo, ou melhor, do hitlerismo... Eu disse hitlerismo, porque ali o fenômeno do integralismo não se apresenta com as mesmas características que nos demais estados da federação. Em todos os

⁵⁵ Alberto Stein, prefeito de Blumenau; Aristides Largura, prefeito de Joinville; Mateus Conceição, prefeito de Rio do Sul; Frederico Schmidt, prefeito de Hamônia (Ibirama); Antonio Venera dos Santos, prefeito de São Bento do Sul; Carlos Brandes, prefeito de Timbó; Angelo Tomelin, prefeito de Rodeio; Leopoldo Gerente, prefeito de Jaraguá do Sul. Cf. PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Ed. ALESC, 1985. P. 19.

⁵⁶ Um exemplo de vítima fatal foi o presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, como denunciado na carta enviada pelos oito prefeitos do Vale do Itajaí ao presidente Getúlio Vargas.

municípios que o integralismo venceu, predomina o elemento alemão. A bandeira não é Plínio Salgado, mas sim Hitler. Quando se pergunta a um colono “és integralista?” , ele responde “sou hitlerista”. Creio que está na hora de se iniciar uma enérgica obra nacionalizadora nos municípios em que a colonização alemã não quer adaptar-se à vida brasileira (GERTZ, 1987, p. 112).

Ao associar integralismo e nazismo, o governo estadual difundia a ideia de imigrantes não integrados à realidade nacional constituindo as fileiras integralistas. Vale destacar que desde o final do ano de 1934, os integralistas já eram combatidos pelos liberais e pelos republicanos.

Com relação a uma suposta simpatia da população teuta pelo nazismo, René Gertz (1987, p. 80-92) destaca que existiram dois posicionamentos entre a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha e a ação dos partidários nazistas no Brasil. Muitos dos imigrantes alemães e seus descendentes se sentiam atraídos pela ideologia nazista e pela reconstrução que o nacional-socialismo havia operado na Alemanha na década de 1930; entretanto, são inúmeros os relatos de uma antipatia generalizada dos alemães imigrados e dos teuto-brasileiros às atividades dos partidários nazistas no Brasil. Um dos motivos para essa oposição era o fato de partidários nazistas locais imaginarem que, como o Partido Nacional Socialista havia assumido o poder na Alemanha, eles deveriam assumir o poder local, controlando escolas, sociedades culturais e recreativas das regiões coloniais de Santa Catarina. Dessa forma, ao tentar controlar determinadas instituições nas regiões do Vale do Itajaí e nordeste catarinense, os nazistas contrariavam os interesses de grupos ali instalados havia muitos anos. Nesse sentido, é possível concluir que existia grande oposição aos partidários nazistas no Brasil, ao mesmo tempo em que havia certa simpatia pela ideologia nazista na Alemanha – para muitos imigrantes e seus descendentes, a propaganda e a ideologia nazista cabiam bem na Alemanha, mas nunca no Brasil.

Associar os integralistas aos nazistas, ou dizer que o integralismo era o disfarce para o nazismo, foi a forma mais eficaz de justificar e legitimar a perseguição promovida por Nereu Ramos. Segundo o governo estadual, entre os teutos existiria

uma resistência generalizada contra a assimilação; a conservação da identidade alemã teria levado a uma adesão maciça ao nazismo. Como os grupos nazistas oficialmente só podiam aceitar cidadãos alemães, a adesão ao integralismo se explicaria de duas maneiras básicas: havia uma íntima colaboração entre integralismo e nazismo, assim que o primeiro praticamente servia de disfarce para o segundo ou os teuto-brasileiros não eram capazes de distingui-los e acreditavam que não havia diferença entre ambos, aderindo a esmo (GERTZ, 1987, p. 114).

Uma perseguição contra os integralistas – provavelmente motivada pela disputa do controle político, econômico, cultural e social da região do Vale do Itajaí e do nordeste catarinense – foi transformada pelo governo estadual numa questão de defesa da nacionalidade brasileira e das regiões coloniais catarinenses contra a investida ideológica nazista e da assimilação dos imigrantes e seus descendentes que ainda não haviam se integrado à cultura brasileira. É necessário, assim, questionar a variável étnica como principal chave explicativa, lembrando que as regiões coloniais também possuíam suas estratificações sociais e se inseriam num contexto político regional e nacional, sem simplesmente seguir desígnios transatlânticos.

A possível aproximação entre o integralismo e o nazismo é um fato que as fontes não permitem desconsiderar, porém, existem as que comprovam que as relações entre essas ideologias e seus adeptos não foram nada amistosas em várias ocasiões, mas marcadas por tensões, conflitos e disputas. As representações diplomáticas alemãs e os nazistas no Brasil nunca incentivaram a adesão à AIB, chegando inclusive a desencorajar essa “intromissão” dos alemães e dos teuto-brasileiros na política brasileira. Nesse sentido, penso que o menor ou maior grau de adesão ao integralismo deve ser explicado a partir do contexto de cada indivíduo, não pela perspectiva étnico-cultural nem por uma suposta similaridade ideológica ou desdobramento dos conchavos da política internacional.

Os quadros dos integralistas foram formados em sua maioria por jovens com menos de 30 anos, em processo de ascensão social, que

não viam opções de participação, crescimento e prestígio político nos partidos tradicionais. Assim, a existência de uma classe média em ascensão, juntamente com condições políticas locais específicas, podem fornecer pistas interessantes para pensar os principais motivos do ingresso de parcelas da população colonial catarinense na Ação Integralista Brasileira.

Desde as eleições presidenciais de 1930, uma clara divisão política já ocorria nas regiões do Vale do Itajaí e nordeste catarinense. Em Blumenau e Joinville, as preferências de voto se dividiram em proporções praticamente iguais entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas. Com o movimento de 1930, o grupo que apoiava Getúlio Vargas assumiu o poder e começou uma investida contra os tradicionais redutos políticos dos Konder, que haviam apoiado a candidatura de Júlio Prestes. Como exemplos dessas investidas, destacam-se os desmembramentos de Blumenau, em 1931 e 1934, e o de Joinville, em 1934. Essas ações geraram uma animosidade na região, o que tornou praticamente insustentável a presença dos Ramos e do Partido Liberal Catarinense nessas regiões. Tais disputas entre os Konder e os Ramos pelo domínio político e econômico abriram espaço para a entrada de uma nova força política não comprometida com as velhas estruturas de poder do estado, a Ação Integralista Brasileira.

Já na região sul de Santa Catarina, a baixa adesão dos imigrantes e seus descendentes ao integralismo pode ser explicada, segundo João Henrique Zanelatto (2007), pelo fato de que o movimento de 1930 trouxe mudanças positivas para quase a totalidade daquela população. Quando começaram a chegar à região, em 1875, os imigrantes alemães encontraram uma elite luso-brasileira já instalada, em Laguna, Tubarão e Araranguá, desde o século XVIII. Essa elite estava ligada ao comércio, a exportação e às atividades portuárias. O ano de 1930 chegou ali com uma disputa entre três forças: luso-brasileiros, em grande medida comprometidos com o Partido Republicano Catarinense, mas com uma parcela dessa elite ligada aos Ramos; um grupo “recém-chegado”, ligado à exploração do carvão, aliado aos liberais gaúchos; imigrantes italianos e alemães que haviam crescido economicamente, também ligados aos liberais de Nereu Ramos. É provável que as mudanças nacionais e estaduais tenham sido positivas para o sul catarinense, pois tanto uma parcela dos luso-brasileiros como o grupo ligado à exploração do carvão e os imigrantes apoiaram o movimento de 1930, passando a negociar os espaços de

poder nessa região. Vale destacar que o sul de Santa Catarina fez a sua maior bancada de deputados estaduais nas eleições de 1934. Nesse ambiente de mudanças positivas no pós 1930, o integralismo não teria encontrado terreno fértil para prosperar, não atraindo as populações da região com a mesma intensidade que o fez entre as populações do Vale do Itajaí (ZANELATTO, 2007, p. 189).

Vale lembrar que a base do integralismo era composta por elementos das classes médias e operárias, recrutados das categorias socioprofissionais em ascensão, e que a grande maioria de seus dirigentes e militantes tinham menos de 30 anos, enquanto seus opositores provinham das elites econômicas e políticas do Vale do Itajaí. Assim sendo, é provável

que a proposta integralista de mobilização constante, sua retórica anti-oligárquica e contestadora do sistema partidário republicano, encontrou grande receptividade entre os setores médios de imigrantes alemães, italianos e seus descendentes no estado que, na perspectiva da ascensão social, procuravam na AIB um espaço político próprio (ZANELATTO, 2007, p. 74).

Não se deixa de considerar uma possível similaridade entre os nazistas e os integralistas, mas entende-se que a ideia de uma adesão motivada simplesmente por uma semelhança de ideias, vestuário e gestos não explica satisfatoriamente esse grande número de integralistas em Santa Catarina, assim como desconsidera a capacidade de reflexão e escolha das pessoas que aderiram à AIB.

Após essa longa, porém necessária introdução sobre o integralismo no Brasil e em Santa Catarina, especificamente, retorno à carta enviada a Getúlio Vargas por oito prefeitos catarinenses, com a denúncia referente ao assassinato do presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul pelo delegado de polícia local. Como visto, após as eleições municipais de março de 1936 e o desempenho dos integralistas, Nereu Ramos realizou uma série de ações contra os prefeitos e vereadores da AIB no Vale do Itajaí e no nordeste do estado.

Jaraguá do Sul, desmembrado de Joinville em 26 de março de 1934 pelo Decreto-lei n. 565, foi uma das cidades que sofreu essa intervenção. Nas eleições de 1936, os integralistas deste município escolheram Leopoldo Augusto Gerente como seu candidato à prefeitura. Uma união entre o Partido Liberal Catarinense e o Partido Republicano Catarinense, sob o nome de Frente Única, indicou Arnaldo Leonardo Schmidt para o cargo. A Frente Única também apresentou seis candidatos a vereadores, enquanto a AIB indicou o nome de sete candidatos. Leopoldo Augusto Gerente foi eleito, assim como seis vereadores integralistas, contra dois vereadores representando a Frente Única. Ricardo Gruenwaldt, chefe integralista de Jaraguá do Sul, foi conduzido à presidência da Câmara de Vereadores.

Na carta assinada pelos prefeitos em 14 de agosto de 1937, não há referências ao nome do presidente da Câmara de Vereadores assassinado, tampouco o nome do delegado acusado pelo delito. No processo judicial aberto para averiguá-lo,⁵⁷ foi possível saber que se tratava de Eucário Almeida, sargento da Força Pública Estadual. Numa análise do contexto anterior ao assassinato de Ricardo Gruenwaldt e dos depoimentos contidos no processo criminal, fica evidente que as motivações do delegado tinham relação com as disputas políticas de Jaraguá do Sul.

Uma reportagem do jornal *Jaraguá*, de 05 de janeiro de 1935, acusava o prefeito e pessoas da administração de estarem se aproveitando de suas funções para pressionar os colonos a mudar seu posicionamento político.⁵⁸ Waldemar Grubba, indicado por Nereu Ramos, era então o prefeito de Jaraguá do Sul, permanecendo no cargo até 1936.⁵⁹ Em 12 de janeiro de 1935, o mesmo jornal noticiava que

⁵⁷ Uma cópia integral do processo judiciário no qual é acusado o sargento Eucário de Almeida pelo assassinato do presidente da Câmara de Vereadores e líder municipal integralista de Jaraguá do Sul, Ricardo Gruenwaldt, encontra-se em SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória Jaraguense: O integralismo: o Estado Novo – 60 anos, A Noite dos tambores silenciosos e o Assassinato de Ricardo Gruenwaldt*. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997. P. 66-88.

⁵⁸ Cf. Jornal *Jaraguá*, ed. 47, de 12 de janeiro de 1935, *apud* SCHMÖCKEL, op. cit., p. 28.

⁵⁹ Não consegui encontrar indícios significativos de que Waldemar Grubba fosse um aliado político de Nereu Ramos em 1935. Em 1945, foi eleito prefeito de Jaraguá do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD) e em 1951, foi eleito

alguns colonos integralistas teriam solicitado a construção de uma estrada, e que os funcionários da prefeitura teriam respondido aos colonos que eles solicitassem a obra à AIB. Noticiava-se igualmente que os professores de Jaraguá do Sul eram advertidos de que, se ingressassem no integralismo, teriam seus benefícios e subsídios cortados.⁶⁰ Apesar de a prefeitura municipal de Jaraguá do Sul a partir de 1936 estar sob o controle dos integralistas, a força policial do estado estava sob as ordens de Nereu Ramos.

Após as eleições municipais de 1936, os liberais tentaram invalidar os seus resultados. Por dois meses, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina rejeitou todas as tentativas de anulação. Liberais e republicanos derrotados não se conformavam e acusavam os integralistas de irregularidades, entretanto, não mencionavam quais seriam (WENDLAND, 2011, p. 71). Circulavam notícias nas rodas oficiais de que no dia 05 de junho de 1936, aconteceria um levante integralista, e que o chefe provincial da AIB em Santa Catarina, Othon Gama D'Eça, proporia medidas contra o governo de Nereu Ramos. Os resultados dessas denúncias foram as prisões de integralistas em São Francisco do Sul e Hansa, além do fechamento da sede da AIB em Florianópolis. As relações entre integralistas e liberais deterioravam-se a cada dia, e as prisões de integralistas eram constantes.

Um episódio que demonstra a disputa pelo controle político em Jaraguá do Sul foi a comemoração organizada pelos integralistas em 07 de outubro de 1936, conhecida como “Noite dos Tambores Silenciosos”. Essa comemoração fazia referência à fundação do movimento, quatro anos antes. Durante as festas que aconteceram em três salões coloniais de Jaraguá do Sul, o capitão da Força Pública Estadual, Trogílio Mello⁶¹, juntamente com 40 homens, realizou

deputado estadual pelo mesmo partido. O PSD foi um partido composto, em sua maioria, pelos interventores estaduais e seus aliados após a queda de Getúlio Vargas em 1945; em Santa Catarina, foi capitaneado por Nereu Ramos. Assim sendo, é provável que, já em 1935, Waldemar Grubba e Nereu Ramos fossem aliados políticos. Cf. PIAZZA, Walter. *Dicionário político Catarinense*. Florianópolis: Ed. Alesc, 1994. P. 327.

⁶⁰ Cf. *Jornal Jaraguá*, ed. 48, pg. 1 de 12 de janeiro de 1935, *apud* SCHMÖCKEL, op. cit., 30.

⁶¹ Trogílio Mello faz parte do imaginário de muitos saudosistas catarinenses como exemplo de autoridade, de um “tempo bom” que teria existido em Florianópolis. Em 23 de janeiro de 1923, então capitão da Força Policial do

incursões nesses locais, dispersando os participantes com tiros de fuzil. Houve dezenas de feridos e a morte de dois integralistas. Não existe, aparentemente, uma explicação satisfatória para essa ação. Eugênio

Estado, Trogílio Mello foi responsável pelo assassinato de uma das principais lideranças caboclas do Contestado, Adeodato Manoel de Ramos. Foi delegado de polícia de Jaraguá do Sul e Blumenau por várias vezes e delegado da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. No ano de 2000, o colunista do jornal *A notícia*, Aldirio Simões, associava uma suposta “calma, tranquilidade e paz reinante” da Florianópolis dos anos 1950 a Trogílio Mello. Disponível em: <http://www1.an.com.br/ancapital/2000/fev/06/1fal.htm>>.

Acesso em: 17 fev. 2014. Esse colunista, em outro texto, também falava da fama de Mello, elencando algumas de suas ações: *“Trogílio Mello tinha fama de homem mau e fazia, em alguns casos, a sua própria lei, como por exemplo prender o pai, quando não conseguia localizar o filho por algum motivo, e costumava mandar raspar a cabeça de prostituta, homossexual e de gatunos, quando presos, como forma de expô-los à humilhação junto à sociedade.”* Disponível em: <http://www1.an.com.br/ancapital/2000/out/31/1fal.htm>>.

Acesso em: 17 fev. 2014. Mas as homenagens a ele não param por aí, pois Trogílio Mello foi a inspiração de um “conto poético”, escrito por Silval Santos da Silveira, em 23 de janeiro de 2012: *“É preciso saber distinguir o bem do mal. As pessoas necessitam de paz para amar. De tranquilidade, para viver. De segurança para construir a suas vidas, com felicidade perene. Isto resulta em alegria e confiança, no local em que escolheram para morar. Conheci minha querida cidade, exatamente deste jeito. As autoridades eram respeitadas, até mesmo, por quem optasse pelo desrespeito às regras sociais. O foco maior era a sociedade organizada, cumpridora das suas obrigações. Tinha o apoio absoluto do Estado. O delinquente pagava pelos seus erros. A pena privativa da sua liberdade era para valer. Não para se ‘fazer de conta’. Admirei, profundamente, uma autoridade, conhecida por todos os moradores desta capital. Que saudade do Coronel PM Trogílio Mello. Fico emocionado só em escrever seu nome. Homem austero, correto e justo. Admirado, até pelo bandido. Minha cidade, depositava em suas mãos, toda a segurança de que se necessitava. Bandoleiro, aqui, não se criava. Um homem polido e educado, mas por vagabundo, não podia ser provocado. Deve estar em conflito, em sua morada eterna, recebendo notícias de que o seu país, tem um Congresso Nacional corrupto de desavergonhado, criando leis para proteger bandidos, e perseguir autoridades decentes. Que o Poder Judiciário está algemado, diante de bárbaros crimes, expondo a sociedade, que ele, coronel, tanto defendeu. Coronel Trogílio Mello, não peça a Deus para ser ressuscitado. Vossa Excelência morreria, novamente, de infarto fulminante, após tomar conhecimento das vergonhas que nos obrigam passar...”* Disponível em: <http://poesiasinval.blogspot.com.br/2012/01/conto-poetico-coronel-trogilio-melo.html>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

Victor Schmöckel a atribui a uma suposta ordem do Ministério da Justiça e do chefe de polícia do Distrito Federal, que proibia a realização de cerimônias comemorativas referentes à “Noite dos Tambores Silenciosos” (SCHMÖCKEL, 1997, p. 48). Schmöckel não indica circular, decreto ou lei que proibia essa comemoração, amparando-se numa reportagem publicada no jornal *O Estado*, por Renato Barbosa, em 20 de janeiro de 1980, indicando que as intervenções realizadas em 10 de outubro de 1936 estariam relacionadas a essa suposta ordem do governo federal; entretanto, convém destacar que em nenhum momento esses autores indicam informações precisas sobre o decreto, circular ou lei que proibia as comemorações integralistas. Acredito que a informação esteja equivocada, e que os motivos para a intervenção policial estavam ligados diretamente às disputas políticas entre integralistas e liberais em Jaraguá do Sul.

Numa das intervenções realizadas pelo capitão Trogílio Mello naquela noite, ele teria perguntado por Ricardo Gruenwaldt. Frente à resposta negativa, ele invadiu o salão, sendo interceptado por Ricardo Roeder, que entrou em luta corporal com o policial. O integralista acertou um violento soco no rosto de Trogílio Mello, derrubando-o sobre caixas de pregos, causando-lhe ferimentos. O capitão ordenou a seus homens, então, que atirassem a vontade (o que resultou na morte de um integralista). O capitão da Força Policial retirou-se, prometendo vingança pelo acontecido.

Em 1938, após a instauração do Estado Novo, Ricardo Roeder voltava para casa em uma carroça carregada de comida para seus animais. Foi abordado por policiais, que o conduziram para a Penitenciária da Pedra Branca, em Florianópolis. Levado à presença de Nereu Ramos por Trogílio Mello, Ricardo Roeder foi acusado pela agressão durante as intervenções realizadas pelos policiais nas comemorações integralistas de 1936. Nereu Ramos teria dito que enviaria Roeder para a Ilha das Cobras, para que nunca mais visse seus familiares (SCHMÖCKEL, 1997, p. 62). Independentemente de Ricardo Roeder ter sido ou não mandado para a Ilha das Cobras, o que me interessa nesse acontecimento é o fato de que a intervenção realizada por Trogílio Mello pode ter sido ordenada por Nereu Ramos. Prefiro acreditar que, em vez de uma suposta circular expedida pelo governo federal proibindo as comemorações da “Noite dos Tambores Silenciosos”, o motivo da intervenção pode estar relacionado à vitória

dos integralistas nas eleições de 1936 e à alteração dos ânimos dos liberais e de Nereu Ramos por essas derrotas. A prisão de Ricardo Roeder em 1938 nos possibilita levantar a hipótese de que a intervenção realizada em 10 de outubro de 1936, na cidade de Jaraguá do Sul, possuía, no mínimo, o aval do Ramos. É bem provável que tenha sido ordenada por ele e demais liberais.

O assassinato do líder integralista e presidente da Câmara dos Vereadores de Jaraguá do Sul, Ricardo Gruenwaldt, aconteceu em 13 de agosto de 1937. Segundo Eugênio Schmöckel, a razão do assassinato teria sido uma reportagem no jornal *Jaraguá*, na edição 172 de 13 de agosto de 1937, na qual Gruenwaldt, diretor do periódico, acusava o delegado de polícia Eucário de Almeida de tentativa de invasão de residências familiares, para satisfazer “desejos inconfessáveis” (SCHMÖCKEL, 1997, p. 64). A denúncia partira de uma senhora chamada Juracy Müller Piazzera, esposa e filha de integralistas, que teria sido “ludibriada” pelo delegado de polícia, que, segundo ela, aparecia constantemente em sua casa para satisfazer “algumas vontades”. Jacob Piazzera, pai de Juracy, a suposta vítima dos “desejos inconfessáveis” de Eucário de Almeida, disse que teria pedido a Ricardo Gruenwaldt que não publicasse a matéria, pois ele e alguns amigos temiam represálias. Mesmo assim, Gruenwaldt publicou-a. Após ler o jornal, Eucário de Almeida dirigiu-se à casa do presidente da Câmara, alvejando-o com quatro tiros. As últimas palavras de Gruenwaldt a seu assassino teriam sido de perdão, pois considerava-o apenas um instrumento de terceiros, fato que todos os habitantes jaraguenses já conheceriam.

Um inquérito foi aberto em 10 de setembro de 1937.⁶² Em 25 de agosto de 1938, Eucário de Almeida foi condenado a 21 anos de prisão na Penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis. Em 10 de fevereiro de 1939, foi negado o pedido de apelação da sentença, mantendo-se a pena. Antes do assassinato do presidente da Câmara dos Vereadores de Jaraguá do Sul em agosto de 1937, esse delegado já havia realizado algumas prisões de integralistas e ameaçado Ricardo Gruenwaldt, que pedira proteção ao Secretário de Segurança do estado:

Comunico respeitosamente a V. Excia., delegado
Eucário de Almeida redobrou violência

⁶² O processo está disponível em SCHMÖCKEL, op. cit., p. 73-85.

perseguição integralistas. Presos Gustavo e Eugênio Welk. Homens respeitáveis e morigerados sob pretexto usarem camisa-verde ameaçando-os espancamento. Ameaçados de prisão presidente da Câmara e vereador Carlos Gunther. Delegado ameaça e insulta quem respeitosamente solicita motivos prisões.⁶³

Tal proteção foi negada, negligenciada ou não conseguiu chegar a tempo. O depoimento do tabelião de Jaraguá do Sul, Mario Tavares da Cunha Melo pode auxiliar a esclarecer as relações entre o assassinato e as disputas políticas entre integralistas e liberais em Jaraguá do Sul. Ele relatou que, na manhã de 13 de agosto de 1937, encontrava-se na estação de trem de Jaraguá do Sul para comprar um jornal, quando encontrou Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira. Enquanto conversavam foram interrompidos pelo delegado Eucário de Almeida, que falou sobre o assassinato de Ricardo Gruenwaldt, pedindo proteção para se entregar ao juiz de direito. Plácido Olympio de Oliveira orientou o delegado a se apresentar em Blumenau, pois em Jaraguá do Sul, correria o risco de ser linchado; também auxiliou-o em sua fuga, fornecendo um carro para que o delegado se entregasse em Blumenau.

Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira era um tradicional político de Joinville. Em 1921, formou o grupo Regenerador, oposição ao Partido Republicano Catarinense (COSTA, 2000, p. 143). Em 1930, apoiou os Ramos e a Aliança Liberal, sendo indicado prefeito de Joinville após o movimento de outubro de 1930. Em 1933, abandonou a prefeitura para assumir o cargo de Secretário de Interior e Justiça, durante o governo de Aristiliano Ramos. Na cisão entre Aristiliano Ramos e Nereu Ramos, em 1934, Plácido Olympio de Oliveira ficou do lado de Aristiliano Ramos; entretanto, após a vitória de Nereu Ramos nas eleições para o governo estadual em maio de 1935, o ex-prefeito joinvillense passou a apoiar o novo governador, assumindo o cargo de deputado estadual em 1935. Fica evidente que Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira estava diretamente ligado aos Ramos e aos liberais em Santa Catarina. Além de ter sido nomeado o prefeito de

⁶³ Telegrama enviado por Ricardo Gruenwaldt para o Secretário de Justiça e para o chefe provincial da AIB em Santa Catarina, Othon Gama D'Eça, *apud* SCHMÖCKEL, op. cit., p.67.

Joinville logo após a derrocada do Partido Republicano Catarinense e dos Konder nas regiões coloniais, dos quais já era adversário político desde o começo da década de 1920, seu nome figura em listas dos fundadores do Partido Liberal Catarinense e do Partido Liberal Republicano (CORRÊA, 1984). Coincidência ou não, Eucário de Almeida pediu auxílio, após assassinar Ricardo Gruenwaldt, a um influente líder liberal da região nordeste de Santa Catarina.

Outros depoimentos arrolados no processo demonstram que as relações entre Ricardo Gruenwaldt e Eucário de Almeida não eram amistosas. O tipógrafo Alvaro Tancredo Dippold disse em seu depoimento que as relações entre o presidente da Câmara de Vereadores e o delegado de polícia de Jaraguá do Sul já estariam estremecidas havia tempo. O depoimento do funcionário público federal Nestor Dutra indicou que havia atritos partidários entre Ricardo Gruenwaldt e Eucário de Almeida, e que ele desconhecia as citadas visitas que o delegado de polícia municipal fazia a residências familiares, considerando-o mesmo como um exemplo de chefe de família (SCHMÖCKEL, 1997, p. 78-82). Nesses dois depoimentos, fica evidente que os atritos entre o líder da Câmara de Vereadores e o delegado de polícia municipal de Jaraguá do Sul não estavam somente relacionados a atos supostamente cometidos pelo delegado de polícia contra as mulheres do município, mas relacionavam-se às disputas políticas entre os liberais e os integralistas. Logo, é possível concluir que o assassinato de Gruenwaldt não estava relacionado somente a uma reportagem veiculada no jornal.

Com relação aos supostos atos praticados pelo delegado de polícia, não há indicação exata de quais seriam, mas levam a crer que se referiam a violências sexuais. Porém, no depoimento de Juracy Piazzera, percebem-se sinais de uma possível relação extraconjugal, quando ela diz que foi “ludibriada” pelo delegado de polícia e que esse ia seguidamente a sua casa. O próprio pai da vítima e alguns amigos teriam procurado Ricardo Gruenwaldt para pedir que ele não publicasse a suposta denúncia contra o delegado de polícia, pois talvez conhecesse a verdadeira natureza da relação. A hipótese de que Gruenwaldt a tivesse descoberto, aproveitando-se do fato para atacar publicamente o delegado ligado ao governo estadual e aos liberais catarinenses me parece plausível. Nesse sentido, penso que a conduta da qual o delegado de polícia era acusado não parece muito provável, pois em todos os grupos e classes sociais existem códigos costumeiros

que regem as ações e conduta das pessoas; e atitudes como a que supostamente praticara o delegado de polícia, com certa constância, seriam inadmissíveis na cidade (THOMPSON, 1998).

No contexto de atritos entre integralistas e liberais, uma possível relação entre o delegado e a filha de um integralista poderia ter sido utilizada pelo líder dos integralistas de Jaraguá do Sul para atacar os liberais, assim como o pedido de ajuda do delegado de polícia a um líder liberal de Joinville também leva a pensar que os líderes liberais estavam por trás das ações policiais contra os integralistas – ou que, no mínimo, sabiam das ações truculentas e nada faziam para contê-las, pois teriam interesse na destruição e neutralização do grupo. Outro fato que reforça minha conclusão foi a homenagem póstuma a Ricardo Gruenwaldt, proposta em 06 de setembro de 1937, pelo prefeito integralista Leopoldo Gerente, que decidiu nomear como Ricardo Gruenwaldt uma nova rua que estava sendo construída. A lei foi aprovada com regozijo pela população jaraguense.⁶⁴ Mas em 10 de novembro de 1937, com a instauração do Estado Novo, Leopoldo Gerente foi afastado do cargo, substituído pelo tenente Leônidas Cabral Herbster, indicado por Nereu Ramos. Em 20 de maio de 1938, o novo prefeito revogou a homenagem ao falecido chefe integralista, retirando o seu nome da rua e substituindo-o por Rua Domingos da Nova.

Nereu Ramos e os liberais tentaram evitar, de todas as maneiras, o avanço dos integralistas em Santa Catarina após 1934. Denunciaram que o integralismo era um disfarce para a adesão ao nazismo, pois nazismo e integralismo seriam idênticos – e em Santa Catarina, o integralismo se caracterizaria como “hitlerismo”. Autoridades públicas ligadas aos liberais tentavam persuadir integralistas para que mudassem suas preferências políticas. Em alguns casos, a persuasão era buscada por palavras, mas quando o discurso não era capaz de convencer, a violência cumpria esse papel.

O integralismo entrou no cenário político catarinense através das brechas das disputas entre republicanos e liberais, e dessa maneira, conseguiu angariar as simpatias de parcelas das populações do Vale do Itajaí e nordeste do estado que não viam seus interesses contemplados nos tradicionais partidos. A grande aceitação ao integralismo nas

⁶⁴ Lei Municipal de Jaraguá do Sul nº 56, aprovada em 06 de setembro de 1937, *apud* SCHMÖCKEL, op. cit., p. 88.

regiões coloniais fez com que liberais e republicanos unissem forças para combatê-lo.

2.2 – Ações de liberais contra desafetos políticos diversos

As denúncias de excessos cometidos por prefeitos, delegados de polícia e oficiais de justiça durante o Estado Novo em Santa Catarina são constantes nas cartas endereçadas a Getúlio Vargas, aparecendo em menor número nas cartas enviadas para Nereu Ramos. É provável que isso ocorresse porque a maioria das autoridades públicas denunciadas foi nomeada por Ramos. Assim, reclamar para ele poderia não ser a melhor estratégia, pois daria origem a perseguições e incômodos, já que os excessos cometidos pelos agentes públicos possivelmente estavam em sintonia com ordens de Nereu Ramos.

Em 27 de julho de 1938, João Acácio Gomes de Oliveira enviou uma carta para Getúlio Vargas.⁶⁵ Dizia ser arrendatário da concessão para o serviço de fornecimento de energia elétrica à capital catarinense. Contudo,

interesses inconfessáveis e pessoais do interventor Nereu Ramos se desenvolveram apressadamente no sentido de tomar conta dos serviços de luz e força da capital do estado, os quais me foram confiados mediante concorrência pública, sem que ao menos me caiba direito de defesa dos meus interesses e bens particulares.⁶⁶

Para João Acácio Gomes de Oliveira, a atitude de Nereu Ramos era um exemplo flagrante de violência, abuso do poder e desrespeito à Constituição de 1937. Numa segunda carta enviada ao presidente, em

⁶⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 13.814, de 27 de julho de 1938. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo X**: p. 198.

⁶⁶ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 13.814, de 27 de julho de 1938. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

14 de setembro de 1938⁶⁷, o “antigo” arrendatário alegava que seu funcionário, Pantaleão Atanásio, estaria proibido de cobrar contas atrasadas referentes ao período em que esteve à frente dos “serviços de luz e força” da capital catarinense. Pantaleão Atanásio chegara a ser preso, somente sendo solto com a condição de que não mais cobrasse as tais contas.

Na terceira carta que enviou ao presidente da República, em 01 de abril de 1939⁶⁸, João Acácio Gomes de Oliveira dizia não ter a quem recorrer, por isso, voltava a pedir “socorro”. Explicou ter realizado inúmeras benfeitorias quando estava de posse da concessão do serviço de fornecimento de energia elétrica e, após perder a concessão, quando solicitou ao juiz da capital o ressarcimento por esses investimentos, a indenização aparentemente lhe fora negada. Segundo ele, após três meses, o juiz nada tinha feito nem se pronunciado mais sobre o caso. No fim da carta, João Acácio Gomes de Oliveira afirmou que na ocasião se tinha “mostrado o pensamento do interventor catarinense, que é de espoliar-me mediante fórmulas jurídicas por ele armadas e despoticamente praticadas.”⁶⁹

João Acácio voltou a escrever para Getúlio Vargas, em 23 de fevereiro de 1940⁷⁰, relatando estar surpreso com uma nova intimação do governo catarinense para que pagasse uma multa referente a uma suposta infração no contrato de arrendamento do serviço de força e luz da capital do estado. Em virtude dessa suposta dívida, uma casa sua na capital catarinense teria sido penhorada. Para o missivista, o “atual interventor continua sua implacável perseguição contra mim, depois de haver espoliado meu acervo da empresa de luz”, e dessa forma, pede o fim de tamanha “ilegalidade e revoltante maldade.”⁷¹

Um dos possíveis motivos para a suposta perseguição de Nereu Ramos a João Acácio começa a aparecer quando se observa a carta enviada por Henrique Rupp Jr. a Getúlio Vargas, em 23 de fevereiro de

⁶⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 90 – Processo 20.263, de 14 de setembro de 1938. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁶⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 170 – Processo 8.390, de 01 de abril de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 4.528, de 23 de fevereiro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷¹ Idem.

1940 igualmente.⁷² Rupp Jr. escreveu que o engenheiro João Acácio Gomes de Oliveira era “vítima da mais cruel injustiça por parte da interventoria neste estado, que não cansa de ferir seus interesses patrimoniais... com atos que repugnam e não encontram fundamento legal.”⁷³ Ele exigia a tomada de medidas urgentes para que se pusesse fim às perseguições. Henrique Rupp Jr. esteve ao lado de Nereu Ramos e Aristiliano Ramos em 1930, sendo um dos líderes da Aliança Liberal em Santa Catarina. No começo de 1931, rompeu com os liberais, fundando a Legião Revolucionária Catarinense, que no mesmo ano se tornou um partido político, com o nome de Legião Republicana Catarinense, fazendo oposição ao Partido Liberal Catarinense. O grande adversário político de Henrique Rupp Jr. era Nereu Ramos, e assim continuou sendo depois de 1945. Com a queda do Estado Novo, Ramos fundou o PSD em Santa Catarina, enquanto Henrique Rupp Jr. se aliou a Adolfo Konder e Aristiliano Ramos na fundação da UDN. À parte o pequeno período em que estiveram unidos em 1930, Henrique Rupp Jr. e Nereu Ramos sempre estiveram em lados políticos contrários.

Nesse sentido, apesar da falta de informações que confirmem uma relação política e econômica entre Henrique Rupp Jr. e João Acácio Gomes de Oliveira, não é exagero supor que existisse. A carta enviada por Henrique Rupp Jr. para Getúlio Vargas intercedendo em nome de João Acácio Gomes de Oliveira auxilia essa afirmação. Minha hipótese é a de que, para enfraquecer seus adversários políticos, Nereu Ramos atacou aliados de seus desafetos, visando debilitar seus poderes de sustentação política e econômica. O fato de o serviço de abastecimento de luz na capital estar nas mãos de um aliado de Henrique Rupp Jr. poderia ser motivo de preocupação para Nereu Ramos, o que o levou a uma série de ações violentas e ilegais contra o arrendatário. São constantes nas cartas de João Acácio Gomes de Oliveira acusações de atos ilegais cometidos pelo interventor, mas nem João Acácio nem Rupp Jr. explicitam os motivos da suspensão da concessão por Nereu Ramos. Mesmo após ter o serviço de energia elétrica da capital catarinense sob seu controle, Ramos continuou investindo contra o antigo arrendatário do serviço, talvez para atingir e enfraquecer o poder político e econômico de João Acácio Gomes de

⁷² Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 4.529, de 23 de fevereiro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷³ Idem.

Oliveira e seus apoiadores. Ao que tudo indica, Henrique Rupp Jr. era um deles.

Outra hipótese para essa investida de Nereu Ramos contra João Acácio pode estar relacionada à ligação entre ele e Aristiliano Ramos. Entre 1933 e 1934, João Acácio foi prefeito de Joinville, num momento em que o então governador, Aristiliano Ramos, indicava os prefeitos catarinenses. Um fato mencionado num relatório de Nereu Ramos à Assembleia Legislativa Catarinense e ao presidente da República revela essa ligação⁷⁴, já que indica a data do repasse da concessão para a exploração dos serviços de força e luz da capital catarinense para João Acácio Gomes de Oliveira, que aconteceu no dia 26 de abril de 1935. Nereu Ramos foi eleito governador de Santa Catarina em 1º de maio de 1935, e é bem provável que, supondo a vitória de seu adversário, Aristiliano Ramos tenha repassado para seus aliados as concessões de alguns serviços públicos, garantindo assim algum poder político ou de barganha. Convém destacar que os repasses dessas concessões nem sempre seguiram meios legais, pois o contrato de João Acácio Gomes de Oliveira foi anulado pelo Tribunal de Apelação, atendendo a um pedido de Nereu Ramos. É necessário mencionar também que essa e outras anulações nem sempre se pautaram pela legalidade. Deste modo, fica claro que Nereu Ramos não poupou esforços para retirar do seu caminho um possível adversário.

Por fim, não se deve deixar de considerar que, após 1930 e, mais ainda, após 1937, a ideia de controle estatal sobre áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional tomou um grande vulto. A maior atenção do governo federal sobre a questão da energia elétrica referia-se às companhias estrangeiras que dominavam sua distribuição. Por isso, criaram-se as medidas que tratavam da produção, distribuição e comercialização, o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia criado em maio de 1939 (CARONE, 1977, p. 77). Nessa perspectiva, Nereu Ramos poderia ter considerado o controle do serviço de fornecimento de energia elétrica da capital de Santa

⁷⁴ Cf. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1937 pelo governador Nereu Ramos. p. 73; Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no estado de Santa Catarina. Ambos os documentos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Catarina fundamental para o desenvolvimento do Brasil, e por esse motivo, desenvolveu ações contra João Acácio Gomes de Oliveira, mesmo que este cumprisse com todas as obrigações legais para ser um arrendatário do serviço.

Em 16 de janeiro de 1940, Nereu Ramos escreveu o seguinte telegrama para Getúlio Vargas: “Muito agradeceria V. Excia. não fosse nomeado para chefia, de qualquer serviço federal, no estado (Santa Catarina), Dr. Osvaldo Bulcão Vianna que comigo sequer mantém relações cordiais.”⁷⁵ Aparentemente uma simples objeção a um desafeto cotado para assumir alguma chefia federal em Santa Catarina, o texto do telegrama explicita mais uma ação de Ramos contra seus adversários durante o Estado Novo. Exatamente um ano depois, em 16 de janeiro de 1941, Henrique Rupp Jr. escreveu uma carta para Getúlio Vargas, apelando para a velha amizade e reiterando um pedido anterior, para que fossem nomeados para a Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro ou de Santa Catarina seu filho Abelardo Assunção Rupp e seu genro Osvaldo Bulcão Vianna.⁷⁶ Em março, outra carta de Henrique Rupp Jr. ao presidente⁷⁷ solicitava a nomeação de seu filho para o cargo de delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários em Santa Catarina, pois sabia que o referido cargo estava vago. Em 24 de julho de 1941, o Serviço de Comunicações do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio enviou uma carta para o diretor de expediente do Gabinete Civil da Presidência da República, José de Queiroz Lima,⁷⁸ respondendo a uma solicitação do presidente da República, referente à nomeação do filho de Henrique Rupp Jr. Em sua resposta, o representante do Ministério do Trabalho, Plínio Cantanhede, afirmava não existir a vaga que Henrique Rupp Jr. solicitava para o filho, pois eles estariam aproveitando nos cargos comissionados os próprios funcionários do quadro efetivo do instituto.

Ao que parece, nem o genro e nem o filho de Henrique Rupp Jr. conseguiram uma nomeação em algum órgão federal em Santa

⁷⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 255 – Processo 1.577, de 16 de janeiro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 257 – Processo 1.569, de 16 de janeiro de 1941. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 257 – Processo 7.604, de 21 de março de 1941. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷⁸ Idem.

Catarina ou no Rio de Janeiro. É bem provável que Getúlio Vargas não tivesse interesse em contrariar os interventores, e assim, evitou nomear um desafeto de Ramos. Mesmo assim, a solicitação de um emprego para o filho de Henrique Rupp Jr. recebeu maiores atenções do que a solicitação para o seu genro. Henrique Rupp Jr. sempre teve boas relações com Getúlio Vargas e com os políticos gaúchos que chegaram junto com ele à presidência da República. Essas boas relações estão ligadas ao fato de que Henrique Rupp Jr. fez seus estudos de humanidades no colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo (RS), e cursou advocacia na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde foi colega de turma de Getúlio Vargas.⁷⁹

Apesar do apoio do interventor de Santa Catarina, é possível que Getúlio Vargas tentasse fortalecer grupos rivais a ele em terras catarinenses, pois fortalecer oposições era uma das alternativas para conseguir apoio em eventuais conflitos futuros com os interventores estaduais. Quando entrasse em atrito com a situação nos estados, Getúlio Vargas poderia recorrer a essas “oposições”. Esse fato é mais um exemplo da ambiguidade de Vargas e do Estado Novo, pois ao mesmo tempo em que o governo federal atendia aos reclames de Nereu Ramos, também tentava manter sua boa relação com Henrique Rupp Jr., opositor do interventor, mas que, em algum momento, poderia ser útil para o projeto de poder estado-novista. As relações do governo federal com as oposições estaduais não seguiam necessariamente os mesmos contornos das relações mantidas pelos interventores com elas.

2.2.1 – Nereu Ramos x Irineu Bornhausen

As relações entre Nereu Ramos e seus correligionários com as elites políticas e econômicas do Vale do Itajaí sempre foram ambíguas. Como maiores representantes dessas elites, desde o final da Primeira República, destacavam-se os irmãos Konder – Adolfo, Victor e Marcos –, herdeiros políticos de Hercílio Luz. Marieta Konder, a irmã caçula casou-se com Irineu Bornhausen, em 1928, quando este era prefeito de

⁷⁹ Cf. PIAZZA, op. cit., 1985, p. 504; CORRÊA, *Um estado entre duas repúblicas*: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984. P. 22.

Itajaí. Após ser deposto em 1930, Bornhausen voltou ao cargo em 1935, permanecendo até 1939 (CORRÊA, 1983, p. 72). Em 1938, assumiu a função de diretor-presidente da Sociedade Carbonífera Próspera, injetando vultosas somas de dinheiro em melhoramentos e no seu aparelhamento (BELOLLI, 2002, p. 279). É interessante destacar que, apesar da relação familiar entre Adolfo Konder e Irineu Bornhausen, Nereu Ramos manteve o último na prefeitura de Itajaí após a instauração do Estado Novo. É provável que Bornhausen possuísse ambições políticas que se chocavam com os interesses dos Konder, por esse motivo, uma relação política de apoio entre ele e Nereu Ramos não pode ser descartada.

Na ânsia de conquistar apoio e poder político na região do Vale do Itajaí, Nereu Ramos tentou a aproximação com diversos líderes locais e, muitas vezes, teve apoio de políticos até então ligados aos Konder e ao Partido Republicano Catarinense, pois perceberam nessa aproximação uma possibilidade de ascensão política. Contudo, após 1939 a relação amistosa entre Nereu Ramos e Irineu Bornhausen parece ter chegado ao fim. Talvez o fato de este ter assumido a direção da Sociedade Carbonífera Próspera em 1938 tenha contribuído para essa mudança nas relações. Uma carta de Bornhausen a Getúlio Vargas corrobora a possibilidade.

Em 07 de março de 1942, Irineu Bornhausen, presidente da Sociedade Carbonífera Próspera S.A., localizada no município de Criciúma, região sul de Santa Catarina, escreveu uma carta para o presidente da República,⁸⁰ relatando que, desde o ano de 1938, o interventor estadual estaria tentando cancelar “o registro da Próspera”, alegando que tal licença se baseava numa concessão anteriormente anulada. Segundo Bornhausen, o Ministro da Agricultura, Fernando Costa, indeferira o pedido do interventor catarinense. No ano seguinte, Nereu Ramos renovou o requerimento de anulação da concessão, alegando que a carbonífera deixara de pagar taxas de fiscalização. Contudo, o missivista destacava, ao mesmo tempo em que

o interventor requeria o cancelamento do registro da “Próspera” sob o fundamento de que ela deixará de pagar a taxa de fiscalização, baixava

⁸⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo XI:** p. 199.

um decreto mandando cancelar todas as dívidas que pesavam sobre organizações carboníferas, decorrentes de quaisquer tributos ou taxas.⁸¹

Irineu Bornhausen também negava na carta todas as acusações do interventor contra a Próspera – de que a companhia teria lesado o patrimônio público –, solicitando a abertura de uma sindicância para investigar a situação da carbonífera. Para ele, como o estado não poderia explorar diretamente a bacia carbonífera, o cancelamento do registro da Próspera acarretaria a entrega da concessão para terceiros – fato que Bornhausen considerava ilegal, pois “justificar-se-ia a desarticulação de uma empresa para que outra se organizasse, quando ambas, do ponto de vista das pessoas que as compõem, devem ser indiferentes ao Estado?”⁸² Como o Estado só teria o direito a uma percentagem da exploração dessas minas, assegurada pelo Código de Minas, isso seria arriscado para o governo estadual. Para Irineu Bornhausen, Nereu Ramos deveria garantir o funcionamento da Próspera, que já vinha honrando seus compromissos perante o Estado. Ao final da carta, Bornhausen diz que, caso perca a concessão, lhe caberá indenização pelas instalações que fez; assim sendo, pede uma solução a Vargas, pois a “garantia dos interesses particulares em jogo servirá aos interesses econômicos do país.”

Ao que tudo indica a resposta de Getúlio Vargas a Irineu Bornhausen veio com o Decreto-lei n. 9870, de 24 de junho de 1942.⁸³ Seu artigo primeiro autorizava, “até ulterior deliberação, a Sociedade Carbonífera Próspera S.A. a prosseguir na lavra das minas de carvão mineral situadas nos municípios de Crescuma (sic) e Araranguá, do estado de Santa Catarina.” O segundo artigo por sua vez, reservava ao estado de Santa Catarina

o direito a participar dos lucros da exploração das minas que se acharem localizadas nos lotes de

⁸¹ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁸² *Idem*.

⁸³ Decreto-lei nº 9.870 de 24 de junho de 1942 *apud* BELOLLI, Mário (org.). *História do Carvão de Santa Catarina*. Volume I. Criciúma/SC: IOESC, 2002. P. 161.

terras de propriedade do mesmo estado, com as modificações que decorrerem da incidência das leis e regulamentos federais em vigor ou que vierem a ser baixados sobre a matéria (BELOLLI, 2002, p. 161)

Dessa forma, Getúlio Vargas freava os ímpetos do interventor catarinense, ao reiterar a legalidade do arrendamento da Sociedade Carbonífera Próspera, ao mesmo tempo em que determinava somente uma porcentagem dos lucros ao Estado catarinense.

Essa disputa pelo controle da exploração do carvão no sul catarinense entre Nereu Ramos e Irineu Bornhausen, assim como outros exemplos mencionados neste trabalho, demonstram que as relações entre Getúlio Vargas e as elites do Vale do Itajaí eram, em sua grande maioria, amistosas, pois o presidente da República intercedeu a favor de um dos representantes políticos de Itajaí em detrimento de seu aliado Nereu Ramos. Penso que Vargas evitava fortalecer excessivamente Nereu Ramos, por isso, em alguns momentos, favorecia adversários do interventor catarinense. Também se pode levantar a hipótese de que Getúlio Vargas estivesse satisfeito com a produção da Sociedade Carbonífera Próspera; nesse sentido, não tinha interesse na suspensão de sua concessão.

O jornal *O Albor*, de 18 de julho de 1942, traz rasgados elogios de Irineu Bornhausen e José Martinelli (acionistas da Sociedade Carbonífera Próspera) a Getúlio Vargas, pela manutenção da concessão da companhia. A matéria buscava demonstrar que ambos não economizavam recursos para aperfeiçoar a exploração do carvão na região sul, pois, segundo Irineu Bornhausen,

a produção de carvão das nossas minas atingirá, este ano, cerca de 100.000 toneladas, e já tomamos as providências para maior expansão capaz de elevarmos, dentro de 24 meses a meio milhão de toneladas anualmente, atendendo assim ao patriótico apelo de V. Exa.⁸⁴

⁸⁴ *O Albor*. Laguna, 18 de julho de 1942 *apud* BELLOLI, op. cit., p. 162.

José Martinelli por sua vez, fazia referência à inauguração de uma “escavadeira de carvão a céu aberto”, reafirmando que “tudo farei para dar o máximo desenvolvimento à indústria do carvão nacional.”⁸⁵ Desse modo, percebe-se que as relações entre Getúlio Vargas e Irineu Bornhausen eram, no mínimo, amistosas não havendo motivos para a anulação da concessão.

Para que se possa compreender melhor toda essa disputa pelo controle da exploração do carvão em Santa Catarina, é necessário destacar que o minério adquiriu grande importância no cenário nacional nos períodos das duas grandes guerras. Com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, o carvão mineral catarinense foi considerado de extrema importância para o desenvolvimento nacional. O Ministro da Viação e Obras Públicas, João Mendonça de Lima, declarou, numa viagem em Santa Catarina, que o Brasil iria “fazer siderurgia com carvão nacional.”⁸⁶ Nesse sentido, controlar a exploração e o comércio do carvão poderia ser uma grande oportunidade para o fortalecimento do poder político e econômico de determinados grupos estaduais e nacionais. Ao perceber que o principal beneficiário da exploração dessa bacia carbonífera do sul de Santa Catarina seria Irineu Bornhausen, Nereu Ramos não poupou esforços para anular a concessão do seu “recente aliado” e cunhado de Adolfo Konder.

2.3 – A Campanha de nacionalização

Com o movimento de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, a construção da nacionalidade recebeu grande atenção do executivo federal. Essa discussão já acontecia desde a metade do século XIX e estava diretamente relacionada à ocupação de determinadas áreas do território brasileiro por imigrantes e à substituição da força de trabalho escrava. Na década de 1930, se pensava que somente com a interferência estatal seria possível construir uma pátria unida, que caminhasse harmoniosamente na direção da identidade nacional, com todos os estrangeiros nacionalizados. A partir de 1930, o tema passou a ser central nos

⁸⁵ Ibidem, p. 161.

⁸⁶ Ibidem, p. 160.

debates políticos, o que já acontecia nos debates intelectuais desde pelos menos o movimento modernista de 1922, mas somente depois de 1937 é que se tornou, de fato, política de Estado.

Para os ideólogos do Estado Novo, a construção do Estado nacional “passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166), juntamente com a incorporação e a adaptação dos estrangeiros aos valores nacionais. Assim, a assimilação das minorias linguísticas e culturais se transformou em questão de segurança nacional, pois se desejava “apagar os sinais de uma possível heterogeneidade social, eliminar as diferenças de todos os matizes, e assim construir uma nacionalidade homogênea e indistinta” (DUARTE, 1997, p. 130). Nos anos de 1938 e 1939 foi promulgada a maioria dos decretos que regulavam a entrada e a permanência de imigrantes, proibiam e reprimiam as atividades estrangeiras no Brasil, assim como a utilização de língua estrangeira em espaços públicos e a circulação de jornais em outros idiomas que não o nacional. Em 25 de janeiro de 1938, foi criada pelo governo federal, pelo Decreto-lei n. 2265, a Comissão de Nacionalização, que tinha como objetivo “estudar leis nacionais para regular a entrada, fixação, naturalização e a expulsão dos estrangeiros.”⁸⁷ A participação e a atividade política foi proibida a estes pelo Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938.⁸⁸ O Decreto-lei n. 406, de 04 de maio de 1938, regulamentava a entrada de estrangeiros no país, assim como as cotas de imigrantes de cada país ou etnia.⁸⁹ Em 18 de novembro de 1938 foi instituída, pelo Decreto-lei n. 868, a Comissão Nacional do Ensino Primário, para “definir a ação a ser exercida pelo governo federal e pelos governos estaduais e

⁸⁷ Decreto n° 2.265, de 25 de janeiro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2265-25-janeiro-1938-345763-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

⁸⁸ Decreto n° 383, de 18 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 jan. 2014.

⁸⁹ Decreto n° 406, de 04 de maio de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira.”⁹⁰

Após 1937 e a instauração do Estado Novo, “estrangeiro” e “comunista” passaram a ser categorias bastante maleáveis, nas quais poderiam ser enquadradas todas as pessoas consideradas perigosas ou subversivas aos olhos dos agentes estatais, fossem elas nascidas no Brasil ou em qualquer outro país. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes em Santa Catarina, são recorrentes os registros apontando que as ações repressivas e as perseguições decorrentes da Campanha de Nacionalização foram, na maioria das vezes, arbitrárias. Em muitos, casos fica evidente que as motivações para a campanha contra os “alienígenas” eram de ordem pessoal, como no caso de Alcides Ferreira de Souza, que fez uma apologia a Campanha de Nacionalização:

Com as credenciais de brasileiro nato, e de quem teve a audácia, quer como professor quer como simples caboclo, dar em tempos idos o grito de alarma em prol da nacionalização, mormente o ensino primário não só no estado, como no Brasil inteiro; si ontem como professor me bati, hoje como ferroviário e humilde representante da imprensa me bato com mais denodo e tomo a liberdade de respeitosa e congratular-vos e consignar-vos um voto de apoio aos vossos atos, em prol da nacionalização do ensino, principalmente o último, quanto ao vernáculo, pois cada ato desse é para mim, como um balsamo suavizador nas chagas abertas em meus brios de brasileiro caboclo pelas constantes perseguições sofridas de elementos alienígenas, ontem como professor e hoje como simples brasileiro, mas sempre de atalaia para o bem do Brasil, para tanto conte comigo. Si ontem como professor nacionalizei escolas e crianças, hoje

⁹⁰ Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

pela imprensa, a tribuna e, com os meus atos, nacionalizo as massas.⁹¹

Nesse contexto estado-novista de exaltação do nacionalismo, muitos alemães foram presos em Santa Catarina, acusados de nazismo ou ações subversivas simplesmente pelo fato de serem alemães. As alegações referentes à presença de nazistas nas regiões coloniais, assim como as da não assimilação e integração desses imigrantes aos referenciais da brasilidade foram argumentos úteis na construção de um estigma sobre essas populações, que legitimava ações estatais e policiais perante a sociedade catarinense e brasileira. As denúncias referentes à formação de “quistos étnicos” e à infiltração nazista no Vale do Itajaí no começo da década de 1930 influenciaram em grande medida a política de repressão institucionalizada pelo governo federal a partir de 1938.

Há certo consenso na historiografia nacional referente às intervenções estatais decorrentes da Campanha de Nacionalização nas áreas coloniais dos três estados da região Sul do Brasil durante o Estado Novo. Segundo essa perspectiva, tais ações estariam relacionadas à necessidade de integração e assimilação dessas regiões coloniais aos referenciais da brasilidade propagados pelo regime estado-novista.⁹² Num momento em que se buscava formar uma

⁹¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 090 e 091. Florianópolis, 07 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo XII**: p. 202.

⁹² Essa perspectiva pode ser observada nos seguintes trabalhos: MONTEIRO, Jacir. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940*. Dissertação (Mestrado). UFSC. Florianópolis, 1979; COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. Dissertação (Mestrado). São Carlos/SP: UFSCar, 1993; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS: Alemanha*, módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997; SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro: PPGAS/URFJ, vol. 3, n. 1, p. 95-131, 1997 e Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.199-229; BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo...*, p. 137-166; CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006 e *Santa Catarina, 1930: da degenerescência a regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

identidade nacional e constituir uma cultura brasileira, regiões do Sul do Brasil ocupadas por imigrantes e seus descendentes foram consideradas pelo governo federal como empecilho para a formação da nação “una, indivisa e coesa”, representando um perigo para a unidade nacional. Como o estado de Santa Catarina havia recebido grande número de imigrantes alemães desde o século XIX, várias cidades das regiões do norte e Vale do Itajaí foram consideradas, nas décadas de 1930 e 1940, exemplos de “quistos étnicos” e da manifestação da ideologia nazista em terras brasileiras.

Simon Schwartzmann argumenta que por “mais verdadeira que fosse a presença e a ameaça do nazismo no Brasil, seria ingênuo acreditar que ela esgotasse todo o sentido da repressão nacionalizadora que se abateu sobre as colônias estrangeiras no Brasil daqueles anos” (1984, p. 154). Uma interpretação semelhante à de Schwartzmann busca demonstrar que a intensidade das intervenções estatais durante a Campanha de Nacionalização nas regiões coloniais do Sul estaria ligada ao peso econômico e político que possuíam.⁹³ Segundo Paulo de Nóbrega, desde o momento em que foi percebido um aumento da participação política dos teuto-brasileiros na política catarinense da Primeira República, seus adversários luso-brasileiros teriam começado a criticar “sua origem estrangeira para atacá-los, alegando razões de integridade nacional” (2006, p. 178). Para João Klug (2009), os imigrantes e seus descendentes em Santa Catarina não estavam isolados, enquistados ou não assimilados, pois em 1876, já se podia perceber em pronunciamentos que os imigrantes desejavam que seus filhos aprendessem o português, facilitando assim sua inserção social, econômica e política na sociedade catarinense e brasileira. Nessa perspectiva, diferenças de importância e participação, tanto política quanto econômica, e não somente aspectos culturais ou étnicos, devem ser levados em conta para compreender os motivos de uma intervenção mais intensa nas regiões coloniais de Santa Catarina do que nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e do Paraná. Nesses dois estados, as regiões coloniais não possuíam a importância política e econômica que as regiões coloniais de Santa Catarina tinham durante o Estado Novo. Desde o começo do século XX, foi notório o crescimento econômico

⁹³ Cf.: GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; DUARTE, Adriano Luiz. Trabalho e etnicidade em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa/PR: v. 16, p. 351-375, 2011.

das regiões coloniais catarinenses, associado a um aumento da participação política de pessoas provenientes das regiões coloniais do Vale do Itajaí, que se fortaleceram e se consolidaram através de fortes vínculos, como casamento, negócios, germanidade e procuraram se eleger ou eleger representantes que defendessem seus interesses e fossem solidários na manutenção das regras do jogo, permitindo a alternância de alguns nomes ligados a estes interesses e projetos comuns, na esfera pública (BARRETO, 2003, p. 165).

No ano de 1930, o controle econômico e político do Estado catarinense pertencia às elites do Vale do Itajaí, aglutinadas em torno do Partido Republicano Catarinense, capitaneadas por Adolfo Konder. Como já foi dito, o grupo político que assumiu o governo de Santa Catarina com o movimento de 1930 representava os interesses da grande propriedade e da pecuária, e via no PRC e nas elites do Vale seus principais adversários políticos. Logo, o governo catarinense buscou dar um fim à rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que os sustentavam desde a Primeira República. Assim, as intervenções estatais nas regiões coloniais tornaram-se expediente rotineiro de autoridades públicas aliadas dos Ramos e dos liberais, que alegavam combater os inimigos da pátria e os “quistos étnicos”. Contudo, essas intervenções dependiam de “constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores” (GERTZ, 2005, p. 49).

Nesse sentido, este trabalho se fundamenta na hipótese de que as intervenções não foram realizadas sistematicamente contra qualquer alemão ou teuto-brasileiro, mas contra aqueles que estivessem ligados a alguma estrutura de poder, fosse político, econômico ou social, ou que fossem considerados como obstáculos a permanência e expansão do grupo instalado no poder depois de 1930 em Santa Catarina.

2.3.1 – Os alvos da Campanha de Nacionalização: escolas, associações culturais e indústrias

Em Santa Catarina, a Campanha de Nacionalização tomou contornos que não visavam somente integrar imigrantes aos referenciais de brasilidade ou combater uma suposta infiltração nazista. Nessa disputa entre os grupos oligárquicos aliados aos Ramos – ligados à

grande propriedade e ao planalto – e os grupos oligárquicos aliados aos Konder – “alemães” ligados a indústria, pequena lavoura e regiões de colonização –, as escolas privadas catarinense representavam um ponto central.

Para Nereu Ramos, controlar o ensino não seria somente uma maneira de formar uma opinião pública favorável ao seu governo, mas uma oportunidade de enfraquecer o poder político e econômico dos republicanos e neutralizar a divulgação do *deutschtum* através das escolas privadas. O *deutschtum* pode ser explicado resumidamente como a conservação da pureza étnica germânica, com a manutenção da língua, dos costumes e das tradições, opondo-se a casamentos inter-raciais. Para René Gertz (1987), não seria improvável interpretar o *deutschtum* como uma “dominação da burguesia sobre o proletariado”, pois esta ideologia atraía sobretudo as elites, tendo a finalidade de reforçar relações de dominação. Essa ideia de dominação e cooptação implícita no *deutschtum* provavelmente era o motivo para que uma considerável parcela das elites econômicas e políticas de Blumenau, a maioria delas ligadas ao Partido Republicano Catarinense, nela investissem (FROTSCHER, 2007, p. 75). Portanto,

mais do que o vínculo paternalista, a fórmula mais tradicional que os empresários brasileiros usaram para se aproximar dos trabalhadores, a identidade étnica entre trabalhadores e empresários, afinal, todos “trabalhadores alemães”, construía um laço capaz de manter “de fora” os demais trabalhadores. A relação paternalista pressupõe uma reciprocidade entre “os de baixo” e “os de cima”; portanto, é um vínculo que pode se romper se a reciprocidade for quebrada. Já a “identidade étnica”, nesse contexto específico, é um vínculo de sangue, determinado pelo nascimento e, em princípio, irrecusável. Romper esse vínculo e se colocar contra o patrão é o mesmo que recusar sua herança natural e abandonar sua comunidade de nascimento, isto é, a nacionalidade alemã (DUARTE, 2011, p 371).

Nereu Ramos e seu grupo constataram que as escolas privadas eram uma das bases de sustentação dos republicanos do Vale do Itajaí e realizou uma investida contra elas, visando dismantelar um dos principais instrumentos utilizados pelas elites do Vale do Itajaí para consolidar seu poder, pois, segundo Paulo de Nóbrega, “as instituições culturais, e particularmente a escola, desempenharam papel importante na legitimação do poder e de quem e de como o exercia na Primeira República” (2006, p. 70). Exercer o controle e impor novos objetivos à educação catarinense, mas principalmente, às escolas privadas no Vale do Itajaí, eram aspectos primordiais na Campanha de Nacionalização, relacionados em grande medida a interesses políticos e econômicos do interventor de Santa Catarina, disfarçados em “integração” dos estrangeiros aos referências culturais brasileiros.

Estabelecimentos escolares nos municípios de Caçador e Itapiranga geraram desavenças e confrontos. No município de Itapiranga, o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul, Antônio Lúcio, pediu o fechamento de uma escola paroquial em 19 de junho de 1938:

Diante do Decreto-lei 88 que estabelece, entre outras disposições, a de que o ensino nas escolas primárias deve ser feito unicamente no vernáculo, é lamentável que crianças até a idade de 14 anos não saibam sequer uma palavra da língua do país em que nasceram. É a prova evidente e incontestável de que esta escola não cumpre as determinações de nossas leis e é um foco de anti-nacionalismo, o que em absoluto não podemos admitir. Assim sendo, proponho ao governo do estado que sejam aplicadas as penalidades previstas do referido Decreto-lei 88.⁹⁴

O Decreto-lei nº 88, promulgado pelo interventor catarinense em 31 de março de 1938, estabelecia normas relativas ao ensino primário em escolas particulares e públicas no estado de Santa Catarina.⁹⁵ Entre

⁹⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹⁵ Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos,

essas, pode-se destacar a obrigatoriedade de aulas ministradas no idioma nacional, de professores e diretores brasileiros natos, além da proibição de subsídios de governos e instituições estrangeiras. Caso tais orientações não fossem cumpridas, a determinação do governo estadual era de fechamento da instituição. Amparado nesse decreto é que o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul solicitava o fechamento da escola paroquial. Segundo Carlos B. de Mello, diretor da escola paroquial de Itapyranga e autor de uma missiva enviada de Palmas para o interventor catarinense, o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul agia motivado por interesses pessoais e políticos. Para o diretor da escola, as reais motivações de Antônio Lúcio ficavam evidentes no ofício enviado para Nereu Ramos, solicitando a nomeação de um amigo para o cargo de diretor na referida escola:

Se esta escola passar a ser dirigida pelo reverendo padre Ernesto Vosskuehler, elemento perfeitamente integrado no sentimento de brasilidade e velho e acabado educacionista, concordamos em que seja mantida a escola, porque acreditamos que serão cumpridas as leis de nacionalização e observado o Decreto-lei 88.

Assim, para o então diretor Carlos de Mello,

as falsas bases em que o Snr. Inspetor assentou o seu laudo e a instituição de um estrangeiro para diretor duma escola rural, demonstram que o Snr. Antonio Lucio não procurou fazer justiça em Itapyranga, mas já foi para lá levado de animosidade contra o padre Reiderer, com intenção preconcebida de fechamento de minha escola paroquial.⁹⁶

Interventor Federal no estado de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

O que chama a atenção na carta escrita por Mello é o fato de que o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul indicou um estrangeiro para o comando de uma escola supostamente “antinacionalista”, o padre Ernesto Vosskuehler. Indicações como essa revelam que as perseguições e fechamentos de escolas durante a Campanha de Nacionalização não seguiam somente os desígnios federais de integração e assimilação.

Do município de Caçador, o inspetor escolar Hermínio Heusi da Silva escreveu uma carta para o interventor catarinense, em 18 de março de 1939, informando que a Igreja Marista estaria causando problemas à educação escolar no município.⁹⁷ Segundo Hermínio Heusi da Silva, os prédios utilizados pelas cinco turmas do Grupo Escolar de Caçador pertenciam à congregação Marista. Como consequência da Campanha de Nacionalização, irmãos e irmãs da daquela congregação que atuavam como professores e que não preenchiam todos os requisitos solicitados pelo Decreto-lei n. 88, foram destituídos de suas funções. A resposta dos Maristas a essas demissões realizadas pelo governo estadual resultou na revogação do empréstimo de seus prédios para a escola vocacional de Caçador. Dessa forma, Hermínio Heusi da Silva pedia providências a Nereu Ramos, para limitar o poder dos Maristas em relação ao ensino escolar na cidade. Ao final da carta, um agente estatal fez interessantes comentários sobre o fato narrado pelo missivista, solicitando as considerações do Secretário de Interior e Justiça:

Os irmãos Maristas de Caçador continuam trazendo dificuldades para o ensino, visando com isto impor sua entrada no que concerne à instrução da infância naquela localidade. Faz-se necessária, portanto, uma medida que liberte as crianças em idade escolar da tutela que se lhes quer impor e os faça compreender (os irmãos) que o estado não pode trocar os seus serviços

⁹⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 107, 108 e 109. Caçador, 18 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

pela liberdade de agir em Caçador, como lhe aprouver.⁹⁸

Infelizmente não é possível identificar o nome da pessoa que escreveu essas considerações, mas elas deixam evidente que o controle sobre a educação era algo que gerava muitas disputas.

Ao analisarem-se as cartas que abordam fechamentos de escolas, demissões de professores e diretores escolares, percebem-se os muitos interesses pessoais determinando quem seria prejudicado durante a Campanha de Nacionalização. Da mesma forma, essas cartas mostram que o controle sobre a educação era um ponto vital não apenas do projeto político de Nereu Ramos, mas dos mais diferentes grupos de interesses que compunham a sociedade catarinense da primeira metade do século XX. Ao buscar colocar a seu serviço a educação em Santa Catarina, Nereu Ramos esbarrou nos interesses dos republicanos e de pequenos grupos que forneciam professores e instalações para esses estabelecimentos escolares.

Em Santa Catarina, somente em 1938 foram fechadas mais de 137 escolas privadas (MONTEIRO, 1979, p. 107). Apesar das alegações estatais para a Campanha de Nacionalização, muitos fechamentos estavam relacionados a outros interesses, como no caso da escola fechada por Nereu Ramos em Canoinhas:

Considerando que, conforme representação da inspetoria de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, o professor Frederico Hoesel, diretor da escola evangélica “Euclides da Cunha”, na cidade de Canoinhas, embora nascido no Brasil, não inspira confiança como educador das novas gerações brasileiras, em vista das suas convicções políticas demonstradas quando exercia as funções de professor da escola

⁹⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 109. Caçador, 18 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

particular de Testo Salto, em Blumenau, segundo foi agora apurado por aquela inspetoria.⁹⁹

As escolas de Gentil Steiner, em Joinville, e a de Jacoh Arns, em Criciúma, foram fechadas em 12 de setembro de 1942, por divulgação da ideologia nazista e não cumprimento das leis de nacionalização, respectivamente:

Interventoria decretou fechamento definitivo da escola particular regida pela professora Gentil Steiner em Joinville, vinha lecionando em língua alemã fora do horário escolar. Na referida escola foi apreendido material didático de propaganda nazista. Também foi decretado fechamento da escola particular regida por Jacoh Arns no lugar de Forquilha, município de Criciúma, que não só burlava as leis de nacionalização do ensino como exercia atividades nocivas a segurança nacional.¹⁰⁰

Levando-se em consideração o ponto de vista do governo estadual catarinense, fica a impressão de que havia mais nazistas em Santa Catarina do que na Alemanha. No caso das três escolas fechadas, os motivos não ficam totalmente claros, são associados a Campanha de Nacionalização, defesa da segurança nacional e outros fantasmas que assombravam a sociedade brasileira e o regime estado-novista. Contudo, nas entrelinhas dessas três cartas, ficam manifestas as motivações políticas de tais atos estatais, seja na acusação das “convicções políticas” de Frederico Hoesel, na suposta “propaganda nazista” realizada por Gentil Steiner ou nas “atividades nocivas à segurança nacional” realizadas por Jacoh Arns. É visível que a política e a economia catarinense tinham uma grande influência quanto a quem

⁹⁹ Caderno de expedientes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2° Trimestre, 28 de abril 1942. P. 120 e 121. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo XIII:** p. 204.

¹⁰⁰ Caderno de expedientes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/3° Trimestre, 12 de setembro de 1942. P. 594. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

seria perseguido, preso como suposto nazista ou acusado de realizar ações contra a segurança nacional. A Campanha de Nacionalização permitiu uma investida mais violenta e arbitrária dos Ramos e dos liberais sobre os republicanos e a população catarinense; foi mais um capítulo de uma ação estatal que já vinha acontecendo desde 1930, e que agora ganhava respaldo do regime estado-novista. Essa legitimidade que a Campanha proporcionou às investidas contra as escolas privadas catarinenses era a oportunidade que Nereu Ramos esperava para dismantelar de vez todas as bases de sustentação dos republicanos e silenciar outros pequenos opositores a seu projeto político.

Da mesma forma que as escolas privadas, os clubes recreativos e as associações culturais foram considerados pelos órgãos estaduais como “espaços onde se exercia, se reproduzia e se legitimava o poder, onde se estabeleciam contatos, onde se angariavam aliados políticos, onde se fechavam negócios, entre outras ações” (FROTSCHER, 2007, p. 141). Essa atenção dispensada pelas autoridades a associações devia-se, em grande medida, ao fato de que presidentes ou dirigentes de tais agremiações acumulavam certo capital cultural, social e simbólico, que poderia ser facilmente convertido em apoio político. Apesar do expressivo número de políticos vinculados ao PRC que perderam seus cargos públicos em 1930, vários deles continuaram exercendo funções de liderança em escolas privadas, agremiações de caráter cultural e recreativo, ou em importantes associações comerciais, como a Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB). A presença de antigas lideranças republicanas no comando dessas instituições motivou muitas das intervenções. Ocupando a administração das associações e escolas, elites locais garantiam seu poder simbólico, que tinha a “função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuía para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (BORDIEU, 1989, p. 11).

Associações que possibilitavam o acúmulo de prestígio, capital e poder por determinadas parcelas da população do Vale do Itajaí foram fechadas ou colocadas a serviço do Estado na década de 1930, principalmente após 1937. No caso de Blumenau,

o controle político não se deu somente através da extinção dos partidos políticos, da repressão do integralismo e do nazismo, do controle burocrático-administrativo, da centralização política, da censura e direcionamento da imprensa, da propaganda política, mas também através de outros meios, como a intervenção nos espaços de sociabilidade. Este foi um mecanismo de desapropriação das elites locais de espaços de reprodução de seus poderes (FROTSCHER, 2007, p. 149).

Esses espaços de representação das antigas elites econômicas e políticas de Blumenau eram vistos pelo interventor estadual e seus aliados como locais possíveis de constituir, exercer e reproduzir poderes. Por esse motivo, era imprescindível a Nereu Ramos e os liberais conferir a eles novos usos e significados.

Em Brusque, no dia 23 de fevereiro de 1943, a Sociedade Ginástica Brusque foi fechada, por conta da Campanha de Nacionalização. Segundo documento produzido pelo DEIP de Santa Catarina, a sociedade, “embora nacionalizada, desenvolvia atividades internas e externas incentivando costumes e tradições germanófilas.”¹⁰¹ Da mesma forma, o Clube Germania, localizado em Joinville, sofreu intervenções estatais. Teve seus bens e prédios declarados, em 14 de março de 1944, como de utilidade pública, sendo repassados ao controle do Estado catarinense.¹⁰² A Associação Comercial e Industrial de Joinville foi igualmente declarada de utilidade pública, pelo Decreto n. 9982, de 15 de julho de 1942.¹⁰³ Tanto o fechamento da Sociedade Ginástica Brusque quanto à apropriação dos bens do Clube Germania e da Associação Comercial e Industrial de Joinville são exemplos de intervenções estatais que buscavam dismantelar a divulgação de “costumes e tradições germanófilas”, e colocar a serviço do Estado catarinense bens e espaços sociais utilizados pelas elites do Vale do

¹⁰¹ Cadernos de expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1943/1º Trimestre, 23 de fevereiro de 1943. P. 480.

¹⁰² Cadernos de expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1944/1º Trimestre, 14 de março de 1944. P. 500.

¹⁰³ Decreto nº 9.982, de 15 de julho de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D9982.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

Itajaí e nordeste catarinense, para garantir o controle político no estado. Provavelmente, o encerramento das atividades de associações culturais, da mesma forma que o fechamento de jornais de língua alemã parecem ter sido “um mecanismo interessante na desapropriação de importantes instrumentos de reprodução de poderes de membros das elites econômicas de Blumenau” (FROTSCHER, 2007, p. 154).

Estabelecimentos industriais catarinenses dirigidos por imigrantes e seus descendentes, principalmente no Vale do Itajaí, também foram alvo de intervenções estatais durante a Campanha de Nacionalização, pois “tratava-se de colocar sob o controle do Estado um núcleo industrial significativo construído pelos alemães” (CAMPOS, 2006, p. 120). A fala de Getúlio Vargas, quando da sua passagem por Blumenau em 1940, deixava claro que o governo federal tinha plena consciência do grande avanço alcançado pelas indústrias naquela cidade, pois destacava a “capacidade de produção”, o “desenvolvimento progressista”, e as “mais de 300 fábricas” ali instaladas.¹⁰⁴ A Empresa de Navegação Hoepcke, parte do patrimônio empresarial de Carl Hoepcke, situada em Florianópolis, teve intervenção federal decretada em 13 de agosto de 1942. Foi determinado pelo governo federal que a empresa passasse “a ser administrada por um interventor designado pelo Ministro da Viação, recaindo a escolha, de preferência, num oficial da Armada Nacional.”¹⁰⁵ Essa preferência do governo federal na nomeação do interventor para a Empresa de Navegação Hoepcke não foi seguida, pois em 01 de outubro de 1942, foi nomeado para o cargo um civil ligado aos Ramos e aos liberais catarinenses: Aderbal Ramos da Silva.¹⁰⁶ A nomeação do sobrinho de Nereu Ramos para o cargo é um claro exemplo do poder que o interventor catarinense adquiriu depois da instalação do Estado Novo e da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. Da mesma forma, a nomeação de Aderbal Ramos da Silva é uma amostra de como a política de nacionalização serviu aos interesses locais, permitindo que a nova oligarquia agisse sem restrições. Muito mais do que uma ação unilateral impositiva do

¹⁰⁴ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* – No limiar de uma nova era – vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 195.

¹⁰⁵ Caderno de expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/3º Trimestre, 13 de agosto de 1942. P. 326.

¹⁰⁶ Caderno de expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/4º Trimestre, 01 de outubro de 1942. P. 02 e 03.

executivo federal sobre os executivos estaduais, percebe-se uma relação de negociações, consultas e conversas entre essas instâncias estatais, sendo que, em alguns momentos, os interesses dessas elites estaduais no controle do executivo catarinense foram contemplados; e em outros, negados.

Em Blumenau, mais empresas sofreram intervenção, como a Cia. Hering, Tecelagem Kuenrich, Chapéus Nelsa, Haco Etiquetas e a Fábrica de Gases Medicinais Cremer. Seus proprietários foram afastados dos cargos de liderança, dando lugar a interventores nomeados pelo Estado catarinense. A Cia. Hering, propriedade da republicana família Hering, foi encampada durante o Estado Novo, sendo nomeado interventor para essa empresa o advogado Roberto Grossenbacher, em 09 de outubro de 1943 (FROTSCHER, 2007, p. 158). Alguns proprietários, além de perderem seus cargos, foram presos, como o alemão Curt Lischke, diretor-presidente da fábrica de Chapéus Nelsa. Sua esposa, Cecília Weege Lischke, escreveu uma carta ao interventor Nereu Ramos, em 27 de setembro de 1943, alegando que seu marido encontrava-se preso há 16 meses no “presídio político da Trindade”.¹⁰⁷ Ela destacava que queria apenas que seu marido voltasse para casa e cumprisse a pena em regime domiciliar, já que o cargo a frente da fábrica de Chapéus Nelsa havia sido ocupado por outra pessoa. Cecília Lischke não mencionou quem assumiu o lugar de seu marido como diretor-presidente da fábrica de chapéus, mas provavelmente, tal pessoa foi nomeada pelo interventor estadual. No final de sua carta, a esposa de Curt Lischke diz ser brasileira nata, filha do comerciante e industriário Hermann Weege, e que todos os bens do casal haviam sido doados pelo seu pai. Hermann Weege fora um importante membro do Partido Republicano Catarinense em Blumenau antes de 1930, assumindo o mandato de deputado estadual em 1927 e reconduzido à legislatura estadual nas eleições de 1928 (CABRAL, s/d, p. 83). Essa relação entre Curt Lischke e o sogro republicano provavelmente teve influência direta na ação estatal. Atacando e enfraquecendo Curt Lischke e Hermann Weege, o governo estadual dava continuidade aos planos de enfraquecimento das bases políticas e de assenhoreamento dos bens econômicos de antigos republicanos.

¹⁰⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 118. Blumenau, 27 de setembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo XIV**: p. 205.

No município de Itaiópolis, o proprietário da Fábrica de Palhões Itayópolis¹⁰⁸ e administrador geral da Empresa de Luz e Força S.A. Itaiópolis, Carlos Link, também foi preso, e sua fábrica, fechada. Junto à carta enviada a Nereu Ramos por Cecília Semmer Link, esposa de Carlos Link, pedindo a liberdade do marido, estão as assinaturas de 35 funcionários da fábrica, que também pedem a liberdade de seu empregador.¹⁰⁹ Anexado à carta, encontra-se um relatório do prefeito de Mafra, João Francisco Assis, feito a partir de inquérito do delegado regional de Mafra:

A Empresa de Luz e Força S.A. Itaiópolis, com sede nesta cidade, mantém como empregado de confiança, o industrial Carlos Link, de nacionalidade alemã, o mesmo indiretamente é administrador geral de toda a empresa (serviço de eletricidade, instalações, ligações, cobranças e ainda mantém em seu poder o caixa geral, todo o numerário da empresa), sem responsabilidades. Na residência do mesmo reúnem-se toda noite, certo número de elementos suspeitos (ex-integralistas, quinta-coluna), que disfarçados, vão fazer reuniões, etc., alegando que vão tratar de serviços da empresa. E mais, na maioria dos membros da diretoria, são elementos traidores, lesa-pátria.¹¹⁰

Na justificativa do prefeito para a prisão de Carlos Link, fica evidente o interesse dessa autoridade, nomeada pelo governador estadual, no controle e nos lucros da Empresa de Luz e Força de Itaiópolis. Ele alegou supostas ações subversivas praticadas não somente por Link, mas pela “maioria dos membros da diretoria” da

¹⁰⁸ Não consegui compreender exatamente qual era a atividade desenvolvida por esta Fábrica de Palhões de Itayópolis, mas acredito que tenha sido a fabricação de seda para cigarros, embalagens, esteiras para exportação de bananas e capas para embalagens de garrafas, a partir da palha de milho, centeio e trigo.

¹⁰⁹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 142. Joinville, 23 de novembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁰ Ibidem, p. 147.

empresa. Fica a impressão de que João Francisco Assis gostaria de afastar a maioria dos diretores da Empresa de Luz e Força de Itaiópolis, acusando-os de quinta-colunismo, traição e lesa-pátria. Esses fantasmas que “assustavam” o executivo federal e a sociedade brasileira, e que supostamente atravancavam a construção do Estado Nacional, foram usados habilmente pelo prefeito de Mafra.

Em depoimento prestado às autoridades policiais, Carlos Link falou que “as reuniões em sua casa eram feitas com a finalidade de jogar cartas”. No final do relatório enviado pelo prefeito de Mafra, o delegado de polícia Luciano Antônio de Farias sentenciou que, pelas “declarações prestadas pelo acusado Carlos Link e pelo terno de declarações prestadas pelas testemunhas inquiridas pode-se crer ser verdadeira a acusação e a culpabilidade do acusado.”¹¹¹ Naquele contexto, uma denúncia informal de que determinada pessoa praticava atos que atentavam contra a nacionalidade brasileira já era motivo para que as autoridades estaduais a prendessem. Quando essas pessoas possuíam empregos, propriedades e bens que interessavam ao Partido Liberal Catarinense, muitas das autoridades nomeadas por Nereu Ramos inventavam os motivos para essas prisões. Assim sendo, é inegável que o Estado catarinense, tendo a sua frente Nereu Ramos, entrevistou diretamente na fonte de renda de empresários do Vale do Itajaí, muitos deles antigos membros do PRC, buscando subordinar essas elites econômicas aos desígnios estado-novistas, mas, principalmente, aos interesses dos liberais catarinenses. Contudo, convém lembrar que nem sempre as relações entre empresários do Vale do Itajaí e o Estado catarinense foram conflituosas, pois em muitos casos, esses empresários se aproximaram de autoridades municipais e estaduais para defender seus interesses econômicos, ligando-se à oligarquia dos Ramos (FROTSCHER, 2007, p. 159).

¹¹¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 149. Joinville, 23 de novembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

2.3.2 – Apontamentos sobre a Campanha de Nacionalização e as perseguições a alemães e seus descendentes em Santa Catarina

Nas cartas enviadas para os interventores estadual e federal podemos perceber que nem todos os alemães, ou descendentes de alemães, foram perseguidos. Em várias cidades coloniais de Santa Catarina, estes continuaram exercendo cargos de extrema relevância, muitas vezes nomeados pelo interventor Nereu Ramos. Após o golpe de novembro de 1937, os prefeitos eram nomeados pelos respectivos interventores estaduais, e Nereu Ramos não teve problemas para nomear prefeitos de ascendência alemã em plena Campanha de Nacionalização – o prefeito de Brusque em 1940, Germano Schaefer,¹¹² assim como o de Hamônia em 1941, Rodolpho Koffke,¹¹³ o de Porto União, também em 1941, Helmuth Müller,¹¹⁴ e o de Jaguaruna em 1943, Luís Schmidt.¹¹⁵ Da mesma forma que prefeitos, os delegados de polícia também eram nomeados pelo interventor estadual, e muitos deles possuíam ascendência alemã, como no caso do delegado especial de polícia de Brusque, João Jorge Kormann,¹¹⁶ ou nacionalidade alemã, como o delegado de Nova Esperança (que não teve seu nome mencionado na carta de Júlia Vieira).¹¹⁷ Segundo Julio Cantisano, em carta escrita em 09 de setembro de 1940, o inspetor

¹¹² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 63. Brusque, 27 de julho de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 07 e 08. Hamônia, 10 de janeiro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 150. Matos Costa, 10 de fevereiro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁵ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 88. Jaguaruna, 17 de setembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 245. Brusque, 04 de dezembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 244, 245, 246 e 247. João Pessoa, 09 de maio de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

escolar do município de Três Barras, Germano Waguifürh, também possuía ascendência alemã.¹¹⁸

Esclarecedora é uma carta enviada de Hamônia, na qual o missivista agradece a nomeação de sua filha, chamada Hedwig, para o cargo de adjunta do Grupo Escolar desse município.¹¹⁹ A nomeação de Hedwig, provavelmente uma descendente de alemães, não seguiu as ordens emanadas pela Campanha de Nacionalização, mas sim, a amizade de seu pai com a “família do Dr. Pedrinho” – alcunha de João Pedro da Silva, marido de Raquel Ramos, irmã de Nereu Ramos, pais do futuro governador de Santa Catarina, Aderbal Ramos da Silva.¹²⁰ Dessa maneira, é possível inferir que as perseguições e nomeações realizadas pelo interventor estadual não seguiam necessariamente os desígnios oficiais de assimilação e integração dos alemães e seus descendentes à cultura brasileira e aos ideais da nacionalidade, mas aos interesses pessoais, políticos e econômicos imediatos dos mais diversos atores sociais, que, em muitos momentos, determinavam aproximações ou afastamentos de “brasileiros” ou “alemães”, dependendo das disputas e dos contextos de cada região catarinense. A política estadual explica as opções efetivas da política de nacionalização.

As ações estatais contra imigrantes e pessoas de ascendência alemã deixavam parcelas da população catarinense indignada e sem compreender seus motivos. De São Joaquim, Evaldo Bathke escreveu para Nereu Ramos, em 10 de setembro de 1942, reclamando do tratamento recebido pelos descendentes de alemães em Santa Catarina:

Vossa Excelência constatará a situação vexatória, injusta e perigosa que aqui reina, mercê da incompreensão de alguns que exclusivamente vê em cada brasileiro um traidor e indigno da pátria, de uma vez que seja descendente de pessoas nascidas no estrangeiro, embora seja ele tão

¹¹⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 121 e 122. Três Barras, 09 de setembro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 162 e 163. Hamônia, 15 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹²⁰ Cf. BARRETO, op. cit.

patriótico, leal, fiel sentinela e servidor abnegado da nossa estremecida e querida pátria, tanto quanto seja todo o bom brasileiro de brio que com verdadeiro carinho e veneração a terra gloriosa e santa que lhe deu a família, o pão e o ser.¹²¹

A carta evidencia a impressão de que muitos dos imigrantes e seus descendentes perseguidos pela Campanha de Nacionalização não entendiam os motivos para as ações estatais, já que muitos deles se consideravam tão ou mais nacionais do que os brasileiros filhos de pais brasileiros. Com certeza, esses filhos de imigrantes não se viam desintegrados, enquistados ou não assimilados à política e à economia catarinenses; por essas razões, era praticamente impossível entender os motivos que levavam Nereu Ramos e seu governo a persegui-los, prendê-los e violentá-los.

Também é perceptível nas cartas enviadas para o interventor estadual que vários brasileiros foram perseguidos pelo governo estadual e seus representantes municipais, ou demitidos de cargos públicos. Em carta escrita do município de Rodeio, o padre Lindser falava que 17 professoras brasileiras de escolas particulares não conseguiriam cumprir as condições prescritas no Decreto-lei n 88, e assim seriam demitidas.¹²² No município de Brusque, o professor da Escola Evangélica Alberto Torres, Dalilo Sumitino Pereira, alegava ter sido vítima de calúnias que o levaram a ser demitido simplesmente pelo “delito de ser brasileiro”.¹²³ O agente sanitário e enfermeiro do posto de saúde de Joinville, Joaquim Coelho da Rocha, também denunciava ter sido demitido por calúnias levantadas contra ele.¹²⁴ Por

¹²¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 65. São Joaquim, 10 de setembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹²² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 156, 157 e 158. Rodeio, 08 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹²³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 35 e 36. Brusque, 16 de janeiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹²⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 117. Joinville, fevereiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

sua vez, Anselmo Gesser, professor em Blumenau, alegava que a sua demissão fora motivada por ele ter seguido as instruções do inspetor escolar, que determinava que o ensino escolar não fosse ministrado em alemão. Essa recusa teria desagradado “as velhas raposas da politicagem integralista e nazista” e o prefeito de Blumenau, que o teria demitido.¹²⁵ É claro que, ao analisar essas cartas, deve-se levar em consideração que muitos desses depoimentos podem ser exagerados ou falsos; contudo, fica evidente que as perseguições e violências estatais também atingiram brasileiros que, perante a Campanha de Nacionalização, não forneciam motivos para essas arbitrariedades por parte de Nereu Ramos e seus subalternos.

A Campanha foi o álibi perfeito para Nereu Ramos perseguir tranquilamente seus adversários políticos, como os Konder, o Partido Republicano Catarinense e os integralistas. Partindo dessas constatações, entendo que a política de nacionalização do ensino, as intervenções em associações recreativas e culturais ou em estabelecimentos industriais das regiões coloniais de Santa Catarina faziam parte de uma estratégia de Nereu Ramos para dismantlar as bases políticas de seus adversários no estado, principalmente no Vale do Itajaí. O interventor catarinense percebeu que essas instituições eram usadas principalmente pelas elites políticas e econômicas daquela região para normatizar condutas, inculcar valores, obter o apoio político e o controle sobre seus habitantes. Muitas das pessoas que participavam da administração ou dirigiam determinadas escolas e entidades associativas acumulavam certa influência sobre a população local, que poderia ser convertida em apoio político. Assim, este trabalho descarta qualquer ideia de uma homogeneidade de pensamento das regiões coloniais, pois elas possuíam as suas clivagens sociais, que não eram determinadas unicamente por razões culturais ou étnicas, mas também por questões relacionadas à classe social, inserção política, corrente migratória, participação nos campos decisórios da elite local, situação econômica, experiências de trabalho e proletarianização. Nesse sentido, consideramos que a “etnicidade não explica quase nada se não for qualificada, contextualizada e acompanhada de uma discussão específica sobre as questões sociais que lhe dão forma e conteúdo” (DUARTE, 2011, p. 367). A noção de

¹²⁵ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 16 e 17. Joinville, 06 de julho de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

etnicidade deve ser o ponto de partida para a investigação e não o componente explicativo que responde à maioria dos questionamentos, a chave-mestra que abre todas as portas.

Fica claro que a Campanha de Nacionalização tomou novos rumos em Santa Catarina, não somente culturais, numa disputa entre brasileiros e alemães, mas sim políticos e econômicos. Nereu Ramos e a população de uma maneira geral aproveitaram as oportunidades que surgiram com a Campanha de Nacionalização, e a sua ideia de assimilação e integração, para atacar adversários políticos, impor seu poder e legitimá-lo. Vale lembrar que “ataques” estatais já vinham acontecendo nas regiões coloniais de Santa Catarina desde 1930, quando os Ramos, juntamente com o interventor Ptolomeu de Assis Brasil, assumiram o comando do estado. No caso de Blumenau, após a instauração do Estado Novo, Nereu Ramos tratou primeiramente de silenciar seus opositores políticos, pois este município era o reduto eleitoral do PRC desde a Primeira República e, a partir de 1936, dos integralistas. Com a Campanha de Nacionalização iniciada em 1938, o interventor catarinense dava prosseguimento às suas intervenções em escolas privadas, indústrias e associações culturais (que já realizava desde o ano de 1935), agora respaldado por leis federais.

Esses são exemplos que demonstram que as ordens do governo federal eram interpretadas e adaptadas conforme os contextos estaduais, levando sempre em consideração as disputas políticas, econômicas e sociais das oligarquias e da população catarinense.

CAPÍTULO 3 - A POPULAÇÃO CATARINENSE E A IDEOLOGIA ESTADO-NOVISTA

Em Santa Catarina, o período iniciado com o movimento de 1930, foi marcado por uma série de excessos e violências não somente de governadores e interventores catarinenses, mas também de autoridades públicas municipais e estaduais, como delegados, prefeitos, juizes, coletores e promotores. Segundo Marlene de Fáveri (2005), delegados e soldados policiais tiraram proveito desse contexto estado-novista de repressão e combate aos supostos “inimigos da pátria” para obter benefícios pessoais. Assim, nesses anos e, principalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, foram comuns apropriações de dinheiro, armas, rádios, objetos de valor, joias e carros de cidadãos catarinenses considerados suspeitos de conivência com ideologias estrangeiras ou consideradas contrárias ao Estado Nacional. Em alguns casos, as invasões de residências tinham interesses menores, como fica exposto na missiva de Maria Manoel Rodrigues dos Santos, que escreveu de Lauro Müller denunciando que “o senhor João Rosa, sendo delegado de polícia, teve a coragem de mandar a polícia dentro de nossa casa e invadir aos fundos da cozinha regatando a cachaça que meu marido tinha dentro de casa”.¹²⁶

É um erro pensar que foram somente autoridades públicas que se aproveitaram das oportunidades abertas por essa conjuntura, pois a população catarinense também soube usar a seu favor os decretos e leis instituídos pelo Estado Novo. Pelas cartas, pode-se perceber que, no final da década de 1930 e começo da década de 1940, as denúncias de pessoas comuns contra vizinhos, amigos e familiares, que supostamente teriam cometido atos ilegais ou subversivos, aumentaram consideravelmente. Como destaca René Gertz (2005, p. 61), um número considerável de ações violentas durante o Estado Novo “foram praticadas em grande parte por populares, isto é, por manifestações de rua, e não diretamente, por instâncias estatais” (GERTZ, 2005, p. 61). Ao que tudo indica, na maioria das vezes, essas denúncias e manifestações contra “inimigos da pátria” estavam ligadas a interesses econômicos e políticos ou a disputas pessoais.

¹²⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 – 2º semestre, p. 057 e 058. Outubro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em muitos dos casos de denúncias sobre supostos subversivos que teriam praticado ações irregulares contra o Estado brasileiro, os denunciante estavam interessados nos bens desses denunciados e nos benefícios que a prisão ou afastamento de determinada pessoa poderia lhes trazer. Esse é o caso de Adélio Medeiros, que em 09 de junho de 1939, escreveu uma carta denunciando que o escrivão do distrito de Iracema¹²⁷, Miguel Creina, era estrangeiro. Segundo o Artigo 40 do Decreto-lei n. 1202 de 08 de abril de 1939,¹²⁸ nenhum estrangeiro poderia exercer cargo público nos municípios ou estados da nação, e assim, Adélio Medeiros pedia a Nereu Ramos sua própria nomeação para a vaga de escrivão do distrito.¹²⁹ Pedro Formagi, em carta escrita de Indaial em 21 de dezembro de 1944, acusava o oficial de justiça Curt Von Gilsa e a família Schneider de depreciarem os brios nacionais e a Força Expedicionária Brasileira. Após a apuração das denúncias, ficou comprovado que as acusações eram fruto de mera vingança pessoal, motivadas por uma disputa familiar que colocava de um lado os Formagi e do outro, Curt Von Gilsa e os Schneider.¹³⁰ As cartas de Adélio Medeiros e Pedro Formagi são interessantes exemplos de como a população catarinense poderia manipular o discurso e a ideologia estado-novista para atingir alguns objetivos e interesses imediatos. Por meio de uma denúncia contra um estrangeiro que ocupava um cargo público, Adélio Medeiros pleiteava um trabalho para si. Por sua vez, Pedro Formagi, querendo apenas sanar seu desejo de vingança pessoal contra Curt Von Gilsa e os Schneider, denunciou-os por depreciarem os brios nacionais e fazerem campanha pelos nazistas.

¹²⁷ Atual município de Itaiópolis.

¹²⁸ Decreto-lei nº 1.202, de 08 de abril de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

¹²⁹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 194. Iracema, 09 de junho de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹³⁰ Fundo Tribunal de Segurança Nacional. Processo-crime de Pedro Formagi - Apelação nº 2.834, de 21 de dezembro de 1944. Microfilme AN 088-2009 - C8.0.APL.2316. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Os motivos dessa disputa familiar entre os Schneider e os Formagi não ficam bem claros no processo, contudo, existem depoentes que afirmam que vinha acontecendo havia muitos anos.

Nesse sentido, uma das hipóteses deste trabalho é que a grande maioria das pessoas perseguidas e incomodadas durante o Estado Novo possuíam bens, cargos e negócios cobiçados por autoridades públicas ou por pessoas ligadas ao grupo político que se encontrava no poder. Extorsões, roubos, apropriações indevidas de bens e propriedades, o medo do desemprego, o medo da prisão, acusações infundadas e ações violentas da polícia, ao que tudo indica, foram fatos corriqueiros durante o Estado Novo em Santa Catarina. Da mesma forma que as autoridades e administradores se aproveitaram do contexto estado-novista, os mais diversos catarinenses perceberam uma oportunidade de obter vantagens financeiras e pessoais denunciando seus vizinhos por atos (que estes não haviam cometido) que atentariam contra a ordem e o ideal de nacionalidade posto em prática a partir de 1937. Dessa maneira, a intenção deste capítulo é perceber como os preceitos ideológicos, o conjunto de leis sociais e trabalhistas e os discursos do Estado Novo foram colocados em prática em Santa Catarina pelas autoridades municipais e estaduais, mas principalmente, pela população catarinense em geral, na busca de um aumento salarial, na garantia da posse de sua terra e na melhoria de suas vidas. Como tal aparato ideológico estado-novista foi manipulado por pessoas que viram condições para a obtenção de benefícios econômicos, para a aquisição de bens e propriedades e oportunidades para a resolução de problemas particulares?

3.1. Ações e excessos cometidos por autoridades públicas e por diversos catarinenses durante o Estado Novo

Muitas autoridades públicas não perderam a oportunidade de usufruir as benesses que o Estado Novo poderia proporcionar em terras catarinenses. Entre as denunciadas por ações arbitrárias e ilegais, destacam-se os soldados e delegados de polícia. Nas cartas enviadas para os interventores estadual e federal, denunciando tais ações, ficam claros interesses escusos, que não contemplavam os anseios da coletividade ou de defesa e proteção do bem público. Uma dessas denúncias contra agentes da Força Policial de Santa Catarina foi enviada para o interventor Nereu Ramos de Chapecó, em abril de 1941, destacando que o delegado especial deste local estaria envolvido com assassinatos, bebedeiras e diversas irregularidades, como a venda

ilegal de armas e a prática de jogos de azar.¹³¹ Outra acusação de truculência e abuso de poder por policiais veio de São Francisco do Sul, em 18 de abril de 1942, em carta que Ernesto Mueller escreveu, dizendo que o capitão Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social, autorizou uma devassa em sua casa.¹³² Em 12 de agosto de 1942, o interventor Nereu Ramos recebeu outra denúncia vinda de Chapecó, na qual Diocesano Gonçalves de Azevedo acusava o atual delegado regional daquele município de tentar prejudicar o tenente Duarte Pedra Pires, ex-delegado especial de Chapecó. O motivo para a perseguição, segundo o missivista, estaria relacionado às ações do tenente no combate a um bando de criminosos chefiados por José Silva de Carvalho, vulgo Curió, amigo do atual delegado regional, que roubava madeiras das terras do Banco do Rio Grande.¹³³ Do distrito de Nilo Peçanha,¹³⁴ José Alberiano escreveu para Nereu Ramos dizendo que dois soldados da Força Policial do Estado, Manoel Rufino Simões e Belarmino Machado de Souza, estavam praticando as maiores barbaridades na localidade. Segundo o autor da carta, os dois policiais, que haviam sido nomeados pelo delegado especial, não obedeciam ao subdelegado de Nilo Peçanha, sendo que um deles andava constantemente ostentando dois revólveres na cintura, afrontando e intimidando os colonos. Para José Alberiano, por conta do tamanho do distrito e da inexistência de “súditos do Eixo” no local, dois policiais seriam desnecessários, e assim, pedia o afastamento de Simões e Souza.¹³⁵ As cartas de Ernesto Mueller, Diocesano Gonçalves de Azevedo e José Alberiano deixam claro que, muitas vezes, as motivações de delegados e soldados eram econômicas e pessoais.

¹³¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º Semestre, p. 267, 267ª, 268, 268ª. Chapecó, abril de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹³² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 1º Semestre, p. 168, 168ª. São Francisco do Sul, 18 de abril de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹³³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 35, 36. Chapecó, 12 de agosto de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹³⁴ Atual município de Presidente Nereu.

¹³⁵ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 1º semestre, p. 360, 361. Nilo Peçanha, 14 de junho de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Exemplo bem elucidativo das possibilidades de ganho que o Estado Novo trouxe às autoridades policiais é a carta escrita por Paulo Sprenger, de São Bento do Sul, em 10 de fevereiro de 1942. Sprenger escreveu para seu amigo Carlos Bernhardt, em Buenos Aires, denunciando que, após a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, no começo de 1942, “o falar alemão, italiano ou japonês, na via pública, cafês, casas de negócio, etc., é expressamente proibido, sob pena de prisão imediata.” Segundo ele, essas prisões haviam se tornado uma nova fonte de renda para os policiais, pois “são cobrados 15\$000 a 20\$000 pelo ‘hotel’ (cadeia)”. As denúncias de atos considerados subversivos também se converteram em possibilidades de lucro para muitas pessoas, pois existiam “gaiatos incumbidos de denunciar os que falam alemão, mediante a espórtula de 2\$000 a 5\$000.”¹³⁶ Essa missiva enviada para Carlos Bernhardt alertava-o sobre a inconveniência de sua volta para o Brasil naquele momento. Entretanto, Elfrida Bernhardt, esposa de Carlos Bernhardt, havia escondido a carta, não fazendo a “entrega ao destinatário, receosa que o marido, em face do conteúdo, não a deixasse regressar ao Brasil, para onde tinha muita vontade de voltar.” Como não havia recebido a carta, Carlos Bernhardt autorizou a viagem de Elfrida Bernhardt de Buenos Aires para Blumenau. Na viagem de regresso, quando atravessava a fronteira entre a Argentina e o Brasil, na cidade de Uruguaiana, Elfrida foi presa pelas autoridades brasileiras, tendo em seu poder a carta escrita por Paulo Sprenger. Esta foi enviada para jornais de Florianópolis, Joinville, Rio de Janeiro e Bahia, sendo considerada exemplo da calúnia e difamação que os imigrantes alemães e muitos de seus descendentes realizavam contra os brasileiros e contra o Estado Nacional. Segundo as autoridades e os jornais do período, a carta de Paulo Sprenger era um “amontoado de falsidades, tendentes a colocar em situação desairosa as nossas autoridades policiais, e bem assim, o que é mais grave, criar no estrangeiro uma atmosfera de descrédito em torno da situação financeira do país.”

As autoridades policiais encarregadas da averiguação das denúncias feitas na carta diziam que Paulo Sprenger teria sido chamado para prestar depoimentos, entretanto, ele não havia indicado nenhuma autoridade que cobrasse as diárias pela “estadia” na cadeia.

¹³⁶ Caderno de Expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda/SC – Livro 1942/2º Trimestre, 15 abril 1942, p. 05 e 06. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ainda conforme o relato dos jornais e autoridades policiais, o missivista também não informou quem havia falado sobre os excessos cometidos pela polícia de São Bento do Sul. Para os policiais, Paulo Sprenger estaria mentindo, tentando difamar os brios do povo brasileiro, por isso, ele e sua esposa Erna Sprenger, como “feras que são, deveriam estar enjauladas num campo de concentração.”

Um expediente muito utilizado pelas autoridades públicas encarregadas de analisar denúncias contra delegados e oficiais de polícia era desqualificar os depoentes e seus relatos de ações arbitrárias e violentas. Isso fica evidente na maneira como foi respondida uma solicitação, do governo federal ao estadual, sobre denúncias de abuso do poder contra José Almeida Pimpão, delegado regional de polícia, e Pedro Lara Ribas, delegado de polícia de Cruzeiro. As denúncias foram feitas por três advogados de Cruzeiro, Gaspar Coutinho, Basílio Celestino Junior e Edmundo Acácio Moreira, numa carta enviada para o presidente da República em 17 de abril de 1943.¹³⁷ Os três relataram que várias vítimas desses delegados já teriam telegrafado ao interventor Nereu Ramos reclamando dos abusos, entretanto, para a indignação geral da população de Cruzeiro, mesmo com essas denúncias e com um processo judicial aberto pela promotoria pública daquele município, José Almeida Pimpão e Pedro Lara Ribas permaneciam nos cargos. Em 16 de maio de 1943, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores do governo federal encaminhou essa carta e um telegrama para Nereu Ramos, solicitando esclarecimentos.

A resposta às indagações do governo federal foi dada por João Eloi Mendes, delegado em exercício da Delegacia de Ordem Política e Social do estado de Santa Catarina, em 21 de julho de 1943.¹³⁸ Nela, o delegado em exercício da DOPS afirmou que havia sido aberto um inquérito para apurar as denúncias. Contudo, nada teria sido provado, pois além da relação de amizade entre as testemunhas e os advogados denunciadores, os depoentes diziam saber de determinados fatos por “ouvir dizer” – o que, segundo o oficial, não seria prova suficiente para condenar uma autoridade. A respeito do inquérito aberto pelo promotor da comarca de Cruzeiro, João Elói Mendes respondeu que a queixa contra José Almeida Pimpão não teria sido recebida pelo Juízo de

¹³⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 12.171, de 17 de abril de 1943. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹³⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 1.630, de 21 de julho de 1943. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Direito, enquanto a denúncia contra Pedro Lara Ribas teria sido aceita, mas este teria recebido *habeas corpus* unânime do Egrégio Tribunal de Apelação. Assim, como nada havia sido provado contra os dois delegados de Cruzeiro, o denunciante Gaspar Coutinho estaria sendo processado pelo crime de calúnia. Ao final de sua resposta ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, João Elói Mendes diz ter conhecimento que Gaspar Coutinho tem

procurado advogar causas de pessoas detidas por motivo de segurança nacional... Todos esses fatos bem demonstram a ação desagregadora do bacharel em apreço e a campanha que está promovendo contra as autoridades do município, criando, assim dificuldades ao movimento das mesmas no combate aos inimigos da Pátria.¹³⁹

Em 30 de agosto de 1943, o processo voltou à Secretaria da Presidência da República no Rio de Janeiro, informando que os delegados de polícia estariam dentro da legalidade, e que o advogado Gaspar Coutinho, além de estar sendo processado por calúnia, seria conivente com os inimigos da pátria, ao defendê-los judicialmente.¹⁴⁰

Primeiramente, é necessário destacar um detalhe mencionado na carta de João Elói Mendes, que indica ser ele o “delegado em exercício” da DOPS catarinense. O titular dessa delegacia em 1943 era o capitão Antônio Lara Ribas, coincidentemente, irmão do delegado de polícia de Cruzeiro, Pedro Lara Ribas. Não é possível afirmar que motivo havia afastado Antônio Lara Ribas do cargo no momento do inquérito, mas não seria exagero supor que o afastamento não aconteceu realmente. É provável que, para enviar a resposta ao presidente da República sobre a conduta dos delegados Pimpão e Ribas, não fosse aconselhável que o irmão de um deles prestasse esclarecimentos. Ou seja, pode-se supor que Antônio Lara Ribas tenha evitado responder as interrogações do governo federal, pois isso levantaria suspeitas de acobertamento de ações irregulares e excessos

¹³⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 1.630, de 21 de julho de 1943. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 171/43, de 30 de agosto de 1943. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

cometidos pela delegacia de Cruzeiro. Partindo desses pressupostos, fica mais fácil entender o “*habeas corpus* unânime” recebido pelo delegado Pedro Lara Ribas do Egrégio Tribunal de Apelação de Santa Catarina.

Um segundo ponto a ser destacado na carta do “delegado em exercício” refere-se à dúvida das autoridades com relação à idoneidade das testemunhas. O ato de desqualificar testemunhas foi uma tática corriqueira utilizada pelas autoridades públicas quando queriam defender determinados acusados. A alegação de João Elói Mendes desqualificando os testemunhos dos três advogados de Cruzeiro é muito semelhante às alegações das autoridades na carta de Paulo Sprenger, pois menciona também que as testemunhas teriam “ouvido dizer”, que elas não teriam presenciado tais fatos, que não saberiam informar com precisão quais os atos cometidos nem identificar os supostos agressores. Para o delegado da DOPS, essas denúncias eram baseadas em boatos que não resistiam a uma averiguação consistente. Com certeza, o delegado João Elói Mendes omitia de sua carta o fato de que muitos desses depoimentos eram tomados em delegacias onde os depoentes eram coagidos a falar o que os oficiais de polícia desejavam.

Por fim, outro ponto que merece atenção no relato de João Elói Mendes, diz respeito novamente à associação de possíveis desafetos das autoridades públicas a crimes contra a pátria. Após negar todas as acusações de Gaspar Coutinho, o delegado em exercício da DOPS finalizou sua carta afirmando que o advogado estaria auxiliando possíveis subversivos, inimigos da segurança nacional. Assim, além de mentir, Gaspar Coutinho estaria atrapalhando a realização dos desígnios do Estado Novo em Santa Catarina, enquanto os delegados denunciados pelo bacharel, além de inocentes, seriam os baluartes da defesa da nacionalidade e, por esse motivo, estavam sendo perseguidos pelos “inimigos da pátria”.

Prefeitos também eram acusados seguidamente de condutas inapropriadas, como no caso do subprefeito de Benjamin Constant, Otávio Dutra Bittencourt, que em 10 de agosto de 1939 escreveu para Nereu Ramos informando que os prefeitos de Cruzeiro, Campos Novos e Lages estavam tentando prejudicá-lo. Esses prefeitos teriam conseguido expedir um mandado de prisão contra ele, que necessitou

atravessar às escondidas o Rio Uruguai para não ser preso.¹⁴¹ O prefeito de Brusque, Germano Schaeffer, também foi alvo de denúncias de Christiano Hoold, em 25 de julho de 1940. O missivista de Brusque acusava Germano Schaeffer de se “prevaler do cargo de prefeito para cometer arbitrariedades, realizando dois casamentos como juiz de paz.”¹⁴² Promotores públicos que atuavam como advogados de defesa em disputas judiciais que deveriam julgar parecia ser algo muito comum em Santa Catarina, pois o 1º promotor público de Florianópolis, Artur da Silva Gusmão, foi acusado por Tito Gomes, proprietário da indústria de móveis Gomes e Filhos, de atuar como juiz e advogado de defesa de seu genro, Raimundo Bessa, numa disputa judicial contra o moveleiro. Segundo Tito Gomes, o promotor não havia lhe concedido nem o direito de defesa.¹⁴³ Da mesma forma que Tito Gomes acusava o promotor de Florianópolis de atuar como advogado, Gabriel Cruzára denunciava em carta que, em disputa judicial contra José Vargas, relativa à cobrança de honorários de um serviço prestado pelo missivista como pedreiro, o promotor Abellard Pereira Gomes atuara como advogado de defesa de Vargas. Para Gabriel Cruzára, deveria “haver inibição, pelo menos de ordem moral, para que o órgão da Justiça Pública patrocine causas contra os interesses de um pobre operário carregado de filhos e quase desvalido.”¹⁴⁴ Coletores estaduais também eram acusados de excessos, como em Sombrio, onde José Tiago da Luz e Cezarino Ribiano Simas que estariam cobrando valores acima dos determinados pela lei¹⁴⁵ em impostos e serviços prestados pela Coletoria Estadual.

¹⁴¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 300. Benjamin Constant, 10 de agosto de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 63. Brusque, 25 de julho de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 27 e 28. Florianópolis, 10 de agosto de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 301. Santa Catarina, 12 de abril de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴⁵ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 - 2º semestre, p. 244. Sombrio, 19 de novembro de 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Cartas como a de Paulo Sprenger, Gaspar Coutinho, Ernesto Mueller, Diocesano Gonçalves de Azevedo e José Alberiano são exemplos claros das relações entre oficiais de polícia e a população catarinense durante o Estado Novo, assim como das estratégias que autoridades públicas possuíam para desqualificar e negar acusações e alegações de violência cometidas pela Força Policial do Estado de Santa Catarina. As cartas escritas por Otávio Dutra Bittencourt, Cristiano Hoold, Tito Gomes e Gabriel Cruzára, por sua vez, nos fazem lembrar que não foram somente pessoas ligadas à Força Policial que cometeram irregularidades. Casos de prefeitos, coletores, juizes e promotores que abusavam de suas prerrogativas, agindo com violência eram comuns. Para muitos catarinenses, o Estado Novo foi um momento para pequenas vinganças, represálias e ganhos, pois aqueles que estavam alinhados politicamente com os liberais e Nereu Ramos passaram a ocupar cargos públicos importantes, o que lhes permitiu agir em benefício próprio e de seus aliados. Foram muitos os casos de agentes públicos que adquiriram terras, dinheiro e bens por meio de transações nebulosas durante o Estado Novo em Santa Catarina.

3.2 – Os trabalhadores catarinenses durante o Estado Novo

A aquisição de direitos trabalhistas garantidos por lei, no decorrer do século XX, foi o resultado de uma longa luta por melhores condições de vida e de trabalho. Contudo, são frequentes em nossa história casos nos quais lideranças políticas e outras figuras “ilustres” de nossa elite governante tentaram transformar as conquistas dos trabalhadores em “doações”, obras da generosidade de líderes “clarividentes, onipresentes e oniscientes”. Esses “homens esclarecidos” captariam os anseios da coletividade e os transformariam em leis e ações que beneficiariam os trabalhadores ou determinado grupo social. Acredito que Getúlio Vargas seja o maior exemplo de um líder político que se apropriou de um discurso e uma série de reivindicações do operariado brasileiro da Primeira República, transformando-os em leis que beneficiavam os trabalhadores brasileiros. Dessa forma, era como se ele houvesse se antecipado aos reclames da classe trabalhadora e concedido um “monumento ao trabalhador brasileiro” (GOMES, 2005). No caso em questão, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 (DECCA, 1989;

PARANHOS, 1999; GOMES, 2005). Entretanto, quando se estuda o contexto estadonovista de “doação” das leis trabalhistas, é fácil perceber que os trabalhadores não viam simplesmente essa sistematização de leis como um ato de caridade ou generosidade do presidente brasileiro, mas como conquista, passando a perceber a esfera legal como mais uma possibilidade de luta por melhores condições de vida e trabalho.

De maneira geral, a situação do operariado brasileiro na Primeira República era precária, e são frequentes as reclamações sobre más condições de moradia e infraestrutura em vários cortiços na região central e nos bairros operários de São Paulo, por exemplo. As queixas também mencionam aluguéis abusivos, além de “moradias anti-higiênicas, com ventilação e iluminação inadequadas, sem conforto, com média excessiva de moradores por cômodo” (DECCA, 1989, p. 28). Florianópolis, durante a Primeira República, segundo Hermetes Reis de Araújo (1989, p. 11), “não apresentou um grande afluxo populacional, nem grandes multidões, nem concentrações industriais mesmo de pequeno vulto, nem um volumoso contingente de operários e de camadas populares pauperizadas”, contudo, existiram cortiços no centro da cidade, com um grande número de pessoas pobres (Toca, Pedreira, Figueira e Tronqueira), escassez de moradias, sendo que muitas casas e “fogos” eram verdadeiros focos de condições inadequadas à saúde. Com relação às condições de trabalho no país como um todo, são recorrentes os pedidos dos trabalhadores da Primeira República pela jornada de trabalho diária de 8 horas, melhores condições de trabalho, férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, aumento salarial, descanso semanal obrigatório, indenização às vítimas de acidentes de trabalho e o direito a associação (BATALHA, 2000). Mesmo com todo o aparato modernizador instalado por Getúlio Vargas, percebe-se que as condições de trabalho, moradia, alimentação e higiene dos trabalhadores continuavam deploráveis quando o Estado Novo foi instituído em 1937.

Algo notável a partir de 1930 é o fato de o Estado brasileiro se preocupar em disciplinar e organizar não somente o ambiente e as relações de trabalho, como também o cotidiano do operariado fora das fábricas. Foram idealizados projetos políticos e criados departamentos estatais para compreender a vida cotidiana dos trabalhadores, seus problemas, necessidades, sentimentos e desejos. Buscava-se disciplinar o tempo livre e o lazer dos trabalhadores e suas famílias, “domesticar”

um operariado combativo e reivindicativo (DECCA, 1989; DUARTE, 1999). É claro que esse controle e essa “domesticação” do operariado não foram atingidos, pois os resultados das ações do Estado foram muitas vezes inesperados e paradoxais. Entretanto, toda essa série de leis e ações foi importante para a formação de uma cultura política e de classe. O operariado brasileiro percebeu esses novos canais de participação e comunicação política e os adicionou ao seu leque de possibilidades de ação e luta, pois “a capacidade de fundamentar na lei os direitos da classe operária, deu aos operários uma nova arma em sua luta” (FRENCH, 2001, p 58).

Nesse sentido, o que me interessa neste item é perceber as condições de vida dos trabalhadores catarinenses durante o Estado Novo, buscando compreender sua cultura política e como eles manipularam o arcabouço ideológico trabalhista para atingir seus objetivos imediatos. Também será nossa intenção apontar os limites e obstáculos que algumas autoridades estatais e empregadores colocavam para o real cumprimento dessas leis sociais e trabalhistas no estado.

Ao que tudo indica, as condições de vida e de trabalho de inúmeros catarinenses durante o Estado Novo também eram precárias. Os relatos de desemprego são frequentes nas cartas enviadas para os interventores estadual e federal. Quando o desemprego não se fazia presente, o problema eram os baixos salários, as frequentes multas, faltas e atrasos, associados à alta dos preços dos alimentos. As cartas enviadas para Nereu Ramos e Getúlio Vargas estão repletas desses depoimentos que mencionam complicadas condições de vida, o que ajuda a traçar um panorama da situação dos trabalhadores catarinenses.

Porém, antes de uma análise das cartas e das denúncias que estas contêm, é necessário destacar que as condições e dificuldades de vida relatadas por esses trabalhadores catarinenses podem ter sido aumentadas ou superestimadas em muitos desses relatos, já que os missivistas desejavam alcançar um objetivo, qual seja, convencer determinada autoridade que o seu pedido era justo e legal. Contudo, apesar de um possível exagero nos relatos, a recorrência de determinados assuntos e pedidos pode demonstrar problemas comuns que assolavam os catarinenses.

A carta escrita por Alfredo Schwartz em 12 de janeiro de 1939 demonstra que o desemprego se fazia presente: “Como V. Excia. sabe,

desde março de 1932 estou desempregado, não conseguindo até hoje qualquer emprego que fosse...¹⁴⁶. Assim como na carta de Jorge Petcovich, de 21 de março de 1941, na qual diz que

estando já há alguns meses a procura de trabalho e não tendo sido possível conseguir, até a data presente, e, como a pequena economia de que dispunha para poder aguardar as promessas que foram feitas já está bastante reduzida, não podendo desta forma esperar por mais tempo, encontrando-me presentemente nesta capital, venho a presença de V. Excia, oferecer os meus serviços.¹⁴⁷

Almerinda Walter Krueger escreveu de São Francisco do Sul para Nereu Ramos, em 11 de setembro de 1941, solicitando um emprego como professora de Educação Física no grupo escolar Abdon Baptista, mesmo que não possuísse o diploma necessário. Alegava que seu marido encontrava-se há seis meses desempregado.¹⁴⁸ O pedido foi negado, e ela voltou a escrever para o interventor catarinense em 26 de janeiro de 1942, relatando que seu marido continuava desempregado e que a filha estava doente havia dois meses. Ela destacava uma “aptidão” para dar aulas de ginástica, mesmo não tendo o diploma, e solicitava novamente a vaga:

Como já vos disse em carta anterior, meu esposo continua desempregado, e já há quase dois meses que estou com uma das filhas bastante doente, sem ter meios de tratá-la devidamente por falta

¹⁴⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 014. Hansa, 12 de janeiro de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 – 1º semestre, p. 226 e 227. Florianópolis, 21 de março de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 – 2º semestre, p. 056, 057 e 057a. São Francisco do Sul, 11 de setembro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

de recursos. Eis que, por esse motivo, imploro-vos compaixão; é um coração aflito de mãe que vos fala, e que vos pede proteção, para dar educação necessária a duas inocentes. Dr. Nereu, já vos cientifiquei sob minha aptidão para dar aulas de ginástica, porém esqueci-me de vos dizer que não sou diplomada, mas acho-me bastante forte na matéria para lecionar.¹⁴⁹

Contando-se os seis meses mencionados na primeira carta, mais os quatro meses decorridos entre a primeira e a segunda carta, percebe-se que o marido de Almerinda Krueger encontrava-se desempregado havia dez meses. E ela pensou que, por conta disso, algumas exigências e formalidades legais poderiam ser dispensadas. O governo estadual não pensava assim.

A partir dos relatos contidos nas cartas de Alfredo Schwartz, Jorge Petcovich e Almerinda Walter Krueger, fica claro que o desemprego era um problema recorrente. Com certeza, a fala de um dos apologistas do Estado Novo, Rudolf Aladar Métall, na revista *Cultura Política* de fevereiro de 1943, que menciona que “o seguro contra o desemprego, não encontrou as pressuposições no Brasil, onde uma sábia política econômica, financeira e agrária soube evitar o flagelo europeu e norte-americano do *chômage*”¹⁵⁰, é falsa. A frase apenas destaca as intenções do governo estadonovista de camuflar as reais condições de vida dos brasileiros, negando o desemprego e a miséria dos trabalhadores, buscando sempre harmonizar no discurso os conflitos de classe imanentes ao mundo do trabalho capitalista. Assim, qualquer ideia que faça coro ao discurso estadonovista referente à inexistência do desemprego no Brasil, deve ser relativizada, pois o desemprego, além de uma realidade, era um medo constante na vida das pessoas, contrariando o discurso de Rudolf Aladar Métall.

Com relação ao atraso de pagamentos, a carta escrita por José Orosimbo, de Porto União, para Nereu Ramos, em 11 de abril de 1938, é exemplar:

¹⁴⁹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 – 1º semestre, p. 051, 052 e 052a. São Francisco do Sul, 26 de janeiro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁰ MÉTALL, Rudolf Aladar. Política social e política sanitária. In: *Cultura Política*, nº 24, fevereiro de 1943. P. 13.

Com a devida vênia de V. Exa. dirijo-lhe esta para que na qualidade de nosso digno governo, tenha conhecimento do que estou sofrendo aqui depois de haver trabalhado na Estrada Porto União-São João. Fui sempre um trabalhador que cumpro com os meus deveres, e agora não posso receber o meu dinheiro, muito embora saiba que o vosso honrado governo mandou pagar mês por mês. Eu tenho para receber de agosto a dezembro de 1936, sei que veio pagamento, e não querem me pagar. Tenho em meu poder os vales assinados pelo feitor geral Antonio Camargo Filho; este manda-me para o senhor prefeito, o senhor prefeito empurra-me para o engenheiro Dr. Bastos, e assim é que estou sem receber meu suor até hoje.¹⁵¹

Mais um exemplo de atraso de pagamento pode ser encontrado na carta endereçada a Álvaro Monteiro de Barros Catão, diretor da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, por Euclides Prudêncio da Silva, presidente da Comissão Executiva do Sindicato dos Ferrovários. Além do atraso de salários, pode-se perceber a situação em que viviam os funcionários dessa companhia:

Eu abaixo-assinado, presidente da Comissão Executiva do Sindicato dos Ferrovários dessa Estrada, venho por meio deste espôr (sic) o seguinte: 1º - Que o atraso do pagamento por parte da Estrada está dificultando tudo na vida do empregado, a começar pela noção que ele perde seu dinheiro, deixando-o sem ânimo para o trabalho. Si houvesse um raio de esperança de um dia certo receber o suado fruto de seu trabalho, já era um lenitivo para seus males, mas trabalhar sempre sem saber quando poderá receber, é um tanto penoso e é preciso ser forte para não esmorecer. A maioria dos empregados fazem

¹⁵¹ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 092. Porto União, 11 de abril de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo XV**: p. 206.

suas comprar exclusivamente na nossa cooperativa, acontece porém que não poucas vezes a caixa do pedido volta com a nota “não tem”. Ora, em se tratando de gêneros de primeira necessidade, indispensáveis para o alimento do trabalhador que tem o trabalho pesado e que não pode conseguir em outra parte o que a cooperativa não lhe fornece é quase para desesperar. Em torno dele só se vê miséria: ele quase seminu, os filhinhos a pedir-lhe o pão, e ele, impassível, sem saber o que fazer, refletindo nas dificuldades por que está passando, só pode ter um gesto de revolta para aquele que ele supõe causador de seu infortúnio e daí o desânimo para o trabalho.¹⁵²

Numa segunda carta, dessa vez enviada ao interventor Nereu Ramos, Euclides Prudêncio da Silva fez graves denúncias sobre o descaso e o descumprimento das leis brasileiras pela Estrada de Ferro D. Teresa Cristina. Ele também mencionava os “inqueritos aniquiladores e torpes” abertos contra funcionários descontentes, apelando assim para o senso de justiça do governo:

A Teresa Cristina até agora escapou da justiça de todos os governos, mais estamos certos que não escapará da justiça do Estado Novo. Pertence a uma companhia soberana e poderosa. Existe dentro do Brasil e tem seu habitat no sul de Santa Catarina. Faz das leis do país as interpretações a ela convenientes, e as obedece conforme entende. Com quanta angústia o pobre ferroviário, que não tem para quem apelar, clama, mas ninguém atende. Quando no limite do desespero ele se revolta, então vêm os inqueritos aniquiladores e torpes. O Estado Novo veio para nos salvar. O Estado Novo nos deu um Nereu Ramos de quem tudo podemos esperar. Aqui estamos. Deve chegar em breve a Santa Catarina o grande

¹⁵² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 284. Tubarão, Agosto de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

presidente Getúlio Vargas, vem consolidar e admirar o vosso trabalho. Pedimos a V. Excia., dizer ao ilustre chefe da nação que nós esperamos justiça, faça-o saber que a Teresa Cristina existe e qual a nossa situação, faça cair sobre nós a sua atenção. Pela exposição que fizemos ao Diretor da Estrada cuja cópia anexamos a este, V. Excia. Poderá tirar a conclusão das nossas desditas, das nossas misérias. Não somos dignos de uma resposta por parte do Diretor, nem como autoridade sindical e muito menos como empregados, e a prova está que até a presente data não recebemos resposta alguma da exposição de fatos...¹⁵³

Como fica perceptível na carta de José Orosimbo e nas duas de Euclides Prudêncio da Silva, o atraso de pagamentos era algo constante na vida de muitos trabalhadores catarinenses. Além disso, autoridades públicas e chefes de companhias que se uniam para lesar trabalhadores, e o descumprimento constante das leis pelas mais diversas empresas – entende-se que a situação dos trabalhadores catarinenses durante o Estado Novo, mesmo a daqueles empregados, era, no mínimo, complicada.

As condições de vida chegavam a ser deploráveis muitas vezes, agravadas por rendimentos insuficientes. Um exemplo dessas dificuldades aparece na carta assinada por quatro funcionários do Lloyd Brasileiro, na qual agradecem uma intervenção de Nereu Ramos em seu favor. Eles esclareceram:

Existindo aqui empregados com dezenove anos de serviço, ganhando irrisoriamente muito aquém do suficiente para a manutenção das suas famílias, é que por várias vezes temos apelado diretamente ao Lloyd, sem que contudo tenhamos sido atendidos, não só porque merecemos ganhar mais, ou porque precisamos ganhar mais, mas

¹⁵³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 285. Tubarão, 04 de agosto de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

também porque há precedentes em várias agências.¹⁵⁴

O Presidente do Sindicato dos Estivadores de São Francisco do Sul, Antonio Zattar, que escreveu a Getúlio Vargas em 11 de junho de 1942, deixa claro em sua carta que a situação dos estivadores do porto de São Francisco do Sul também era precária, ainda mais quando aliada a uma alta do preço dos alimentos:

O Sindicato dos Estivadores de São Francisco, reconhecido pela lei vigente, constituído por 450 associados, em face da situação criada pela alta desordenada dos preços alimentícios de primeira necessidade, apelam para vossencia a fim de evitar que passem fome seus bravos e honestos associados, determine urgente, embora em caráter provisório o aumento de 50% dos serviços realizados noite, domingos e feriados nacionais, bem assim no ano bom, 1º maio, finados, sexta-feira santa e natal.¹⁵⁵

É perceptível que a situação desses trabalhadores beirava a miséria. São recorrentes nas cartas enviadas a Nereu Ramos os relatos de trabalhadores preocupados em garantir a subsistência para seus filhos. Assim, por mais que essas denúncias trouxessem certo tom de exagero, o que salta aos olhos é a repetição do relato sobre muitas dificuldades.

A partir dessas cartas, enviadas para os interventores durante o Estado Novo, fica claro que a legislação social mais “avançada do mundo” não conseguia garantir, na prática, a efetivação dos direitos legais dos trabalhadores brasileiros. Ataliba Cardoso Vieira, chefe da oficina mecânica da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, também se mostrava descontente com sua situação na carta que escreveu para

¹⁵⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 – 1º semestre, p. 096. São Francisco, 05 de março de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 457 – Processo 15.906, de 11 de junho de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Nereu Ramos, em 25 de novembro de 1943, pedindo uma colocação melhor:

Venho com a presente a V. S. pedir-vos encarecidamente se for iniciada a construção das obras do porto de São Francisco, para que meu nome seja lembrado em uma colocação no mesmo serviço, pois acho-me presentemente descontente com a vida ferroviária por motivo justo, isto é, desde 1º de dezembro de 1929 que exerço as funções de chefe de turma das oficinas mechanicas (sic) em Mafra na Rede Viação Paraná-Santa Catarina e até esta data não tenha sido melhorado em condições, espero de V. S., mesmo que seja minha transferência do Ministério da Viação por motivos de necessidade.¹⁵⁶

Já o maquinista da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, João Henrique Corrêa, reclamava das longas jornadas de trabalho que cumpria nessa companhia, muito superiores às 8 horas determinadas por lei, além da demissão ilegal de que foi vítima:

No dia 18 de novembro de 1942, eu estava escalado para fazer um trem de tabela para Lauro Müller. Aguardava na estação a locomotiva. Pedi ao chefe das oficinas a substituição do meu auxiliar, pois que trabalhávamos todos os dias 16 horas e acabávamos de regressar tendo trabalhado naquele dia 12 horas. O referido diretor veio falar comigo e repeti o pedido, alegando cansaço. Este exasperou-se, e arbitrariamente me declarou: “Você está demitido da Estrada”. Aleguei a minha estabilidade de 14 anos efetivos e interruptos de serviços prestados à Estrada. Não ouviu os meus rogos e no dia

¹⁵⁶ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 – 2º semestre, p. 218. Mafra, 25 de novembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

seguinte recebi um memorandum de demissão, sem haver inquérito administrativo para apurar as responsabilidades. Daquela data em diante, não descansei e apelei para todas autoridades, inclusive ao Ministério do Trabalho no qual acham-se todos os meus documentos. Tudo foi inútil.¹⁵⁷

Pelo que foi exposto nas cartas aqui analisadas, pode-se perceber que a situação dos trabalhadores catarinenses durante o Estado Novo era precária. As condições para que esse trabalhador – já desmotivado pela situação financeira que muitas vezes o impossibilitava sustentar sua família – desempenhasse suas funções também eram deprimentes. Além de condições insalubres, existem relatos de chefes e diretores autoritários e violentos, que além de manter uma conduta inadequada, lesavam os salários de seus subordinados.

Ao que tudo indica, estar empregado durante o Estado Novo não era garantia de uma vida digna para o trabalhador e sua família nem de acesso a direitos garantidos por lei. A efetivação desses desígnios jurídicos só foi alcançada quando os trabalhadores reivindicaram seus direitos, pois eram constantes os casos de não cumprimento das leis trabalhistas, tanto por instituições privadas como públicas.

3.2.1 – A manipulação e a apropriação das leis

Uma afirmação frequente entre os historiadores é a de que, durante a Primeira República, a questão social era “um caso de polícia”. Para Maria Celina D’Araújo, essa “verdade historiográfica” não traduz a realidade, pois antes de 1930, “a legislação nessa área mostra que já havia preocupação do governo com o tema, e que não é apropriado, portanto, dizer que a questão social apenas começou a ser tratada pelo governo depois de Getúlio” (2011, p. 222). Assim, ainda segundo a autora, o mérito de Getúlio Vargas estaria, diferentemente de seus antecessores, na sua “competência” para fazer com que as leis

¹⁵⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1945, p. 560. Tubarão, 09 de outubro de 1945. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

sociais fossem cumpridas, e o movimento de 1930 marcaria apenas o início da intervenção direta do Estado nas questões relacionadas ao mundo do trabalho, em oposição a um Estado anterior, que teria atuado de forma liberal com os sindicatos. Todavia, apesar da suposta competência de Getúlio Vargas para cumprir as leis sociais, não é exagero dizer que, a partir de 1930, “os trabalhadores forçaram o Estado a atuar de forma mais decisiva no campo da regulamentação dos fatores de produção e, por consequência, a ultrapassar a bitola estreita da ideologia liberal” (PARANHOS, 1999, p. 21).

Durante a década de 1930, a legislação social e trabalhista, “doadá” por Getúlio Vargas aos trabalhadores como um presente, tornou-se um direito efetivo somente quando esses trabalhadores se organizaram e exigiram seu cumprimento. Nesses momentos, o que era considerado pelo Estado Novo como uma outorga, passava a ser visto pelos trabalhadores como direito, uma vitória, pois muitas vezes “o que é (visto de cima) um ‘ato de doação’ é (a partir de baixo) um ‘ato de conquista’.” (THOMPSON, 1998, p. 69).

Este trabalho não busca entender tais desígnios jurídicos simplesmente como um mecanismo de controle e domínio de classe, apesar de não negar essa função dos “domínios da lei”; mas busca compreender as influências do conjunto de leis sociais e trabalhistas implantado na década de 1930 na composição da sociedade catarinense, assim como seu papel mobilizador da classe trabalhadora durante o Estado Novo. Desejo perceber como as experiências desses trabalhadores com a lei influenciaram suas percepções sobre a necessidade da imparcialidade e da existência de parâmetros fixos no trato das condições de trabalho, que definam os direitos e deveres dos trabalhadores, mas que também controlem os excessos dos empregadores e das classes dominantes. Provavelmente, muitos trabalhadores viram a CLT e todo o aparato jurídico desenvolvido pelo Estado brasileiro a partir de 1930 como uma tentativa de controle e domesticação, contudo, parece que também perceberam a possibilidade de realização e alcance de seus objetivos imediatos através dos desígnios jurídicos. Formava-se, assim, uma nova cultura política entre os trabalhadores brasileiros, que entendiam e manipulavam a lei como um campo de regulação e reconciliação dos conflitos sociais e trabalhistas, mas que também fornecia novas perspectivas para a sua organização e mobilização nas lutas por direitos e melhores condições de vida. Como argumenta Adriano Duarte, a “lei tanto poderia ser

percebida como instrumento de dominação de classe, quanto como uma sofisticada rede de proteção ao homem comum” (2010, p. 179), pois ao mesmo tempo em que pode ocultar as relações de poder e dominação de classe, pode ser uma garantia contra o poder arbitrário. Portanto, é possível pensar que “se a lei é manifestamente parcial e injusta não vai mascarar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa” (THOMPSON, 1987, p. 354).

Foram frequentes, durante o Estado Novo, os casos de órgãos, autoridades e diretores, tanto públicos quanto privados, que não cumpriram essas leis trabalhistas. Em muitos, a própria Delegacia de Ordem Política e Social, que deveria zelar pela manutenção da ordem pública e defesa dos cidadãos brasileiros, foi conivente com os desmandos de autoridades e empregadores não empenhados no cumprimento da lei. A carta escrita em 09 de novembro de 1939 pelo fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Pedras e Respetivos Serventes de Laguna, Antônio Vieira, é um exemplo:

Devido a recusa de trabalhar contrariando os direitos legais nos serviços da Cia Cobrasil nesta, cinco de nossos associados membros da diretoria estão sendo violentamente processados pela Delegacia de Ordem Social, estando presos na cadeia pública de São José, deste estado, desde o dia este corrente, inclusive João Batista Santana auxiliar contratado do sindicato, por denúncia da empregadora.¹⁵⁸

Se, apesar da série de benefícios legislativos concedidos pelo Estado brasileiro, o “governo não dispunha de recursos para garantir e fiscalizar a aplicação dessas leis nas fábricas” (D’ARAÚJO, 2001, p. 222), por outro lado, existem denúncias sobre funcionários do Ministério do Trabalho que aceitavam “caixinha” de donos de fábricas,

¹⁵⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 171 – Processo 32.136. Laguna, 19 de novembro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo XVI**: p. 207.

de algumas Delegacias Regionais do Trabalho que seriam antros de corrupção, negociatas e ineficiência administrativa (FRENCH, 2001). Assim, o que fica evidente no caso de Antônio Vieira é que os diretores da Companhia Cobrasil teriam “boas relações” com os delegados de Ordem Política e Social e do Trabalho, responsáveis pela apuração do caso.

José Gomes Talarico, chefe da assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho, criticava fortemente “as relações estreitas da Delegacia Regional do Trabalho com a polícia social e política (o DEOPS), assim como o comportamento geralmente abusivo e autoritário de Lepege¹⁵⁹ em relação aos líderes sindicais” (FRENCH, 2001, p. 49). Apesar da denúncia de José Talarico dizer respeito ao estado de São Paulo, num período posterior ao abordado neste trabalho, o que se destaca nessa passagem é a demonstração da ação conjunta de membros de órgãos encarregados de garantir o cumprimento da lei e os de instituições encarregadas da repressão.

O Ministério e a Justiça do Trabalho eram “relutantes ou incapazes de impor suas próprias regras de forma decidida e sistemática” (FRENCH, 2001, p. 23) – ou talvez não tivessem um verdadeiro interesse no cumprimento da legislação social e trabalhista, pois quando o trabalhador procurava os órgãos estatais instituídos para sua defesa, acabava, em muitos casos, preso, como no caso dos cinco trabalhadores da Cobrasil, que se negaram a trabalhar sem os seus direitos garantidos. Também se faz necessário destacar que essa prisão pode estar relacionada ao fato de todos serem membros do Sindicato dos Trabalhadores em Pedras e Respeitosos Serventes. Como mencionou José Gomes Talarico, era comum que delegados do trabalho perseguissem líderes sindicais, pois muitos desses delegados deveriam estar alinhados com os interesses patronais. John French explica que, se “a CLT tivesse sido cumprida rigorosamente, um agudo conflito teria se estabelecido entre a burocracia governamental e os grandes interesses privados” (2001, p. 47), e, ao que tudo indica, os delegados do trabalho deveriam atuar no sentido de evitar esse, relegando a um segundo plano os interesses do operariado brasileiro. Quando os trabalhadores “atrapalhavam e atravancavam” a expansão

¹⁵⁹ Enio Lepege, delegado da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo em 1953. Cf. FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 49.

do setor industrial com as suas greves e reivindicações, os patrões e o Estado brasileiro se uniam rapidamente, para evitar prejuízos ao “desenvolvimento nacional”. Tanto os órgãos que deveriam garantir os direitos dos trabalhadores, quanto os que deveriam manter a ordem social, sabiam que protestos e concessões aos trabalhadores não deveriam contrariar o setor industrial nem prejudicar o desenvolvimento do Brasil estado-novista. Por esse motivo, as reclamações dos trabalhadores foram resolvidas na maioria das vezes de uma maneira truculenta, com violência e prisões.

Mesmo que as evidências apontem que o cumprimento das leis trabalhistas foi um capítulo à parte na longa luta dos trabalhadores pela aquisição e efetivação de direitos, não se pode negar que esses desígnios jurídicos tiveram influência na formação política e de classe do operariado brasileiro. Segundo John French,

a aquisição de direitos pelo trabalhador individual que entrava no sistema de emprego urbano protegido pela legislação, mesmo que seu cumprimento fosse incerto, é uma das principais especificidades do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil (2001, p. 66).

Já a carta de Nestor Apolônio Duarte para Nereu Ramos, escrita em 29 de janeiro de 1941, no município de Laguna, é um exemplo de como a lei poderia ser manipulada na defesa de interesses dos trabalhadores, inclusive a Lei do Serviço Militar:

Nestor Apolônio Duarte, brasileiro, reservista de 1ª Linha e 1ª Categoria e como tal relacionado no 14º B.C., tendo 17 anos de trabalho nas obras do porto desta cidade e por ter fundado o Sindicato dos Metalúrgicos e Respectivos Serventes fui dispensado do trabalho sobre alegação de falta de trabalho conforme atestado junto a este, porém a verdade é esta eu fui dispensado das obras do porto em 16 de maio de 1938 por ter feito parte ativa na fundação do referido sindicato que era uma velha aspiração dos operários e como até

esta data me encontro desempregado e como chefe de numerosa família venho lutando com sérias dificuldades para viver e no momento havendo tanto trabalho nas obras do porto, rogo a V. S. o especial favor de intervir junto a Cobrasil, a fim de obter uma colocação para mim. Sem o que serei obrigado a recorrer ao Ilmo Sr. Presidente da República citando o artigo 166 – Decreto 23.126 de 21 de agosto de 1933 e o Decreto 24.710 de 13 de julho de 1934 que assegura o direito ao reservista de ser colocado em todo trabalho público ou particular e não poderá ser dispensado assim, logo eu sendo reservista e tendo no trabalho outros operários que não eram reservistas o chefe deveria dispensar aqueles e não eu e outros colegas de trabalho. Ciente que V.S. tomará a este apelo a mais urgente solução desde já antecipo meus agradecimentos por este ato de justiça.¹⁶⁰

Os decretos que Nestor Apolônio Duarte citou são parte do conjunto de leis referentes à organização e gestão do serviço militar brasileiro. Ele citou o artigo 166 do Decreto-Lei nº 23.126 de 21 de agosto de 1933 – porém, este aborda o ensino militar e é composto por apenas 46 artigos. Acredito, então, que o missivista quis se referir ao Decreto-Lei nº 23.125, expedido no mesmo dia, conhecido como Lei do Serviço Militar, que detalha funcionamento, organização e funções do serviço militar brasileiro, assim como direitos e deveres dos militares e reservistas. Possui 173 artigos, e o de número 166 diz o seguinte:

Art. 166 - Nenhum chefe de repartição ou serviço poderá dar posse ou admitir qualquer funcionário, maior de 18 anos de idade, sem que este faça previamente prova de ser reservista do Exército ou da Armada ou de dispensa legal do serviço militar. O chefe da repartição ou serviço que isso

¹⁶⁰ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 – 1º semestre, p. 91, 91a. Laguna, 29 de janeiro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

infringir indenizará os cofres públicos da importância dos vencimentos e de outras vantagens pecuniárias que já tenham sido pagos ao aludido funcionário, cuja nomeação, designação ou admissão será imediata e automaticamente cassada.¹⁶¹

O Decreto-Lei nº 24.710 de 13 de julho de 1934, também citado por Nestor Duarte, mandava executar imediatamente alguns artigos do Decreto-Lei nº 23.125, pois o governo federal julgava que “ainda demorará a regulamentação do Decreto nº 23.125, de 21 de agosto de 1933”. Getúlio Vargas e seu grupo deveriam ter interesse na aprovação e na possibilidade de fazer uso legal dos “artigos 136, 139, 143, 151, 164 e 166 e seus parágrafos.”¹⁶²

Um ponto que causa certa estranheza no relato de Nestor Duarte é o fato de que ele recorreu a Nereu Ramos somente dois anos e meio após ter sido demitido. É difícil entender quais os motivos que levaram o missivista a esperar esse considerável tempo para pedir auxílio, além de ameaçar o interventor. Uma hipótese é a de que fosse um sindicalista que acreditava que a pressão direta sobre os empregadores era o melhor caminho para alcançar seus interesses; dessa forma, procurou outros meios, que não os legais, de reaver seu emprego e seus direitos. Contudo, após várias tentativas de resolução do seu problema, e de perceber que seus interesses não seriam contemplados pela pressão direta sobre os empregadores e funcionários dos órgãos públicos locais, o missivista pode ter julgado válido levar sua reclamação a Nereu Ramos, exigindo o cumprimento de um direito garantido por lei. No campo de ação de Nestor Duarte, o interventor estadual poderia ser mais uma possibilidade de intercessão em seu favor, pois se a lei estava ao seu lado, deveria ser cumprida – caso contrário, ele escreveria a Getúlio Vargas denunciando seu caso. Como uma segunda hipótese, não se pode deixar de pensar que essa demora em escrever para Nereu Ramos se relacionasse a um desconhecimento de Duarte da totalidade das leis, fossem elas sociais, trabalhistas,

¹⁶¹Lei do Serviço Militar. Decreto-Lei n. 23.125, de 21 de agosto de 1933. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23125-21-agosto-1933-515956-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Acesso em: 13 jan. 2014.

¹⁶²Decreto-Lei n. 24.710, de 13 de julho de 1934.

previdenciárias, militares ou outras, implantadas após 1930. Nesse caso, o missivista pode ter sabido, tempos depois de sua demissão, que o Artigo 166 da Lei do Serviço Militar lhe amparava; ao saber de seu direito, escreveu para Nereu Ramos exigindo-o e ameaçando denunciar o interventor para o presidente da República.

Apesar das diferentes hipóteses que possam ser levantadas para explicar a demora na escrita de Nestor Duarte para Nereu Ramos, o que deve ser destacado é a possibilidade da resolução de conflitos entre empregados e empregadores nos “domínios da lei”, que passou a fazer parte do imaginário dos trabalhadores catarinenses – e dos trabalhadores de todo o Brasil – após 1930. A esfera jurídica tornou-se então mais um espaço da luta de classes, e grande parte da classe operária industrial considerou bem-vinda a ação estatal de regulação das relações de trabalho, pois essa iniciativa foi vista “como uma maneira de, a partir de fora, diminuir o poder do empregador em relação aos seus empregados” (FRENCH, 2001, p. 91). A lei transformava-se numa possibilidade de justiça, num ideal que tentava se transformar em realidade, pois os trabalhadores continuaram sua luta por melhores condições de vida e direitos através da ação direta, com panfletagens, sabotagens, operações tartaruga e denúncias contra as condições de trabalho, mas também através da ação indireta, pelos mecanismos institucionais recém-criados, amparados pela nova legislação social e trabalhista. Nestor Duarte estava provavelmente envolvido com a organização e a mobilização de trabalhadores em Laguna, pois mencionou ser um dos fundadores do Sindicato dos Metalúrgicos e Respectivos Serventes; dessa forma, percebeu as possibilidades de ganho que a lei poderia trazer para os trabalhadores. Ao que tudo indica, o missivista de Laguna agia fazendo pressão direta sobre seus empregadores a partir das mobilizações dos trabalhadores, e através da ação indireta, dentro dos trâmites legais, reivindicando seus direitos por meio dos sindicatos e órgãos estatais criados pelo governo federal para regular as relações de produção.

Por fim, destacaria na carta de Duarte a “ameaça” a Nereu Ramos: caso não lhe conseguisse um emprego nas obras do porto de Laguna, ele escreveria para Getúlio Vargas. A denúncia sobre a existência de trabalhadores em condições ilegais é difícil de ser comprovada nesta pesquisa, mas não de ser imaginada, podendo ser entendida como uma estratégia do missivista para alcançar o seu objetivo. Porém, essa “troca” também pode ser compreendida como

uma manifestação da “consciência legal” de Nestor Duarte, ou seja, ele se apropriou de um aparato jurídico na tentativa de atingir seus objetivos imediatos. Talvez não acreditasse na eficiência e no cumprimento das leis promulgadas pelo governo federal após 1930, contudo, mesmo assim fazia uso delas, manipulando todo esse cabedal jurídico na busca de seus direitos e daquilo que considerava justo e digno. Da mesma forma, não se pode negar a grande influência que essas leis, assim como a luta por seu cumprimento, tiveram na formação da classe operária brasileira.

Outra denúncia de descumprimento das leis trabalhistas veio de Joaçaba, de onde escreveu Demerval de Oliveira, a Nereu Ramos, em 02 de setembro de 1944, reclamando de sua demissão:

Achava-me empregado há 6 meses na 4ª Residência da Diretoria de Estradas de Rodagem com sede em Joaçaba, neste estado de Santa Catarina, e, sem que houvesse motivo justificado fui inesperadamente e sem o respectivo “Aviso Prévio” de trinta dias, despedido do serviço daquela repartição, sem que o seu respectivo chefe Engenheiro Gilberto Evilásio da Luz observasse as Leis do Ministério do Trabalho.¹⁶³

A carta é elucidativa sobre a maneira como muitos trabalhadores se apropriavam e manipulavam a lei na defesa dos seus interesses. Alegando que quem o demitiu não havia observado as leis do Ministério do Trabalho, Demerval de Oliveira tentava reaver seu emprego amparado nas leis de proteção ao trabalhador brasileiro. A impressão que fica é que conhecer as leis implantadas a partir de 1930 seria uma boa maneira que os trabalhadores teriam de se defender dos excessos dos empregadores e autoridades estatais. Contudo, tais leis também poderiam ser manipuladas e utilizadas como argumento de legitimidade para um pedido ou para o término de determinada ação. O domínio de termos jurídicos poderia ser eficiente para pressionar e

¹⁶³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 2º semestre, p. 127. Joaçaba, 02 de setembro de 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

convencer autoridades estatais e empregadores na concessão de determinados benefícios aos trabalhadores.

Nas cartas de Antonio Vieira, Nestor Apolônio Duarte e Demerval de Oliveira não se encontram trabalhadores manipulados ou totalmente passivos em face das ações de Getúlio Vargas, “enfeitiçados” pelo seu carisma. O que se observa nessas cartas são pessoas que lutavam por melhores condições de vida e trabalho havia muito tempo e que viram nas muitas leis promulgadas pelo governo federal oportunidades para amparar seus pedidos. A maior parte das lutas desses trabalhadores por melhorias era travada diariamente nos seus ambientes de trabalho, diretamente com seus encarregados e empregadores, numa relação de forças geralmente desproporcional. O conjunto de leis criado a partir de 1930 forneceu a esses trabalhadores mais uma esfera para suas ações, pois muitas das suas antigas reivindicações foram incorporadas a essas leis.

Assim, este trabalho considera que os trabalhadores catarinenses das décadas de 1930 e 1940 estavam muito distantes da imagem a eles atribuída por certa corrente sociológica de interpretação da sociedade brasileira, que os vê como passivos e alienados. Num período de exceção como o do Estado Novo, no qual o equilíbrio dos poderes foi rompido em favor do executivo e a contestação era motivo para perseguição e prisão, as ações dos trabalhadores contra as injustiças estatais e patronais deveriam se adequar aos novos tempos, por esse motivo, manifestações abertas nem sempre eram as melhores ações. Muitas vezes, estratégias anônimas que visavam lesar o patrimônio do empregador foram utilizadas para reivindicar e pressionar seus patrões. Ao mesmo tempo em que realizavam essa luta diária no ambiente de trabalho, os trabalhadores buscavam compreender as leis sociais e trabalhistas, como poderiam lhes ajudar e fornecer amparo nos seus pedidos. Em muitas empresas e indústrias, foi comum a leitura coletiva da CLT, para que os operários compreendessem seus direitos e deveres e soubessem como poderiam legitimar seus pedidos perante empregadores e o governo federal.

3.3 – Ocupando os “sertões catarinenses”

A distribuição das terras devolutas e o direito de ocupação e exploração destas em Santa Catarina, durante a Primeira República, atenderam aos interesses políticos e econômicos do grupo que se encontrava no comando do governo estadual. Desde a primeira vez que ocupou o cargo de governador estadual, entre os anos de 1894 a 1898, Hercílio Luz deu acentuada atenção aos problemas da colonização, criando leis e decretos que beneficiavam e facilitavam o assentamento de colonos e a aquisição de lotes por eles (PIAZZA, 1994, p. 238). Essa relação de Hercílio Luz com as regiões de colonização do Vale do Itajaí começou a se estreitar quando ele foi nomeado, em 1891, Diretor de Obras Públicas e Chefe da Comissão de Terras em Blumenau. A partir dessa nomeação, Hercílio Luz integrou-se à dinâmica da vida local, das companhias colonizadoras, da pequena lavoura e das pequenas indústrias da região. Tal política de estímulo ao povoamento do território catarinense, mediante a concessão de terras devolutas em troca de benfeitorias, prosseguiu no segundo mandato de Hercílio Luz, entre os anos de 1918 e 1922.

No ano de 1919, Luz realizou, por meio de sucessivos contratos, o que Walter Piazza chamou de uma “vantajosa política desenvolvimentista para Santa Catarina”, pois, da mesma forma que agiu “no extremo oeste com relação a José Rupp e Bertaso, Maia & Cia, pagando em terras devolutas a construção de estradas de rodagem, também com referência ao Alto do Itajaí, assim o fez com Luiz Bertoli e Victor Gaertner” (PIAZZA, 1994, p. 269). Em 29 de outubro de 1918, ele havia aprovado a Lei n. 1231, que estabelecia mudanças no sistema tributário estadual, pois instituía o imposto sobre a fortuna territorial e predial, ao mesmo tempo em que diminuía a taxaço sobre a exportação¹⁶⁴ dos produtos da pequena lavoura – o que, de certo modo, beneficiava a colonização e a ação de companhias colonizadoras. Segundo Evaldo Pauli (1976), Hercílio Luz sempre teve como uma de suas principais ações governamentais, desde o seu primeiro mandato, o povoamento do estado. Entretanto, para que esse povoamento e o seu desenvolvimento acontecessem, Luz pensava ser necessário construir estradas e instalar imigrantes nas terras devolutas.

¹⁶⁴ Durante a Primeira República, o termo “exportação” também era utilizado para se referir ao comércio entre os diferentes estados brasileiros.

Assim, grande parte do território catarinense foi entregue a companhias colonizadoras, empresas construtoras de estradas e particulares, como pagamento pelos serviços prestados na abertura de estradas no interior do estado e no assentamento de imigrantes. Apesar de Evaldo Pauli mencionar somente o povoamento e o desenvolvimento de Santa Catarina como um dos principais objetivos de Luz, não restam dúvidas que interesses políticos manifestavam-se claramente nessa ocupação dos sertões do estado catarinense durante a Primeira República, juntamente com interesses particulares de enriquecimento.

Durante a Primeira República, na região do Vale do Itajaí, atuaram na colonização de terras devolutas pessoas e empresas nacionais ao lado de algumas empresas estrangeiras, sendo que vários dos indivíduos envolvidos nesse processo tinham grande influência na esfera pública e política local. Possivelmente, muitas dessas concessões de terras devolutas, ou os favorecidos por elas, foram determinados por relações mantidas com os “círculos políticos do governo de Blumenau e do estado”, pois “havia estreitas ligações entre muitas das pessoas que estavam envolvidas com estas atividades de venda e preparo de terras para ocupação no Vale do Itajaí e o círculo de políticos do Partido Republicano Catarinense” (FROTSCHER, 2007, p. 33). Essas relações – que tanto poderiam ser pacíficas como conflituosas – entre empresas e particulares beneficiados ou prejudicados por concessões de terras durante a Primeira República e o grupo que assumiu o controle político de Santa Catarina após 1930, são o meu objetivo de análise nas próximas linhas.

Segundo Méri Frotscher,

[...] pessoas que dominavam a esfera pública faziam uso da política de construção de estradas do governo para o desenvolvimento de empreendimentos particulares no ramo de venda de terras. É o que se percebe na distribuição de terras devolutas. Grande parte das empresas de venda de terras existentes no município de Blumenau, nos anos 20 e 30, surgiram por conta de concessões de terras consideradas devolutas do governo federal. Durante as gestões do governador Hercílio Luz (1918-1922 e 1922-25), grandes porções de terras foram distribuídas entre

os seus correligionários, sob o argumento de que tal ação melhoraria a rede de estradas em Santa Catarina (2007, p. 33).

Entre os correligionários do governador Hercílio Luz beneficiados pelas concessões de terras devolutas destacam-se vários integrantes do Partido Republicano Catarinense, como Pedro Christiano Feddersen, Alwin Schrader, Paulo Zimmermann, Gottlieb Reif, José Bona e Henrique Reuter. José Bona, membro do PRC de Blumenau, já havia composto o Conselho da Superintendência Municipal de Blumenau por três vezes antes de 1930¹⁶⁵ e recebeu uma concessão do governo estadual para a construção de estradas no território onde hoje se localizam os municípios de Rio dos Cedros e Benedito Novo. A Empresa Colonizadora Bona & Cia. dedicou-se a construção de estradas e colonização de terras. As terras devolutas que foram concedidas a essa empresa pelo governo estadual como pagamento pela abertura de estradas no Vale do Itajaí, eram imediatamente medidas, loteadas e vendidas, em sua grande maioria, para pessoas da própria região de Blumenau, para os filhos dos antigos imigrantes que procuravam novas terras para constituir família e prover seu sustento. Para o cônsul alemão de Florianópolis, em carta enviada à embaixada no Rio de Janeiro em 1934 (*apud* FROTSCHER, 2007, p. 34), a verdadeira intenção da colonização dessas terras devolutas das regiões do Vale do Itajaí e do Planalto catarinenses era fortalecer o poder econômico e político do Partido Republicano Catarinense no estado. Nesse sentido, a concessão de 51.000 hectares de terras por Hercílio Luz ao seu correligionário José Bona,¹⁶⁶ na localidade de Rio dos Cedros, corrobora a informação do cônsul.

Uma carta de José Bona para Nereu Ramos, de 14 de fevereiro de 1940, pode elucidar a percepção sobre os conflitos entre os beneficiados pelas concessões de terras devolutas na Primeira República e o grupo político que assumiu o controle estatal catarinense após outubro de 1930 – e que tentou reverter algumas dessas concessões. O proprietário da Empresa Colonizadora Bona & Cia. diz:

¹⁶⁵ Esse cargo equivalia ao do atual cargo de vereador.

¹⁶⁶ Cf. FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau/SC: EdFurb/EdUnioeste, 2007. P. 32.

Venho respeitosamente pela presente carta pedir a V. Exa. uma solução aos negócios da Empresa Colonizadora Bona & Cia.. Conforme talão do tesouro sob nº 6.443 de 17 de abril de 1936 temos que receber do governo 54:715\$000, em terras devolutas. As referidas terras já estão quase todas medidas e em grande parte colonizadas e os colonos interessados na aquisição reclamam constantemente suas escrituras. Somos gente pobre e não temos as terras para especulação, devendo nós pagar os juros de 12% de uma dívida que temos de 40:000\$000. O retardamento de uma solução ao nosso assunto nos causa enormes prejuízos e perdemos entre os colonos a confiança e o crédito que nos levarão fatalmente a falência. Em abril de 1936, e, em seguida por duas vezes requeremos a inscrição da dívida, mas até poucos dias não tinha sido inscrita. Pelo relatório que a empresa em 21 de novembro de 1938 enviou à V. Exa., poderá constatar que somos fatores do progresso destas zonas e que as terras a pouco ainda inóspitas e matas virgens do Alto Benedito Novo e Alto Cedros, presentemente belos arrozais e grandes produtores de fumo em folha, o devem as nossas iniciativas e aos nossos sacrifícios.¹⁶⁷

Com certeza, muitas das concessões de terras devolutas do começo da década de 1920 chegaram a 1930 sem os seus devidos registros legais, sem os documentos reconhecidos por estâncias estatais que legitimassem sua posse. Essa falta de documentação possibilitou, em muitos casos, a reversão de concessões. A Empresa Colonizadora Bona & Cia, ao que tudo indica, chegou aos anos 1930 sem a propriedade efetiva. Nesse sentido, o que podemos supor é que Nereu Ramos não tinha interesse em conceder o registro das terras requeridas pela Empresa Colonizadora Bona & Cia., visto que a referida empresa pertencia a um influente membro do PRC, e assim, o interventor tentava protelar e evitar a posse da escritura.

¹⁶⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 084 e 085. Encruzilhada, 14 de fevereiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Anexo XVII**: p. 208.

Desde a Primeira República em Santa Catarina, a posse e a exploração das faixas de terras devolutas do estado foi considerada como um importante mecanismo de construção, ampliação e manutenção do poder. Os grupos oligárquicos que lutavam pelo poder não perdiam a oportunidade de enfraquecer seus adversários quando estavam no controle do governo estadual.

Outro ponto que também merece destaque na carta de José Bona é a sua afirmação de que “somos gente pobre e não temos a terra para especulação”. Essa explicação do proprietário da Empresa Colonizadora Bona & Cia. deixa a impressão de que o seu serviço na colonização das terras do Vale do Itajaí não estaria relacionado a interesses econômicos, mas apenas ao seu interesse no progresso da região, outrora inóspita e em 1940, coberta de “belos arrozais” e com “grandes produtores de fumo”. Fica evidente que a ideia de desenvolver e povoar o estado catarinense, bastante difundida desde a Primeira República, era uma justificativa para mascarar os interesses políticos e econômicos dos membros do PRC envolvidos na distribuição e recepção de concessões de terras devolutas, mesmo depois do movimento de 1930. Alegando agir a serviço do bem público estadual, empresários da colonização durante a Primeira República ampliavam seus negócios e lucros, além de fortalecer o poder do PRC. Contudo, essa ação política dos republicanos foi percebida pelos liberais, que não pouparam esforços após 1930 para prejudicar e dificultar os registros de propriedade de terras de membros do PRC, como também dos colonos assentados nessas regiões pelos correligionários de Hercílio Luz ou dos irmãos Konder. Provavelmente, as relações entre José Bona e o Partido Republicano Catarinense na Primeira República influenciavam as ações de Nereu Ramos.

Entre os beneficiados pela ocupação de terras devolutas em Santa Catarina, além das companhias colonizadoras e concessionárias de terras, destacam-se as empresas construtoras de estradas, como as de Heinrich Reuter, Pedro Christiano Feddersen, Gottlieb Reif, Luiz Bertoli, Willy Henrique e o Sindicato Agrícola (FROTSCHER, 2007, p. 32). A repetição de alguns nomes, como Pedro Christiano Feddersen, Gottlieb Reif e Henrique Reuter, que atuavam tanto na colonização de terras devolutas quanto na construção de estradas não é coincidência, e apenas deixa mais evidente como um pequeno número de pessoas influentes na esfera pública e política do Vale do Itajaí, em

sua grande maioria ligada ao Partido Republicano Catarinense, controlou esse processo de ocupação e exploração de terras. Misturavam-se nessa ação interesses públicos e privados, pois ao mesmo tempo em que se visava construir estradas e povoar Santa Catarina no final da Primeira República, também se intencionava estender o controle político dos republicanos no estado, proporcionando a eles oportunidades de lucro e ampliação dos negócios particulares.

Com relação às empresas construtoras de estradas concentrei minha atenção sobre apenas uma – a de Luiz Bertoli –, que foi alvo de uma denúncia enviada ao presidente Getúlio Vargas. Em 23 de novembro de 1920, Luiz Bertoli assinou um contrato com Hercílio Luz, então governador do estado, para abrir uma estrada de rodagem desde a barra do Rio das Pombas até a estrada geral de Pouso Redondo, numa extensão de 20 quilômetros. Em troca deste trabalho, Hercílio Luz teria proposto a Bertoli um pagamento equivalente a 6:000\$000 por quilômetro de estrada construída, sendo que um terço desta dívida seria pago com terras devolutas no Alto Vale do Itajaí e o restante, em dívidas coloniais e moeda corrente. Em 03 de janeiro de 1921, Luiz Bertoli realizou outro contrato com o governo catarinense para a construção de 46 quilômetros de estradas no território do atual município de Rio do Oeste, nos mesmos termos do contrato anterior, no valor de 3\$000 por metro de estrada construída. No ano de 1922, em 08 de dezembro, Luiz Bertoli assinou mais um contrato para a construção de 28 quilômetros de estradas na região do Rio Mosquitinho. Em outubro de 1924, este construtor de estradas foi alvo de uma reação dos posseiros das terras devolutas que ele teria recebido como pagamento, o que acarretou uma paralisação na demarcação de suas terras. Essa paralisação levou o governo estadual a compensá-lo, em 04 de fevereiro de 1925, com 5000 hectares de terras colonizáveis.¹⁶⁸ Segundo Méri Frotscher (2007, p. 32), em 1925, Luiz Bertoli possuía 35.000 hectares de terras devolutas, que lhe haviam sido concedidos pelo governo estadual em troca de serviços, apenas no município de Blumenau.

O processo de ocupação dessas terras não foi pacífico, pois segundo Piazza,

¹⁶⁸ Cf. PIAZZA, op. cit., 1994, p. 269-90.

de um lado, se chocam os colonizadores com “intrusos” (posseiros), que já haviam se estabelecido na área, e, de outra parte, com o processo revolucionário de 1930, ao instalar um programa de revisões de atos político-administrativos dos governos anteriores e, neste caso, se enquadram as concessões territoriais (1994, p. 269).

Uma carta para Getúlio Vargas, enviada de Catanduvas em 16 de janeiro de 1939, traz denúncias referentes às ações de Luiz Bertoli e do interventor Nereu Ramos contra mais de cem famílias da região de Rio do Campo. Mais de 150 moradores da localidade assinaram a carta:

Há mais de trinta anos estamos morando em terras devolutas do sertão de Rio Campo, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, entrando posse efetiva dessas, abrindo estradas, construindo casas e benfeitorias quando ainda povoado selvagens e animais bravios. Por várias vezes requeremos concessão terras ocupadas pedindo fosse efetuada medição sem termos sido atendidos. Entretanto nos garante direito preferencial compra. Representamos cerca cento cinquenta famílias todas numerosas. Em 1926 governo cedeu na mesma zona a Luiz Bertoli rico negociante, político estado, cerca quatrocentos milhões metros quadrados terras. Interventores general Ptolomeu, Aristiliano, anularam esta concessão reivindicando cerca trezentos milhões para estado. Governador Nereu também confirmou decisão mandando receitar direitos posseiros em face da lei do estado e constituição. Posteriormente, porém, Nereu mandou Bertoli continuar medição terras não tendendo nossos reclamos de caboclos posseiros trintanários. Bertoli que é abertamente protegido pelo interventor, está invadindo nossas propriedades derrubando cercas, abrindo picadas, fazendo medições, fazendo-se acompanhar do sub-delegado de polícia distrital ameaçando nos enxotar dos nossos lares. Propuzemos ação

possessória que devido manobras do governo estadual se arrasta desde julho em juízo estado grau recurso agravo tribunal onde procurador geral estado reteve autos 45 dias seu poder quando regimento lhe concedia apenas oito dias. Reclamamos por nosso representante providências interventor Nereu que nem nos respondeu telegramas. Deante iminência espoliação e receiando consequências desagradáveis possam surgir pedimos intervenção. V. Excia sentindo mandar interventor Nereu não prosseguir violenta injustiça medição aguardando decisão recurso tribunal.¹⁶⁹

Um detalhe interessante deste relato encontra-se no começo da carta, quando os seus autores mencionam que já ocupavam essas terras em disputa desde o começo do século XX. Não se sabe ao certo quem são esses habitantes do Alto Vale do Itajaí que já estavam na região no ano de 1926, ano em que alegam que suas terras foram concedidas a Luiz Bertoli. Pelos sobrenomes das pessoas que assinam a carta, percebemos que nenhum deles possuía ascendência europeia.¹⁷⁰ Provavelmente, ali se fixaram sem a interferência de companhias colonizadoras e, possivelmente, eram uma pequena amostra da população de posseiros e pequenos proprietários desconsiderados nos planos de ocupação e colonização das “terras devolutas” de Santa Catarina.

Ao analisarmos a política catarinense na primeira metade do século XX, o que fica perceptível é que mudanças de comportamento e posicionamento foram constantes entre os políticos, relacionando-se à

¹⁶⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 544, de 16 de janeiro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo XVIII**: p. 210.

¹⁷⁰ O telegrama que se encontra disponível para consulta no Arquivo Nacional não traz todas as 150 assinaturas. Apenas 12 nomes são citados diretamente no telegrama arquivado, e há uma referência a mais 140 pessoas que teriam assinado a carta enviada ao governo federal. Os nomes mencionados no telegrama são: Amaro Furtado, Manoel Furtado, Araci Furtado, José Lopes Padilha, João Padilha de Souza, José Francisco Marques, Manoel Florencio Godoy, Joaquim Campolino Vieira, Fransciso Ponio Mendes, Bento Ferreira, João José Albuquerque e Manoel F. Góes.

satisfação de interesses individuais e à permanência no poder. É claro que entre os grupos políticos que disputavam o controle de Santa Catarina, as diferenças ideológicas eram muito pequenas, sendo que suas divergências e cisões eram motivadas, na maior parte das vezes, pela disputa por mais benesses do controle estatal. Uma compreensão clara da complexidade e instabilidade das relações e alianças políticas em Santa Catarina é fundamental para que consigamos entender as mudanças de postura de Nereu Ramos com relação a seus aliados e adversários políticos nos anos 1930 e 1940.

Apesar dos laços de amizade de Getúlio Vargas com os Konder, principalmente com Adolfo Konder, o grupo político que tomou o poder em Santa Catarina após 1930 realizou uma forte intervenção contra essa oligarquia do Vale do Itajaí. Ptolomeu de Assis Brasil, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos agiram das mais diferentes maneiras para enfraquecer os Konder, e a revogação de concessões de terras, datadas da Primeira República, a seus correligionários foi apenas uma dessas ações. Entretanto, não se pode deixar de destacar que nem sempre essas relações entre republicanos e liberais foram conflituosas após 1930, pois muitas alianças inusitadas foram construídas nesse período, como a aproximação de Nereu Ramos e Irineu Bornhausen, abordada no segundo capítulo deste trabalho. A conexão entre Nereu Ramos e Luiz Bertoli parece ser um exemplo das relações entre republicanos e liberais que, na realidade, tinham muito mais semelhanças do que desavenças.

Na carta enviada de Catanduvas para o presidente da República, há uma declaração de que os interventores após outubro de 1930, Ptolomeu de Assis Brasil e Aristiliano Ramos, revogaram a concessão de terras a Luiz Bertoli na região. Nereu Ramos, ao assumir o comando do estado em 1935, manteve a revogação, contudo, mudou sua opinião, confirmando o direito de posse de Bertoli. Formular hipóteses que auxiliem na compreensão das razões que levaram Nereu Ramos a mudar seu posicionamento e apoiar uma pessoa que, até pouco tempo, provavelmente era seu adversário, é uma tarefa complicada. Entretanto, é possível sugerir que antes de Nereu Ramos confirmar a posse de Luiz Bertoli sobre as terras do Alto Vale do Itajaí, o interventor catarinense tentou impor o seu poder e do Partido Liberal Catarinense na região por outros meios e outras pessoas. Talvez, nessa primeira investida, Nereu Ramos tenha evitado o apoio de dissidentes ou ex-apoiadores do PRC, revogando a concessão do construtor de

estradas e colonizador de terras devolutas da região de Rio do Campo ligado aos republicanos. Ao perceber ser complicado impor seu controle sem o apoio de antigas lideranças locais em determinadas regiões de Santa Catarina, pois em muitas delas o PRC gozava de grande prestígio e influência, Nereu Ramos se uniu a antigos republicanos “dissidentes”, que queriam uma aliança com o interventor para conseguir o controle político desses locais.

Ao que tudo indica, em Rio do Campo, Ramos agiu pedindo o auxílio do republicano Luiz Bertoli, pois não teria conseguido impor ali o seu controle. Provavelmente, a estrutura de poder composta pelos republicanos na Primeira República em Rio do Campo pareceu útil a Nereu Ramos na busca pelo controle político da região, considerando alguns republicanos com influência na comunidade local como figuras importantes para a obtenção do consenso. Em algumas regiões de Santa Catarina após 1930, uma das estratégias dos liberais era se unir a antigos apoiadores dos republicanos. Assim, o liberal Nereu Ramos se uniu ao republicano Luiz Bertoli, e nesse momento, qualquer divergência ideológica ou política foi esquecida em benefício de interesses mútuos. Certamente que a relação de forças entre o Estado catarinense e antigos republicanos era desproporcional, contudo, não se pode descartar o fato de muitos republicanos aderirem aos ideais dos liberais catarinenses. Também não se pode esquecer que muitos dos republicanos “convertidos” queriam apenas aproveitar as oportunidades de enriquecimento e crescimento que a aproximação dos novos detentores da máquina estatal catarinense poderiam proporcionar. Outros desejavam apenas sobreviver ilesos aos tempos de violência estado-novista em Santa Catarina.

No caso de Alto Benedito Novo e Alto Cedros, Nereu Ramos provavelmente não solicitou o auxílio do colonizador republicano José Bona, pois havia conseguido efetivar seu projeto de controle político sem maiores sobressaltos. Vale destacar que a recepção aos liberais após 1930 nas cidades catarinenses não seguiu uma linha fixa, e estava em grande medida condicionada pelos arranjos políticos locais, pelas disputas políticas, econômicas, culturais e sociais que marcavam essas comunidades. Nesse sentido, acredito que as aproximações e os distanciamentos de Nereu Ramos com antigos membros do Partido Republicano Catarinense estavam relacionados ao seu projeto político de poder. Nos locais onde esse objetivo foi atingido facilmente, os republicanos foram descartados; contudo, onde essa imposição do

interventor foi mais difícil de acontecer, Nereu Ramos não hesitou em se unir a republicanos que julgava úteis ao seu projeto de poder político. Ao que parece, Luiz Bertoli também não hesitou em apoiar o interventor e foi um dos republicanos que se uniu a Nereu Ramos e aos liberais para garantir o próprio poder local e aumentar seu patrimônio.

3.3.1 – As companhias colonizadoras e os habitantes das “terras devolutas”

O Dicionário Brasileiro Globo atribui à palavra *devoluto(a)* o seguinte significado: “adquirido por devolução; vago; desabitado; desocupado: terreno devoluto.”¹⁷¹ Extensas áreas do território catarinense – ocupadas por um grande número de habitantes pobres do meio rural, como posseiros, sitiantes expulsos de suas terras, ervateiros, trabalhadores desempregados da estrada de ferro, pequenos e médios fazendeiros (MACHADO, 2004) – foram consideradas “terras devolutas”, “terras desabitadas”, no começo do século XX. Contudo, mesmo que os documentos estatais assim as considerassem, eram constantes as referências aos “intrusos” que ali habitavam, assim como os problemas que poderiam causar a “colonização e conquista dos sertões catarinenses”. No Vale do Itajaí, pode-se perceber, pelo contrato firmado entre o governo de Santa Catarina e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, em 28 de maio de 1895, que as terras devolutas negociadas em troca da instalação de imigrantes eram habitadas, pois o artigo 8º desse contrato previa que “o resto do pagamento dos terrenos do ex-patrimônio será feito um mês depois da retirada do último intruso que o estiver ocupando” (RICHTER, 1992, p. 21). Galeão de Azevedo, em 18 de junho de 1939, também relatava, em carta enviada a Nereu Ramos, que suas terras em Rio do Oeste eram “de difícil venda ou colonização, por estarem infestadas de intrusos, remanescentes herdeiros dos fanáticos do ex-Contestado.”¹⁷² Assim, é provável que os chamados intrusos e posseiros habitavam

¹⁷¹ FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. 3 vols. 10 ed. São Paulo: Globo, 1983. P. 462.

¹⁷² Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 208 e 209. São Paulo, 18 de junho de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

consideráveis áreas de terras consideradas devolutas em Santa Catarina – ao que tudo indica, eram densamente habitadas no começo do século XX. A quase totalidade desses habitantes foi considerada como bandidos, criminosos, selvagens e inaptos para serem considerados elementos humanos propulsores do desenvolvimento que chegava a terras catarinenses. Na região oeste, e de maneira geral, no resto do estado, o discurso das autoridades públicas e de algumas pessoas beneficiadas nas ações colonizadoras era de “que os grupos que habitavam a região não sabiam explorar as riquezas ali existentes e, para que o progresso e a civilização dominassem ‘aquele sertão’, havia necessidade de um habitante que o valorizasse” (RADIN, 2006, p. 43). Nesse sentido, conflitos entre sertanejos e companhias que instalavam colonos nessas terras ditas devolutas foram inevitáveis e constantes; e os relatos que descrevem essas contendas são evidências que auxiliam uma melhor compreensão desse processo de expulsão e expropriação do qual um grande número de posseiros e pequenos proprietários foi alvo na primeira metade do século XX em Santa Catarina.

Em 23 de fevereiro de 1938, o interventor catarinense Nereu Ramos recebeu uma carta em papel timbrado da Sociedade Colonizadora Hanseática em Hamburgo Ltda., assinada por seu diretor Bruno Meckien, com reclamações referentes à presença de intrusos nas terras desta companhia em Hamônia:

Na zona do Alto do Rio Dollmann, onde esta sociedade está colonizando uma zona riquíssima, com mais de cinquenta famílias de brasileiros e alemães colonizadores, está esta sociedade, desde 1935, procurando levar a termo a construção de uma estrada que ligará a zona do Prata, ficando consequentemente ligado ao município de Itayópolis. Acresce que, o indivíduo Antonio Alves Machado, chefiando uma tribo de jagunços, intruso, invadiram há tempos, grande parte das terras desta sociedade naquela zona, e estão impedindo, sob ameaças por armas, que as turmas de trabalhadores desta sociedade continue os serviços de construção. Já em fevereiro de 1935, esta sociedade, por seu advogado Dr. Max Tavares d’Amaral, moveu uma ação de protesto contra a invasão indébita dos intrusos chefiados

por Antonio Alves Machado, procurando ainda por todos os meios e modos solucionar o caso amigavelmente, o que não conseguiu. Eis que agora, novamente, os intrusos estão escurassando as turmas de trabalhadores, não permitindo a força que se continue o serviço de construção de estradas, prejudicando seriamente, os interesses do município, cuja zona, que pretendemos colonizar, muito irá contribuir para os cofres estadual e municipal, com impostos.¹⁷³

A Sociedade Colonizadora Hanseática foi constituída em 30 de março de 1897, e assumiu todas as propriedades e bens da antiga Sociedade Colonizadora Hamburgo, que se localizavam nos territórios dos atuais municípios de Joinville, Blumenau, São Bento do Sul, Ibirama, Corupá, Garopaba, Lages e Curitiba. Em 1938, a Hanseática possuía 174.874 hectares de terras espalhadas em várias regiões catarinenses, sendo que sua maior área de atuação foi o Alto Vale do Itajaí. Segundo o contrato assinado primeiramente com a Sociedade Colonizadora Hamburgo, em 1895, e que no ano de 1897 foi transferido para a Sociedade Colonizadora Hanseática, esta se propunha a assentar até 6.000 imigrantes por ano nas terras devolutas concedidas pelo Estado catarinense para a colonização, durante o prazo de 20 anos. Essa meta anual de 6.000 colonos nunca foi atingida, pois até o ano de 1922, a Sociedade Colonizadora Hanseática tinha introduzido em terras catarinenses pouco mais de 4.000 colonos (RICHTER, 1992, p. 84).

A carta do diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática Bruno Meckien não deixa claro quem era Antonio Alves Machado, e não há certeza que se tratava de um posseiro ou sitiante, de um médio ou grande proprietário, ou de apenas uma pessoa contratada por outrem interessado nas terras que a Hanseática estava explorando no Alto do Rio Dollmann. Em 1931, essa colonizadora possuía 40.000 hectares de terras na região do Alto Vale do Itajaí que ainda não haviam sido efetivamente ocupadas. Entre essas terras, estavam as localizadas no vale do Rio Dollmann, possuidoras de grandes quantidades de madeira

¹⁷³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 040 e 041. Hamônia, 23 de fevereiro de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

de mata nativa (FROTSCHER, 2007, p. 36), que provavelmente devem ser as mesmas terras mencionadas na carta. O valor comercial que poderiam alcançar é evidente, fosse com a venda da madeira das árvores derrubadas para a medição dos lotes ou com a venda desses terrenos. O controle de tais terras e suas possibilidades de lucro talvez fosse o que motivava Antonio Alves Machado na sua disputa com a Sociedade Colonizadora Hanseática. Assim, ele tanto poderia ser uma pessoa influente na região, um médio ou grande proprietário, quanto alguém que estava a serviço de um grande proprietário interessado no controle dessas terras. O que leva a pensar que Antonio Alves Machado pudesse ser uma pessoa influente na região do Alto Vale do Itajaí é que, segundo as denúncias de Bruno Meckien, além de liderar um “bando de jagunços”, ele estaria atrapalhando obras da prefeitura municipal, e, mesmo assim, o poder público local não agia.

No entanto, também se pode supor que Antonio Alves Machado não estivesse chefiando um “bando de jagunços” a serviço de grandes proprietários locais interessados na exploração dessas terras, mas que ele era um dos organizadores ou integrante de um movimento de posseiros da região do Alto do Rio Dollmann que resistiam a ocupação e expropriação de suas terras pela Sociedade Colonizadora Hanseática. Nessa perspectiva, desqualificar os habitantes do Alto do Rio Dollmann, chamando-os de bandidos, intrusos e outros termos semelhantes, poderia ser uma estratégia do diretor da companhia colonizadora para justificar sua expulsão e facilitar a apropriação definitiva das terras. Segundo palavras de Bruno Meckien, a mencionada sociedade estaria levando o desenvolvimento e o progresso à região, colonizando “uma zona riquíssima” com mais de cinquenta famílias de alemães e brasileiros, construindo estradas, atuando nos interesses do município, beneficiando os cofres públicos. Antonio Alves Machado e sua “tribo de jagunços” estariam atrapalhando esse desenvolvimento desde o ano de 1935, e no ano de 1938, os “intrusos” estariam escorraçando os trabalhadores da Sociedade Colonizadora Hanseática. Deste modo, podemos supor que os intrusos não eram Antonio Alves Machado e seus “jagunços”, mas Bruno Meckien e a empresa que ele representava. Ao ter suas terras invadidas pela Hanseática, Antonio Alves Machado e outros moradores locais, frente a um poder público negligente e conivente com as ações ilegais de muitas colonizadoras, foram obrigados a pegar em armas para defender suas terras e posses.

A Brazil Railway Company, pertencente ao empresário estadunidense Percival Farquhar, foi responsável pela construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Por tal, obra iniciada no ano de 1906 e finalizada em 1910, a Brazil Railway Company recebeu como pagamento uma faixa de 15 quilômetros de terras contíguas aos trilhos dessa estrada de ferro. Para a colonização e exploração dessas terras recebidas como pagamento do Estado catarinense pela construção da ferrovia, foram criadas, em 1909, pela Brazil Railway Company, duas subsidiárias – a Southern Brazil Lumber Company, que em 1913 alterou seu nome para The Southern Brazil Lumber & Colonization Company, e a Brazil Development & Colonization Company, em 1912 (VALENTINI, 2009). Quando foi assinado o contrato para a construção da estrada de ferro entre o estado de Santa Catarina e a Brazil Railway Company, um expressivo número de pequenos proprietários e posseiros que habitavam tais terras foi desconsiderado nos círculos palacianos. Entretanto, mesmo ignorados durante a assinatura dos contratos nos gabinetes governamentais, tais habitantes eram facilmente percebidos na paisagem local, pois num relatório produzido no ano de 1917, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company deixava clara sua preocupação e as dificuldades que enfrentaria para a remoção de “intrusos” que ocupavam “suas terras” (VALENTINI, 2009, p. 135). Em 1924, com o encerramento de uma questão judicial entre o governo de Santa Catarina e a Brazil Railway Company, foram acertadas as bases para a colonização dessas terras, negociadas entre ambos. Ficou estabelecido que as subsidiárias Brazil Development & Colonization Company e The Southern Lumber & Colonization Company poderiam transferir suas concessões para terceiros (THOMÉ, 2007). Dessa maneira, várias companhias colonizadoras menores assumiram a tarefa de colonizar e ocupar algumas concessões da Brazil Raylway Company. Quando a apropriação territorial começou a ser feita por estas ações colonizadoras, os conflitos foram inevitáveis.

Em 12 de julho de 1940, Olímpio Góes escreveu uma carta ao presidente da República, acusando Júlio Selbach de ter despejado mais de 1.000 pessoas em Rio Caçador, município de Caçador, queimando suas casas e roubando seus mantimentos.¹⁷⁴ Três meses depois dessa denúncia, Júlio Antonio Ferreira e João Cirilo da Silva escreveram

¹⁷⁴ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 16.228, de 12 de julho de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

igualmente de Rio Caçador para o presidente, acusando também Alice Schmidt pelo despejo das mil pessoas:

Residentes do distrito colonial de São Luiz, município de Caçador, representando cerca de 200 famílias, as quais foram incendiadas suas casas, e seus bens requisitados no mês de julho findo, cujas terras foram compradas pela colonização Julio Selbach e Alice Schmidt, da Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande em grandes glebas, apesar nossa posse ser mais trinta anos, fomos despejados mesmas terras, jogando a tempo cerca de mil almas que, sofre todas as sortes de misérias e fome, sem teto criar seus filhos que também são brasileiros.¹⁷⁵

As terras em disputa na região de Rio Caçador, localizadas próximas ao Rio do Peixe, pertenceriam à Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e foram repassadas para os colonizadores Júlio Selbach e Alice Schmidt.¹⁷⁶ Ambos são exemplos de pequenos colonizadores que atuaram na ocupação e exploração das concessões de terras da Brazil Railway Company, ou Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande como a denominam Júlio Antonio Ferreira e João Cirilo da Silva. Parecia ser regra durante as transferências de concessões de terras devolutas para companhias colonizadoras a não consideração do grande número de pessoas que já habitavam tais

¹⁷⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 320 – Processo 24.447, de 15 de outubro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo XIX**: p. 212.

¹⁷⁶ Como dito anteriormente, um pequeno número de pessoas e famílias comandaram a colonização de uma grande área de terras consideradas devolutas no começo do século XX. Nesse sentido, a partir das semelhanças de região e sobrenome, posso levantar a hipótese de que Julio Selbach esteve ligado à colonizadora Kroeff, Selbach & Cia, que, em 1933, foi adquirida por Andreas Thaler; Alice Schmidt estava ligada à Colonizadora Alberto Schmidt. Tanto a Kroeff, Selbach & Cia quanto a Colonizadora Alberto Schmidt atuaram no Médio Rio Peixe, sendo que, em 1924, receberam nesse local uma considerável parcela de terras para a exploração e colonização. Cf. THOMÉ, Nilson. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar* – República Velha. Tese (Doutorado). Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

“terras desabitadas”. Em alguns locais, há mais de trinta anos, tendo documentos que comprovavam a posse da terra que habitavam. Não bastasse o descaso estatal na fiscalização dessas concessões para as colonizadoras e no reconhecimento dos direitos de propriedades desses sertanejos, o governo catarinense atuou fornecendo contingente policial para a realização de despejos de inúmeras famílias, pois segundo Júlio Antônio Ferreira e João Cirilo da Silva, “nossos velhos passam fome e frio por falta de nossas casas, roças e culturas, dos quais fomos despejados pela força policial do estado.”¹⁷⁷ Convém lembrar que, no ano de 1916, Nereu Ramos foi o representante oficial dos interesses da The Southern Lumber & Colonization Company perante o estado de Santa Catarina. Essa provável relação amistosa de Ramos com a Lumber pode ser um dos motivos que o levou a ficar do lado da companhia colonizadora e suas concessionárias, contra os moradores da região de Rio Caçador, além de se beneficiar, e influenciar novas frentes de colonização.

Outro conflito da Lumber com posseiros aconteceu nos municípios de Canoinhas e Porto União. Em 29 de abril de 1938, Luis Vergara, secretário da Presidência da República, encaminhou para Nereu Ramos um telegrama solicitando uma resolução para a representação que alguns brasileiros residentes naqueles municípios faziam contra a colonizadora. Anexado ao telegrama, havia um processo com a exposição dos fatos pelos posseiros desalojados de suas terras, plantas de medição dos terrenos e mais documentos da Secretaria da Guerra, Ministério da Agricultura e governo de Santa Catarina que abordavam tal assunto.¹⁷⁸ O relatório era assinado por Joaquim Mendes e José Terésio de Carvalho, que alegavam possuir procurações para falar e agir judicialmente em nome de 127 famílias que estavam sendo removidas de suas terras, consideradas desabitadas e negociadas com a Lumber. Muitas das famílias ocupavam tais terras há mais de trinta anos e foram desalojadas com o auxílio do poder público, o qual deveria zelar pelo bem-estar desses catarinenses e defender os direitos de propriedade desses habitantes pobres do meio rural. Novamente, interesses escusos e pecuniários de administradores públicos e homens de negócio prevaleceram em detrimento das necessidades básicas de centenas de famílias catarinenses.

¹⁷⁷ THOMÉ, op. cit.

¹⁷⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 6.174, de 29 de abril de 1938. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

No ano de 1919, Constâncio Krumel requereu ao governo do estado catarinense uma concessão de 6.000 hectares de terras para a colonização no “braço sul do Alto Itajaí-Mirim”, sendo que tal concessão foi deferida em 06 de julho de 1923 (PIAZZA, 1994, p. 295). Contudo, tais terras eram habitadas havia muitos anos por colonos que se diziam ali alojados pelo governo federal. Segundo James Holston, era prática comum dos grandes proprietários a apropriação de

terras devolutas sempre que podiam, e sem nenhum escrúpulo, desapropriavam colonos mais fracos onde os encontrassem em áreas produtivas, especialmente das posses. Soma-se a isso ainda que, com a criação de um mercado imobiliário, especuladores da terra tentavam requisitar e vender o máximo de terras que conseguissem, em geral várias vezes. Para tanto, expulsavam os ocupantes, mesmo os que haviam pagado pelas terras (2013, p. 186).

Uma carta enviada do núcleo colonial Senador Esteves Júnior para o presidente da República continha uma série de reclamações sobre a chegada e as ações de Constâncio Krumel no Vale do Itajaí-Mirim:

Abaixo assinados comissão colonos localizados pelo governo federal no Vale Itajaí-Mirim, 5º distrito núcleos colonial Senador Esteves Junior, representando mais de cem famílias, apelam a vossência no sentido de serem amparados contra processo de despejo, iniciado contra os mesmos pelo concessionário de terras naquele vale, engenheiro Constâncio Krumel. Vossência no processo número 5.200 do Serviço de Colonização Federal, em despacho reconheceu nossos direitos. Interventor federal remeteu novamente vossência aquele processo solicitando autorização para anular a concessão. Número superior de cem famílias aguardam ansiosas a decisão final de vossência, esperando para que

continue distribuir justiça como até o momento presente tem se verificado. Pedimos vênha ponderar ser necessária ação rápida porquanto concessionária de terras espalhou boletins tornando público que colonos que não efetuarem pagamentos dos lotes que ocupem até 31 de março último seriam despejados judicialmente. Ameaça constante tais boletins foi publicada depois que o governo do estado deu reconhecimento ao concessionário do teor do despacho de vossência reconhecendo nossos direitos. Pedimos justiça porque confiamos que vossência não desampará mais de cem famílias em benefício de um indivíduo que tão somente visa interesses pecuniários e cuja concessão bem examinada não resistirá ao julgamento honesto dos atos.¹⁷⁹

Em 02 de outubro de 1940, outra carta foi enviada deste núcleo ao presidente. Era assinada somente por Pedro Weber:

Em nome dos colonos localizados pelo governo federal no Vale do Itajaí-Mirim, Núcleo Colonial “Senador Esteves Junior”, e em meu próprio nome, venho apelar a vossência que se digne a determinar providências para solução de nossa critica situação ante as ameaças de despejo do concessionário de terras daquela zona. Processo referido, oriundo da Divisão de Terras e Colonização, é possível que já tenha subido para sua apreciação e julgamento. A demora na solução, cria para todos, situação aflitiva pelo que animo-me apelar vossência no sentido de ser o caso solucionado com possível urgência.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 8.039, de 15 de abril de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁸⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 320 – Processo 23.618, de 02 de outubro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

É muito provável que as denúncias dos habitantes do núcleo colonial Senador Esteves Júnior fossem alvo do interesse do presidente da República. A partir de representações de antigos colonos, que alegavam a irregularidade da expedição de títulos de propriedade por terceiros, que se diziam concessionários do governo do estado de Santa Catarina, Getúlio Vargas assinou em 03 de julho de 1941 o Decreto-lei n. 3383, que pretendia rever todas as concessões de terras na região do núcleo.¹⁸¹ Os exatos resultados desta ação federal são difíceis de saber. Contudo, o que fica cada vez mais claro, é que a violência e a expulsão de milhares pessoas de suas casas e propriedades foi algo corriqueiro nesse processo de apropriação e ocupação de grandes áreas de terras consideradas desabitadas pelo Estado catarinense no começo do século XX. Por mais que os governos federal e estadual sinalizassem com ações que poderiam beneficiar posseiros e pequenos proprietários contra as companhias colonizadoras, na maioria das vezes, as ações de despejos contavam com o auxílio da Força Policial Estadual e eram legitimadas por decisões judiciais. Nereu Ramos intervinha onde tinha interesse, podendo agir em favor das companhias colonizadoras em determinadas situações, e em outras, a favor de posseiros, dependendo dos arranjos locais de sociabilidade e poder. Mas na maioria das vezes, ficou ao lado dos colonizadores.

O descompasso entre as leis promulgadas, tanto em nível nacional quanto estadual, e as ações dos funcionários públicos municipais e estaduais, influenciados muitas vezes por importantes figuras locais, era flagrante. Por esse motivo, é necessário questionar a eficácia de leis e atos como o Decreto-lei n. 3383, de 03 de julho de 1941, que previa a revisão de concessões de terras no núcleo colonial Senador Esteves Júnior; seu Artigo 2º determinava que “os adquirentes de lotes, os ocupantes, os arrendatários, os possuidores, os requerentes de medições e quantos se julguem com direito a qualquer porção de terras na área mencionada” deveriam apresentar um memorial com a origem dos seus direitos, a localização e área das terras reivindicadas, as divisões e confrontações detalhadas de sua propriedade com a de seus vizinhos, as benfeitorias realizadas e as plantações existentes na área pretendida, assim como a declaração do valor monetário das

¹⁸¹ Decreto-lei n. 3.383, de 03 de julho de 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3383-3-julho-1941-413431-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 jan 2014.

terras.¹⁸² A efetivação de leis como essas, benéficas aos pequenos proprietários e posseiros, foi difícil, por conta da pressão de grandes proprietários e colonizadores interessados na exploração das terras, assim como foi praticamente impossível a manutenção de pequenas propriedades por posseiros e habitantes pobres do meio rural catarinense no começo do século XX. Esse fato não é um problema isolado do núcleo colonial Senador Esteves Júnior, mas de todas as regiões de Santa Catarina que foram alvo da cobiça de companhias colonizadoras e administradores públicos interessados em enriquecimento e prestígio político.

A dificuldade de aquisição e organização da documentação que comprovasse a posse da terra, aliada à grande burocracia estatal para sua regularização, eram problemas que muitas vezes impossibilitavam a manutenção de pequenas propriedades por todo o território brasileiro. Um exemplo dessas dificuldades vem do município de Laguna, em carta escrita pelo pequeno proprietário José Bernardino Viana, em 30 de abril de 1945, relacionada à falta de recursos para o pagamento de taxas necessárias ao reconhecimento da propriedade. Segundo Bernardino Vieira, ele não poderia “fazer valer seus direitos em juízo, pagando custos, honorários, taxas e selos de uma ação, sem se privar do indispensável a sua subsistência e a de sua família.”¹⁸³ Desta forma, além dos trâmites burocráticos e da dificuldade para o pagamento de taxas que comprovassem a posse da terra, muitas vezes, pessoas com um maior poder econômico e político realizavam pressões para dificultar o registro de pequenos proprietários. Tais problemas ficam evidentes na carta para Nereu Ramos, escrita em 01 de fevereiro de 1944, do distrito de Papanduva, por Manoel Izauro Tabalipa:

Há cerca de 25 anos meu pae, Ladislau Tabalipa, adquiriu por compra diversas posses de terras, situadas no lugar denominado Encruzilhada, nesse município, iniciando nessa época beneficiamento de ditas terras, cuja área

¹⁸² Decreto-lei n. 3.383, de 03 de julho de 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3383-3-julho-1941-413431-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

¹⁸³ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1945, p. 239 e 240. Laguna, 30 de abril de 1945. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

aproximada é de 2.000 alqueires, conforme consta de um contracto efectuado com o Exmo. Snr. Dr. Ivo d'Aquino, contracto esse que por vontade alheia de meu pae, deixou de ser cumprido.¹⁸⁴

Ivo D'Aquino foi um político catarinense, nascido em Florianópolis no ano de 1896, que atuou em diversos cargos importantes da administração estadual. Em 1916, foi Oficial de Gabinete do Secretário do Estado, e na administração de Hercílio Luz, entre 1918 e 1925, atuou como Procurador Fiscal do estado. Foi eleito prefeito de Canoinhas em 1922, onde assumiu o cargo no começo de 1923, permanecendo até o final de 1926. Após 1930, Ivo D'Aquino foi nomeado Secretário do Interior e Justiça, sendo escolhido em 1936 como Secretário da Viação e Obras Públicas do governo de Nereu Ramos. Com a instauração do Estado Novo em 1937, D'Aquino foi empossado como Secretário de Justiça, Educação e Saúde, permanecendo nesta função até 1945. Em diversos momentos de sua trajetória política, assumiu o posto de governador interino de Santa Catarina (CORRÊA, 1983, p. 144). O atual município de Papanduva foi um distrito de Canoinhas até o ano de 1953, sendo desmembrado através da Lei Estadual n. 133, de 30 de dezembro de 1953.¹⁸⁵ Provavelmente, a assinatura dos documentos de compra e venda das terras aconteceu quando Ivo D'Aquino era prefeito de Canoinhas. Dessa forma, foi o representante municipal de Canoinhas que reconheceu a legalidade da compra de terras por Ladislau Tabalipa. Por esse motivo, seu filho Manoel Izauro Tabalipa afirmava que seu direito de propriedade era legítimo, pois o prefeito de Canoinhas à época da negociação das referidas terras teria autorizado e avalizado o contrato.

Após informar que as terras foram adquiridas através de compra, e que um importante político catarinense poderia confirmar a validade do contrato, o missivista passou a acusar a Companhia Palmital de ter

¹⁸⁴ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 1º Semestre, p. 102. Papanduva, 01 de fevereiro de 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁸⁵ Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421220&search=santa-catarina/papanduva/infograficos:-historico>. Acesso em: 08 jan. 2014.

se apossado de uma parte das terras de seu pai. Ao escrever para o interventor catarinense tentando efetivar seu direito de posse sobre as terras apossadas indevidamente pela Companhia Palmital, Manoel Tabalipa alegava já ter construído várias benfeitorias. Dizia possuir uma “casa de moradia, 5 galpões para fins diversos, 6 quilômetros de estrada carroçável, 1600 metros de cerca enchida, 1500 metros de cerca de arame, 20 alqueires de ervais cultivados em condições de serem extraídos na safra deste ano, 40 alqueires de capoeiras, etc.”, além de ainda ter uma colheita pendente de milho e feijão e mais 20 cabeças de gado, 40 carneiros, 50 porcos e 70 colmeias.

Mas mesmo que os Tabalipa tivessem ganhado a disputa judicial pela propriedade de Encruzilhada contra a Companhia Palmital na comarca de Papanduva, Octavio Xavier Rauen, Ernesto Fernandes e Hugo Mund realizaram medições naquelas terras, sem notificá-los. Ao que parece, Rauen¹⁸⁶ e Fernandes eram pessoas interessadas naquelas terras, e Mund era um funcionário público encarregado de fornecer um parecer para o governo estadual sobre os direitos de propriedade e as benfeitorias ali realizadas.

Na carta, Manoel Tabalipa dizia não acreditar que esses três homens tivessem entrado em sua propriedade, pois

si o Dr. Mund tivesse comparecido até minha propriedade, e, verificado as benfeitorias ali existentes, outro seria o parecer constante de seu relatório apresentado ao Snr. Dr. Diretor Interino, relativamente a vistoria realizada a 25 de fevereiro de 1943, em que nos foi negado o incontestado direito que nos assiste, na qualidade de posseiro residente no terreno em apreço. Foi portanto com grande surpresa que recebi agora por intermédio do oficial de justiça da comarca, a intimação para desocupar o terreno dentro de 48 horas, o que como V. Excia. bem poderá avaliar, deixou-me possuído do desespero, diante da

¹⁸⁶ Curiosamente, o prefeito do município de Canoinhas entre os anos de 1917 a 1922 (anterior a Ivo D'Aquino) era Octavio Xavier Rauen. Relação dos prefeitos de Canoinhas disponível em: <<http://www.pmc.sc.gov.br/conteudo/?item=16802&fa=2445>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

eventualidade que se me depara de ter de abandonar o lar que construí com o produto de meu próprio serviço, representando 15 anos de lutas, afim de manter minha numerosa família, composta de 10 filhos, dos quais 8 de menor idade.

Ter o documento de propriedade ou realizar as benfeitorias estipuladas em lei, que garantiam a propriedade da terra, não era suficiente, quando interesses de importantes figuras locais eram colocados em disputa. Mesmo ganhando a disputa judicial na comarca de Papanduva e tendo o reconhecimento jurídico de que a terra era efetivamente sua, Tabalipa não conseguiu garantir sua propriedade. Ao que tudo indica, o relatório do funcionário público estadual Hugo Mund não foi favorável ao direito de posse, e o Estado solicitou sua saída das terras contestadas pela Companhia Palmital.

As autoridades públicas não estavam interessadas em proteger e defender pequenos proprietários. Muito provavelmente, esse desinteresse era motivado por vultosas gratificações e benefícios concedidos por grandes proprietários interessadas na posse dessas terras. Pelo que indica a carta de Manoel Tabalipa, o funcionário público catarinense encarregado de um relatório sobre a situação das terras foi favorecido por Octavio Xavier Rauen ou pela Companhia Palmital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta dissertação, espero ter alcançado meus objetivos iniciais: um trabalho de compreensão mais adequada das ações e discursos estado-novistas no contexto estadual, inseridos nas disputas políticas, econômicas e sociais que marcavam Santa Catarina desde a Primeira República, assim como a maneira pela qual a população catarinense se apropriou e manipulou a ideologia do Estado Novo em seu benefício. Da mesma forma, almejo ter colaborado com a historiografia catarinense e brasileira na elucidação desse período conturbado de nossa história que foi o Estado Novo. Busquei demonstrar igualmente que determinadas “verdades historiográficas” sobre o Estado Novo devem ser relativizadas, de acordo com diferentes contextos regionais.

A ideia de uma total desarticulação das oligarquias estaduais durante o Estado Novo não é satisfatória quando se busca compreender as relações entre o poder executivo federal e o poder executivo estadual catarinense (e de outros estados brasileiros). No estado de Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos e seus aliados possuíam um grande campo de ação política e econômica. Nesse sentido, constatei que as autoridades estatais catarinenses manipulavam os discursos e a ideologia do Estado Novo a partir de seus interesses, levando muitas vezes a uma distorção das ordens emanadas pelo executivo federal. Getúlio Vargas precisou negociar com o grupo oligárquico ligado aos Ramos para conseguir consolidar seu poder em Santa Catarina. Em outras situações, Vargas contemplou interesses de adversários políticos dos Ramos para frear o poder destes no estado. Certamente que essa relação de forças foi, na maioria das vezes, desproporcional, pois o presidente nomeava os interventores estaduais e podia, a qualquer momento, destituí-los de seus cargos, mas a ideia de uma total centralização das tomadas de decisões políticas e econômicas pelo executivo nacional não é suficiente para entendermos o Estado Novo em Santa Catarina e as ações das elites catarinenses nesse contexto. Na verdade, essa explicação torna-se um obstáculo ao entendimento das peculiaridades da política catarinense.

Outro fato que goza de certo consenso na historiografia catarinense é a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina. As intervenções estatais contra as regiões coloniais catarinenses estariam

relacionadas aos interesses do executivo federal de erradicação dos “quistos étnicos”, de integração dos imigrantes dessas regiões aos referências da brasilidade e da constituição da nacionalidade. Entretanto, quando se investigam as investidas de Nereu Ramos contra as regiões coloniais de Santa Catarina, fica evidente que essas populações não estavam enquistadas ou não assimiladas aos referências da brasilidade. Ao que parece, os reais interesses do governador catarinense estavam ligados ao poder político e econômico que as populações dessas regiões haviam adquirido durante a Primeira República. Com o movimento de 1930, as elites políticas do Vale do Itajaí e nordeste catarinense, aglutinadas em torno do Partido Republicano Catarinense e dos Konder, foram desalojadas de seus cargos estatais. Contudo, muitos desses republicanos continuaram exercendo cargos de liderança em associações culturais, escolas e indústrias. Nesse sentido, para o grupo oligárquico liderado pelos Ramos, que assumiu o controle político em Santa Catarina em 1930, além de remover todos os republicanos de cargos públicos, era imprescindível uma intervenção em instituições privadas das regiões coloniais, utilizadas pelos eles para se construir o consenso e atingir o controle político e econômico sobre essas populações. Vale lembrar que as pessoas que dirigiam associações culturais e recreativas gozavam de certo prestígio no Vale do Itajaí, o que poderia ser revertido em apoio político. Por trás de um discurso de integração, assimilação e nacionalização dos imigrantes de Santa Catarina, Nereu Ramos combateu seus adversários políticos, interveio em associações culturais, colocou a seu serviço escolas e indústrias, e construiu suas bases de sustentação política e econômica a partir das instituições privadas utilizadas pelos republicanos. O interventor catarinense se aproveitou do contexto estado-novista para eliminar adversários, fossem republicanos, integralistas ou qualquer outro grupo que oferecesse perigo ao seu projeto de poder. Pode-se inferir que a Campanha de Nacionalização tomou rumos peculiares no estado, pois o grupo político que se encontrava no poder tinha como seus principais adversários as elites políticas e econômicas provenientes das regiões de imigração. Assim, nada mais útil para o projeto de poder dos liberais que assumiram o controle político de Santa Catarina em 1930, do que a formação de uma opinião pública favorável às intervenções nas regiões coloniais desse estado, e a criação de leis federais que legitimariam essas ações do executivo estadual catarinense contra seus adversários

políticos. Esse foi o sentido da política de nacionalização em Santa Catarina.

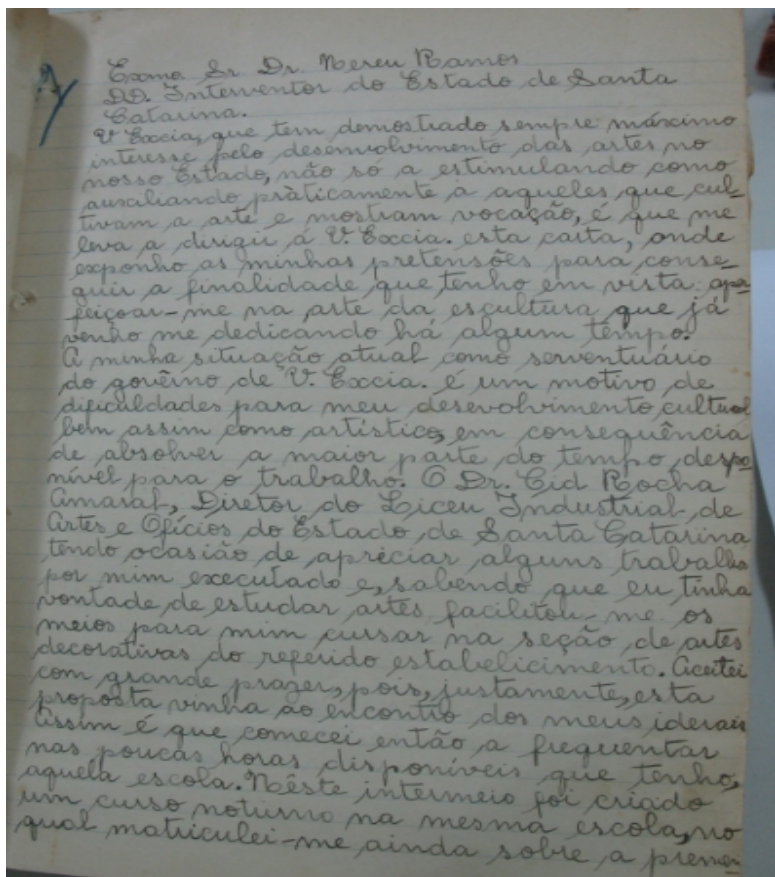
Uma ideia recorrente sobre o Estado Novo diz respeito a uma suposta “imobilização” da população brasileira frente a Getúlio Vargas e seu carisma. Dessa forma, milhões de brasileiros teriam sido cooptados e manipulados pelo presidente na sua busca pela manutenção do poder. Contudo, quando analisamos as cartas enviadas pelos mais diversos catarinenses para Nereu Ramos e Getúlio Vargas, o que menos se percebe são pessoas agindo irracionalmente, cooptadas ou simplesmente manipuladas pelo executivo nacional ou estadual. As pessoas que se vislumbra nessas cartas aparecem lutando diariamente pelos seus direitos e por melhores condições de vida, e viram nessa conjuntura estado-novista de instauração de leis sociais e trabalhistas uma oportunidade para reivindicar seus interesses imediatos. Fica evidente que, frente a um contexto ditatorial, no qual a violência marcou muitas das ações dos executivos nacional e estadual, a população brasileira precisou buscar novos canais para suas lutas e reivindicações. Da mesma forma, as cartas também deixam claro que muitas pessoas aproveitaram esse contexto estado-novista para resolver disputas e rixas pessoais, obter lucros a partir da manipulação de toda uma ideologia de formação da nacionalidade e de construção do Estado Nacional. Foram muitos os casos em que catarinenses instrumentalizaram os objetivos da Campanha de Nacionalização para perseguir e se apossar de bens materiais de seus vizinhos, conseguir o emprego de um “amigo” ou obter alguma vantagem com a prisão de qualquer pessoa que pudesse ser acusada de nazista, quinta-coluna ou inimiga da nação. Assim, a partir do exemplo catarinense, é possível inferir que a população brasileira não recebeu o discurso ideológico estado-novista passivamente, sem contestações e adaptações conforme os contextos e interesses pessoais. Como já disse Jorge Ferreira, “conformismo, passividade e alienação, muitas vezes estão nos olhos de quem vê” (1997, p. 56).

Por fim, penso que meu objetivo terá sido atingido se este trabalho causar indagações no leitor sobre esses temas. Mais do que fornecer respostas definitivas, espero que esta dissertação tenha causado dúvidas e questionamentos sobre o Estado Novo que levarão a novas perguntas. Essas poderão ser os primeiros passos para mais pesquisas que elucidem o Estado Novo e relativizem determinadas perspectivas historiográficas sobre o período. Mais estudos que

abordem outros estados brasileiros, e as relações de suas oligarquias com o executivo nacional durante o Estado Novo, poderiam contribuir para o desmonte das análises que superestimam as ações do executivo nacional e subestimam o poder de ação das oligarquias estaduais e da população brasileira.

ANEXOS

Anexo I



Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos
DD. Interventor do Estado de Santa
Catarina.

V. Excia. que tem demonstrado sempre máximo
interesse pelo desenvolvimento das artes no
nosso Estado, não só a estimulando como
auxiliando praticamente a aqueles que cul-
tivam a arte e mostram vocação, é que me
leva a dirigir a V. Excia. esta carta, onde
exponho as minhas pretensões para conse-
guir a finalidade que tenho em vista: aper-
feçoar-me na arte da escultura que já
venho me dedicando há algum tempo.

A minha situação atual, como servidor do
governo de V. Excia. é um motivo de
dificuldades para meu desenvolvimento cultural
bem assim como artístico, em consequência
de absorver a maior parte do tempo, de um
nível para o trabalho. O Dr. Egidio Rocha
Amaral, Diretor do Liceu Industrial de
Artes e Ofícios do Estado de Santa Catarina
tendo ocasião de apreciar alguns trabalhos
por mim executados, sabendo que eu tinha
vontade de estudar artes, facilitou-me os
meios para mim cursar na seção de artes
decorativas do referido estabelecimento. Aceitei
com grande prazer, pois, justamente, esta
proposta vinha ao encontro dos meus ideais.

Assim é que comecei então a frequentar
nas poucas horas disponíveis que tenho
aquela escola. Neste intermeio foi criado
um curso noturno na mesma escola, no
qual matriculei-me ainda sobre a premen-

Carta enviada por Franklin Cascaes ao interventor Nereu Ramos, solicitando um auxílio para se dedicar mais a sua arte, uma ajuda para aperfeiçoar-se na arte da escultura. Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 50. Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939.

te falta de tempo para seguir paralela-
mente do curso de arte, o de desenho e
letras. Isto precisamente há dois anos. Não
fiquei entretanto inativo em qualquer traba-
lho dentro da Escola Profissional Semini-
onde procurei desempenhar sempre, embora
com fadigas, o meu dever, indo além, pois
o Sr. Cacia, mesmo tive ocasião de apreciar
nas exposições finais desta escola traba-
lhos de ornamentações executados por mim
frutos da perseverança e da boa vontade
agora que justamente iniciei a parte mais
importante e difícil da arte se me depa-
raram obstáculos que só o Sr. Cacia. poderá
resolver. Obstáculos esses que tive ocasião
de expor à Sr. Cacia verbalmente e, que agora
tomo a repetir nesta minha humilde mas
sincera exposição. O artista é um idealis-
ta e lutador dele são os grandes pensa-
mentos concretizados depois de imaginado
pelo seu cérebro. Mas para isso é necessário
o fator tempo. É precisamente o ponto pró-
mo, para iniciar um trabalho, de nul-
to, pois a repartição absorve-me grande
parte do meu tempo visto que sou obrigado
a voltar novamente a mesma das doze
às quinze horas. Iniciando o curso notur-
no as seis horas não tenho tempo de alcan-
çar o início das aulas. Chego cansado, fisi-
camente abatido em consequência dos ser-
viços de limpeza que me compete fazer
nesta repartição, impossibilitando-me por-
tanto de desenhar com perfeição e rapidez.

Carta enviada por Franklin Cascaes ao interventor Nereu Ramos.
Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro
1939, p. 50v. Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939.

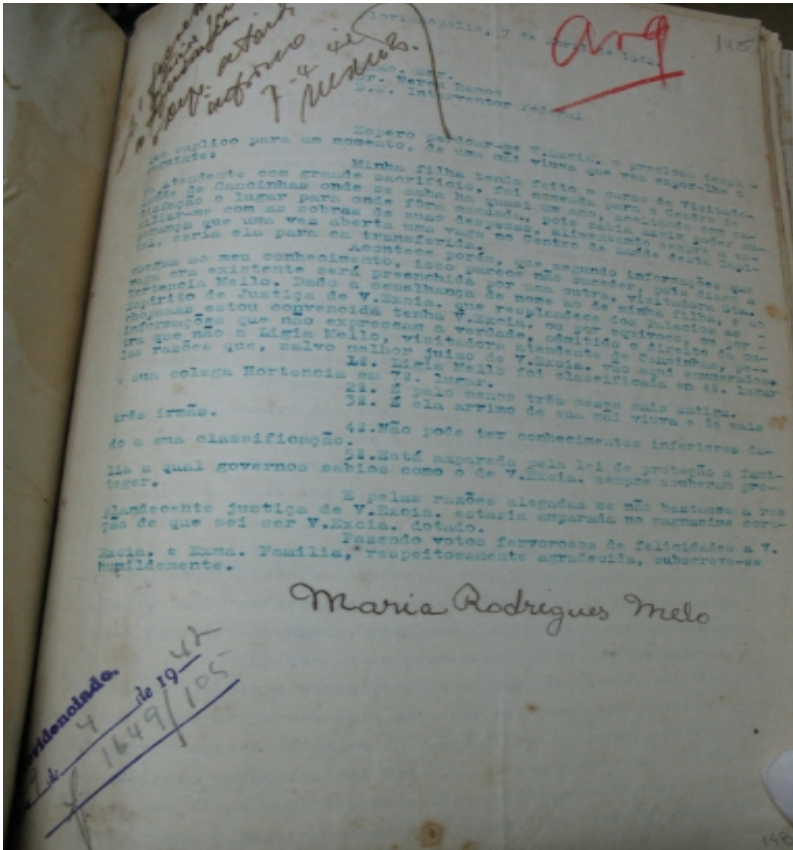
Outro ponto importante que se me depára
é os meus vencimentos que mal dão para
manter-me, não podendo em vista disso
aproveitar os trabalhos por mim executados
por falta de material para reprodução
que sempre é por minha própria
conta, como V. Excia. teve oportunidade
de verificar em um dos meus trabalhos
que não foi conservado por não poder
eu financiá-lo. Dêrre trabalho entretanto
V. Excia. recebeu uma fotografia depois
do que distingi por ser impossível tirar
dêle reproduções em gesso. Assim espero
que V. Excia. tomando em consideração
o que aqui foi exposto venha em meu
auxílio, em auxílio de um patício de
V. Excia. que apenas tem a imensa vontade
de servir a sua terra e que teve
a felicidade de encontrar à frente do destino
de seu Estado um amigo do progresso
e das artes.

Franklin Joaquim Cascaes, servente
da Escola Profissional Feminina de
Florianópolis.

18-2-1939.

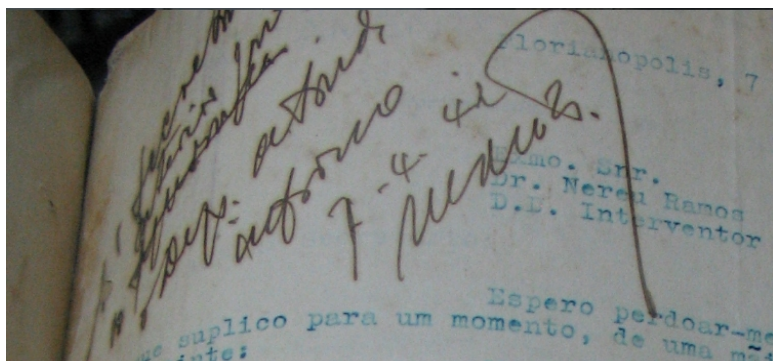
Carta enviada por Franklin Cascaes ao interventor Nereu Ramos.
Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro
1939, p. 51. Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939.

Anexo II



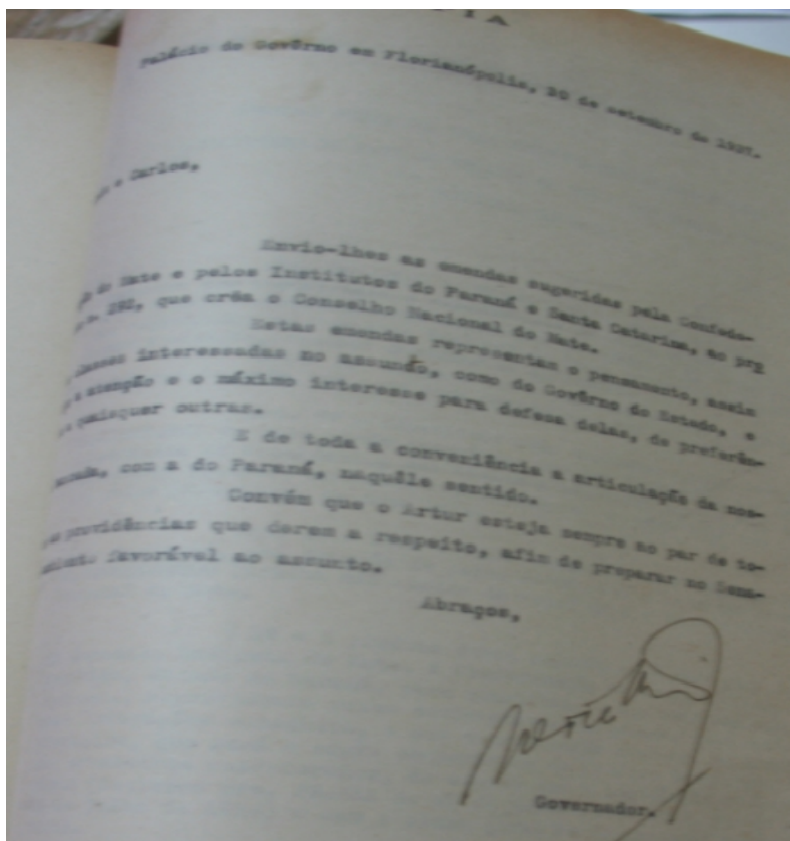
Carta de Maria Rodrigues Melo, enviada para o Palácio do Governo de Florianópolis, no dia 07 de abril de 1942, solicitando a transferência de sua filha de Canoinhas, onde ela trabalhava como Visitadora Atendente concursada, para o Centro de Saúde de Florianópolis. No canto superior esquerdo, podem ser observadas algumas anotações e uma rubrica de Nereu Ramos. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 1º Semestre, p. 145. Florianópolis, 07 de abril de 1942. APESC.

Anexo III



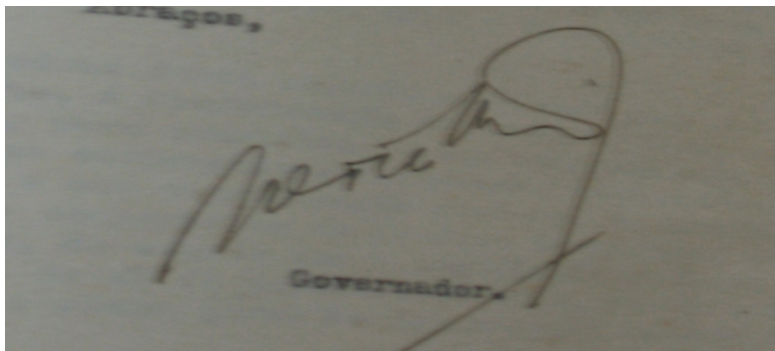
Detalhe da rubrica de Nereu Ramos na carta de Maria Rodrigues Melo. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 1º Semestre, p. 145. Florianópolis, 07 de abril de 1942. APESC.

Anexo IV

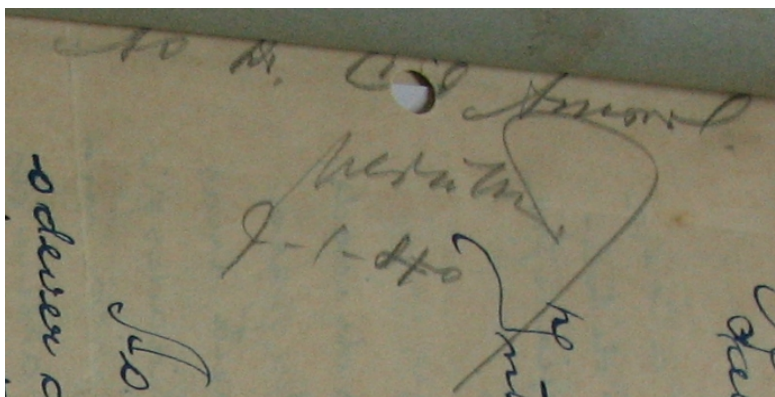


Carta enviada pelo Palácio do Governo, contendo a assinatura do governador Nereu Ramos no final. Fonte: Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo – Livro 1938/1939. Florianópolis, 30 de setembro de 1937. APESC.

Anexo V



Detalhe da assinatura de Nereu Ramos. Fonte: Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo – Livro 1938/1939. Florianópolis, 30 de setembro de 1937. APESC.



Detalhe de suposta rubrica de Nereu Ramos em uma correspondência enviada para o governo catarinense. Levando-se em consideração a semelhança das assinaturas, podemos inferir que o governador catarinense lia e despachava muitas das cartas enviadas para o Palácio do Governo. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º Semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940. APESC.

Anexo VI

Florianópolis, 26 de maio de 1939. 182

Excelentíssimo Snr.
Dr. Nerêu Ramos
DD. Interventor Federal do Estado
Nesta Capital

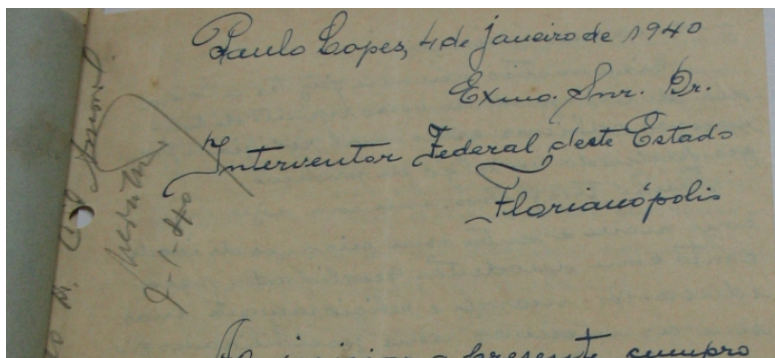
Sendo diplomada pelo Curso Vocacional do Estado e sabendo existir uma vaga de professora no Grupo Escolar do Distrito da Trindade, venho, respeitosamente, pedir a Vossa Excelência a minha nomeação para a referida vaga por não poder pleiteiar outra para lugar mais distante em virtude de ser minha mãe viuva e ter outros filhos estudando nesta Capital.

Certa de que fará o possível para nomear-me, envio a Vossa Excelência os meus melhores agradecimentos, subscrevendo-me com estima e consideração.

Aurélia Melo

Carta enviada por Aurélia Melo, de Florianópolis, no dia 26 de maio de 1939, endereçada ao Palácio do Governo, contendo uma rubrica de Nereu Ramos no canto superior direito. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 182. Florianópolis, 26 de maio de 1939. APESC.

Anexo VII



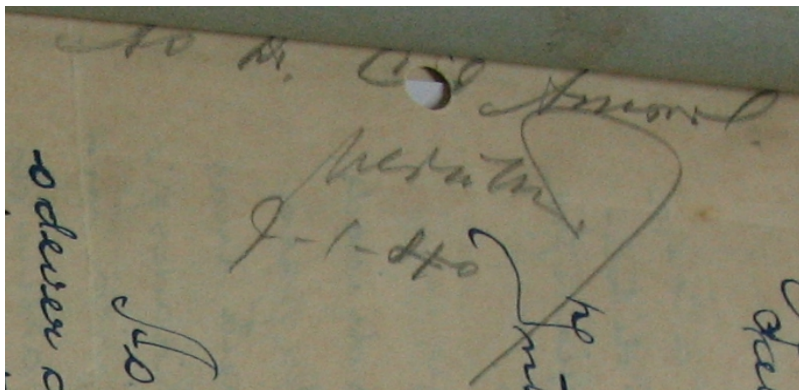
Paulo Lopes, 4 de janeiro de 1940
Exmo. Sr. Dr.
Interventor Federal deste Estado
Florianópolis

to m. Cel. Amador
Permanente
7-1-40

Do início a presente cumpre

Rubrica de Nereu Ramos no canto superior esquerdo. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º Semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940. APESC.

Anexo VIII



Detalhe da rubrica de Nereu Ramos. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º Semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940. APESC.

Anexo IX

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO TELEGRÁFICO

CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO - 2ª VIA

JARAGÓIA, SC.

112 113 15 10,00

EXMO. DR. GETÚLIO VARGAS
PRESIDENTE REPÚBLICA RIO

14 ABR 1937
Presidência da Câmara

FRANKLIN

9965
Presidência da República

CONSEQUENCIA IMPUNIDADE CRIMES ANTERIORES ESTAMOS ATRA-
VESSANDO ESTE ESTADO AMBIENTE APREENSÕES E INSEGURANÇA QUE CUL-
MINOU HOJE BARBARO ASSASSINATO PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL JA-
RAGÓIA PRATICADO PELO DELEGADO POLICIA NA PROPRIA RESIDENCIA VIZ
TIMA. DIANTE CONSUMAÇÃO MAIS ESSE ATENTADO QUE ESSOÇA SITUAÇÃO
ATRAVESSAREMOS DIAS FUTUROS, COM DEVIDO RESPEITO EXPRESSAMOS VOS-
SENCIA NOSSO MAIS VEEMENTE PROTESTO. SAUDAÇÕES ATENCIOSAS.

LEOPOLDO GERENTE, PREFEITO JARAGÓIA;
ARISTIDES LARGURA, PREFEITO JOINVILLE; ALBERTO
STEIN, PREFEITO BLUMENAU; CARLOS BRENDES, PREFEITO
TIMBO; ERNESTO VENERA, PREFEITO S. BENTO; FREDE-
RICO SCHMIDT, PREFEITO HARMONIA; MATEU CONCEIÇÃO,
PREFEITO RIO DO SUL; ADOLFO WALENDOSCK, PREFEITO
BRUSQUE.

Carta enviada para Getúlio Vargas, assinada por nove prefeitos da região do Vale do Itajaí, denunciando um assassinato cometido pelo delegado de polícia de Jaraguá do Sul e arbitrariedades cometidas por autoridades estatais da região. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República - Lata 26, Processo 9.965 de 14 de agosto de 1937. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Anexo X

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO TELEGRÁFICO

PALACIO CATETE
939 ABR 1 PM 2 00
SERV. TELEGRÁFICO

CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO - 2ª VIA

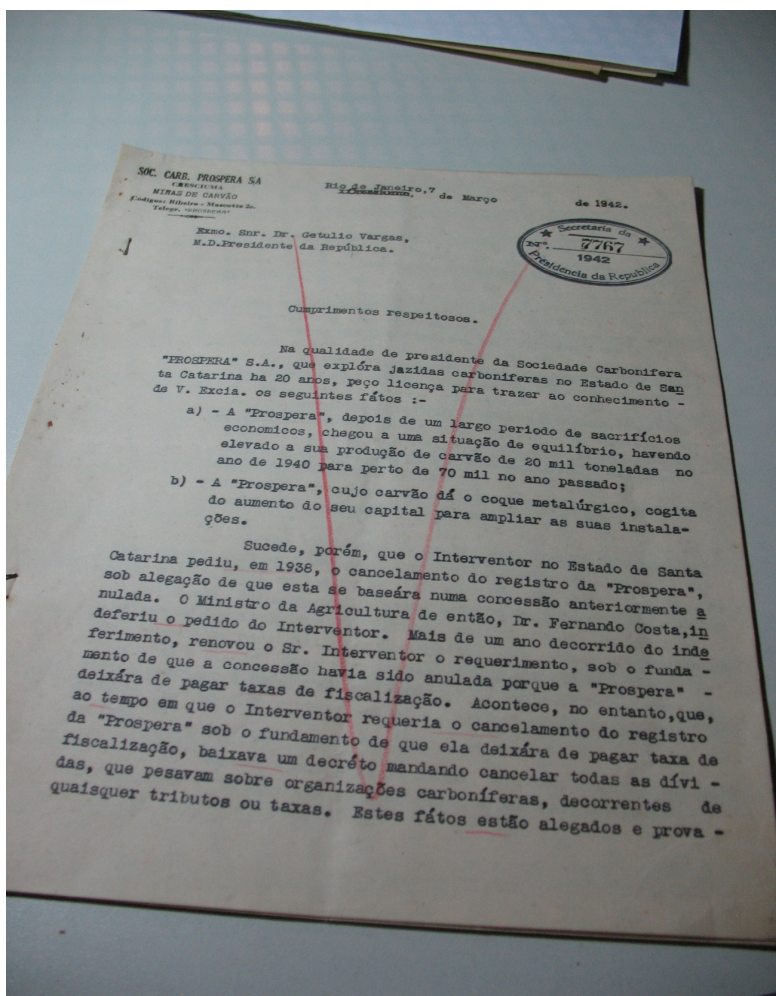
Florianopolis-SC-
cn38 127 1º 11,25 -S I L V A -
Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas
M. P. Presidente da República
Faiscô Rio Negro
Petrópolis-RJ-

Peço venia levar conhecimento Vossência seguinte fato- na execução
sentença questão Luz desta Capital, ofereci embargos por benfeitorias
que devidamente preparados foram conclusos para julgamento final Juiz
Suplente. Deante suspeição demais dia doze dezembro, e até hoje ape-
sar decorridos mais de três meses conclusão, dito Juiz não preferiu sen-
tença nem baixou autos cartório, excedendo triplo prazo determinado Lei.
Não tendo quem recorrer, apele novamente Alta Autoridade Vossência,
afim remediar tão grave fato verdadeira denegação justiça que me causa
sérios prejuizos, pois todo meu capital e mór parte tomado por empresti-
mo foi empregado ditas benfeitorias. Confirmam-se minhas representações
anteriores á Vossência, mostrando pensamento Interventor Catarinense e
espoliar-me mediante fórmulas jurídicas por ele armadas e depoticamente
praticadas. Respeitosas saudações.

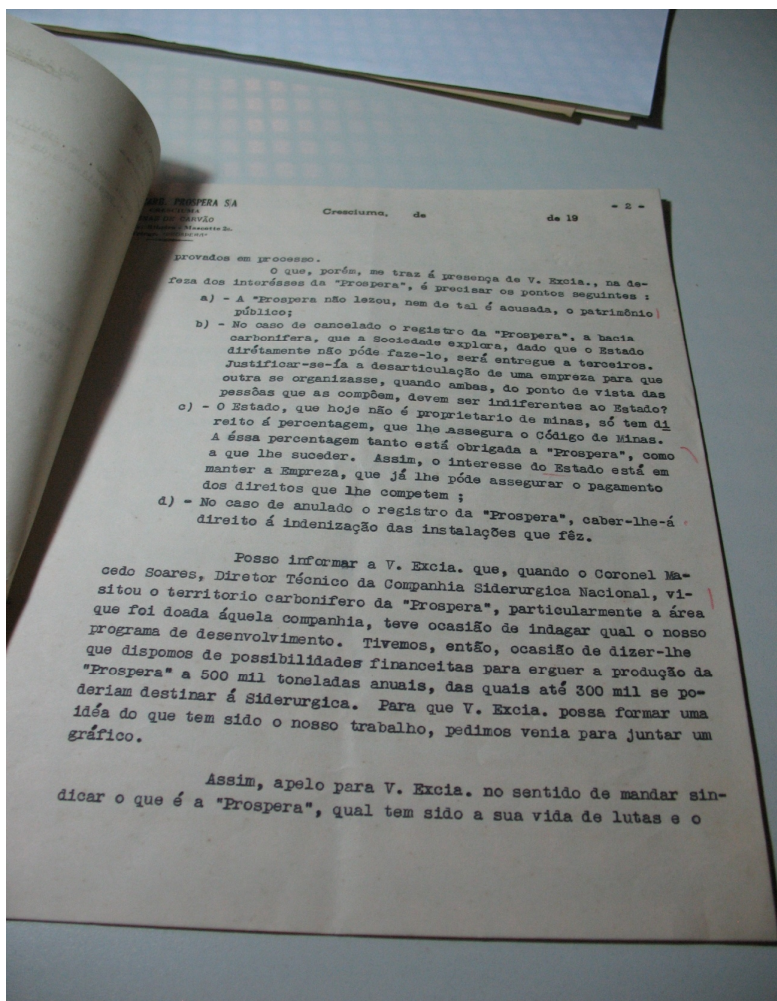
Engenheiro - Acácio Gomes.

Carta de João Acácio Gomes de Oliveira, arrendatário da concessão para o fornecimento de energia elétrica para a capital catarinense, denunciando que o interventor Nereu Ramos está tentando lhe espoliar mediante fórmulas jurídicas. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 13.814, de 27 de julho de 1938. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

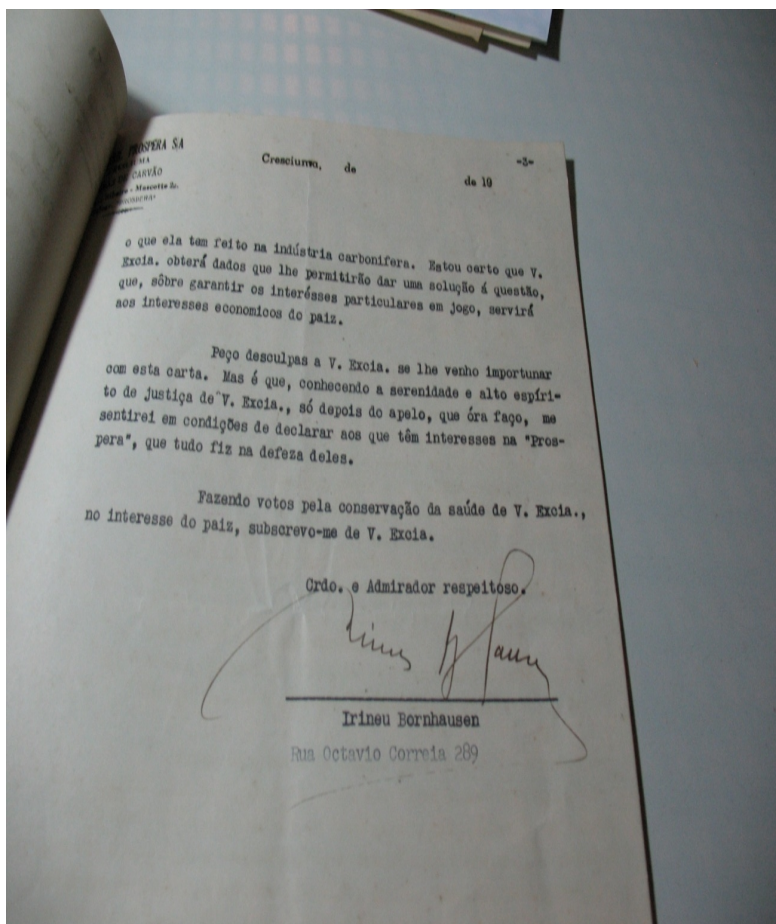
Anexo XI



Carta enviada por Irineu Bornhausen, presidente da Sociedade Carbonífera Próspera, ao presidente da república. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

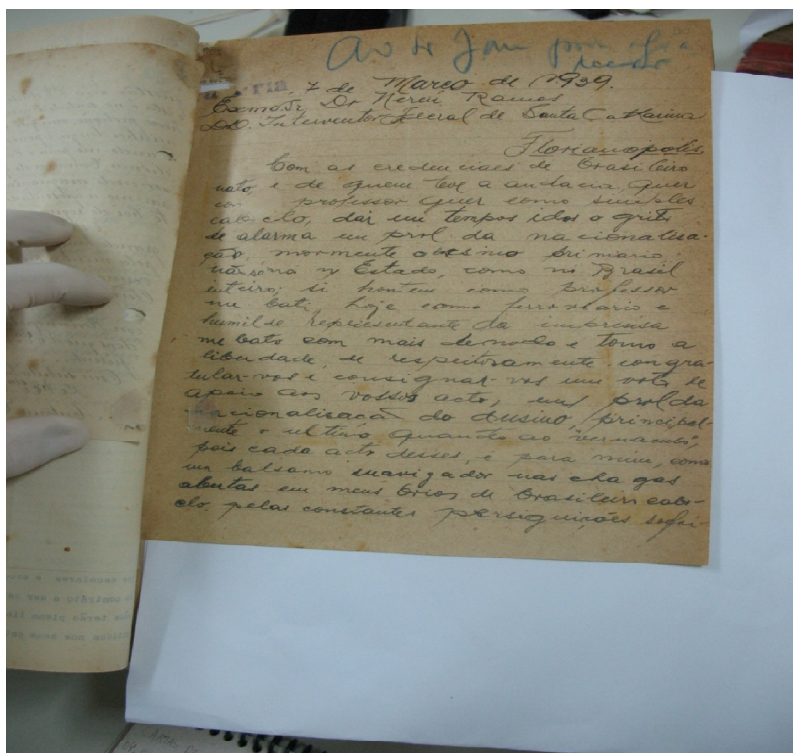


Carta enviada por Irineu Bornhausen, presidente da Sociedade Carbonífera Próspera, ao presidente da república. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

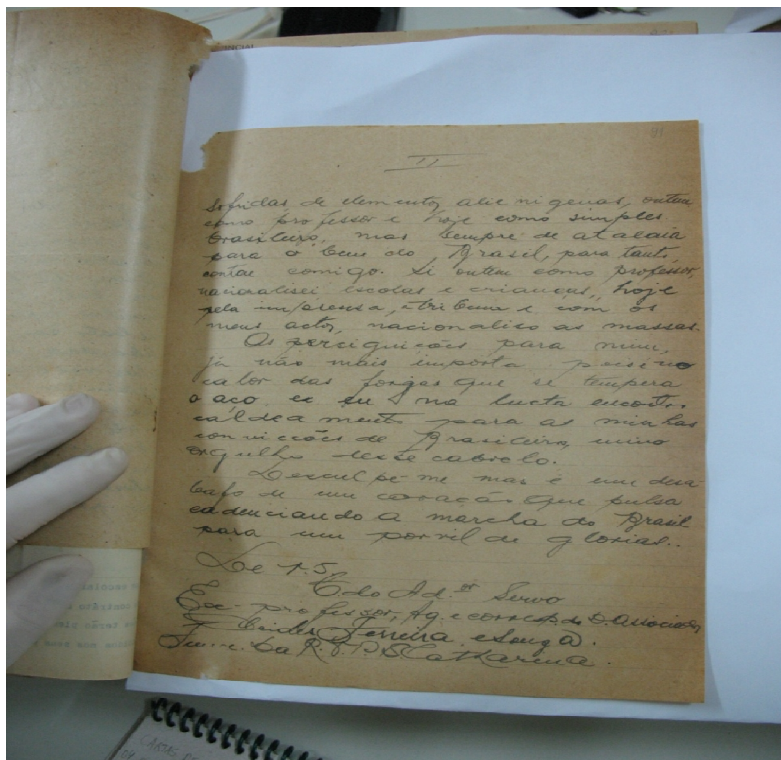


Carta enviada por Irineu Bornhausen, presidente da Sociedade Carbonífera Próspera, ao presidente da república. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Anexo XII

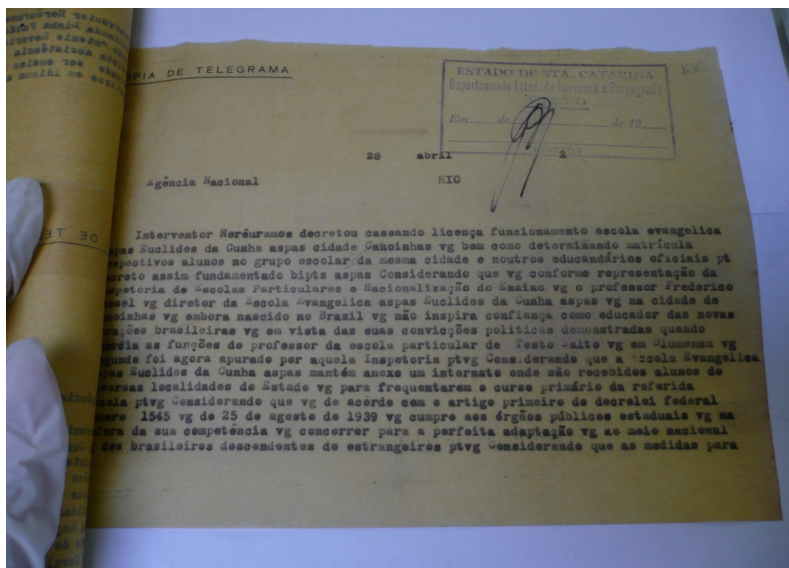


Carta enviada por Alcides Ferreira de Souza para o interventor catarinense Nereu Ramos agradecendo as ações desenvolvidas pela Campanha de Nacionalização. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 090 e 091. Florianópolis, 07 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



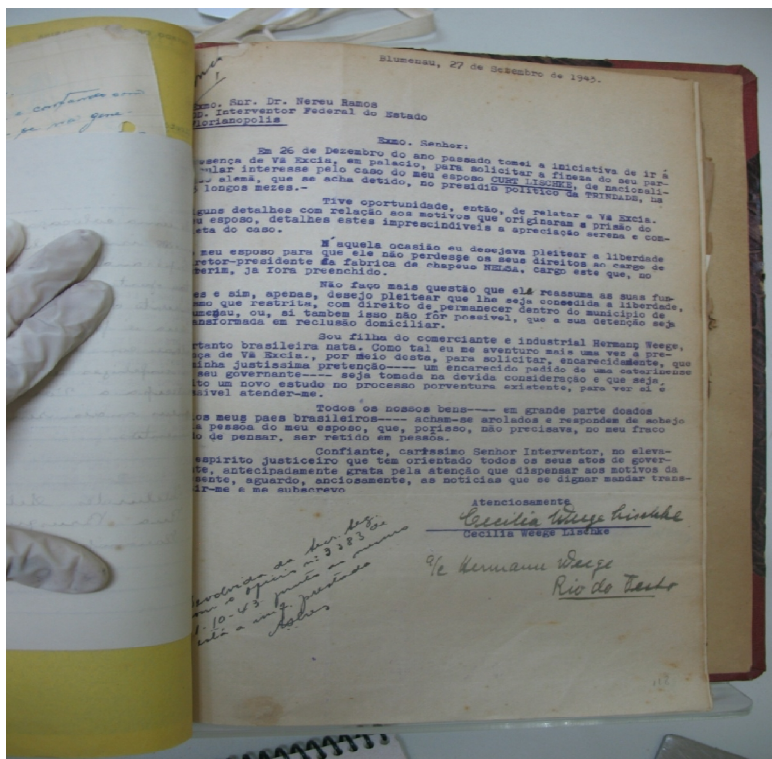
Carta enviada por Alcides Ferreira de Souza para o interventor
 catarinense Nereu Ramos agradecendo as ações desenvolvidas pela
 Campanha de Nacionalização. Fonte: Correspondências de Diversos
 para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 090 e 091. Florianópolis,
 07 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Anexo XIII



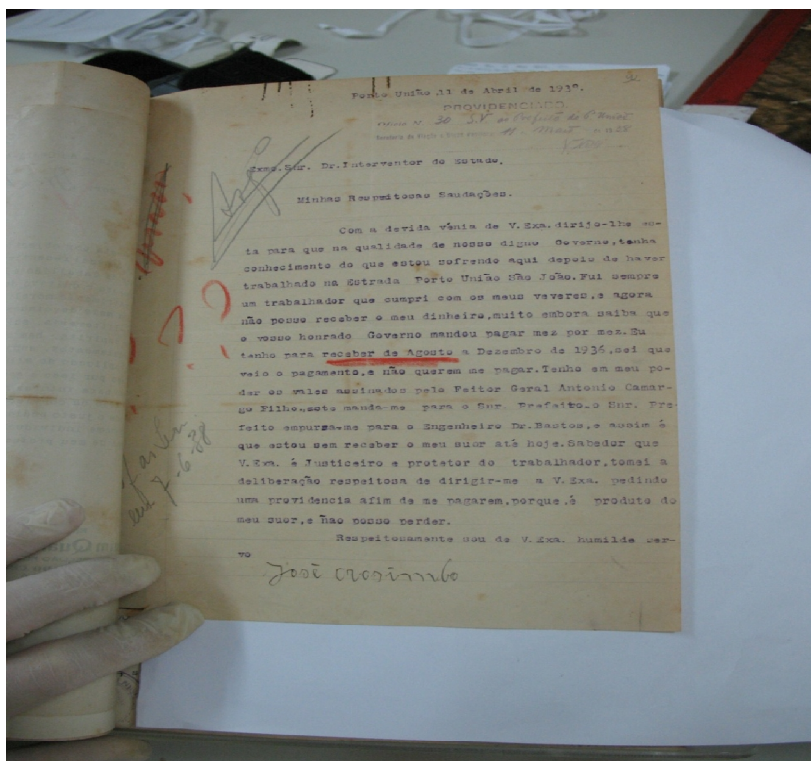
Telegrama enviado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda para a Agência Nacional no Rio de Janeiro contendo notícias referentes à Santa Catarina. Fonte: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2º Trimestre, 28 de abril 1942. P. 120 e 121. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Anexo XIV



Carta enviada por Cecília Weege Lischke, ao interventor Nereu Ramos, pedindo a libertação de seu marido Curt Lischke, diretor-presidente da fábrica de Chapéus Nelsa. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 118. Blumenau, 27 de setembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Anexo XV



Carta enviada por José Orosimbo reclamando do atraso de pagamentos da Estrada Porto União - São João. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 092. Porto União, 11 de abril de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Anexo XVI

ESTADO DA REPÚBLICA DA REPÚBLICA
SERVÍO TELEGRÁFICO

CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO - 2ª VIA

639 NOV 19 AN 9 3

6399 TELEGRÁFICO

LAZAR, SO

458 72 18 1800 C. destino.

EXMO. SR. Presidente da República

Rio

32136

Devido recusa trabalhar contrariando direitos legais serviços Cia. Cobrasil nesta, cinco meses associados membros diretoria estão sendo violentamente processadas Delegacia Ordem Social, estando preso cadeia pública São José deste Estado desde dia sete corrente, incluído João Batista Santana auxiliar contratado Sindicato, por denúncia empregadora.

Rogamos vossaência urgentes providências.

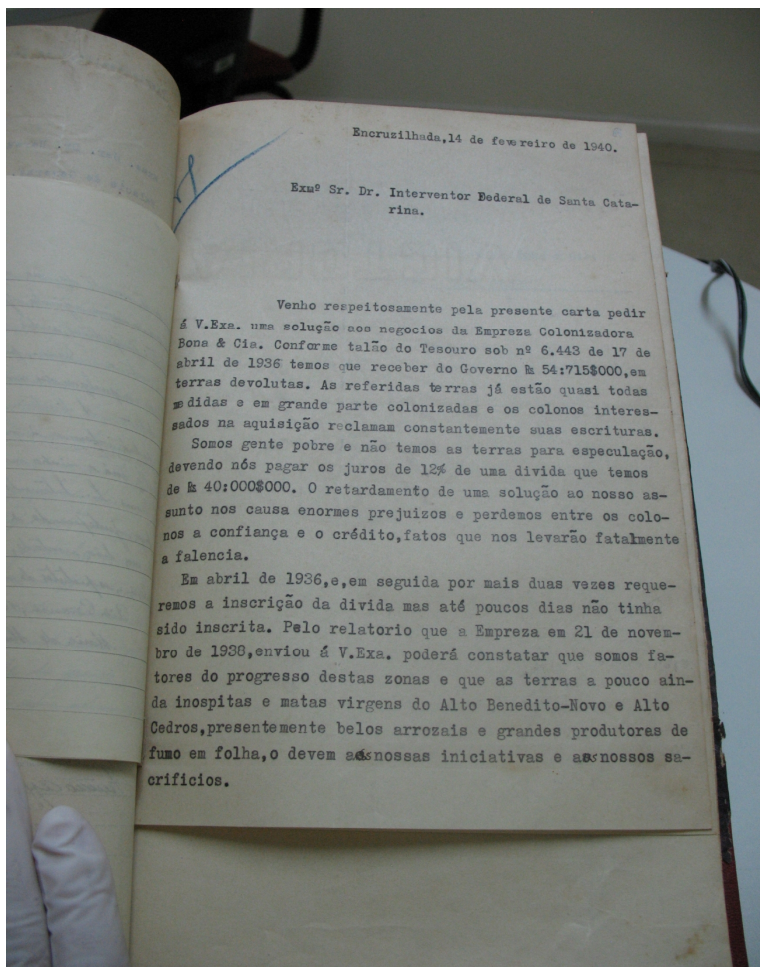
Respeitosas saudações.

Antônio Vieira.

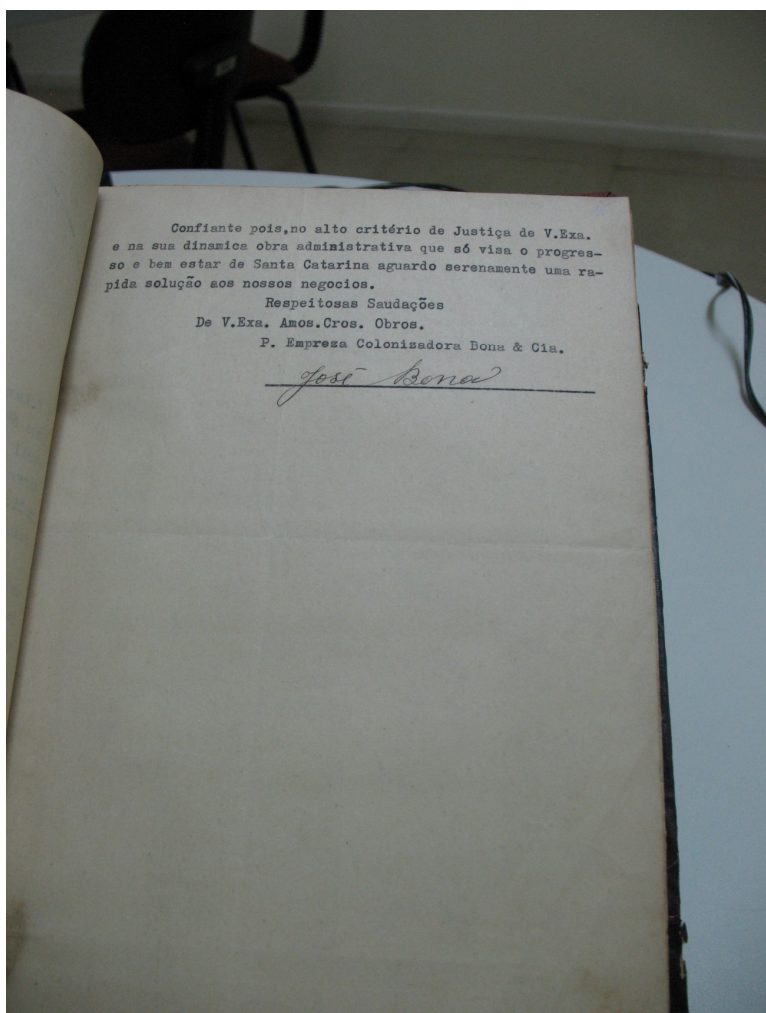
Fiscal Sindicato Trabalhadores em Pedras e respectivos serventes.

Carta enviada por Antônio Vieira, Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Pedras e Respectivos Serventes, denunciando descumprimentos das leis trabalhistas. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 171 – Processo 32.136. Laguna, 19 de novembro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Anexo XVII

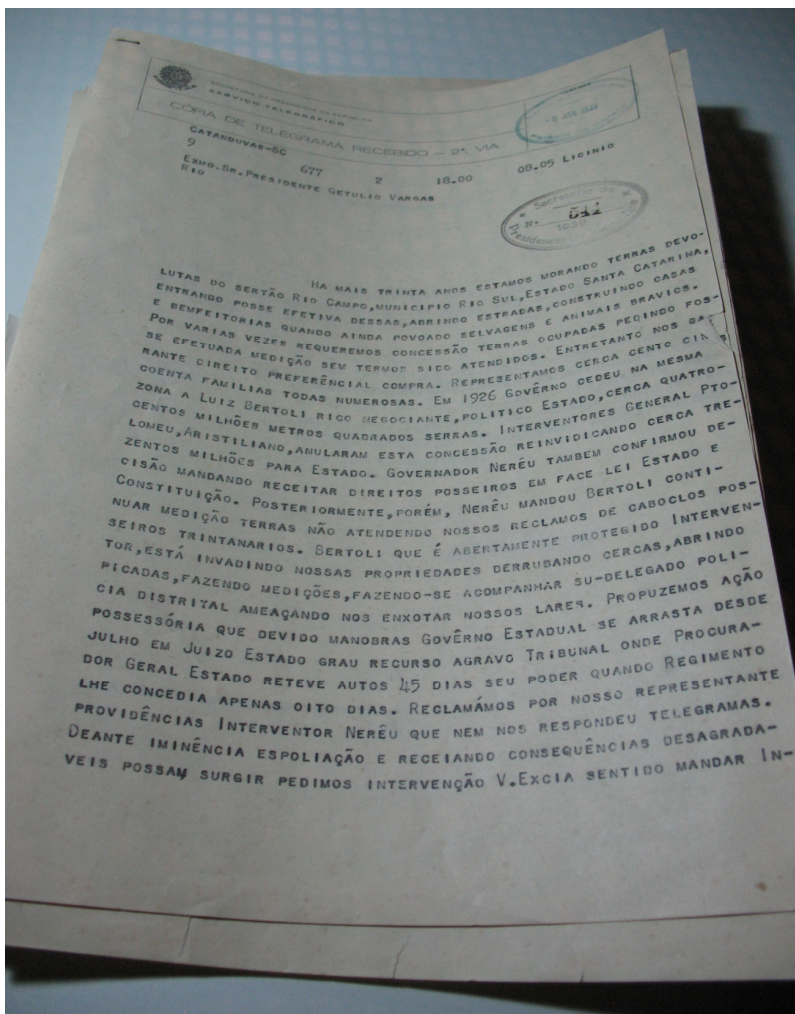


Carta escrita por José Bona, proprietário da Empresa Colonizadora Bona & Cia, reclamando de uma dívida do Estado de Santa Catarina. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 084 e 085. Encruzilhada, 14 de fevereiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

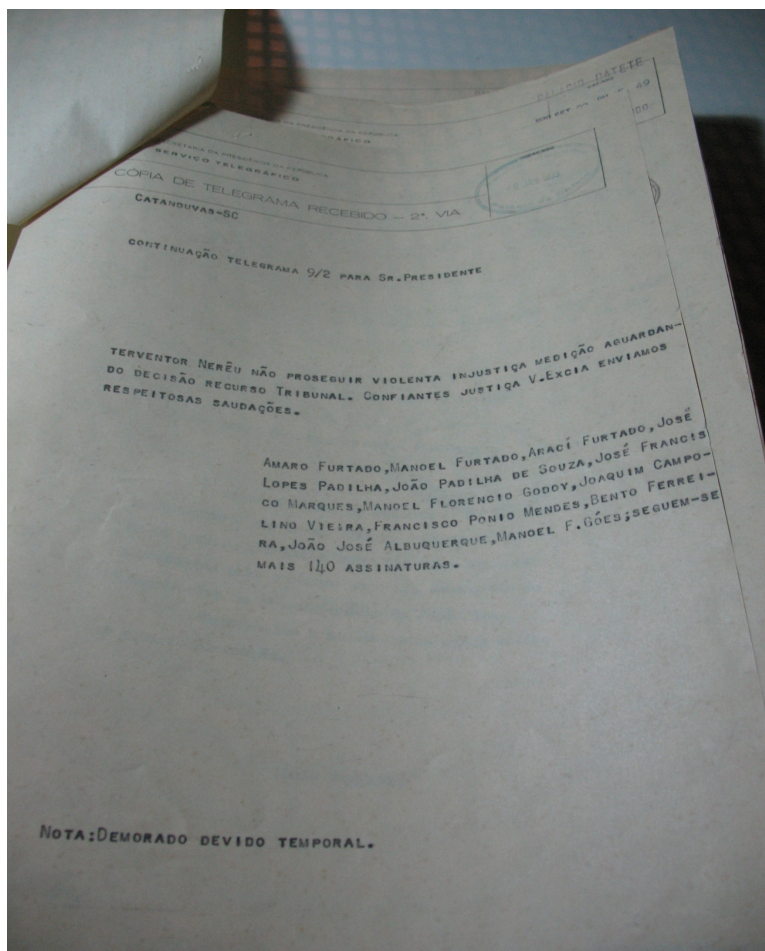


Carta escrita por José Bona, proprietário da Empresa Colonizadora Bona & Cia, reclamando de uma dívida do Estado de Santa Catarina. Fonte: Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 084 e 085. Encruzilhada, 14 de fevereiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Anexo XVIII

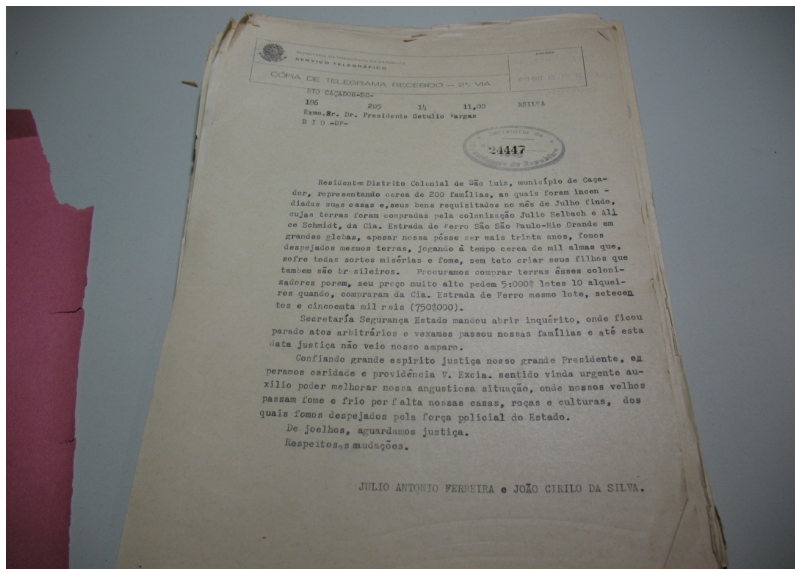


Carta escrita representando interesses de mais de cento e cinquenta famílias da região de Rio do Campo que estavam sendo desalojadas de suas terras por Luiz Bertoli. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 544, de 16 de janeiro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.



Carta escrita representando interesses de mais de cento e cinquenta famílias da região de Rio do Campo que estavam sendo desalojadas de suas terras por Luiz Bertoli. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 544, de 16 de janeiro de 1939. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Anexo XIX



Carta representando mais de 200 famílias do distrito colonial de São Luiz, que denunciam Julio Selbach e Alice Schmidt pela queimada de suas casas. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 320 – Processo 24.447, de 15 de outubro de 1940. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

FONTES

1) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1.1) Fundo Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo:

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 040 e 041. Hamônia, 23 de fevereiro de 1938.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 092. Porto União, 11 de abril de 1938.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 156, 157 e 158. Rodeio, 08 de junho de 1938.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 162 e 163. Hamônia, 15 de junho de 1938.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 014. Hansa, 12 de janeiro de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 50, 50v e 51. Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 090 e 091. Florianópolis, 07 de março de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 107, 108 e 109. Caçador, 18 de março de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 182. Florianópolis, 26 de maio de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 194. Iracema, 09 de junho de 1939.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 208 e 209. São Paulo, 18 de junho de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 285. Tubarão, 04 de agosto de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 300. Benjamin Constant, 10 de agosto de 1939.
- Correspondências de Diversos para Palácio do Governo. Livro 1939, p. 298-299. Florianópolis, 15 de agosto de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 284. Tubarão, Agosto de 1939.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 1º semestre, p. 007. Paulo Lopes, 04 de janeiro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 1º semestre, p. 35 e 36. Brusque, 16 de janeiro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 1º semestre, p. 084 e 085. Encruzilhada, 14 de fevereiro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 1º semestre, p. 117. Joinville, fevereiro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 1º semestre, p. 244, 245, 246 e 247. João Pessoa, 09 de maio de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 16 e 17. Joinville, 06 de julho de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 63. Brusque, 25 de julho de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 63. Brusque, 25 de julho de 1940.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 63. Brusque, 27 de julho de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 121 e 122. Três Barras, 09 de setembro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940
- 2º semestre, p. 216 e 217. Araranguá, 10 de novembro de 1940.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 1º semestre, p. 07 e 08. Hamônia, 10 de janeiro de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 1º semestre, p. 150. Matos Costa, 10 de fevereiro de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 1º semestre, p. 226 e 227. Florianópolis, 21 de março de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 1º semestre, p. 301. Santa Catarina, 12 de abril de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 1º Semestre, p. 267, 267^a, 268, 268^a. Chapecó, abril de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941- 2º semestre, p. 35, 36. Parati, 27 de agosto de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 2º semestre, p. 056, 057 e 057a. São Francisco do Sul, 11 de setembro de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941
- 2º semestre, p. 199, 200. Parati, 19 de dezembro de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942- 1º semestre, p. 17. Parati, 07 de janeiro de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 1º semestre, p. 051, 052 e 052a. São Francisco do Sul, 26 de janeiro de 1942.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 1º semestre, p. 096. São Francisco, 05 de março de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 1º semestre, p. 145. Florianópolis, 07 de abril de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 1º Semestre, p. 168, 168ª. São Francisco do Sul, 18 de abril de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 2º semestre, p. 27 e 28. Florianópolis, 10 de agosto de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 2º semestre, p. 35, 36. Chapecó, 12 de agosto de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 2º semestre, p. 65. São Joaquim, 10 de setembro de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 2º semestre, p. 078, 078V. Florianópolis, 18 de outubro de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942
- 2º semestre, p. 142. Joinville, 23 de novembro de 1942.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943
- 1º semestre, p. 086V e 087. Palhoça, 06 de fevereiro de 1943.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943
- 1º semestre, p. 360, 361. Nilo Peçanha, 14 de junho de 1943.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943
- 2º semestre, p. 88. Jaguaruna, 17 de setembro de 1943.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943
- 2º semestre, p. 118. Blumenau, 27 de setembro de 1943.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943
- 2º semestre, p. 057 e 058. Outubro de 1943.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 – 2º semestre, p. 218. Mafra, 25 de novembro de 1943.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 – 2º semestre, p. 245. Brusque, 04 de dezembro de 1943.

Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 1º Semestre, p. 102. Papanduvas, 01 de fevereiro de 1944.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 1º semestre, p. 190. Joinville, 14 de março de 1944.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 1º Semestre, p. 206, 207. Nova Trento, 27 de março de 1944.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 2º semestre, p. 127. Joaçaba, 02 de setembro de 1944.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1944 – 2º semestre, p. 244. Sombrio, 19 de novembro de 1944.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1945, p. 239 e 240. Laguna, 30 de abril de 1945.

- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1945, p. 560. Tubarão, 09 de outubro de 1945.

1.2) Fundo Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo:

- Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo. Livro 1938/1939. Florianópolis, 17 de agosto de 1939.

- Correspondências Expedidas a Diversos pelo Palácio do Governo. Livro 1938/1939. Florianópolis, 30 de setembro de 1937.

1.3) Fundo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda:

- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2º Trimestre, 15 abril 1942, p. 05 e 06.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2º Trimestre, 28 de abril 1942. P. 120 e 121.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2º Trimestre, 03 de junho de 1942, p. 320.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/3º Trimestre, 13 de agosto de 1942.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/3º Trimestre, 12 de setembro de 1942.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/4º Trimestre, 01 de outubro de 1942.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1943/1º Trimestre, 23 de fevereiro de 1943.
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1944/1º Trimestre, 14 de março de 1944.

1.4) Fundo Relatórios enviados pelo Interventor Federal Nereu Ramos para Assembleia Legislativa Catarinense e para o Presidente da República Getúlio Vargas

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1937 pelo governador Nereu Ramos. P. 73.
- Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no estado de Santa Catarina.

2) ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

2.1) Fundo Gabinete Civil da Presidência da República

- Gabinete Civil da Presidência da República - Lata 26, Processo 9.965, de 14 de agosto de 1937.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 6.174, de 29 de abril de 1938.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 101 – Processo 13.814, de 27 de julho de 1938.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 90 – Processo 20.263, de 14 de setembro de 1938.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 544, de 16 de janeiro de 1939.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 170 – Processo 8.390, de 01 de abril de 1939.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 171 – Processo 32.136. Laguna, 19 de novembro de 1939.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 35.941, de 18 de dezembro de 1939.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 255 – Processo 1.577, de 16 de janeiro de 1940.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 4.528, de 23 de fevereiro de 1940.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 4.529, de 23 de fevereiro de 1940.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 186 – Processo 8.039, de 15 de abril de 1940.

- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 173 – Processo 16.228, de 12 de julho de 1940.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 320 – Processo 23.618, de 02 de outubro de 1940.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 320 – Processo 24.447, de 15 de outubro de 1940.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 257 – Processo 1.569, de 16 de janeiro de 1941.
- Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 – 1º semestre, p. 91, 91a. Laguna, 29 de janeiro de 1941.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 257 – Processo 7.604, de 21 de março de 1941.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 327 – Processo 7.767, de 07 de março de 1942.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 457 – Processo 15.906, de 11 de junho de 1942.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 - Processo 35.814, de 18 de dezembro de 1942.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 12.171, de 17 de abril de 1943.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 1.630, de 21 de julho de 1943.
- Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 512 – Processo 171/43, de 30 de agosto de 1943.

2.2) Fundo Tribunal de Segurança Nacional

- Processo-crime de Pedro Formagi - Apelação nº 2.834, de 21 de dezembro de 1944. Microfilme AN 088-2009 - C8.0.APL.2316.

3) JORNAIS

- *Blumenauer Zeitung* – Blumenau.

- *Jaraguá* – Jaraguá do Sul.

- *O Estado* – Florianópolis.

- *O Albor* – Criciúma.

4) LIVROS E DOCUMENTOS DIVERSOS

- Constituição Estadual de Santa Catarina de 1935.

- Processo judiciário instaurado para apurar a responsabilidade de Eucário de Almeida pelo assassinato de Ricardo Gruenwaldt.

- *Segundo Congresso de Brasilidade* – Conferências comemorativas da passagem do primeiro quinquênio do Estado Nacional. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942.

- RIBAS, Antônio Lara Ribas; KUHENE, João. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina – Imprensa Oficial do Estado, 1943.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne. Sistema federativo, interventorias e o Estado Novo. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. P. 69-81.

ARAÚJO, Hermes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “Fanáticos” do Contestado a “Opção pelos Pequenos”*. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.

BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir (org.). *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Insular, 2003. P. 163-182.

BATALHA, Cláudio H. M.. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. A formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 161-189.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo/RS: Ed. UPF, 2002.

_____. *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

BELOLLI, Mário (org.). *História do Carvão de Santa Catarina*. Volume I. Criciúma/SC: IOESC, 2002.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1998. 2 vols.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma (A campanha de nacionalização em Joinville)*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1997.

CABRAL, Oswaldo R.. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores – 1835 a 1974*. Florianópolis: Lunardelli, s/data.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

_____. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência a regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 167-178.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

CARONE, Edgar. *A terceira república*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CAVALARI, Rosa Maria F.. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru/SP: Edusc, 1999.

CEAG/SC – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.

CODATO, Adriano Nervo. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese (Doutorado). Campinas/SP: Unicamp, 2008. CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. UFSC/Lunardelli, 1983.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

_____. *Nereu Ramos*. Santa Catarina: FCC Edições, 1988.

CORRÊA, NEREU. *Perfis e retratos em vários tons – in memoriam*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1986.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville/SC: Ed. Univille, 2000. P. 105-161.

CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Dissertação (Mestrado) Florianópolis: UFSC, 2002.

CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Edições, 1982.

DALL'ALBA, João Leonir. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Florianópolis-Orleans/SC: Instituto São José, 1986.

D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. P. 147-166.

_____. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – Vol. 2*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. P. 213-240.

DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos e outros episódios de história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DECCA, Edgar de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DINIZ, Ely. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo federal. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1986. P. 39-47.

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 21-38.

_____. Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 119-126.

DUARTE, Adriano Luiz. A construção do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no Estado Novo. In: *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, jul/dez 1997. P. 129-146.

_____. *Cidadania e exclusão: 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

_____. Lei, justiça e direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson. In: *Revista de sociologia e política*. Curitiba, v. 18, nº 36, jun. 2010. P. 175-186.

_____. Trabalho e etnicidade em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 16, 2011. p. 351-375.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. UFMG, 1997.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC/UNIVALI, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – Vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Alcides Goulart. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação/SC, 1975.

FORTES, Alexandre. Os outros polacos: classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre. In: BATALHA, Cláudio (et all.). *Culturas de classe*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2004. P. 317-362.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo* – Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. P. 181-212.

FREIRE, Maline. *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP (1942-1945): um órgão a serviço do Estado Novo*. Monografia (Conclusão de Curso). Florianópolis: UFSC, 2000.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau/SC: EdFurb/EdUnioeste, 2007.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: nazismo, germanismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luis Werneck (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Vol. 1 – O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. Guerra contra cidadãos. In: *Revista Catarinense de História*. UFSC/UDESC/PPGH, vol. 13, nov. 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

_____. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/FAPERJ, 2005.

GÓMEZ, Antonio Castillo. De las manos al archivo. A propósito de las escrituras de la gente común. *Percursos: Revista do Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina*. FAED – v. 1, n. 1. Florianópolis: Editora, out/2000. P. 257-289.

_____. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo/RS: Ed. UPF, 2002. P. 13-56.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Ed. Univille, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Leila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial: volume III – 1870/1879*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 199-232.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Poder político e mudança social*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1977.

_____. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC/Lunardelli, 1983.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

LOSSO, Tiago. *Estado Novo: discurso, instituições e práticas administrativas*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 2006.

Estado Novo. In: *Locus: Revista de História*. Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História. Juiz de Fora: 2007, v. 13, n. 02.

LUCA, Tania Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. P. 469-494.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Brehpol de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp/FAPESP, 1998.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 39-62.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. P. 195-221.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Revista Diálogos*. DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2 e 3, 2008. P. 209-235.

MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense - 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

MENDES, Manoel. *Oligarquia Ramos de Santa Catarina: dos coronéis aos doutores*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 1992.

MOLINARI, Augusta. Cartas aos “patrões”: práticas de escritura e culturas operárias em Gênova no início do novecentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002. P. 137-158.

MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940*. Dissertação (Mestrado). UFSC. Florianópolis, 1979.

NECKEL, Roselane. *A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

NÓBREGA, Paulo de. *Poder oligárquico, nacionalização de imigrantes e ensino público: modernização do ensino primário de Santa Catarina (1910-1930)*. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo: tradição e modernidade. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. P. 97-104.

PANDOLFFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia trabalhista no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

_____. Os desafinados: sambas e bambas no Estado Novo. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. P. 105-118.

PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: Ed. Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O Dip e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945). In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 7, nº 14, mar./ago. 1987. P. 99-113.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2001.

PIAZZA, Walter F.. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Ed. ALESC, 1985.

_____. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2006.

REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2002.

RESENDE, Antonio Paulo. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. P. 77-92.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y la campana*: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada. Tese (Doutorado). Seropédica: UFRRJ, 2006.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1987 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis/Blumenau: Ed. UFSC/Ed. FURB, 1992.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SALOMON, Marlon. *As correspondências*: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro: PPGAS/URFJ, vol. 3, n. 1, 1997. P. 95-131.

_____. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, vol. 5 (2), 1999. p. 61-88.

_____. A dimensão cultural da Imigração. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 26, n.77, out. 2011. P. 47-61.

SILVA, José Luis Werneck (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Vol. 1 – O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Fábio Paulo. O último reduto legalista: as ações da revolução de trinta em Florianópolis, principal resistência no Brasil Meridional. In: *Linhas*, Florianópolis, v. 8, nº 2, jul./dez. 2007. P. 116-138.

SILVA, Marcos A. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, Rachel (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

SOTO, Ucy. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói/RJ: Ed. EDUFF, 2007.

THIAGO, Raquel S.. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

THOMÉ, Nilson. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar – República Velha*. Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Senhores & caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado (1912-1916)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2009.

VENANCIO, Giselle Martins. Sopros inspiradores: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondências no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002. P. 217-242.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VIANA, Giovanni Noceti. *Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas – 1934-1937*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2008.

WENDLAND, Daniely. *Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos em Joinville (1931-1948)*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2011.

WOLF, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: *Revista Brasileira de História – Brasil, 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. P. 27-60.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder no sul catarinense na década de 30*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2007.